

Volume 1

Carlo Romani
Massimo Sciarretta

Volume 1

ISBN 978-85-7648-772-2



9 788576 487722

História Contemporânea I

História Contemporânea I

cederj





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História Contemporânea I

Volume 1

Carlo Romani
Massimo Sciarretta



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Mariana Muaze

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Carlo Romani

Massimo Sciarretta

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Miguel Siano da Cunha

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Henrique Oliveira

Paulo Alves

AValiação DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Carolina Godoi

Cristina Freixinho

Elaine Bayma

Renata Lauria

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguiar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

André Guimarães de Souza

Carlos Cordeiro

ILUSTRAÇÃO

Fernando Romeiro

CAPA

Fernando Romeiro

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2011, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

R758

Romani, Carlo.

História Contemporânea I. v. 1 / Carlo Romani, Massimo Sciarretta. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.

300 p. ; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-772-2

1. Revolução Industrial. 2. Imperialismo. 3. Socialismo. I. Sciarretta, Massimo. I. Título.

CDD 321.03

2011.2/2012.1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Luiz Pedro San Gil Jutuca



História Contemporânea I

Aula 1 – O 1789 e o início da época contemporânea	7
Carlo Romani	
Aula 2 – A formação dos Estados-nação e o processo de nacionalização das massas	45
Massimo Sciarretta	
Aula 3 – A Primeira Revolução Industrial	85
Carlo Romani	
Aula 4 – Os protagonistas da nova época: burguesia e capital	121
Massimo Sciarretta	
Aula 5 – Os protagonistas da nova época: classe operária e socialismos	163
Carlo Romani	
Aula 6 – A Segunda Revolução Industrial e a <i>Belle Époque</i>	201
Carlo Romani	
Aula 7 – O imperialismo e seus desdobramentos	229
Carlo Romani	
Aula 8 – O mundo não europeu durante a expansão europeia: lutas, trocas e interações no século XIX	259
Carlo Romani	
Referências	289



Aula 1

O 1789 e o início da época contemporânea

Carlo Romani

Meta da aula

Apresentar a Revolução Francesa (1789) como um evento simbólico que, ao romper com o Antigo Regime, inaugura a construção da ideia moderna de política e cidadania.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar o processo histórico da Revolução e as motivações dos revolucionários franceses;
2. avaliar a historiografia sobre o tema;
3. analisar a simbologia e algumas apropriações políticas da Revolução ao longo da História.

INTRODUÇÃO

O processo da Revolução

Narrar a história da Revolução Francesa em poucas linhas é uma tarefa impossível. Mesmo porque milhares de historiadores já se dedicaram à sua pesquisa (veremos alguns deles adiante) e a quantidade de informação sobre ela é imensa. Neste item, faremos uma breve apresentação dos fatos ocorridos e das diferentes motivações dos revolucionários, seguindo a cronologia exposta acima.

Vamos iniciar nosso estudo, perguntando: qual o significado da palavra revolução? Leiam este pequeno trecho do livro *Da Revolução*, da filósofa Hanna Arendt:

A data foi a noite do 14 de julho de 1789, em Paris, quando Luís XVI recebeu do duque de La Rochefoucauld-Liancourt a notícia da queda da Bastilha, da libertação de uns poucos prisioneiros e da defecção das tropas reais frente a um ataque popular. O famoso diálogo que se travou entre o rei e seu mensageiro é muito lacônico e revelador. O rei, segundo consta, exclamou: “*C’est une révolte*”; e Liancourt corrigiu-o: “*Non, Sire, c’est une révolution*” (1988, p. 38).

Uma revolução e não somente uma revolta havia ocorrido. Luís XVI, herdeiro absolutista dos Bourbons, apesar de ser considerado um rei “bom”, estava acostumado a exercer seu poder de forma inquestionável e sufocar as revoltas que porventura surgissem para desafiar a autoridade. Nesse dia que transformou a história política do mundo, o nobre de Liancourt observou ao rei que o evento não seria sufocado, já havia ultrapassado o poder **soberano** dele e era irreversível.

Soberano

Do latim *superanus*, o que está acima. O que governa ou administra com poder absoluto. Por exemplo, Luís XIV, que de tão poderoso era chamado o rei Sol, numa referência ao astro-rei.

Até então inexistente no vocabulário político, a palavra revolução foi introduzida na linguagem da política e sua pronúncia, atualmente, traz-nos à mente a turba enfurecida, tomando as ruas e revirando a ordem estabelecida. Nesse diálogo lendário, a autora encontrou a simbologia para o significado moderno de revolução: a ideia de uma torrente arrebatadora impossível de ser detida, num movimento irresistível e totalmente novo. Mas, a mesma autora também nos mostrou em seu trabalho que a ideia de revolução parte de uma metáfora astronômica, de uma volta completa ao redor do Sol; portanto, a revolução completa-se, quando o planeta retorna ao ponto de partida para outro ciclo, num novo começo. O processo da Revolução Francesa foi caracterizado justamente por uma sucessão de acontecimentos que podemos demarcar como o percurso dessa volta completa ao redor do Sol e que, ao final, restauraram a sociedade francesa monárquica, porém, num patamar muito diferente daquele da largada. Para que possamos nos guiar na sucessão de eventos que marcam o processo da Revolução Francesa e que serão abordados durante toda a aula, montamos a seguir uma breve cronologia que pode ser acompanhada sempre que surgir uma dúvida.

Quadro 1.1: Período da revolta popular

5/5/1789	Inauguração dos Estados Gerais (nobreza, clero e Terceiro Estado)
20/6/1789	O Terceiro Estado proclama-se Assembleia Nacional
14/7/1789	Queda da Bastilha
Jul-ago/1789	O Grande Medo: revoltas camponesas
4/8/1789	Abolição dos antigos direitos feudais
26/8/1789	Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão
5/10/1789	Dias de outubro: ocupação popular de Versailles

Quadro 1.2: Período da monarquia parlamentar

14/7/1790	Festa da Federação
1790/1791	Reação aristocrática e monárquica interna e externa
20/6/1791	Fuga do rei Luís XVI e sua captura em Varennes
1/10/1791	Governo da Assembleia Legislativa
Abril/1792	Declaração de guerra à Áustria e à Prússia
10/8/1792	Suspensão e prisão do rei
Agosto/1792	Hino de guerra: "A Marselhesa"

Quadro 1.3: Período da República jacobina

21/9/1792	Abolição da Monarquia: Convenção (nova Assembleia)
21/1/1793	Decapitação do rei
Março/1793	Revolta contrarrevolucionária na Vandeia Tribunal revolucionário
Abril/1793	Comitê de Saúde Pública (de salvação nacional)
Junho/1793	Nova Constituição (jacobina)
Julho/1793	Governo dos jacobinos com apoio dos <i>sans-culotte</i>
Outubro/1793	Novo calendário, ano I Início do Terror: eliminação das dissidências (à direita e à esquerda)
26/6/1794	Vitória contra a ameaça estrangeira
27/7/1794	9 do Termidor: morte de Robespierre, fim do Terror

Quadro 1.4: Período da República burguesa

22/8/1795	Nova Constituição do ano III (girondina)
Set-out/1795	Perseguição aos <i>sans-culotte</i> e aos radicais <i>enrageés</i> (raivosos) Início de nova campanha militar expansionista
1795/1796	Construção do estado burguês: governo do Diretório Conjuração dos Iguais: tentativa fracassada de revolta popular (Babeuf) Filippo Buonarroti propaga o jacobinismo na Itália
1797/1799	Vitórias militares de Napoleão (Itália e Áustria)
Outubro/1799	Napoleão retorna da campanha no Egito

Quadro 1.5: Era napoleônica (fim da Revolução)

9/11/1799	18 do Brumário: golpe de Estado, Napoleão torna-se cônsul
1802	Código Civil (plenos poderes a Napoleão)
1804	Napoleão coroado imperador
1815	Derrota definitiva e exílio de Napoleão. Restauração monárquica

A Revolução e seus antecedentes

Naquela manhã de 14 de julho, milhares de manifestantes saquearam as armas do Palácio dos Inválidos e iniciaram a tomada de Paris. À tarde, dirigiram-se para a Bastilha, uma fortaleza utilizada como cárcere para os presos políticos do regime monárquico. Quando a multidão, incitada pelo jornalista Camille Desmoulins, invadiu os portões, libertando os últimos presos que se encontravam lá dentro, produziu-se um efeito simbólico de derrubada das bases de sustentação do Antigo Regime. A partir dessa data, o rei viu-se pressionado pelos deputados do Terceiro Estado, que tinham o apoio maciço dos trabalhadores parisienses, os *sans-culotte*, e teve de abdicar de seu poder absoluto em prol de uma monarquia constitucional, cujo poder, de fato, estava nas mãos da Assembleia Constituinte.

Vamos retroceder um pouco no tempo até agosto de 1788, quando o rei resolveu convocar os Estados Gerais, uma assembleia com representantes de diferentes extratos sociais. Nobreza, clero e Terceiro Estado – este último, um grupo heterogêneo que englobava desde a grande burguesia até pequenos proprietários e trabalhadores rurais e urbanos – reuniram-se pela primeira vez desde 1614. Luís XVI enfrentava uma séria crise econômica gerada por diferentes fatores: internos, de ordem climática (um inverno excepcionalmente rigoroso) e externos, despesas com acordos da guerra com a Inglaterra. A arrecadação tributada principalmente sobre os integrantes do Terceiro Estado mostrou-se insuficiente para cobrir as despesas públicas. A convocação dos Estados Gerais serviria como uma forma de equiparação dos

direitos civis para a burguesia, o setor politicamente excluído da sociedade francesa, em contrapartida de uma busca financeira para a solução da crise. O rei soberano apoiava politicamente o clero e a nobreza, responsáveis pelo poder local sobre a população em seus domínios senhoriais, e oferecia aberturas para a atividade mercantil da grande burguesia. A jogada real despertou grande expectativa de mudança nas relações sociais do Antigo Regime. A pequena parcela mais rica do Terceiro Estado, economicamente adepta da livre iniciativa (*laissez-faire*), sustentando uma nobreza, decadente e um clero ocioso não poderia querer nada menos do que a igualdade política ainda inexistente na França monárquica.

Assim, uma crise financeira pontual transformou-se em uma crise geral da monarquia absolutista dividida entre a manutenção dos privilégios feudais, ou seja, a manutenção de um conjunto de impostos no campo que o senhor impunha aos servos, que lhe legitimava o poder junto à nobreza, e a necessidade de atender aos novos protagonistas econômicos da França, os burgueses. Para satisfazer os setores mais populares, o rei suspendeu o imposto da **corveia**, irritando a nobreza.

Por outro lado, a reforma proposta para atender ao problema da representação política com a convocação dos Estados Gerais foi feita de maneira brusca, sem preparo, e a posição moral politicamente conservadora da burguesia mais enriquecida foi confrontada pela atitude populista da pequena burguesia, mais radicalizada, insuflando a massa. Uma vez iniciado o processo de mudanças políticas, a pequena burguesia radical exigiu a contagem individual dos votos, não aceitando retornar à situação anterior à convocação dos Estados Gerais, na qual era atribuído um voto unitário a cada um dos três estados e, portanto, o Terceiro Estado perdia para os outros dois somados. Revoltados com a manutenção do voto unitário, os representantes do Terceiro Estado proclamaram-se Assembleia Nacional Constituinte, em 9 de julho de 1789. Neste momento, Luís XVI já estava isolado, não tinha mais o respaldo da nobreza nem o da burguesia, e a queda do absolutismo monárquico foi questão de dias.

Corveia

Trabalho coletivo gratuito, que era devido ao senhor feudal pelo camponês, durante um certo número de dias ao ano.



Tocqueville e a França de antes da Revolução

No texto escrito no ano de 1836, "O estado social e político da França antes e depois de 1789", Alexis de Tocqueville, um dos mais brilhantes pensadores franceses do século XIX, apontou os principais fatores que teriam levado à revolução. No decorrer do século XVIII, a velha aristocracia francesa, em sua maioria, permaneceu ociosa e empobrecida. Cada vez menos proprietária, abandonou o campo, mudando-se para Paris, para viver na corte às expensas da coroa. Dessa forma, deixou o poder político local nas províncias para uma emergente burguesia que assumia funções de governo, aspirando tornar-se nobreza. Um processo inverso ao ocorrido na vizinha Inglaterra, onde a aristocracia ingressou nas atividades industriais e comerciais, assumindo o espírito empresarial burguês e enriquecendo continuamente, mantendo-se, assim, politicamente forte (TOCQUEVILLE, 1989, p. 67-97).
Leia a resenha dessa obra de Tocqueville em: <http://www.slideshare.net/caromani/aulatocqueville>



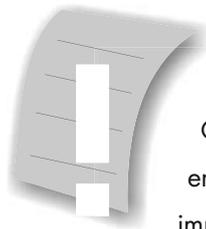
Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/16/DeTocque.jpg>

Para Tocqueville, até a grande burguesia francesa foi pega de surpresa com a radicalização da revolta popular. Por isso, a revolução nasceu de forma violenta como a água represada na barragem que, após as primeiras infiltrações, não pode mais ser controlada. Nesse momento, surgiram as mudanças. A Assembleia Constituinte, com a retaguarda da recém-criada Guarda Nacional, e sob pressão das notícias da rebelião, espalhando-se para o campo, votou pela abolição dos direitos feudais e dos privilégios do clero. Em seguida, foi aprovada a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* cujo primeiro artigo declarava que “os homens nascem e permanecem livres e iguais em direito” (Veja o box multimídia – Leituras recomendadas).

Era o fim do Antigo Regime e a França tornava-se uma monarquia parlamentar. Em outubro de 1789, nova onda de revolta popular contra a fome foi desencadeada pelos *sans-culotte*, obrigando a realeza a deixar Versailles e estabelecer-se no Palácio das Tulherias, em Paris. Os bens do clero, da coroa e da nobreza – que havia fugido da França – foram nacionalizados. A Igreja tornou-se a instituição mais investida pelo novo Estado com a perda de quase todos os bens, a supressão de suas ordens e a constituição civil do clero. Jules Michelet foi o primeiro grande historiador a definir o caráter anticlerical da revolução em sua obra original de 1847. Segundo ele, “a Revolução continua o cristianismo e o contradiz”. O continuou, pois nasceu do mesmo sentimento de fraternidade humana, mas o contradisse ao fundar “a fraternidade no amor do homem pelo homem, no dever mútuo, no Direito e na Justiça” e não num duvidoso princípio, transcendente de origem divina (1998, p. 43). A revolução inovou ao colocar o ser humano como protagonista de seu próprio destino.

Em 14 de julho de 1790, a multidão, vinda de toda a França, ocupou Paris para a festa da Federação, na comemoração do primeiro ano da Revolução. “A França de 1789 sentiu a liberdade, a de 1790 sente a unidade da pátria”: com esta frase Michelet (1998, p. 400) descreveu a transformação da sociedade francesa nesse primeiro ano, com o povo se congraçando e descobrindo a pátria

no grande festival público, liderado pelo general La Fayette, o chefe da Guarda Nacional. O patriotismo constituiu-se na crença pela qual o povo francês reuniu-se em defesa da revolução. Uma França participativa, realizando o ideal rousseauiano da vontade geral através das centenas de federações onde a população deliberava suas próximas ações, contudo o processo revolucionário francês estava apenas iniciando-se e a festa do povo logo cedeu espaço ao conflito provocado pelas contradições internas da sociedade francesa.



O Iluminismo de Rousseau

O filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau nasceu em Genebra, em 28 de junho de 1712. Autor de importantes obras, como o *Discurso sobre a origem da desigualdade* (1755), ou *Emílio* (1757), é pelo seu livro sobre o *Contrato social* (1757), no qual discute princípios de direito político, que ficou conhecido como o pai intelectual dos revolucionários franceses. Dentre suas proposições, aquela de um governo soberano, fundado sobre a ideia de uma “vontade geral” do povo foi perseguida, principalmente, pelos republicanos jacobinos.

A soberania é indivisível pela mesma razão por que é inalienável, pois a vontade ou é geral, ou não é; ou é a do corpo do povo, ou somente de uma parte. No primeiro caso, essa vontade declarada é um ato de soberania e faz lei; no segundo, não passa de uma vontade particular ou de um ato de magistratura, quando muito, de um decreto (ROUSSEAU, 1987).

Para saber mais sobre a vida e a obra de Rousseau e a repercussão de suas ideias, indicamos a biografia do historiador Jean Starobinski, *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*.

O fim da Monarquia: os jacobinos assumem o poder

Na mesma medida em que aumentava a participação popular num clima de festa pela crença na construção de uma nova sociedade, aumentava também a pressão popular para a efetiva transformação de estruturas sociais antigas. Os **sans-culotte**, que eram a linha de frente do processo de luta revolucionária nas ruas, apoiavam na Assembleia o grupo político representado pelos jacobinos, a pequena burguesia radical cujo nome se devia ao Convento dos Jacobinos onde o clube instalou-se em 1789. Os jacobinos, mesmo minoritários na Assembleia, tinham o apoio das massas exaltadas em contraste ao grupo majoritário ligado aos **girondinos**, apoiados pelos grandes proprietários que não queriam a radicalização das demandas populares. A alta burguesia ainda sustentava politicamente o rei e via na Monarquia Parlamentar o meio de permanecer no poder.

Paralelamente a essa luta política dos protagonistas da Revolução também ocorria uma luta contrarrevolucionária, a da nobreza destituída de sua situação anterior com focos de reação conservadora até dentro da França, principalmente no campo. O próprio rei Luís XVI tentou fugir, disfarçado em junho de 1791, sendo capturado e reconduzido sob tutela a Paris. A nobreza francesa que conseguiu fugir buscou abrigo no estrangeiro, articulando-se com outras monarquias que se sentiam ameaçadas, como a da Áustria que apoiou a invasão da França por tropas leais ao rei. Nesse quadro de guerra interna e externa, a escassez de alimentos agravada pela chegada do inverno ampliou a radicalização da luta política nas cidades com a massa esfomeada, reclamando o congelamento dos preços dos alimentos. Pressionados pelos setores políticos mais radicais, a Assembleia, sob controle dos girondinos, declarou guerra à Áustria e à Prússia, em abril de 1792, procurando desviar o foco das atenções sobre os problemas econômicos e conclamando os franceses para a luta em defesa da Revolução. Houve uma retomada do espírito público que já havíamos visto nas

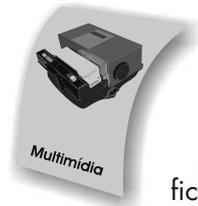
Sans-culotte

Os trabalhadores pobres, cuja vestimenta não tinha o tipo de calça justa até os joelhos.

Girondinos

A grande burguesia mercantil, proveniente do departamento da Gironda.

federações – aquela grande festa da população reunida em torno dos clubes políticos de que participava – na defesa da revolução acima de todas as diferenças.



“A Marselhesa”

“A Marselhesa” é um hino de guerra que ficou conhecido em agosto de 1792, quando as tropas francesas, vindas de Marselha, entraram em Paris, entoando o refrão:

Às armas cidadãos! Formai vossos batalhões!
Marchemos, marchemos! Nossa terra do sangue
impuro se saciará!

Você pode conferir a letra, acessando o site:
http://www.ambafrance-br.org/france_bresil/spip.php?article422

Ou, se preferir, veja a interpretação da cantora Mireille Mathieu, em Paris, na comemoração do bicentenário da Revolução! Acesse: http://www.youtube.com/watch?v=w_8dafLxLcl&NR=1

Enragés

Os enraivecidos, grupos populares mais radicais seguidores de Jacques Roux.

O resultado prático da declaração de guerra foi uma nova injeção de ânimo nos propósitos de jornalistas radicais, como Marat e Hébert, mais próximos aos jacobinos, e especialistas em denúncias de ações contra a Revolução. A multidão guiada pelos **enragés**, que já havia invadido em julho as Tulherias, em nova insurreição popular no dia de 10 de agosto de 1792 fez o rei prisioneiro.

No mês seguinte, a Assembleia pôs fim à Monarquia. Em 21 de setembro, começava aquela que futuramente seria conhecida como a Primeira República, sob o governo da Convenção, dividida entre o partido da Gironda, a burguesia moderada, e o da **Montanha**, dos jacobinos.

Em janeiro de 1793, foi votada a decapitação do rei na guilhotina. Em março desse ano, iniciava-se uma contrarrevolução na região francesa da Vandea, o que levou a Convenção a instituir um tribunal revolucionário para julgar os crimes contra as causas da Revolução. Em abril, foi instalado o Comitê de Saúde Pública, com o propósito de salvar a nação. Apoiados por uma insurreição popular, nos primeiros dias de junho de 1793, os jacobinos prenderam os representantes girondinos, assumindo o controle político da Convenção. Sufrágio universal masculino, abolição da escravidão nas colônias e um plano de educação pública e gratuita foram novidades trazidas pela nova Constituição jacobina. A questão da educação para a cidadania, desde a infância, era essencial para os jacobinos. Foi sendo construída a ideia de que a nação tratava-se de um corpo político, o corpo do povo, que já vimos ser a expressão da vontade geral. Portanto, aqueles cidadãos contrários aos rumos da revolução não seriam movidos pelo espírito público e sim por mesquinhos interesses pessoais, tornando-se, assim, não cidadãos, mas homens contrários ao bem público. Dessa maneira, salvar a nação era salvar a cidadania, manter o corpo político saudável, o que justifica a analogia médica no nome. Em cinco de outubro de 1793, foi adotado o novo calendário que tinha como ano zero o ano do início da República. Mais do que somente um efeito simbólico, o calendário revolucionário era a expressão de uma nova razão anticlerical e emancipadora dos espíritos humanos. Germinal, Floreal e Brumário foram alguns dos novos nomes dado aos meses, nomes usados com o claro objetivo de apagar da memória o antigo passado de submissão à nobreza e à Igreja Católica. Os nomes dos meses do calendário cristão (referências aos dízimos mensais ou a deuses romanos como Março = Marte) eram entendidos como uma herança

Montanha

Lugar ocupado pela facção dos jacobinos na parte mais alta do recinto da Convenção.

desta civilização católica-romana anterior, por isto a utilização de novos nomes ligados aos temas da natureza, simbolizando uma espécie de reinício da Terra.

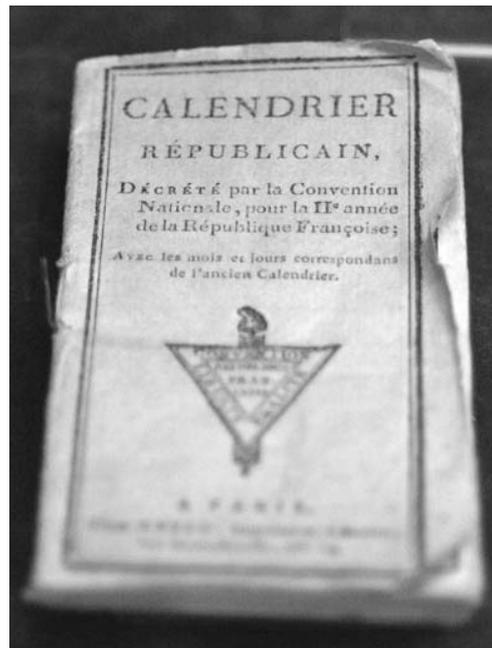


Figura 1.1: Calendário revolucionário francês.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/08/Musee-historique-lausanne-img_0143.jpg

A França ingressava em uma experimentação política nova, republicana, democrática e popular, cujo enredo, então, era ainda desconhecido, pois se apresentava pela primeira vez na história. Aos nomes que hoje são mais famosos, como Robespierre, Danton, Saint-Just, os principais protagonistas, devemos incluir uma multidão de atores mais ou menos radicais, raivosos ou indulgentes, coadjuvantes, mas que também fizeram essa história. O estudo feito por Lynn Hunt sobre a cultura política da Revolução é bastante elucidativo na medida em que ela analisa os textos, as imagens e os símbolos como se eles fizessem parte do enredo de uma narrativa que assumiu diferentes contornos. Para essa historiadora, num primeiro momento, o processo

revolucionário teve características de comédia e ela cita uma descrição anônima da época sobre a festa das Federações: “Pelo caminho, nas janelas, nos telhados, por toda parte os homens não cabiam em si de contentamento, arrebatados por uma sábia alegria que em nada se assemelhava à alegria irrefreada de escravos” (HUNT, 2007, p. 16).

Mas, segundo ela, a mudança no enredo da narrativa “foi impelida pela obsessão dos revolucionários franceses com a conspiração” (HUNT, 2007, p. 57-61). Da comédia inicial descrita anteriormente, passamos ao romance que favorecia o surgimento de personalidades fortes, heróis ou vilões, durante o período que marcou a queda da Monarquia até a afirmação republicana de 1793. E do romance seguiu-se a derradeira tragédia caracterizada pelo período do Terror e que teve em Robespierre seu principal enunciador.

Sou francês, sou um de vossos representantes. (...) Ó povo sublime! Recebei o sacrifício de todo o meu ser. Feliz de quem nasce em vosso meio! Ainda mais feliz é quem pode morrer por vossa felicidade! (Sur les rapports des idées religieuses et morales avec les principes républicains, et sur les fêtes nationales), *Ouvres de Maximilien Robespierre* 10, Discours : 27/07/1793 – 27/07/1794, Paris, 1967, p. 445).



Figura 1.2: Robespierre.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/12/Hw-robespierre.jpg>

O sublime e o trágico cabiam na felicidade de nascer no meio de um povo capaz de morrer pela felicidade do outro. O enredo da tragédia costuma trazer essa morte previamente anunciada. Robespierre fez esse discurso na Convenção, no começo de maio e, logo após, em 27 de julho de 1794 (o 9 termidor no calendário revolucionário) ele também foi preso e em seguida degolado. Mas o que veio a ser esse período conhecido como o do Terror?

O governo exercido pelos jacobinos na Convenção foi sustentado pelos grupos mais populares que exigiam o controle do preço dos alimentos no inverno de 1793, quando se abatia uma profunda escassez. Em junho de 1793, da tribuna da Convenção, Jacques Roux, o líder dos *enragés* proclamou que “a liberdade é vã fantasma, quando uma classe social pode fazer sofrer impunemente a fome à outra” (SOBOUL, 1991, p. 205). Milícias organizadas de *sans-culotte* auxiliavam a Guarda Nacional nessa tarefa em que os **hébertistas** mais radicais cumpriam seu papel de denunciar, continuamente, conspiradores e contrarrevolucionários.

Hébertistas

Grupos radicais liderados pelo jornalista Hébert que denunciavam os conspiradores.

Na tentativa de defender o governo, chamado pelos jacobinos de governo revolucionário, todos aqueles que não seguissem as recomendações do Comitê de Saúde Pública poderiam ser acusados de contrarrevolucionários e, portanto, julgados e condenados pelo crime de traição à pátria. A manutenção desse governo revolucionário, liderado por Robespierre, Saint-Just e, num primeiro momento, também por Danton, implicava em ter de agir de forma imediata e rigorosa muito além do escrito na Constituição. Tratava-se na verdade de um governo de exceção. Os acusados, geralmente homens da nobreza e da alta burguesia, poderiam ser sumariamente julgados pelo Tribunal Revolucionário e condenados à morte, na guilhotina. Por isso, o Terror entrou na ordem do dia da Convenção, em 5 de setembro de 1793. Inicialmente, a legitimação dessas ações foi feita com base na necessidade de se defender a pátria, o espírito público e os bons cidadãos. Com o passar dos meses, já entrando no ano de 1794, o Terror passou a ser utilizado como instrumento de dissuasão da oposição. E isso ocorreu também em

relação àqueles companheiros que pouco tempo antes sustentavam o governo jacobino. O Terror se voltou tanto contra os mais radicais à **esquerda** (entre 13 e 24 de março foram presos e executados os hébertistas) quanto contra o grupo dos **indulgentes** mais à **direita** (entre 30 de março e 5 de abril foram os dantonistas).

Aproximadamente 17.000 pessoas foram guilhotinadas durante o período do Terror. Saint-Just e Robespierre, os líderes jacobinos, ficaram presos em sua lógica patriótica, obcecada por uma teoria conspiratória. Ao se voltarem contra os que inicialmente os apoiaram, eles se isolaram e acabaram por perder qualquer espécie de legitimidade de que ainda dispunham. Os últimos jacobinos tornaram-se presas fáceis para a direita que tomou o poder a pretexto de pacificar o país, mergulhado no banho de sangue.

Esquerda

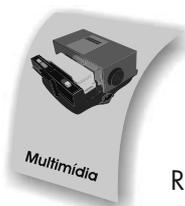
O lado da Assembleia, ocupado pelos republicanos mais radicais.

Indulgentes

Republicanos menos radicais, como Danton, que foram contrários ao Terror.

Direita

O lado da Assembleia, inicialmente ocupado pelos monarquistas.



A Revolução Francesa e o cinema

O cinema fez algumas boas interpretações da Revolução Francesa. Desde o clássico *A Marselhesa*, de Jean Renoir, produzido em 1937, passando por *Casanova e a Revolução*, de Ettore Scola (1981) e *A inglesa e o duque*, de Eric Rohmer (2001). Recentemente, em 2007, foi lançado *Maria Antonieta*, de Sofia Coppola. Indicamos *Danton*, que retrata justamente a última fase do período do Terror. *Danton: O processo da Revolução*. Direção de Andrzej Wajda. França/Polônia, 1982. Todos os filmes estão disponíveis em DVD.



Fonte: http://www.moviepilot.de/files/images/0383/9772/4962_article.jpeg

A República burguesa e a ascensão de Napoleão

O 9 do Termidor (27/07/1794) marcou o fim do período de Terror. Do ponto de vista político, significou a afirmação da burguesia francesa no poder, inicialmente através da Convenção Termidoriana que aprovou uma nova Constituição em agosto de 1795 (a Constituição do ano III) e, depois, em novembro de 1795, através do Diretório, que estabeleceu o governo liberal dos girondinos. A Revolução burguesa na França já pode ser considerada definitivamente vitoriosa em 1795 com a reação furiosa (o terror branco), desencadeada contra a revolta popular de abril dos *sans-culotte* e *enragés*, apesar de ainda ter havido no inverno de 1795/96 uma última e fracassada tentativa de revolta protocomunista (pois antecipou a ideia futura de comunismo na política), liderada por Babeuf, e que ficou conhecida como a Conjuração dos Iguais. Esse período de governo do Diretório foi caracterizado pela tentativa de construção do estado de direito burguês e perdurou até o 18 do Brumário (9/11/1799) quando o general Napoleão Bonaparte, em seu retorno da campanha militar no Egito, ao sentir-se acuado pelo Conselho forçou um golpe. Ele assumiu o cargo de cônsul com o apoio da nobreza e da burguesia mais conservadora. A derrubada armada do governo liberal trouxe para o novo mundo republicano a prática do golpe de estado liderado pelos militares de alta patente. Além disso, instituiu-se uma nova forma de eliminação das dissidências políticas na França, a “guilhotina seca”, que consistiu na deportação para as prisões da colônia francesa da Guiana, prisões como a ilha do Diabo, que se tornaria famosa no século XX, após os livros publicados por alguns fugitivos, entre eles Papillon. Do ponto de vista econômico, este golpe não trouxe grandes mudanças: o *laissez-faire* da burguesia permanecia como meio de enriquecimento, mas, do ponto de vista político, iniciava-se uma série de restrições às liberdades políticas que culminariam na total centralização política nas mãos de Napoleão com o Código Civil de 1802. Dois anos depois, ele se tornaria imperador.

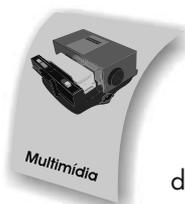


Albert Soboul e a história social da Revolução

Foi um historiador social francês cuja tese de doutorado foi dedicada aos *sans-culotte*. Escreveu, também, uma extensa história da Revolução, baseada no estudo das transformações socioeconômicas em curso naquele período; portanto, na passagem de uma sociedade aristocrática para uma sociedade burguesa, na França. Na parte final de seu trabalho, ele se dedicou a mostrar como ocorreu a mobilidade social e econômica durante essa fase do governo do Diretório. Por exemplo, Soboul mostra-nos que houve uma profunda transformação na parcela economicamente mais elevada da sociedade. Os antigos proprietários rurais expropriados, grande parte deles falidos, deram lugar a uma nova burguesia de arrivistas que se enriqueceu especialmente no período entre 1795 e 1799. Muitas companhias aproveitaram-se da fraqueza do governo do Diretório para depauperar o Estado. À frente dos negócios dessa nova burguesia, estavam as práticas de especulação financeira e o fornecimento superfaturado de materiais ao Exército. O dinheiro obtido, à custa do poder público, foi investido em outras frentes econômicas, de atividades industriais, principalmente no setor têxtil, e na sociedade com velhos comerciantes e novos industriais que deram impulso ao capitalismo francês do século XIX. (SOBOUL, 1991, p. 439-92). Você pode acessar e ler a resenha crítica dessa obra de Soboul em: <http://www.slideshare.net/caromani/aulasoboul>

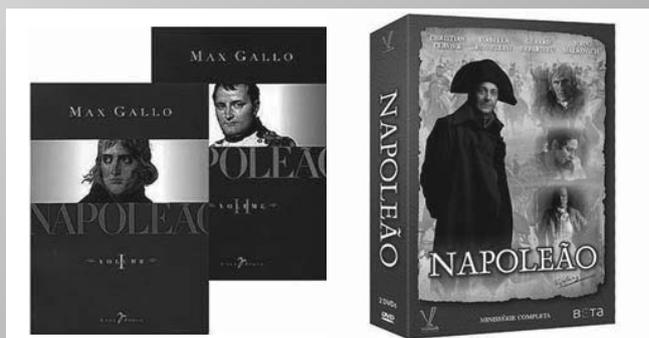
Entende-se, a partir da análise feita por Soboul, por que o fim desse período turbulento de ausência de poder político central numa França que rapidamente se aburguesava, deu-se com a chegada de Napoleão, o salvador da pátria, impondo ordem política ao governo fragilizado. Napoleão Bonaparte teve a habilidade de integrar novamente quase toda a população francesa dentro da ideia de nação e de França grande, de Império francês, trazendo novamente aos franceses o sentimento de superioridade na Europa. A reconciliação entre a burguesia emergente, vencedora da Revolução, e a aristocracia emigrada que retornou para ocupar sua posição política, fez-se com base na ideia burguesa que permeou o surgimento do novo estado. Um estado baseado na propriedade privada. A defesa da propriedade foi o meio achado por Napoleão para permitir a unificação de três classes sociais distintas: a aristocracia restaurada, a burguesia enriquecida e os pequenos proprietários liberais, tanto do campo como da cidade. A massa da população teve como presente o acesso aos bens públicos e aos serviços de assistência social e de educação, sendo obrigada a servir à pátria. A instituição do serviço militar obrigatório a todos os homens maiores de vinte anos de idade trouxe um sentimento de integração para boa parte das massas populares, que não compreenderam esse procedimento como uma sentença de morte dada aos seus filhos na guerra, mas sim como mais uma incorporação à cidadania.

A derrota de Bonaparte na Rússia, em 1812, seu exílio na ilha de Elba, em 1814, a restauração da monarquia e depois, em seu tragicômico retorno de cem dias, o último fracasso napoleônico ante os ingleses na batalha de junho de 1815, em Waterloo, redimensionaram a ideia de França grande e dos ganhos da revolução entre a população francesa, fazendo surgir, nos anos seguintes, os primeiros conflitos populares do século XIX.



Leituras recomendadas

Uma sugestão de leitura é a biografia histórica de Napoleão Bonaparte, escrita em forma de romance e com um ingresso na psicologia do personagem. O livro de Max Gallo, de 1.339 páginas, foi publicado no Brasil, no ano de 2003, em dois volumes, com o título de *Napoleão*, pela Casa Jorge Editorial. O livro tornou-se best-seller na França, mas foi alvo de muitas críticas, principalmente de historiadores. Na aula de Historiografia Contemporânea, estudamos a difícil relação entre historiadores e não historiadores, muitas vezes acusados de romancear a história, mas passá-la como sendo verdadeira. Isso pesou sobre a obra de Max Gallo. De qualquer modo trata-se de um grande (em tamanho) exemplo da onda de biografias históricas. Foi também transformado em uma minissérie com seis horas de duração e disponível em DVD com o título *Napoleão*.



Fontes: <http://i.s8.com.br/images/books/cover/img6/197716.jpg>;
<http://www.filmesraros.com.br/fotos/napoleao.jpg>

Você também pode saber mais sobre os temas desta aula em textos diversos.

Leia o texto completo da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>

Você pode ler sobre a participação das mulheres na Revolução acessando: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-01022010-165929/>

Ecos da revolução, artigo de Michel Vovelle, escrito para as comemorações do bicentenário da Revolução. Acessar: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000200003&lng=pt&nrm=isoa

A conferência de Ernest Renan sobre *O que é uma nação* está disponível em: <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>



Atende ao Objetivo 1

1. Leia a seguir a “Teoria do Governo Revolucionário”, exposta por Robespierre em 25/12/1793:

A teoria do governo revolucionário é tão nova quanto à revolução que a trouxe. Ela não pode ser procurada nos livros dos escritores políticos que não podiam prever esta revolução, nem nas leis de tiranos que, contentes em abusar de seu poder, pouco se ocuparam em procurar-lhes a legitimidade... A meta do governo constitucional é a de conservar a

República; aquela do governo revolucionário é a de fundá-la. A revolução é a guerra da liberdade contra seus inimigos; a constituição é o regime da liberdade vitoriosa e pacífica. O governo revolucionário precisa de uma atividade extraordinária precisamente porque ele está em guerra. Ele está submetido a regras menos conformes e menos rigorosas, porque as circunstâncias onde ele se encontra são tempestuosas e móveis; e, sobretudo, porque ele é forçado a gastar sem cessar recursos novos e rápidos para perigos novos e prementes. O governo constitucional ocupa-se principalmente da liberdade civil e o governo revolucionário, da liberdade pública. Sob o regime constitucional, basta proteger os indivíduos contra o abuso do poder público; sob o regime revolucionário, o poder público é que é obrigado a se defender contra todas as facções que o atacam. Estas noções bastam para explicar a origem e a natureza das leis que nós chamamos de revolucionárias. Aqueles que as nomeiam de arbitrárias e tirânicas são sofistas estúpidos ou perversos que buscam confundir aos contrários. O governo revolucionário está apoiado sobre a mais santa de todas as leis, a saúde do povo; sobre a mais inatacável de todas as razões, a necessidade. Ele não tem nada em comum com a anarquia nem com a desordem; sua meta ao contrário é a de reprimi-las, para preparar e estabelecer o reino das leis; ele não tem nada em comum com o arbitrário. Ele deve se reaproximar dos princípios ordinários em todos os casos onde eles podem ser rigorosamente aplicados sem comprometer a liberdade pública...; quanto mais ele for terrível aos maus, mais ele deve ser favorável aos bons; quanto mais as circunstâncias lhe impõem rigores necessários, mais ele deve se abster de medidas que incomodem inutilmente a liberdade e que firam os interesses privados, sem nenhuma vantagem pública. Ele deve oscilar entre dois extremos, a indulgência e a tenacidade, a moderação e o excesso (Rapport de ROBESPIERRE présenté à la Convention le 25 décembre 1793, 5 Nivôse an II. Citado por Mme. et L. Dechappe em L'Histoire par les textes, la Révolution et l'Empire, Delagrave, p. 214. Tradução de Carlo Romani).

Neste discurso, Robespierre fez a defesa do governo revolucionário, diferenciando-o do governo constitucional. Responda às questões a seguir:

a. Segundo o que vimos na aula, a partir de quando pode ser assinalado o início do governo que Robespierre chamou de revolucionário? Explique sua resposta.

b. Reproduza a passagem do texto onde Robespierre legitima as ações de exceção do governo revolucionário com o propósito de salvar a pátria. Explique por quê.

Resposta Comentada

a. Há várias datas que poderíamos usar do ano de 1793. O mês de março, quando foi instaurado o Tribunal Revolucionário que, movido por uma ideia de defesa do interesse da pátria, do público e contrário aos interesses particulares, passa a julgar os crimes contra a revolução; ou também abril, quando foi montado o Comitê de Saúde Pública com os mesmos objetivos ampliados; ou, ainda, o dia 5 de setembro quando o terror entrou na ordem do dia da Convenção como mecanismo excepcional para combater os “maus” cidadãos. Mas, o momento que efetivamente marcou a entrada em ação do governo revolucionário foi o mês de junho de 1793, quando os jacobinos assumiram o poder político na Convenção; portanto, tornaram-se governo e se posicionaram como os defensores da República, do povo e da pátria, contra aqueles despidos de espírito público, pois privilegiavam os interesses particulares.

b. “O governo revolucionário está apoiado sobre a mais santa de todas as leis, a saúde do povo.” Nessa passagem aparece a analogia entre a saúde da população como a salvação da pátria, pois a legitimidade somente emana do povo, da coisa pública, em outras palavras, da “vontade geral”.

A historiografia sobre a Revolução

Muito já se escreveu sobre a Revolução Francesa e desde a época de seu acontecimento pelos que vivenciaram os fatos, nas obras completas de Robespierre, nos escritos de Camille Desmoulins, nos discursos de Saint-Just e Marat, nos textos “socialistas” de Babeuf e Buonarroti, na análise *O que é o Terceiro Estado* de Emmanuel Sieyès, ou mesmo nas obras mundanas do Marques de Sade. Vamos apresentar algumas das interpretações feitas sobre a Revolução e também as principais correntes historiográficas, construídas em torno dela.

Jules Michelet foi um dos primeiros nomes a escrever sobre a Revolução e seu trabalho permanece vivo até hoje, apesar do tempo. Sua *História da Revolução Francesa* foi escrita, como ele mesmo diz em um de seus prefácios, “no seio dos Arquivos”, entre 1845 e 1850. Ele foi chefe da parte histórica dos Arquivos Nacionais de Paris, fato que fez seu ofício de historiador tornar-se minucioso, detalhista, e escrever um tipo de história sobre a Revolução, incomum em seu tempo, na qual “o ator principal é o povo”. Michelet foi um historiador dos costumes, das festas, do camponês, das mulheres e, principalmente, um precursor da história das mentalidades; ele tenta entender como pensa o francês comum. Ao contrário de muitos contemporâneos seus, ao procurar a revolução no meio do povo, afastou-se da história factual dos acontecimentos políticos. Seu principal alvo de críticas intelectual foi Louis Blanc, o socialista de 1848, e sua longa história política que preteriu a população, privilegiando os protagonistas revolucionários. Seguiram-se no mesmo século, outros trabalhos de grandes historiadores desse período romântico, como Guizot, Taine, Carlyle, mas nenhum conseguiu alcançar a mesma grandeza deste de Michelet.

Entre os diversos trabalhos escritos durante o século XIX, merece o mesmo destaque que Michelet, pelo frescor da interpretação, a obra de Alexis de Tocqueville. Em *O Antigo Regime e a Revolução*, obra original de 1856, este liberal francês de origem aristocrática, traçou uma interpretação das causas e das consequências da Revolução,

enfazando o antes e o depois. Ele não nos traz uma história *da* revolução, mas sim uma história *sobre* ela. A tese central de sua obra é a de que não foram durante os dez anos revolucionários que ocorreram as grandes transformações na sociedade e no Estado francês, mas que elas estiveram em curso, durante todo o século XVIII, e estavam praticamente concluídas no alvorecer da Revolução. Para ele, a decadência econômica da nobreza e sua perda de poder político correram paralelamente ao fortalecimento da burguesia. O que a Revolução acelerou foi um processo de modernização política, com a centralização decisória nas mãos de um Estado cada vez mais autoritário. Por conta disso, a interpretação toquevilleana ficou conhecida pelo seu argumento sobre a *modernização política* e gerou uma corrente historiográfica com muitos seguidores. Max Weber, por exemplo, foi encorajado por essa interpretação ao desenvolver sua tese sobre o processo de racionalização do estado burocrático moderno. O entendimento do processo revolucionário como sendo uma disputa entre a tradição e a modernidade tanto na sociedade como no Estado, reaparece em vários autores de língua inglesa, como Barrington Moore Jr., Charles Tilly, Samuel Huntington e Theda Skocpol, que fizeram estudos de modernização comparada sobre diferentes países.

Karl Marx, se não escreveu diretamente uma história da Revolução Francesa, gerou um método investigativo, o materialismo histórico, que se constituiu na principal corrente de interpretação historiográfica, no decorrer do século XX. Comumente conhecida como *historiografia marxista*, essa corrente interpretativa enfatizou a questão econômica, particularmente a passagem da dominação de classe da nobreza para a burguesia. Podemos dizer que Jean Jaurés, que já em 1904 concluiu uma longa história socialista, e Albert Mathiez, com diversos trabalhos pontuais, foram os inauguradores dos estudos marxistas sobre a Revolução Francesa. Mas foi Georges Lefebvre, ao trazer os camponeses para sua história social, quem consolidou o marxismo como principal escola interpretativa na Academia durante a década de 1950; seguido por Albert Soboul, o pesquisador dos *sans-culotte*, e por Georges Rudé, o estudioso das massas, na década de 1960.

Mais recentemente, Michel Vovelle revitalizou os estudos marxistas sobre a Revolução Francesa no início da década de 1970 ao trabalhar também com as transformações políticas. Além, evidentemente, de Eric Hobsbawm, que tratou do tema em sua *Era das Revoluções*, de 1962, e também em *Ecos da Marselhesa*. A escola marxista se impôs durante o século XX não somente como outra corrente interpretativa: ela reclamou para si o estatuto de ciência com uma teoria e uma metodologia própria, transformando-se na nova ortodoxia acadêmica.

Foi por obra de ex-comunistas que essa escola passou a ser combatida. François Furet, ao criticar no ano de 1971 a doutrinação marxista em seu artigo “O catecismo da Revolução Francesa”, publicado nos *Annales* e republicado no livro *Pensando a Revolução Francesa*, pode ser considerado o precursor e principal nome da nova historiografia, chamada de *revisionista*. A ele, seguiu-se Colin Lucas no artigo da revista *Past and Present*, de 1973, e Alfred Cobban, ao mostrar a fragilidade empírica marxista no seu livro *A interpretação social da Revolução Francesa*. Para esses autores, a Revolução trouxe muito mais mudanças políticas do que sociais, logo não seria uma revolução social; teria motivações de conjuntura política, como a disputa para a ocupação de cargos públicos, o que permitiu o uso futuro do Estado em proveito privado.

A dura crítica feita à historiografia marxista e, por extensão, à história social, permitiu, também, o surgimento de uma *história cultural*, a partir da década de 1970. Mona Ozouf foi uma das pioneiras ao escrever em 1976 sobre a festa revolucionária e Maurice Agulhon em 1979 sobre a importância das imagens e dos símbolos. Robert Darton utilizou-se dos jornais, das charges e das imagens, e Lynn Hunt vai desenvolver um trabalho no qual ela enfoca a cultura política revolucionária. A Revolução Francesa, tida como essencialmente política na escola revisionista, seria agora estudada na perspectiva da criação de uma nova cultura política, ou, como enfatizou Furet, na criação de uma ideologia revolucionária e comemorativa. Os novos trabalhos assumirão tanto um caráter *événementielle*, ou seja, de estudo de caso de evento, como em Lynn Hunt, que se debruçou

sobre o período revolucionário, como terão estudos de duração mais extensa, mostrando a institucionalização da Revolução nas obras de Furet e Agulhon ou até mesmo em Vovelle. Além disso, desde a década de 1970, houve um novo fôlego para a *história intelectual* de autores como Jean Starobinski e Dominik LaCapra.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia os três trechos de textos a seguir e diga em qual corrente historiográfica sobre a Revolução Francesa cada um deles pode ser incluído. Cite algumas palavras-chave dos textos que validem sua resposta:

a.

“A Revolução francesa constitui, junto àquelas holandesa e inglesa do século XVII, o coroamento da longa evolução econômica e social que tornou a burguesia dona do mundo.”

Corrente historiográfica: _____

Palavras-chave: _____

b.

“Desde a abertura dos Estados Gerais, em 1789, a roupa possui um significado político. Em 1790, os jornais dedicados à moda apresentam um ‘traje estilo Constituição’ para as mulheres que, em 1972, torna-se o ‘chamado traje estilo igualdade com um toucado muito em moda entre as republicanas.’”

Corrente historiográfica: _____

Palavras-chave: _____

c.

“Na França, todos aqueles que estavam se tornando intelectual e ideologicamente desencantados com a tradição historiográfica ortodoxa encontraram sua inspiração no trabalho de ex-comunistas como (...), que estavam determinados a quebrar o círculo vicioso da historiografia comemorativa.”

Corrente historiográfica: _____

Palavras-chave: _____

Resposta Comentada

a.

Corrente historiográfica: Marxista ou social.

Palavras-chave: Evolução, econômica, social, burguesia.

b.

Corrente historiográfica: Cultural ou cultura política.

Palavras-chave: Roupa, significado político, moda, traje, estilo.

c.

Corrente historiográfica: Revisionista.

Palavras-chave: Tradição, ortodoxa, ex-comunistas, círculo vicioso, historiografia comemorativa.

A simbologia da Revolução: diferentes apropriações durante e depois

A Queda da Bastilha, em 14 de julho de 1789, é o marco inicial da Revolução Francesa. Mesmo sem a clara noção do que este ato representaria depois, os revolucionários foram hábeis o suficiente para fazer com que a Queda da Bastilha simbolizasse, não somente para os que viveram aqueles dias, mas, futuramente, para toda a população francesa e a do restante do mundo, a luta pela conquista da liberdade política. A bandeira tricolor, símbolo maior da França,

com seu azul da liberdade, vermelho da fraternidade e branco da igualdade, é sinônimo do ideal revolucionário de rompimento com o Antigo Regime. Não à toa a propagação desses ideais durante o período da Revolução Francesa e também no sucessivo período napoleônico, levou à criação de diferentes bandeiras tricolores no resto da Europa: na Itália, na Irlanda, na Romênia, entre outros países, sempre simbolizando a luta contra um inimigo monárquico opressor. Também o Hino Nacional Francês, “A Marselhesa” de 1792, entoado sempre que se quer lembrar que a liberdade não é uma dádiva, mas sim uma conquista, são simbologias construídas através do tempo, mas cujo marco inicial encontra-se lá, nos primeiros anos da Revolução, quando cai a monarquia e nasce a República.

A historiografia sobre a Revolução Francesa que trabalhou a questão da nova cultura política, enfatizou a importância dos símbolos, das imagens, para a criação e a sedimentação de uma cultura política revolucionária. Começando com Marianne, a figura alegórica de uma mulher que representa a República, principal símbolo da Revolução: sua imagem já aparece no selo de 1792 e em todas as representações republicanas posteriores. A pátria-mãe, sempre em luta contra os inimigos externos e internos, até se tornar definitivamente o símbolo do poder da França, no final do século XIX. A importância de Marianne não é casual, uma vez que a participação feminina durante a Revolução foi marcante. Nas ruas, durante os dias de outubro quando milhares de mulheres puseram-se em marcha em direção a Versalhes, ou dentro dos clubes e nas federações, a presença da mulher na política assumiu proporções nunca antes vista na Europa e culminou na fundação da Sociedade das Mulheres Republicanas Revolucionárias, em 1793.



Figura 1.3: Busto de Marianne.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a0/Marianne_%28Symbol_of_french_republic%29.jpg

Alguns símbolos eram de uso pessoal, como o barrete frígio ou o laço republicano (laço em volta do pescoço, usado pelos republicanos para se identificarem às vésperas da Revolução) e assinalaram, principalmente nos anos iniciais da Revolução, as diferenças políticas existentes entre franceses conservadores e franceses republicanos e até dentro destes últimos. O uso dos símbolos ultrapassou o mero carácter alegórico, dado às imagens, e constituiu-se na própria forma da prática política revolucionária.



Figura 1.4: O chamado "laço republicano".

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:French-roundel.svg>



Figura 1.5: O barrete frígio.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Phrygian_cap.svg



Roupas e Revolução...

A vestimenta também teve seu caráter de uso simbólico.

Muito mais do que símbolo da posição social, a roupa passou a significar a posição política, defendida por cada francês. A seguir, indicamos três *links* de acesso à sessão de imagens da Biblioteca Nacional da França em que é possível observar imagens de gravuras que reproduzem a vestimenta usada por tipos diferentes de franceses (homens e mulheres) durante o período revolucionário:

1) “O exclusivo: viver livre ou morrer” traje utilizado pelos *sans-culotte* (imagem de 1796-7)

<http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Daguerr&O=7806728&E=JPEG&NavigationSimplifiee=ok&typeFonds=noir>

2) “O independente”: traje utilizado pelos burgueses republicanos (desenho de Beauvert).

[http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Daguerre
&O=7866264&E=JPEG&NavigationSimplifree=ok&typeF
onds=noir](http://visualiseur.bnf.fr/Visualiseur?Destination=Daguerre&O=7866264&E=JPEG&NavigationSimplifree=ok&typeFonds=noir)

3) “A mulher do *sans-culotte*: uma graciosa moça” em 1792
[http://visualiseur.bnf.fr/ConsulterElementNum?O=79078
58&E=JPEG&Deb=1&Fin=1&Param=B](http://visualiseur.bnf.fr/ConsulterElementNum?O=7907858&E=JPEG&Deb=1&Fin=1&Param=B)

A Revolução Francesa não se encerrou nela mesma. Seus ecos ressoaram por toda a Europa, instigando a luta contra a aristocracia e as monarquias opressoras. Eles foram apropriados de forma diferente por republicanos na Holanda, Itália, Grécia, Polônia e Irlanda, em luta contra monarquias opressoras. Jacobinistas, carbonários, dezembristas, foram alguns dos nomes que tomaram os republicanos radicais nesses locais, estimulando a formação do sentimento nacionalista moderno. Também pela América Latina as ideias revolucionárias propagaram-se como no Haiti que viveu diretamente sua Revolução em 1791, ou nos ideais bolivarianos de independência de colônias da América Espanhola, ou, ainda, nas ideias de republicanos brasileiros durante a independência, como Cipriano Barata.

Porém, a consolidação do ideário revolucionário, mesmo na França, ainda demorou muito tempo. A Marselhesa somente se tornou o Hino Oficial Francês em 1879. A escolha do 14 de julho como data comemorativa para a festa nacional francesa somente ocorreu em 1880 como uma jogada para a consolidação da Terceira República. Nos dez anos seguintes, a festa pela Queda da Bastilha cumpriu um rol importante até a comemoração do centenário quando foi inaugurada a Torre Eiffel, símbolo do novo poderio da França republicana. A institucionalização da Revolução, como símbolo pátrio, os monumentos e marcos comemorativos em referência a ela, fizeram parte de um esforço, não sem disputas conflituosas, de construção da memória nacional francesa.



Atende ao Objetivo 3

3. Desde o ano de 1999, o Governo e as instituições nacionais francesas utilizam em cada documento oficial (cartas, relatórios, leis) o mesmo logo reproduzido aqui. Faça uma análise explicativa do significado de todos os símbolos (imagem e texto) que aparecem neste logo.



Liberté • Égalité • Fraternité

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE

Fonte: http://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Logo_de_la_R%C3%A9publique_fran%C3%A7aise.svg

Resposta Comentada

Podemos começar pelo lema da Revolução, representado pelas cores da bandeira tricolor, símbolo maior da França: o azul da liberdade (política), o vermelho da fraternidade (entre os homens) e o branco da igualdade (social). O lema é uma projeção do ideal revolucionário de rompimento com o Antigo Regime e funda a República Francesa, esta representada de forma alegórica por uma mulher, Marianne, a mãe-pátria. A adoção definitiva dessa bandeira em 1830 e a instituição da data comemorativa do 14 de julho como festa nacional francesa significam a institucionalização da Revolução. Na prática, seus ideais, especialmente a questão da igualdade social, não foram efetivamente alcançados.

CONCLUSÃO

O 14 de julho de 1789 tornou-se um momento-chave na história moderna da Europa e do mundo contemporâneo, introduzindo a questão da liberdade política e da cidadania. Ele se encontra na largada de uma nova fase da história humana, da abolição de privilégios com a publicação da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* em 26 de agosto de 1789. A partir dessa data, os franceses não se conformariam mais em ser súditos de um monarca, mas sim cidadãos que formam uma nação, propagando esses ideais para o resto da Europa.

Uma nação define-se por, “no passado, uma herança de glórias e de lembranças a compartilhar, no futuro por um mesmo programa a realizar”, disse Ernest Renan em sua conferência pronunciada no ano de 1882 (*O que é uma nação?*). O 14 de julho e a Queda da Bastilha tornaram-se símbolos mundiais, mitos fundadores das Repúblicas modernas e da ideia de cidadania.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

A maioria das periodizações traz o evento da Revolução Francesa, o 14 de julho de 1789, como a data de início da História Contemporânea. Após o estudo desta aula, explique qual o sentido em se adotar este marco inaugural para a construção do mundo contemporâneo.

Resposta Comentada

A Idade Moderna foi caracterizada pela contínua centralização do poder nas mãos de um governante soberano, o rei, que cumpriu o papel histórico de aglutinar em um Estado, os diferentes potentados senhoriais dispersos no território. Essas antigas relações foram “revolucionadas” com a Queda da Bastilha, fato que permitiu o acesso da burguesia ao poder político na França. No entanto, essa não seria a única transformação trazida com a Revolução Francesa. Na medida em que, na linha de frente do processo revolucionário, surgiram massas populares, os trabalhadores sem poder político e também sem poder econômico tornaram-se, enquanto multidão anônima, também protagonistas da história. O artigo primeiro da **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, ao afirmar que todos os homens nascem iguais em direitos criou uma metáfora simbólica na qual o novo período que surgia tinha como projeção futura uma igualdade social até então inusitada. Nesse diferencial histórico, reside a interpretação de que a Revolução Francesa inaugurou uma nova era. Uma idade na qual, para a população, a soberania tornou-se uma questão de pertencimento à pátria, de cidadania.

RESUMO

Nesta aula, estudamos em linhas gerais o processo da Revolução Francesa durante os dez anos em que ela durou, de 1789 a 1799. Vimos como se deu a queda do Antigo Regime e da Monarquia Absolutista, sua transformação em Monarquia Constitucional e depois em República. Vimos também os conflitos internos entre os diferentes segmentos sociais protagonistas da Revolução e que levaram ao período denominado Terror e depois à reação termidoriana. Encerramos esta história da Revolução Francesa, estudando a crise do governo do Diretório e a ascensão de Napoleão Bonaparte. O estudo foi efetuado com base na historiografia existente sobre o tema e pudemos ver as diferentes correntes historiográficas existentes. Por último, vimos a grande importância dos símbolos e das imagens para a Revolução e estudamos seus desdobramentos e a institucionalização da memória sobre ela.

Informação sobre a próxima aula

Na Aula 2, veremos como os ideais da Revolução Francesa propagaram-se pela Europa, durante o século XIX, e engendraram a formação de novas nações e o sentimento do nacionalismo nas populações.



Aula 2

A formação dos
Estados-nação
e o processo de
nacionalização
das massas

Massimo Sciarretta

Meta da aula

Apresentar o processo de formação do Estado-nação e de nacionalização das massas como marcos da idade contemporânea.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. avaliar a gênese histórica e intelectual do processo que levou ao surgimento do Estado-nação no século XIX e identificar as características do processo de nacionalização das massas;
2. identificar os desdobramentos que o processo de criação do Estado-nação proporcionou ao longo do século XIX e no começo do século XX;
3. avaliar as diferentes abordagens historiográficas da questão da identidade nacional.

INTRODUÇÃO

No século XIX, “nacionalismo” torna-se a palavra de ordem da luta política europeia, envolvendo elites, massas e intelectuais. Entretanto, o que se entende quando se fala de formação de Estado-nação e de processo de nacionalização das massas? E por que estas dinâmicas históricas adquiriram tal porte, a ponto de serem consideradas entre os marcos da época contemporânea?

A maioria dos seres humanos acha natural o fato de pertencer a uma nação, do mesmo jeito que ocorre com a família. Se hoje, com efeito, parece-nos normal olhar com senso de pertencimento a Bandeira nacional, ver cada povo cantar e emocionar-se com seu hino antes de uma solenidade ou dos jogos do time nacional, se, finalmente, quando viajamos para o exterior, utilizamos o passaporte expedido pelo nosso Estado como se fosse a coisa mais natural do mundo, devemos fazer o esforço de pensar que nem sempre foi assim e que é esta uma das mudanças mais significativas proporcionadas pela idade contemporânea.

Se olharmos para os acontecimentos históricos de longo período, entenderemos, portanto, que a ideia do Estado como comunidade delimitada por limites geográficos dentro da qual vivia uma nação (isto é, pessoas com algo em comum que só pertencia àquela coletividade) é um fenômeno historicamente recente, cujos primeiros exemplos remontam à Revolução Americana de 1776 e, sobretudo, à Revolução Francesa de 1789.

Isto não quer dizer que é apenas a partir destas datas que se assiste à formação de entidades estatais de grandes dimensões dotadas de autonomia política, sendo este um processo que começa com a Idade Moderna, decretando o fim da “parcelização do poder”, típica da Idade Média, e o início de uma tendência que chega até os nossos dias (e que proporcionou, na Europa, a passagem das cerca de 500 entidades estatais do século XVI para as 25 nações do fim do século XX).



Parcelização do poder

Pela expressão “parcelização do poder” se entende a subdivisão do poder típica do período do feudalismo, em que o poder do imperador (ou o do rei) – embora hierarquicamente no topo da pirâmide feudal – não se encontrava centralizado em suas mãos, mas sim fragmentado em pequenas partes correspondentes a outros tantos centros de poder (suseranos, vassalos), cada um formando uma “ilha de jurisdição” com suas próprias leis.

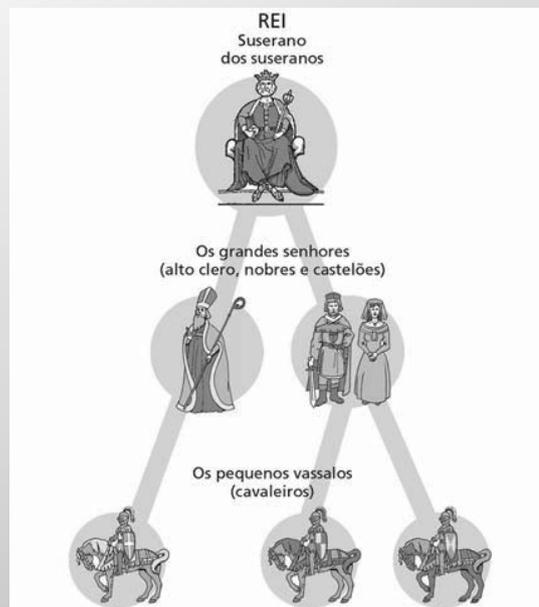


Figura 2.1: Parcelização do poder.

Fonte: historia7-penedono.blogspot.com

Por outro lado, também o patriotismo e o nacionalismo não são fenômenos surgidos do nada – em 1776 ou em 1789 –, tendo base em sentimentos presentes já há muito tempo antes nas elites europeias.

Entretanto, o que acontece a partir dos processos revolucionários nos Estados Unidos e na França é a combinação destes elementos (Estado + nação + povo). Se já havia muito tempo que os Estados faziam

do elemento da territorialidade seu critério principal, a partir de agora, então, eles possuíam uma forma ideológica que dava justificção à sua existência, isto é, o fato de eles serem a expressão do povo-nação. O sentimento nacional dotava-se de um projeto concreto, demonstrando-se um elemento contagiante e dotado de forte carga ideal, como comprovado pela formação de exércitos de voluntários que, nos EUA e na França, lutam e morrem para defender o próprio território.

Salienta um dos historiadores que mais estudaram o fenômeno, Anthony D. Smith:

A nação moderna é uma “nação de massas”, isto é, algo que tende a incluir em sua definição a população em seu conjunto, o “povo”, entendido como totalidade dos que participam da vida da nação (SMITH, 1992 apud BANTI, 2010, p. 46).

Se todos os historiadores concordam que o processo de formação dos Estados nacionais é um fato historicamente ocorrido e constatam que – com este – grandes massas de pessoas no interior de cada país começam a tomar consciência e convicção de pertencer àquele Estado, enquanto expressão da sua nacionalidade, várias são as interpretações historiográficas sobre o conceito de nação e, por consequência, diferentes as análises acerca do surgimento dos Estados-nação na época contemporânea.

Afinal, o que é uma nação? E como se define o conceito de “povo” que nela vive e a compõe? Infelizmente, não há uma definição unanimemente aceita entre os estudiosos da matéria.

Com efeito, se pensarmos no fato de a Revolução Francesa ter reivindicado os ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade” como universais, podemos estranhar o fato de ela mesmo ter sido a geradora de um princípio dotado de exclusividade, como o de Estado-nação, o que faz afirmar ao pesquisador Maurice Blok que “a Revolução Francesa foi completamente estranha ao princípio e ao sentimento de nacionalidade, sendo inclusive hostil a ele” (BLOK, 1899, p. 939).

Entretanto, podemos concordar com esta afirmação somente ao considerarmos a identidade nacional exclusivamente do ponto de vista "natural", isto é, como algo em comum que é preexistente (língua, etnia, história, religião). Não podemos, ao invés, aceitá-la se conjeturarmos que haja uma nação também no caso em que pessoas não vinculadas por elementos "objetivos" sintam-se, de qualquer forma, pertencer a uma mesma coletividade por compartilharem, por exemplo, os mesmos valores civis e políticos, como no caso da Revolução Francesa.

No século XIX, a equação "nação = Estado = povo" vinculava, sem dúvida, a nação ao território. Contudo, sobressai o historiador inglês Eric Hobsbawm:

(...) pouco é dito a respeito do que constitui um "povo". Particularmente, não há conexão lógica entre o corpo de cidadãos de um Estado territorial, por uma parte, e a identificação de uma "nação" em bases linguísticas, étnicas ou em outras com características que permitam o reconhecimento coletivo do pertencimento de grupo. (...) Como vimos, exceto para um território de extensão indefinida (e talvez para a cor da pele) nenhum desses critérios uniu a nova nação americana. Além disso, na medida em que durante as guerras revolucionárias e napoleônicas a "*grande nation*" francesa alargou suas fronteiras para áreas que não eram francesas sem possuir nenhum dos critérios citados de vínculo nacional, torna-se claro que nenhum deles era à base de sua constituição. (...) Não há dúvida de que, para a maioria dos jacobinos, um francês que não falava o francês era suspeito (...). Mas o que deve ser notado é que, na teoria, não era o uso nativo da língua francesa que fazia de uma pessoa um francês (...) e sim a disposição de adotar a língua francesa junto com outras coisas como a liberdade, as leis e as características comuns do povo livre da França (HOBSBAWM, 2008, p. 32-34).

A reflexão de Hobsbawm é persuasiva. Entretanto, estamos certos de que a simples vontade de ser parte de um povo-nação é suficiente? Como explicar, então, durante o nazismo, o sentimento de antissemitismo de uma parte conspícua do povo alemão contra alemães de origem judaica?

Aliás, no próprio exemplo da constituição da nação americana citado pelo autor é colocado entre parênteses um elemento (o da exclusão da nacionalidade americana pelos nativos e pelos negros trazidos da África como escravos) que prescinde do mero desejo de fazer parte do “povo-nação”. Disto é perfeitamente consciente o próprio Hobsbawm, o qual dirá que “não há uma definição *a priori* (isto é, clara desde o princípio) do que constitui uma nação”.

Para responder a estas questões, faz-se necessário, antes de mais nada, delimitar a gênese histórica e intelectual do processo que levou ao surgimento dos Estados-nação no século XIX, identificar as características do processo de nacionalização das massas e individualizar os desdobramentos que tais processos proporcionaram ao longo do século XIX e no começo do século XX.

O surgimento do conceito de nação na Europa e o processo de nacionalização das massas no século XIX

Convencionalmente, costuma-se identificar o início da Era Contemporânea com a Revolução Francesa de 1789, por uma série de motivos. Entre eles, sem dúvida, destaca-se a consagração dos conceitos de pátria e nacionalidade ao nível de massas e sua propagação pelo mundo afora.

Com efeito, se elementos indiscutíveis de nacionalismo afloram também na rebelião dos colonos americanos contra a mãe-pátria inglesa, é com a Revolução Francesa e com as conquistas napoleônicas que tais ideais conhecem uma difusão global.

Quando os Estados do *Ancien Régime* (Antigo Regime) europeu atacaram a França na tentativa de sedar o foco revolucionário francês que colocava em xeque o antigo sistema político-institucional do Velho Continente (pautado na divisão da população em ordens), a população francesa respondeu com um vigor extraordinário, que derivava de uma forte coesão nacional.

Com efeito, a defesa dos ideais de emancipação, obtidos com a Revolução, havia gerado no interior da coletividade francesa a criação de um novo e poderoso cimento social, militar e econômico, isto é, a consciência em seus integrantes de ser parte de um todo, o que proporcionou o surgimento de uma verdadeira e própria religião laica: a religião nacional.

Na primeira aula, deparamo-nos com as considerações do historiador Jules Michelet sobre o espírito dos franceses quando do I aniversário da Revolução Francesa [“A França de 1789 sentiu a liberdade, a de 1790 sente a unidade da pátria” (MICHELET, 1998, p. 400)].

Com efeito, a partir daí é que se registra o surgimento do patriotismo ao nível de massas, acarretando o deslocamento do “fogo das paixões” da religião para a política, com a pátria tornando-se “a nova divindade do mundo moderno” (CHABOD, 1998, p. 61). Um fogo destinado a colocar em chamas o continente inteiro durante o período napoleônico, o qual representou a fase de expansão do projeto revolucionário para a Europa, transformando a Revolução Francesa em Revolução europeia e marcando de forma indelével as dinâmicas não apenas europeias, mas mundiais.

Se a França revolucionária antes e napoleônica depois conseguiu – vitória após vitória – defender seu território para depois ampliá-lo, propagando os ideais da Revolução de 1789, foi principalmente graças à sua organização administrativa e militar que mostrava uma solidez e um espírito combativo nunca vistos antes.

Com o alistamento obrigatório, introduzido para repelir as invasões externas por parte dos Estados que queriam restaurar a velha ordem, o Exército francês tornou-se um exército de patriotas e não mais de mercenários, uma usina na qual forjou-se um primeiro esboço de espírito nacional de cidadãos que se sentiam unidos por um ideal que os projetava para além das meras individualidades.

A defesa do interesse comum contra os interesses particulares, as instâncias de autodeterminação, o compartilhamento dos ideais de fraternidade, de igualdade jurídica dos cidadãos, de liberdade fomentaram uma primeira forma virtuosa de pertencimento nacional que não demorou a fascinar as populações europeias em seu conjunto. Deste ponto de vista, de acordo com o filósofo Antonio Gramsci, “as baionetas dos exércitos de Napoleão encontraram o caminho já preparado por um exército invisível de livros, de opúsculos e de idéias” (GRAMSCI, 2004, p. 59-60).



O exército napoleônico

Em particular, durante o período napoleônico, a Grande Armée francesa, o Exército, revelou-se a formidável alavanca de penetração e conquista do continente europeu. O alistamento militar de massas (que já vigorava a partir da Revolução Francesa, mas que agora foi estendida para os países-satélites) tornou o Exército francês o maior e o mais poderoso da Europa, de modo a alcançar o número de 600 mil homens.

A profissionalização dos oficiais, a criação de tropas de elite, o prestígio e a ascensão social ligados à carreira militar confirmaram o papel preeminente conferido ao Exército na sociedade napoleônica.



Figura 2.2: Carl von Steuben, *O retorno de Napoleão de Elba*, 1818. Óleo sobre tela (97x128cm).

Fonte: <http://www.kunst-fuer-alle.de/deutsch/kunst/kuenstler/kunstdruck/karl-von-steuben/17552/5/117592/die-rueckkehr-napoleons-von-der-inselelba/index.htm>

Também, quando em 1815, com a batalha de Waterloo, as potências europeias do Antigo Regime conseguem derrotar definitivamente o exército napoleônico, nada podem contra a propagação dos ideais cuja empreitada napoleônica fazia-se portadora, condicionando a história dos países europeus e marcando o definitivo ocaso de um mundo caracterizado pelo absolutismo político, a sociedade estamental e o mercantilismo.

Embora derrotada militarmente, a Revolução Francesa havia triunfado no âmbito das ideias, também no tocante aos sentimentos de independência nacional.

Com efeito, em toda Europa, o desenvolvimento “burguês” da sociedade demandava uma significativa modernização das instituições políticas, os valores burgueses não se conciliando mais com a volta ao antigo equilíbrio de poderes, pautado na aliança entre monarquia, Igreja e aristocracia fundiária. Por outro lado, a conquista napoleônica havia propiciado ao mesmo tempo – como

uma onda de refluxo – o surgimento de tentativas de imitação bem como de mobilização antifrancesa, que haviam favorecido o surgimento nas sociedades europeias de uma forma embrionária de sentimento patriótico nos países invadidos.

De tal forma, às sempre mais amplas aspirações das sociedades europeias com questões que poderíamos definir de política interna (maior liberdade econômica e igualdade jurídica e política no interior de cada Estado), juntaram-se reivindicações de autonomia e de independência nacional, estas igualmente – é importante sobressair – influenciadas não apenas por sentimentos ideais.

Pelas elites europeias, de fato, o “princípio de nacionalidade” tornou-se uma onda proveitosa a se cavalgar também por razões econômicas, bem como político-sociais.

Do ponto de vista econômico, o Estado nacional garantia a segurança da propriedade e dos contratos, melhor do que qualquer outra entidade política, sendo a concepção de “interesse nacional”, apaziguadora de conflitos entre as diversas classes que formavam a comunidade.

Do ponto de vista político-social, porque as classes dirigentes europeias do século XIX encontravam no conceito de pátria um poderoso e eficaz meio para o exercício do poder – como foi a religião nos séculos passados –, diante da grande maioria da sociedade que não mais aceitava algum tipo de divisão previamente constituída entre governantes e governados como na época moderna.

Como veremos nos capítulos seguintes, a formação dos Estados nacionais conhece razões, modalidades e êxitos diferentes na Europa, avaliadas com interpretações não unânimes por parte dos historiadores. Entretanto, deixando momentaneamente de lado este assunto, o que podemos constatar sem medo de ser desmentidos é que, no século XIX, em todos os Estados em que se realiza o projeto de independência nacional, assiste-se a uma vigorosa ação de “pedagogia nacional” que dura mais de um século, voltada a conscientizar as várias populações europeias, sobre seu ser nação,

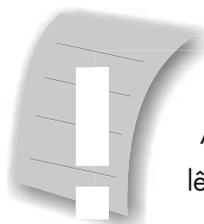
um processo colossal, chamado pelo historiador George L. Mosse de “nacionalização das massas” que comportará desdobramentos cruciais, para se entender a idade contemporânea.

Tal processo de “nacionalização das massas” teve seu alvo principal nos campos, haja vista o fato da Europa, da primeira parte do século XIX, ser caracterizada ainda pela predominância do mundo rural.

Camponeses, artesãos, mas também operários e burgueses, enfim, milhões de pessoas acostumadas a raciocinar com uma concepção de espaço bastante limitada, habituadas a enxergar na palavra “comunidade” o estreito círculo das pessoas da aldeia por eles conhecidas, tomam consciência, aos poucos, de ser parte de uma realidade bem maior, aprendem o significado de conceitos abstratos como o de pátria e de nação.

Para realizar este imponente projeto de engenharia social, as classes dirigentes dos vários países – no dizer de Mosse – servem-se de uma “política nova”, inusitada, que não apela à razão, mas sim às emoções, uma operação necessária para engajar na empreitada nacionalista populações com milhões de analfabetos.

Esta política é “nova” também porque os governantes conferem-lhe uma “estética” solene, tendo em vista conferir ao conceito de nação uma aura de sacralidade. Concebem, assim, o discurso nacionalista como se fosse um discurso religioso, por um lado exigindo das massas uma atitude semelhante à dos fiéis, diante das Verdades Reveladas pelo credo religioso; por outro lado, as elites nacionais moldam os aspectos mais importantes da comunicação, conforme práticas religiosas. Nascia, assim, (na esteira do exemplo da Revolução Francesa) o culto da nação, observado através de festas públicas com modalidades litúrgicas, o recurso a símbolos, imagens, alegorias, personagens históricos que representem a grandeza passada da nação.



Bandeiras

As bandeiras são o símbolo nacional por excelência, estandartes móveis que assinalam valores e características imutáveis: a tricolor da *Civilisation Française*, a *Union Jack* da democracia parlamentar inglesa, as estrelas e listras da fronteira americana, o sol vermelho que ilumina o caminho do Japão.



Figura 2.3: Bandeiras em frente ao prédio da ONU.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira>

Bandeiras fincam-se no terreno para representar pertencimento ou conquista, homenageiam-se para mostrar respeito, queimam-se para expressar ódio.



Fontes: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira>; http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/a/a1/WW2_two_jima_flag_raising.jpg; <http://www.ssp.rs.gov.br/galeria/Continencia.jpg>; http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b6/US_flag_burning.jpg

A Bandeira Francesa de 1789 é o símbolo do primeiro Estado-nação e a fonte de inspiração para os nacionalismos que vieram posteriormente, tendo estes, adotado – com inúmeras variações cromáticas – aquele primeiro tricolor nacional. Vejam o significado das bandeiras europeias em <http://www.joaoleitao.com/viagens/2008/04/06/significado-bandeiras-europa/>

Se, portanto, os principais símbolos da nacionalização são as bandeiras, os hinos, as pinturas, as estátuas, as poesias, as narrações, as obras teatrais, os fundamentais veículos de conscientização nacional e de agremiação do “povo-nação”, são a escola e o exército, mas também a nova rede de comunicação e o modificado sistema político-representativo.

A tal respeito, outro historiador que se interessou por este processo de coesão nacional, Eugen Weber, em seu estudo sobre as comunidades camponesas da França do fim do século XIX (mas que vale em boa parte também para a análise dos outros países europeus), observou de como “a passagem de camponeses para franceses” passava por diversos fatores ligados à industrialização. Entre estes, uma rede rodoviária e ferroviária capilar, e bem articulada, produto da modernização viabilizada pela Revolução Industrial, que facilitou muito os movimentos, as trocas e o conhecimento entre as várias regiões do país. Da mesma maneira, a mudança no sistema político-representativo, através do sufrágio universal masculino, e o surgimento dos grandes partidos de massas haviam empurrado um grande número de indivíduos a participarem da vida da comunidade nacional. Entretanto, foram, sobretudo, a escola e o exército as grandes alavancas do processo de nacionalização das massas.

Na escola do Estado-nação, aprende-se a língua nacional, a ser falada de forma homogênea pelo conjunto da população, sendo banido o ensino do dialeto, expressão, ao contrário, do

particularismo regional de cada área. Nela se aprende o hino – “a canção da nação” –, que narra as gestas dos heróis que viabilizaram o surgimento do Estado nacional (“Ouviram do Ipiranga as margens plácidas/de um povo heroico o brado retumbante...”).

Já a geografia torna-se instrumento fundamental de aprendizagem, desenhando os contornos morfológicos do país, o que confere fisicidade a um conceito de nação, percebido pelos demais como algo abstrato.

A história, finalmente, desenvolve a tarefa de infundir nas novas gerações o espírito nacional, através da busca (ou da criação...) de um passado glorioso comum, tal a mostrar a nação como fenômeno antigo, produto de uma história sedimentada nos séculos.

Neste processo de nacionalização, também o exército revestiu um papel de primeira grandeza. Através do alistamento obrigatório (aqui também em imitação do exemplo francês), forjava-se o espírito de corpo, inculcava-se o orgulho de servir à pátria comum e, se necessário, de morrer, defendendo-a (“...Se o penhor dessa igualdade/conseguimos conquistar com braço forte/Em teu seio, ó liberdade/desafia o nosso peito a própria morte!”). Pessoas oriundas dos mais diferentes e distantes lugares encontravam-se pela primeira vez no exército, vestidas com o mesmo uniforme militar, prestando continência à mesma bandeira.

Mais um fator aglutinador foi o esporte: o ciclismo, por exemplo, com o *Tour de France* ou o *Giro d'Italia*, possibilitou aos franceses e aos italianos efetuarem uma viagem virtual pelo próprio país junto com os seus heróis, acompanhados em suas empreitadas nos mapas das competições esportivas. Já o futebol levava as massas rumo aos estádios, assim favorecendo os primeiros encontros de massas entre pessoas unidas pela paixão com a mesma seleção. Finalmente, um papel significativo é conferido à arte. À música reservara-se a tarefa de dar sonoridade e letras a um novo espírito nacional, emblematicamente representado pelo hino, enquanto o teatro, as pinturas, a escultura preocupavam-se em dar fisicidade ao conceito de pátria.

Assim Hobsbawm sintetiza esta atividade capilar do Estado:

Ao longo do século XIX, as intervenções (do Estado) tornaram-se tão universais e rotinizadas que uma família teria de viver em um lugar muito inacessível se um de seus membros não quisesse entrar em contacto regular com o Estado nacional e seus agentes: através do carteiro, do policial ou do guarda, e oportunamente do professor; através dos homens que trabalhavam nas estradas de ferro, quando estas eram públicas; para não mencionar quartéis de soldados ou mesmo bandas militares, amplamente audíveis. Cada vez, o Estado detinha informações sobre cada um dos indivíduos e cidadãos através do instrumento, representado por seus censos periódicos regulares (...), através da educação primária teoricamente compulsória e através do serviço militar obrigatório (HOBSBAWM, 2008, p. 102).

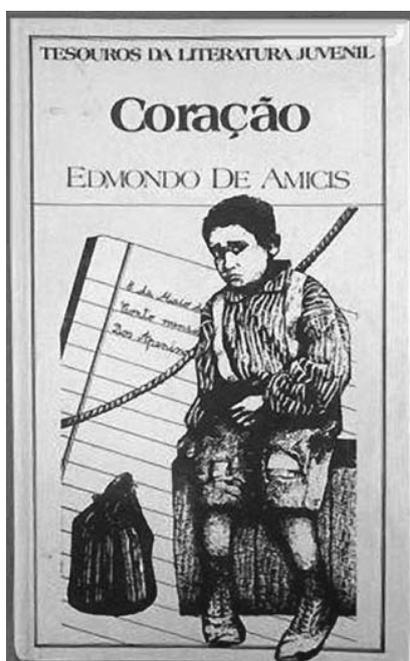


Atende ao Objetivo 1

1. No livro *Coração*, escrito por Edmondo De Amicis logo após a unificação da Itália, narra-se o dia a dia de Henrique, aluno do primeiro grau, ao longo do ano escolar. Os episódios, divididos de acordo com os vários meses do ano, são relatos, na primeira pessoa, da vivência de uma criança e de sua aprendizagem (através da escola) das virtudes nacionais: a irmandade, o amor pela pátria, o respeito pelas autoridades, o heroísmo.

Num episódio de novembro (intitulado "os soldados"), Henrique relata a emoção em ver passando na avenida um regimento de infantaria:

A bandeira, empunhada por um oficial, passava diante de nós, toda rota e desbotada, com as medalhas presas à haste... Todos nós saudamos ao mesmo tempo. O oficial olhou para nós, sorriu-se, e com um gesto retribuiu-nos o cumprimento. – “Bravo, rapazes!” Exclamou alguém por trás de nós. Voltamo-nos para ver. Era um velho que tinha na lapela do casaco a fita azul da campanha da Crimeia, um oficial reformado. – “Bravo!” – Disse – “bela coisa fizestes”. Por este tempo, a banda do regimento voltava ao fundo da avenida, cercada de uma turba de rapazes, que com gritos alegres acompanhavam o *clangor* das trombetas, como um canto de guerra. – “Bravo!” Dizia o velho oficial a encarar-nos. “Quem respeita a bandeira desde pequeno saberá defendê-la, quando for grande” (AMICIS, 1953, p. 48).



Fonte: http://s47.rapimg.com/upload_tmp/0/img_8201440_1253982266_abig.jpg

Com base no estudo dos instrumentos mais utilizados para a nacionalização das massas, comente a atitude dos alunos e a do velho oficial reformado.

Resposta Comentada

O episódio representa bem o processo de nacionalização das massas através dos dois canais mais tradicionais: a escola e o exército.

Na escola, aprende-se a ser parte da mesma nação, estuda-se a história gloriosa (antiga e recente) da pátria, seus contornos morfológicos, suas ideias e símbolos. Já no exército, é que se forja na prática o espírito patriótico, para servi-la e defendê-la até com a própria vida, se necessário. Aliás, neste breve trecho assistimos à recíproca influência entre estas duas ferramentas de coesão nacional, haja vista que a turma aprende a amar a pátria com o exemplo dos militares (a continência à bandeira, quando o exército passa), enquanto o corpo militar beneficia-se de soldados, criados desde pequenos no amor à nação (a frase do velho oficial).

A formação dos Estados nacionais, ao longo do século XIX e seus desdobramentos

Do ponto de vista das relações internacionais, o Congresso de Viena (1814-15) que decretava a derrota napoleônica representou um marco histórico, sancionando o acordo múltiplo entre os vários Estados como novo modelo pela solução das controvérsias. Isto é, predispondo uma gestão da política internacional compartilhada e negociada entre todos os países europeus, o que, de fato, abriu caminho para uma diferente concepção da gestão das questões supranacionais, em grau de facilitar a ação diplomática, dificultando

a militar. O sistema internacional que emergia e que se desenvolveu nos anos seguintes – embora caracterizado pela supremacia militar e econômica inglesa – consagrou uma nova “pentarquia” europeia, composta por Grã-Bretanha, França, Prússia, Áustria e Rússia. O que hoje poderíamos definir como uma ordem multipolar do mundo garantiu basicamente um século de ausência de grandes conflitos, envolvendo simultaneamente todas as grandes potências europeias.

Este breve preâmbulo sobre a situação internacional pode trazer a enganadora percepção do século XIX como um século de *longa pax*, o que é verídico apenas até certo ponto.

De fato, a um substancial equilíbrio internacional corresponderam grandes transformações no interior de cada Estado que, ao longo desse século, longe de incidir apenas na estrutura político-institucional de cada país, acarretaram reflexos externos de suma importância pela história contemporânea.

A tal respeito, a interpretação de quem, como Eric Hobsbawm, enxergou no período que vai de 1789 até a metade do século XIX uma “era das revoluções”, encontra ainda hoje muito consenso entre os historiadores.

Com efeito, as revoluções que eclodiram em toda parte na Europa (mas também no continente latino-americano) neste período ocorreram porque os sistemas políticos saídos do Congresso de Viena de 1815 demonstraram-se profundamente inadequados e anacrônicos, em um período caracterizado pelas rápidas mudanças proporcionadas pela “dupla Revolução”, que havia mudado a face do mundo no tocante à vertente político-ideológica (a Revolução Francesa) e aos aspectos socioeconômicos (a Revolução Industrial).

O próprio fato dos quatro países, saídos vencedores contra a França, tê-la acolhida no clube das cinco potências do “Concerto europeu”, em 1818 (quando a Europa estava sendo perpassada por grandes conflitos sociais), mostrava explicitamente que o inimigo, para as velhas classes dirigentes europeias, não era mais a revolução naquele país, mas sim as revoluções no continente.

Frisa Eric Hobsbawm:

Os modelos políticos, criados pela Revolução de 1789, serviram para dar ao descontentamento um objetivo específico, para transformar a intranquilidade em revolução e, acima de tudo, para unir toda a Europa em um único movimento – ou, talvez seja melhor dizer, corrente – de subversão (HOBSBAWM, 2010, p. 188).

Este movimento de subversão da ordem (re)constituída em Viena – que abalou o continente com repetidas ondas revolucionárias (1820, 1830 e 1848) – tinha seus eixos ideológicos no liberalismo e no nacionalismo.

Com efeito, as concepções de nação e de Estado-nação, pelo menos até a formação dos primeiros sistemas políticos democráticos (a partir do final do século XIX), estavam estreitamente atreladas à ideologia do triunfante liberalismo burguês, porque o desenvolvimento das nações era considerado pelos liberais como um estágio na fase do progresso e da evolução humana, que ia do pequeno ao grande grupo, da família à tribo, para depois chegar à região e, finalmente, à nação. Por tal motivo, conforme a progressiva afirmação econômica, social e política desta classe social ligada ao capital, o “princípio de nacionalidade” tornou-se pela primeira vez um tema maior na política internacional.



Liberalismo burguês

O liberalismo burguês à teoria política e filosófica que coloca ênfase no conceito de liberdade.

O liberalismo tem origem no século XVII, na Inglaterra, e seus propósitos são revolucionários pelos critérios da idade moderna, nascendo da tentativa da classe burguesa emergente de limitar o poder absolutista do soberano e os privilégios da classe aristocrática.

Neste sentido, o liberalismo nasce e desenvolve-se, antes de mais nada, como teoria de limitação do poder político, para depois estender este princípio a cada âmbito: jurídico, social, econômico, da vida privada. Contra a visão que tendia a privilegiar o poder do Estado, então, o liberalismo põe ênfase no indivíduo, na competição e no mérito. Deriva disto que o Estado liberal que se instaura em consequência das revoluções do século XIX nasce com a ideia de limitar a intervenção estatal ao âmbito da defesa e da segurança (embora, como vimos, a atividade de transformação do Estado territorial em Estado-nação torne-o bem mais invasivo do que o previsto). Aliás, o Estado liberal é um Estado cuja concepção do poder político ainda permanece elitista, sendo reservado a uma faixa restrita da sociedade (a mais culta e rica), embora para o bem da inteira coletividade, conforme a reflexão de Benjamin Constant: “Tudo para o povo, nada através dele.”

O fato da formação dos Estados nacionais ter tido o “selo” da classe burguesa (que os utilizou como ferramenta para arrombar a porta do sistema de poder aristocrático) não nos impede de constatar que, em várias circunstâncias, tal processo foi levado adiante pela própria velha classe aristocrática, ainda no comando. Aristocracia que se serviu do espírito nacional para fechar “a sete chaves” seu poder, como – para dar o exemplo mais clássico – no caso da Alemanha, em que o processo de formação nacional foi guiado pela antiga aristocracia fundiária (os *Junker*), com o apoio do exército.

Este esclarecimento introduz-nos à questão das distintas modalidades e dos diferentes êxitos que as lutas para a afirmação do princípio de nacionalidade registraram na Europa.

Com efeito, na França (mas também na Inglaterra), a formação de um Estado nacional deu-se no interior de Estados, já independentes, estruturados e etnicamente bastante homogêneos, favorecendo – como vimos – a adesão àquele espírito nacional na base do “direito de cidadania”, isto é, no fato dos membros da comunidade compartilharem os mesmos ideais civis e políticos.

De forma contrária, muitas outras destas instâncias nacionalistas desenvolveram-se dentro de “nações sem Estado”, isto é, no interior de territórios e de populações que não contavam com a autonomia e a independência política.

Neste pano de fundo, a falta de uma estrutura política e institucional, costurada em volta do povo-nação, proporcionara o surgimento de um nacionalismo não mais pautado no direito de cidadania, mas sim nas características étnicas, históricas e culturais do povo.

Nesta situação, as elites levaram adiante um projeto nacionalista de cunho comunitário, etnocultural, genealógico e tentaram envolver as massas camponesas – emblema da tradição e da autenticidade de um povo –, divulgando a ideia de uma origem comum (espiritual) e o sentido de uma missão nacional civilizadora a cumprir.

Na esteira do pensamento romântico, que dominou a Europa no século XIX, substituindo o Iluminismo, esta propensão a considerar as nações como algo “natural”, isto é, fenômenos primordiais e eternos que atravessavam a história da humanidade, levou a supremacia.

Como denunciara Federico Chabod, o conceito de nação que levou a melhor naquele período nascia de uma “revanche” da fantasia e do sentimento sobre a razão:

Dizer “sentido de nacionalidade”, significa dizer sentido de individualidade histórica. (...) Revanche da fantasia e do sentimento sobre a razão, significa dizer triunfo daquilo que mais é particular e diferenciado entre os homens em detrimento da ideia daquilo que é válido para todos os homens: a razão pode ditar regras de caráter universal, a fantasia e o sentimento inspiram cada uma de maneira

diferente tal que, contra as tendências cosmopolitas, voltadas a criar leis abstratas, válidas para todos os povos, a “nação” significa sentido da singularidade de cada povo, respeito para suas próprias tradições, salvaguarda cuidadosa de seu caráter nacional (CHABOD, 1998, p. 17-18).

Esta diferente visão sobre o sentido de pátria é um elemento crucial para se entender o século XIX e a idade contemporânea mais em geral.

Intelectuais, como o poeta alemão Johann Herder, insistiam na concepção de nação como unidade “natural” de um povo, elemento primordial cuja *renascença* (e não criação) passava pela construção dos Estados nacionais. Ao contrário, o pensador suíço Jean-Jacques Rousseau considerou o princípio de nacionalidade como produto da “vontade geral” popular, encontrando respaldo no pensamento de Ernest Renan, que definia a nação como “um plebiscito diário”, com isto entendendo a necessidade que ela se forjasse na eterna renovação do sentimento de pertencimento por parte de seus membros.

Não se trata, aqui, de inócuas digressões filosóficas entre diferentes visões da questão. A estas ideias, pautadas respectivamente no *ius sanguinis* (direito de sangue, que via a nacionalidade atrelada à identidade étnica, cultural, de sangue) e *ius soli* (direito do solo, por sua vez baseado na relação histórico-evolutiva entre instituições, cidadãos e território), corresponderam na época contemporânea desdobramentos históricos fundamentais.

Para citar apenas dois exemplos, a guerra de 1870 entre França e Prússia pela posse da região da Alsácia (na origem de uma hostilidade que levará também à Primeira Guerra Mundial), pautou-se na reivindicação deste território por parte dos dois Estados na base da interpretação do *ius sanguinis* (prussianos) ou do *ius soli* (franceses). Por outro lado, muitos dos judeus, enviados aos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial, eram alemães, aliás, sentindo-se plenamente alemães, alguns até desconhecendo sua origem judaica.

Aliás, lá onde a convivência entre diferentes etnias era mais próxima, a tentativa de chegar à Independência nacional seguiu caminhos mais violentos, implicando a afirmação do próprio nacionalismo, via negação do nacionalismo alheio.

Utilizamos de propósito a palavra “tentativa” porque nem sempre o processo de criação de Estados nacionais teve êxito. Com efeito, afirmar que o século XIX na Europa é o século dos Estados nacionais não quer dizer asseverar a ideia de que no Velho Continente formou-se naquela época um número de Estados equivalente ao das muitas instâncias nacionalistas.

De fato, se no caso de Estados já estruturados e independentes (França, Inglaterra) e de “nações sem Estado”, caracterizadas por certa homogeneidade etnocultural do território (Itália, Alemanha), resultou mais fácil alcançar o objetivo da formação de Estados-nação, no tocante às nacionalidades que conviviam juntas sob o tacão de Impérios multiétnicos poderosos, a unificação tornou-se um acontecimento raro. Os episódios da Independência da Grécia (em 1821-29), da Sérvia (em 1878) e da Romênia (em 1881) representaram, portanto, raridades no interior de entidades multinacionais, como o Império da Rússia, o Império Austro-Húngaro e Império Otomano, cuja existência alicerçava-se mesmo na supressão dos anseios nacionalistas das minorias étnicas.

Chegamos aqui a uma diferença crucial entre Europa ocidental e Europa oriental. Já nos séculos XVII e XVIII, de fato, os Estados ocidentais da Europa encontravam-se compostos por um conjunto de áreas etnoculturais bastante homogêneas, sendo este o resultado da progressiva assimilação de populações oriundas das raras invasões, bem como de processos de “purificação étnica e religiosa” (pensem na expulsão dos judeus da Inglaterra, no século XIII; dos *mouriscos* da Espanha, no século XVII; ou no extermínio dos protestantes huguenotes na França, no século XVI).

Se no oeste da Europa, então, a questão nacional limitou-se à unificação de territórios divididos ou à nacionalização de massas já unidas, na Europa do Leste mais grupos étnicos e religiosos conviviam

e sobrepunham-se uns aos outros no mesmo espaço territorial: o dos Impérios multiétnicos. Na Europa centro-oriental, então, a presença dos Impérios impede a formação de Estados-nação no padrão ocidental (a Hungria, por exemplo, encontra-se encravada no Império multinacional Austro-Húngaro). E o nacionalismo não se identifica “com o Estado” (como na França), nem com uma “entidade-territorial-guia” (como para a Itália foi o Reino de Piemonte-Sardenha, ou para a Alemanha foi a Prússia), mas sim “contra o Estado”. Por tal motivo, na maioria dos casos, estes nacionalismos não conseguem êxito em virtude da fraqueza das elites nacionais que promovem a unificação, como também pela força político-militar dos Impérios que são chamados a lutar no século XVI.

É suficiente olhar para o mapa europeu e confrontar a Europa de 1815 (depois do Congresso de Viena) com a Europa de 1914 (antes da Primeira Guerra Mundial) para deparar com a força propulsiva da ideia de nação no século XIX. Aquele que era um continente, dividido entre quatro grandes potências e várias entidades estatais de tamanho modesto, tornou-se, no Oeste e na área balcânica, o continente dos Estados-nação. Enquanto que, no Leste, ainda ficavam os Impérios (Otomano, Austro-Húngaro e Russo).

As etapas que (pelo menos na Europa centro-ocidental) tornam o século XIX o da formação dos Estados nacionais começa, na verdade, fora da Europa, na América Latina, mas – evidentemente – estritamente atrelada às dinâmicas históricas, provenientes do continente colonizador. Com efeito, as insurgências de cunho nacionalista que eclodiram no continente latino-americano já na primeira parte dos Oitocentos foram determinadas pelo influxo das ideias iluministas, pelo exemplo americano e francês, bem como pela crise das pátrias-mãe europeias em seguida à invasão napoleônica. Entretanto, somente o México registrou uma consistente participação do movimento de massas (no caso, dos camponeses indígenas), enquanto no resto do continente as instâncias de emancipação mediante a afirmação de uma identidade nacional própria foram apanágio de pequenos grupos de aristocratas, soldados e elites afrancesadas.

Da mesma forma, do ciclo de revoluções europeias de 1820 (Espanha, Portugal, Reino das Duas Sicílias, Reino de Piemonte-Sardenha, Grécia) somente o levante grego contra o Império Otomano pôde contar com a participação relevante da população, juntando as instâncias da classe media mercantil com a dos camponeses e pastores, graças também ao cimento identitário religioso (o cristianismo ortodoxo contra o islamismo dos turcos).

Na Grécia, a participação das massas, somada à ajuda militar de Inglaterra, França e Rússia – interessadas em enfraquecer o Império Otomano –, fizeram da causa pela Independência do país helênico a única bem sucedida desta primeira onda.

Todavia (o que mais importa para nossa reflexão), um traço comum em todas estas revoluções da década de 1920 – fracassadas ou não – foi o recurso por parte dos insurgentes aos ideais de pátria e nação como outros tantos símbolos de emancipação do despotismo do *Ancien Régime*; aliás, a isto se acrescenta mais um fator: a participação nos levantes dos quadros militares diz respeito à influência do exemplo napoleônico no tocante à consciência de identidade nacional por parte do corpo militar.

Já a sucessiva onda revolucionária de 1830, além de proporcionar a independência da Bélgica da Holanda, devolveu à causa nacionalista europeia o país que mais do que todos havia contribuído para criá-la: a França.

Junto com a burguesia liberal, a pequena burguesia (principalmente os artesãos) e o proletariado urbano (operários) da capital parisiense foram os protagonistas dos “Três dias gloriosos” contra o absolutismo de direito divino, instaurado pelo soberano Carlos X.

O medo da alta burguesia com o radicalismo das outras classes mais populares que haviam protagonizado a revolução fez com que se chegasse a uma situação de compromisso, que deu a outro ramo da nobreza francesa a coroa na pessoa de Luís Filipe de Orleans. Todavia, este se destacou como “rei burguês”, abrindo-se para uma monarquia constitucional e proclamando-se não mais “rei

de França”, mas sim “dos franceses”, com isto colocando ênfase no elemento nacional em detrimento do fator meramente territorial, aliás substituindo a bandeira tradicional da família real dos Bourbon pelo tricolor da Revolução Francesa. Aquele mesmo tricolor, tremulando na mão de uma mulher, representando alegoricamente a nação francesa, presente na pintura comemorativa de Delacroix (*A Liberdade guiando o povo*), tornou-se o emblema de um patriotismo que se alastrava triunfalmente por toda Europa.



Figura 2.4: Eugène Delacroix, *A Liberdade guiando o povo*, 1830. Óleo sobre tela (325x260cm).

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a7/Eug%C3%A8ne_Delacroix_-_La_libert%C3%A9_guidant_le_peuple.jpg

Já as revoluções de 1848, embora não proporcionando de imediato nenhum êxito positivo no tocante à formação de mais Estados nacionais, destacaram-se por seu porte que hoje poderíamos definir global, e por criar as condições propícias à formação de dois Estados nacionais de grande importância para a história contemporânea: a Itália (1861) e a Alemanha (1871).

Mais uma vez, o estopim de uma onda revolucionária, destinada a colocar em chamas o continente, foi a França, que abriu caminho à instauração da Segunda República, após a de 1792. Na esteira do exemplo francês e com o pano de fundo de uma grave crise econômica, o 1848 registrou o despertar de uma série de outras revoluções, desta vez também na Europa centro-oriental, proporcionando a chamada "Primavera dos Povos", isto é, um conjunto de levantes de caráter liberal, democrático e nacionalista que queriam libertar seus povos da dominação estrangeira imposta pelas decisões tomadas em 1815.

As revoltas de Nápoles, Milão – mas, desta vez, também de Berlim, Viena e Praga – marcaram o despertar do espírito nacionalista em toda parte, tomando as feições de múltiplas reivindicações nacionalistas nos territórios que contavam com um amontoado de nacionalidades (polonesa, tcheca, húngara, croata, romena etc.), sufocadas sob o mesmo domínio: o grande Império multinacional austríaco dos Habsburgos.

Como salientado, as revoltas de 1848 abriram caminho para a sucessiva criação do Estado italiano, por meio da Independência do conquistador austríaco, obtida em 1861, contando com o Reino de Piemonte-Sardenha como Estado-guia e com um movimento nacional, emblematicamente chamado de "*Risorgimento*" (Ressurgimento), com clara referência às raízes históricas antigas, isto é, ao "ressurgir" de algo (a nação italiana) já presente desde os tempos gloriosos do Império Romano.

Igualmente, a onda revolucionária de 1848 abriu caminho para a formação do Estado da Alemanha (1871), graças à unificação de 35 dos 39 Estados de língua alemã que faziam parte da Confederação Germânica (*Deutscher Bund*), presidida pelo Império Austríaco, mas onde ganhava vigor o papel de liderança do Reino da Prússia, o qual – depois da vitória militar contra a própria Áustria (1866) e a conquista das regiões da Alsácia e da Lorena em detrimento da França – procedeu à unificação nacional.

Com o reconhecimento da independência do Principado da Romênia do Império Otomano, no Congresso de Berlim de 1878, e sua sucessiva constituição em Reino (1881), concluía-se o processo histórico de formação dos Estados-nação do século XIX. Entretanto, a febre nacionalista e a questão da redefinição das fronteiras nacionais continuaram perpassando o continente mesmo depois do *fin de siècle*, progressivamente “corrompendo” o nacionalismo de princípio de autodeterminação da própria nação em instrumento de subjugação das outras nacionalidades.

O nacionalismo, então, fazia-se sempre mais agressivo, como simboliza o episódio desencadeador da Primeira Guerra Mundial: o assassinato do herdeiro do trono imperial do Império Austro-Húngaro, o arquiduque Francisco Ferdinando, ocorrido em Sarajevo pela mão do nacionalista sérvio Gavrilo Princip, reivindicando a anexação da Bósnia à Sérvia.



Atende ao Objetivo 2

2.

Uma vez tendo sido alcançado um certo grau de desenvolvimento europeu, as comunidades de povos, linguísticas e culturais, tendo maturado através dos séculos, emergem do mundo da existência passiva como povos. Tornam-se conscientes de si mesmas como uma força que possui destino histórico. Demandam o controle do Estado como o mais alto instrumento de poder disponível e lutam pela sua autodeterminação política (RENNER, 1899, p. 89).

Esta reflexão de Karl Renner descreve muito bem o processo de formação nacional, ocorrido em países como a França e a Inglaterra. Porque, entretanto, esta maneira de se tornar nação que privilegiava os liames culturais não teve sucesso também em outros contextos territoriais europeus?

Resposta Comentada

Na Europa do século XIX, lá onde os Estados encontravam-se já independentes e/ou estruturados, o nacionalismo apresentava características atreladas ao "direito de cidadania", isto é, ao fato dos membros da comunidade compartilharem os mesmos ideias civis e políticos. De forma contrária, o que se desenvolveu no interior de territórios e de populações que não contavam com a autonomia e a independência política ("nações sem Estado"), ou em territórios fragmentados em várias etnias (Impérios multiétnicos), foi um nacionalismo pautado em elementos étnico-culturais (descendência de sangue, língua, religião, história). O fato de muitos territórios europeus do século XIX encontrar-se nesta situação, junto com o florescer dos valores do Romantismo, marcou o prevalectimento desta segunda visão do nacionalismo.

As interpretações historiográficas sobre a formação dos Estados-nação

Durante os Oitocentos, os historiadores não dedicaram particular atenção ao fenômeno das nações e dos nacionalismos, em parte por ser um acontecimento historicamente recente, em

parte pela interpretação geral do nacionalismo como algo ligado a processos “naturais”, “biológicos” e, portanto, não suscetível de ulteriores explicações ou aprofundamentos.

Na esteira dos acontecimentos do fim do século XIX, que registraram a paulatina degeneração do conceito de nação, o grande historiador alemão Friedrich Meinecke assinalou em 1908 a oposição entre a cultura iluminista, cosmopolita e centrada na afirmação da unidade do gênero humano, baseada nos princípios universais de fé na razão e na liberdade, e o movimento romântico, atrelado a reivindicações independentistas e particularistas de identidades nacionais a serem reencontradas em um passado glorioso.

Foi, porém, somente com a afirmação dos fascismos na primeira parte do século XX que os historiadores começaram a se questionar com mais insistência sobre a parábola de algumas maneiras de entender o nacionalismo.

Entre os pioneiros do gênero, o tcheco de origem judia Hans Kohn, o qual – em virtude da afirmação do nazismo – chegou a através dos seus estudos, a teorizar a existência de duas diferentes tipologias de nacionalismo: um nacionalismo “ocidental”, que teve seu berço e seu desenvolvimento na França e na Inglaterra, cuja ênfase era colocada no fato de os membros da coletividade nacional compartilharem os mesmos valores civis e políticos (liberdade, leis, interesse comum contra os interesses particulares); e um nacionalismo “oriental”, característico da Alemanha e da Europa do Leste, caracterizado pela presença, entre os membros da sociedade, dos mesmos elementos étnico-culturais (mesma língua, etnia, história etc.). A diferente componente nacionalista na base de um e de outro nacionalismo – é esta a tese de Kohn – explicaria o desenvolvimento de um tipo de nacionalismo virtuoso e positivo no Ocidente, e de um nacionalismo intolerante e autoritário no Oriente.

Na esteira desta linha interpretativa que podemos definir “dualista”, o italiano Federico Chabod tentou distinguir entre uma abordagem nacionalista oriental, pautada na identidade de “sangue e solo” (e, por isto, definida “naturalista”), proveniente da cultura romântica

alemã. É um nacionalismo ocidental, fundado na vontade consciente por parte de seus cidadãos de se pertencer a uma determinada comunidade, que tinha como ponto de referência cultural os princípios iluministas, antes de mais nada, as ideias contidas no *Contrato social* de Rousseau.

Depois de um período em que as pesquisas sobre o tema nação-nacionalismo pareciam se estagnar, o fermento ligado à afirmação dos movimentos de libertação anticoloniais do pós-1945, o surgimento de novos movimentos independentistas regionais (os Bascos, na Espanha; os Tâmil, no Sri Lanka) e as instâncias nacionais emergidas na Europa do Leste com a queda do Muro de Berlim despertaram novos estudos sobre o tema.

Em 1986, o historiador Anthony D. Smith elaborou uma teoria interpretativa, definida “eticista”, porque pautada na convicção de que as nações de os Oitocentos não se constituíram do nada, mas sim se apoiaram na existência de etnias preexistentes. Conforme esta visão, antes existe uma etnia (caracterizada por cultura, descendência, história comuns), e depois existe a consciência do pertencimento àquela etnia. Para Smith, em síntese, a nação é dada *a priori*, isto é, existe já antes de sua constituição como Estado-nação, sendo que o que acontece quando da formação do Estado nacional é pura e simplesmente a tomada de consciência deste fato por parte das massas, do povo que participa da vida nacional.

Segundo a interpretação “eticista”, não é qualquer grupo social que constituía uma etnia (em grau de se tornar nação), sendo necessários para isto alguns requisitos:

1. nome coletivo;
2. mito da descendência comum;
3. mesma história;
4. mesma cultura (língua, religião, hábitos, leis, folclore, comida etc.);
5. mesmo lugar geográfico;
6. senso de pertencimento entre os membros.

Diferente desta visão de matriz étnica, o historiador marxista Mirosław Hroch (estudando em particular os movimentos nacionalistas do Leste europeu) chegou a apontar a carência socioeconômica de alguns grupos sociais marginalizados do poder como a causa principal das reivindicações nacionais.

Através desta interpretação, Hroch frisa que o estopim para o levante da questão nacional no século XIX foi a classe dos intelectuais (jornalistas, advogados, letrados), inclinada a subverter a ordem constituída, por causa da insatisfação com a posição social e econômica por ela ocupada. Uma situação, por sua vez, devida à crise econômica europeia gerada pelas guerras napoleônicas, que se resolveu em políticas públicas de redução dos gastos que afetaram os intelectuais que trabalhavam para o Estado, assim como os que trabalhavam para as grandes famílias aristocráticas, estas também em forte crise de recursos.

Por último, uma série de historiadores (Eric Hobsbawm, Ernest Gellner, Benedict Anderson) chegou à conclusão de que a nação e a identidade nacional, longe de ser algo que existe *a priori*, ou seja, como dado natural, é o resultado de uma construção cultural levada adiante pelas elites dos vários países, através da incessante invenção de símbolos, memórias, tradições.

Para os autores desta corrente interpretativa “culturalista”, a sequência lógica na formação dos Estados nacionais não foi: “antes a nação natural e depois o movimento nacional que cria o Estado nacional”; mas, ao contrário: “antes a construção do Estado-nação e depois a criação da identidade nacional”.



“Criada a Itália, agora...”

Uma das frases mais citadas pelos seguidores da corrente historiográfica “culturalista” é a proferida pelo político italiano Massimo D’Azeglio durante a primeira reunião do Parlamento do recém nascido Estado italiano, em 1861: “Criada a Itália, agora precisamos criar os italianos”.

O historiador britânico Eric Hobsbawm, embora não subestimando a importância da etnia, da língua e da religião, considera-os elementos "protonacionais", isto é, insuficientes a fazer uma nação a qual, a seu ver, é um "artefato político", entendendo-se com isto algo construído pela classe dirigente com vistas à obediência do povo. Um pensamento muito próximo ao de Ernest Gellner, quando frisa que "é o nacionalismo que cria as nações" e não o contrário (GELLNER, 1983, p. 55).

Conforme esta teoria, a formação dos Estados-nação, então, não remontaria a alguma comunidade preexistente, mas, pelo contrário, a criaria depois para justificar a construção do Estado com base nacional. Deste ponto de vista, para Benedict Anderson, as nacionalidades são "Comunidades Imaginadas", produto do declínio das antigas comunidades, pautadas na religião e no princípio dinástico, e filhas da modernização capitalista, a qual, através de novas tecnologias, consegue criar o conceito de nação no imaginário coletivo.

Escreve Ernest Gellner:

As nações, postas como modos naturais ou divinos de classificar os homens, como destino político (...) são um mito: o nacionalismo, que às vezes toma culturas preexistentes e as transforma em nações, algumas vezes as inventa e frequentemente suprime as culturas preexistentes: ou seja, uma realidade (GELLNER, 1983 apud BANTI, 2010, p. 50).

Para estes autores, o processo através do qual as classes dirigentes conseguem inculcar com relativa facilidade nas massas a convicção de fazer parte de uma coletividade homogênea por língua, história, etnia etc., baseia-se na forte carga idealista, mística, do conceito de pátria, algo que evoca uma união "natural" e, por isto, inquestionável. No dizer de Anderson, "em tudo aquilo que é "natural" há sempre algo que vai além da nossa opção de escolha".

Todas estas teorias apresentam elementos de suporte válidos, mas também pontos menos firmes.

A interpretação social de Hroch, por exemplo, não explica por que muitos dos intelectuais nacionalistas que lutam e morrem pela pátria amada são abastados, oriundos de famílias ricas e poderosas. Por que eles lutam assim, se não se encontram marginalizados do poder e com problemas econômicos?

Também a ideia de Chabod e de Kohn, por um lado responde a um esquema extremamente rígido, colocando tudo na dicotomia nacionalismo voluntário ou nacionalismo natural. Aliás, suscita perplexidades, por um lado, a ideia de um nacionalismo somente voluntário (nisto há também uma crítica à interpretação “culturalista”) segundo a qual tudo o que é necessário para criar ou recriar uma nação é a vontade de fazê-lo; e, por outro lado, não convence a ideia exclusivamente “natural” da identidade nacional (e aqui vai também uma crítica à interpretação “eticista”), sendo língua, etnicidade, passado histórico, critérios extremamente ambíguos, mutáveis e de difícil definição.

Resumindo: diferente do dado histórico indiscutível da formação dos Estados-nação, a interpretação acerca do porquê de seu surgimento e do sentido do conceito de nação não se torna suscetível de uma definição que possa agradar todo o mundo.

A história não é – como a Matemática – uma ciência exata. Por tal motivo, todas as interpretações dos fenômenos históricos são bem-vindas, independente do fato que a nossa propensão seja para uma ou para outra teoria, porque nos ajudam a refletir e a colocar constantemente em cheque nossas ideias e convicções. Como ressaltou o historiador francês Paul Veyne, “em História, as questões (...) importam mais que as respostas” (VEYNE, 1983, p. 68).

Marc Bloch – falando sobre a análise dos fatos históricos – apontou que o passado, enquanto fato é, por definição, algo insuscetível de alteração. Entretanto, ao mesmo tempo, o grande

historiador francês raciocinou que a interpretação do passado é algo sempre *in devir*, suscetível de contínuas transformações, cabendo ao historiador este trabalho de contínua escavação.



Atende ao Objetivo 3

3. Leia atentamente o trecho a seguir:

A maior parte dessa literatura (sobre o sentido de nação) centrou-se na questão: o que é uma (ou a) nação? Pois a principal característica desse modo de classificar grupos de seres humanos é que (...) nenhum critério satisfatório pode ser achado para decidir quais das muitas coletividades humanas deveriam ser classificadas deste modo (...). O problema, no entanto, é que não há meio de informar o observador como distinguir a priori uma nação de outras entidades, da mesma maneira como podemos informá-lo como reconhecer um pássaro ou distinguir um rato de um lagarto (HOBSBAWM, 2008, p. 14).

Usando a passagem acima apenas como referência, descreva o debate historiográfico sobre o conceito de nacionalidade.

Resposta Comentada

A interpretação historiográfica de um fenômeno tão complexo é repleta de diferentes pontos de vista. Tentando esquematizar o discurso em dois grandes filões interpretativos, para alguns historiadores a nacionalidade é um evento real, preexistente à criação do Estado-nação, que simplesmente sistematiza dentro de fronteiras geográficas características próprias de um povo e somente dele (descendência, história, língua etc.). Para outros estudiosos, a nação é um artefato político, um novo instrumento de poder, criado através da invenção da tradição. Ambas as teorias apresentam elementos convincentes, entretanto concordar plenamente com uma ou com outra teoria torna-se difícil, também à luz das diferentes prerrogativas de cada história nacional.

CONCLUSÃO

O princípio de nacionalidade, o ser parte de um Estado nacional, o sentir-se brasileiro, ou alemão, ou chinês ou russo, são dados que hoje nos parecem manifestos, cristalizados nos séculos. Entretanto, trata-se de um fenômeno relativamente recente, que acarretou enormes reviravoltas políticas e colossais projetos de engenharia social, envolvendo pela primeira vez as massas, ora não mais súditas de um soberano, mas sim cidadãos de uma nação.

Como vimos, o fato de ser um fenômeno não muito antigo, bem como de mexer com sentimentos profundos como o sentido de pertencimento e de identidade, proporcionou e proporciona ainda hoje um debate acirrado sobre a origem e a natureza do nacionalismo. O que, na verdade, não deixa de ser estimulante para quem queira se confrontar com este verdadeiro e próprio divisor de águas da idade contemporânea.

Resposta Comentada

O nacionalismo e a formação dos Estados nacionais representam um marco da história contemporânea. Mudam as fontes de legitimação do poder: não mais a religião, nem sequer a dinastia, mas sim a nação, a pátria. Na esteira do exemplo da Revolução Francesa, o Oitocentos torna-se a grande usina de construção deste novo padrão de entidade territorial. Embora as instâncias de reivindicação nacional sejam levadas adiante por uma elite, o envolvimento das massas nesta empreitada nacionalista se torna elemento central. Fato inédito pela história do gênero humano, uma grande parte da população dos recém-nascidos Estados nacionais tornam-se, então, alvo de um gigantesco processo de pedagogia nacional, voltado a inculcar nelas a convicção de ser parte do mesmo povo-nação. Todavia, tanto no Leste como no Oeste, estes fermentos inspirados no princípio de autodeterminação da própria nação transformam-se em instrumento de subjugação das outras nacionalidades, desaguando na Primeira Guerra Mundial.

RESUMO

O objetivo desta apresentação foi mostrar a incidência do processo de formação dos Estados nacionais, no decorrer das dinâmicas históricas do século XIX, e também ressaltar que seus efeitos não se limitaram àquele período, condicionando também os eventos futuros da história mundial, até os dias atuais. Também esta aula quis apontar para as diferenças na condução e no êxito dos vários nacionalismos, assim como para as diversas maneiras de interpretar o fenômeno da identidade nacional no âmbito historiográfico.

Informação sobre a próxima aula

Na Aula 3, analisaremos a Revolução Industrial, isto é, o “momento econômico” do ingresso do mundo na época contemporânea.



Aula 3

A Primeira Revolução Industrial

Carlo Romani

Meta da aula

Apresentar a Primeira Revolução Industrial como um longo período histórico (de meados do século XVIII até a primeira metade do século XIX) em que há uma profunda transformação tecnológica e socioeconômica nas formas do trabalho e da produção.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar a contradição entre o progresso tecnológico e a degradação ambiental e humana presente na Revolução Industrial;
2. avaliar o debate teórico sobre as origens do capitalismo industrial e o papel de protagonista da Inglaterra nessa transformação histórica;
3. reconhecer como as novas relações econômicas decorrentes da Revolução Industrial são percebidas diferentemente por capitalistas e trabalhadores.

INTRODUÇÃO

A Primeira Revolução Industrial por diferentes prismas

Atualmente, no início do século XXI, quando o planeta em risco parece agonizar com o quadro geral de mudanças climáticas em curso provocadas pela contaminação acumulada de resíduos poluentes no ar, no solo e nas águas, talvez falar em indústria remeta-nos diretamente à ideia de uma forma de progresso ligada ao passado que, se nos trouxe benefícios, os trouxe à custa de muita degradação humana e ambiental.

Se atualmente a ideia de indústria pode ser associada à de poluição, durante muito tempo ela esteve diretamente ligada à ideia de progresso, e, de certa forma, em alguns lugares isto ainda continua ocorrendo. Por isto, uma das definições mais comumente aceitas para a Revolução Industrial é aquela que a trata como sendo um período da História (geralmente situado entre as décadas de 1750 e 1830) em que inovações tecnológicas e científicas permitiram a transição de economias prevalentemente agrárias e manufatureiras para economias mecanizadas e industriais. A partir dessa definição inicial, podemos verificar que durante o século XVIII e o início do século XIX, realmente houve um processo inventivo contínuo, voltado para a ampliação da produção e da distribuição de mercadorias, o que vinculou a indústria à ideia de desenvolvimento econômico. Vejamos alguns exemplos:

- Jethro Tull foi um pesquisador de métodos agrícolas inovadores para a época, como a rotação de culturas e o uso de adubos. Este agricultor inglês projetou a revolucionária semeadora mecânica, em 1701.
- John Kay inventou, no ano de 1733, a lançadeira volante, um instrumento que permitia estender o alcance do braço do operador de teares, aumentando, assim, a capacidade produtiva da manufatura de tecidos.

- James Hargreaves, em 1767, inventou um tear que permitia tecer 80 fios simultaneamente.

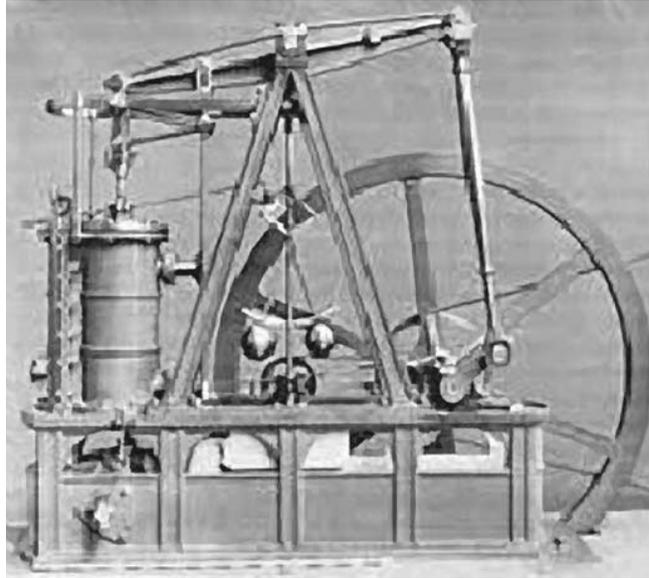


Figura 3.1: Máquina a vapor.

Fonte: <http://nautilus.fis.uc.pt/cec/designintro/images/watt-engine.jpg>

O escocês James Watt, cujo sobrenome virou unidade de medida de energia, foi o inventor da máquina a vapor no ano de 1765, com o objetivo de acionar bombas. Mas foi somente em 1781, com a invenção do sistema da máquina rotativa, que girava em torno de um eixo, que a energia produzida pelo vapor pôde passar a ser transmitida para movimentar outros maquinários ou equipamentos.

Edmond Cartwright, industrial inglês do ramo de tecidos de algodão, inventou o tear mecânico no ano de 1785. Este tear, ao mesmo tempo que levantava os fios estendidos, permitia automaticamente que a lançadeira passasse o fio transversal. Assim, o trabalho passou a ser feito com um único artesão em cada máquina.

O norte-americano Eli Whitney inventou em 1792 o descaroçador, máquina que separava mecanicamente a semente da fibra do algodão.

Em 1801, Joseph-Marie Jacquard inventou um tear mecânico controlado por grandes cartões perfurados, o mesmo princípio de funcionamento dos primeiros computadores. Com esse sistema inovador, sua máquina era capaz de produzir tecidos com desenhos intrincados e foi introduzida nas tecelagens de Lyon – cidade famosa por sua sofisticada indústria têxtil em seda desde o século XVI. Na década seguinte, já operavam 11.000 máquinas deste tipo em toda a França.

Robert Fulton encontrou um meio de aplicar a máquina a vapor nos navios e protagonizou, no ano de 1807, a primeira navegação a vapor pelo rio Hudson, na cidade de Nova York.

No ano de 1814, em Newcastle, norte da Inglaterra, George Stephenson aplicou o mesmo procedimento em terra, criando a primeira locomotiva a vapor.

Em 1817, o vapor *Savannah* completou a travessia do Atlântico Norte, entre Liverpool e Boston, no tempo recorde, para a época, de 30 dias.



[Jacquard-card Making.]

Figura 3.2: Tear de Jacquard.

Fonte: http://www.ime.usp.br/~macmulti/historico/histcomp1_5.html



Poluição industrial: o exemplo de Cubatão

Aqui mesmo, no Brasil, tivemos aquela que foi considerada, em 1984, “a mais suja cidade química do mundo” (BECK, 1992, p. 43). O polo industrial da cidade de Cubatão foi criado na década de 1950 e era sinônimo de progresso na época. Hoje em dia, mesmo ostentando o rótulo de símbolo de recuperação ambiental, a verdade é que o passivo ambiental dessa cidade paulista a tornou sinônimo mundial de poluição. Caso você queira saber mais a respeito, acesse o site e verifique uma breve história desse lugar que até bem pouco tempo foi considerado o “vale da morte”.

Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br/cubatao/ch014e.htm>

As novas invenções e a transformação da indústria inglesa

Essas foram as principais invenções realizadas durante esse período, definido como o da Primeira Revolução Industrial. Como se percebe, elas tinham aplicação diretamente voltada para o aumento da produção e o aumento da velocidade de transporte das mercadorias. A ciência moderna na Inglaterra, influenciada pelo empirismo de Francis Bacon, desenvolveu-se no século XVIII como uma prática inventiva, baseada na observação e no experimento aplicado ao desenvolvimento de novos processos produtivos. Geralmente associando-se a um capitalista, surgia dessa forma na cultura anglo-saxônica a figura do inventor-empresário, fazendo um tipo de ciência aplicada, comum até o presente. A firma de engenharia mecânica Boulton & Watt, por exemplo, logo após patentear seu invento, construiu mais de 200 bombas e 300 máquinas rotativas.

Desde as primeiras pesquisas realizadas por Jethro Tull, que depois renderam os projetos de máquinas como a semeadora, a colheitadeira e a debulhadora (1800), a agricultura inglesa e a das colônias americanas sofreram profundas mudanças, trazidas pela nova tecnologia. A produtividade agrícola e o rendimento da terra aumentaram significativamente, tanto na produção de alimentos como na de algodão. O aumento da extração de carvão e as novas técnicas de produção de aço também facilitaram a produção de máquinas. A invenção de novos mecanismos de fiação e a adaptação da energia produzida pelo vapor para a movimentação do maquinário nas fábricas permitiram a disseminação de cotonifícios em todo o centro (Midlands) e o norte da Inglaterra (Lancashire), principalmente em Manchester, que se tornou o mais importante centro fabril do mundo ao final do século XVIII.

As vitórias inglesas sobre a Armada francesa também foram determinantes. A de 1757, pela tomada da posição de Bengala, permitiu à Inglaterra o controle total sobre o comércio com a Índia, enquanto que a vitória em Quebec, em 1763, mesmo que somente por alguns anos, afirmou a completa superioridade comercial inglesa no Atlântico Norte. A conquista e a manutenção desses mercados e áreas produtoras permitiram que logo após o fim da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) mais de 400 cotonifícios fossem erguidos somente na região do Lancashire.

Centros têxteis depois se expandiram para outras regiões da Inglaterra. Por exemplo, o antigo barbeiro Richard Arkwright, famoso por ter inventado o tear hidráulico em 1769, tornou-se empresário fabricante de tecidos ao abrir o Masson Mills, em 1783, no condado de Derbyshire. Um dos poucos cotonifícios remanescentes daquela época foi recentemente transformado em Museu da Tecelagem.



Figura 3.3: Um dos cotonifícios transformado em Museu da Tecelagem.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e5/Arkwright_Masson_Mills.jpg

O protótipo dessas fábricas (*mill*, em inglês) já havia aparecido bem antes, no ano de 1718, em Derby, onde o empreendedor John Lombe construíra um prédio com 35 metros de altura (SELVAFOLTA, 1982, p. 45). Os edifícios mais velhos também sofreram inovações em sua estrutura, criando uma arquitetura em ferro e tijolos que dominava a paisagem da vizinhança e surpreendia os viajantes que passavam por Manchester, como se pode notar pela carta que Wilhelm Beuth enviou ao arquiteto alemão Friedrich Schinkel, no ano de 1823:

A maravilha de nosso tempo, amigo meu, são para mim as máquinas e os edifícios para as máquinas, chamadas fábricas. Construções similares têm oito ou nove andares, quarenta janelas de comprimento e quatro de largura. Cada andar tem uma altura de doze pés [um pé equivale a 30,12 centímetros]; eles são construídos, às vezes, por toda sua extensão com aberturas para iluminação de nove pés cada uma. As colunas são de ferro, as traves que se apoiam sobre elas, também; as paredes laterais e os muros

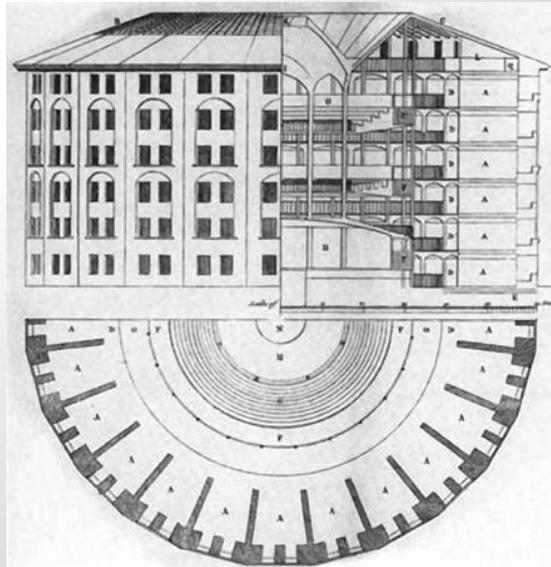
perimetrais, porém, são sutis como folhas de papel, na altura do segundo andar não têm mais do que dois pés e meio de grossura (WOLZOGEN, 1862, p. 141).

Beuth não estava muito preocupado com aqueles que trabalhavam, ou melhor, que praticamente viviam dentro da fábrica. A arquitetura interior dos edifícios que aparecem no fim do século XVIII era baseada no princípio da visibilidade e da vigilância, pelo qual “importa distribuir os indivíduos num espaço onde se possa isolá-los e localizá-los; mas também articular essa distribuição sobre um aparelho de produção que tem exigências próprias” (FOUCAULT, 1998, p. 124). O posto de trabalho de cada operário em sua máquina está subordinado à arrumação espacial desse aparelho de produção mecanicamente interligado. A vigilância para evitar furtos e controlar as atividades de trabalho seguia o mesmo princípio utilizado nas prisões: adotava a solução arquitetônica do panoptismo, pelo qual o inspetor “vê sem ser visto” (PERROT, 2006, p. 56).



Panoptismo

É o nome que se dá ao sistema no qual um vigia tem o controle visual sobre uma vasta área e conjunto de pessoas. Ele pode ocorrer dentro de uma edificação fechada, como uma prisão ou uma fábrica, onde, a partir de uma torre de vigilância ou qualquer área situada num espaço mais elevado, é possível observar num ângulo de 360 graus o que está ocorrendo mais abaixo. Mas também é o mesmo princípio usado nos atuais sistemas de vigilância por câmeras em grandes espaços abertos, controlados através de monitores, numa sala fechada. Esse princípio foi desenvolvido por Jeremy Bentham no ano de 1785 e o desenho foi reproduzido em seu livro *Panopticon*, publicado em 1791.

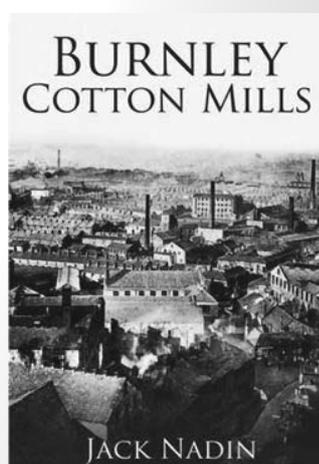


Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Panopticon.jpg>



“Garimpagem” industrial

As pesquisas em arqueologia industrial e em história da indústria e da industrialização são atualmente ramos da profissão de historiador bastante desenvolvidos nos países industrializados mais antigos e que começam a ter campo também no Brasil, com a transformação de antigos centros fabris em áreas de memória, lazer e cultura. Na Inglaterra, há belos trabalhos de “garimpagem” industrial, como este livro de Jack Nadin, *Burnley Cotton Mills*, The History Press Ltd. (2008), sobre os mais de 140 cotonifícios que existiram em Burnley, ao norte de Manchester, Inglaterra. A seguir, indicamos o link para a visita a uma coleção de antigos teares usados na indústria portuguesa de tecelagem: <http://www.geira.pt/MITextil/Coleccoes/Tecelagem.html>



Fonte: http://ecx.images-amazon.com/images/I/51midfps%2BqL_SS500_.jpg

Por volta da década de 1830, podemos afirmar que a primeira das revoluções industriais (teremos mais duas; a segunda, em 1870, e a da informática, em 1980) havia concluído seu ciclo. A Revolução Industrial, como ficaria conhecida na História, provocou a transformação da economia em todo o mundo, inaugurando a era do capitalismo industrial. O processo de industrialização que vimos aqui se iniciando na Inglaterra se tornaria sinônimo de progresso durante os séculos seguintes. O predomínio inglês na transformação de manufaturados em produtos industriais seria seguido também pelos Estados Unidos no outro lado do Atlântico, favorecendo-se das estreitas ligações linguísticas e culturais com a Inglaterra. E, apesar do protecionismo inglês que proibiu a exportação de maquinário e a emigração de técnicos especializados, no início do século XIX a Revolução Industrial cruzaria o canal da Mancha em direção à França (como já vimos com o exemplo do tear de Jacquard) e também da Alemanha, esparramando-se, em seguida, pelo resto do continente europeu e pelo mundo afora.

Mas, se tecnologia e indústria caminhavam juntas no que seria o progresso da economia mundial, também algumas vezes ilustres levantaram-se para mostrar aquilo que estava sendo apenas o início de uma era de profunda degradação humana e ambiental.

Schinkel, aquele arquiteto alemão que recebeu a correspondência de seu colega, ao visitar pessoalmente Manchester em 1826, notou vários canais cheios de água escura, púrpura, correndo ao lado das fábricas e a cor negra proveniente da fuligem do carvão dominando as fachadas dos edifícios. Uma cidade que havia perdido completamente qualquer relação com o meio natural, onde a vida humana girava em função da fábrica. Restou-lhe uma impressão muito desagradável de Manchester. A mesma que o francês Alexis de Tocqueville teve ao visitá-la alguns anos depois:

Desta vala imunda, a maior corrente da indústria humana flui para fertilizar o mundo todo. Deste esgoto imundo, jorra ouro puro. Aqui a humanidade atinge o seu mais completo desenvolvimento e sua maior brutalidade, aqui a civilização faz milagres e o homem civilizado torna-se quase um selvagem. (Tocqueville a respeito de Manchester em 1835) (HOBSBAWM, 1989).

A degradação a que se referiu Tocqueville, além do componente da sujeira e da contaminação ambiental, tinha também a desumanidade do uso do trabalho de mulheres e, principalmente, de crianças, esses novos escravos livres da nascente civilização capitalista. As crianças eram empregadas em jornadas diárias de até 18 horas, usadas para entrar no meio das engrenagens dos teares e com seus braços finos recolher as sobras de fios e tecidos. Operários, trabalhando dois terços de seu dia, vivendo em condições precárias, eram a face oculta do progresso tecnológico trazido pela Revolução Industrial. As novas fábricas localizavam-se em centros urbanos onde havia melhores possibilidades de controlar o ciclo do capital, ou seja, a produção, a distribuição, o consumo e a reprodução da força de trabalho. As principais cidades inglesas agigantaram-se no início do século XIX, com a montagem de plantas industriais de têxteis, de carvão e de ferro-gusa, num processo de intensa urbanização. Segundo os dados do censo de 1801, Londres tinha 959.000 habitantes; o porto de Liverpool, 82.000; Manchester (têxteis e carvão), 77.000; Birmingham

(região de ferro), 71.000 e Leeds (carvão), 53.000. Para efeito de comparação, na mesma época, a estimativa populacional para a maior cidade brasileira, o Rio de Janeiro, era de 50.000 habitantes. Ao mesmo tempo que a indústria tornava-se a nova forma de reprodução capitalista, surgia uma nova classe social: o proletariado urbano.



Oliver Twist

A literatura inglesa do período do final da Revolução Industrial mostrou, através do romance social de Charles Dickens, por exemplo, o lado cruel dessa urbanização e proletarização da sociedade inglesa, que atingiu principalmente as crianças. Em *Oliver Twist* (original inglês de 1838 e editado em português pela Companhia das Letrinhas em 2007), Dickens narra as aventuras pelas ruas de Londres de um menino de nove anos de idade que foi criado num orfanato. O cinema fez algumas boas adaptações desse romance, destacando-se o filme de David Lean, de 1948, e o filme mais recente, a versão colorida do diretor Roman Polanski, de 2005, disponível em DVD.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/4/4f/Dickens_oliver_twist.gif



Atende ao Objetivo 1

1. Defina a Revolução Industrial, segundo três pontos de vista diferentes, e dê exemplos de cada um deles:

a) do progresso tecnológico;

b) do problema ambiental;

c) das condições de trabalho.

Resposta Comentada

a) Do ponto de vista da ciência e da tecnologia, é inegável que durante a Revolução Industrial e mesmo antes de ela ter tido efetivamente início foram alcançadas muitas conquistas. A ciência deixa de ser uma atividade restrita a poucos estudiosos, dotados de alta erudição, e surgem os inventores de mecanismos novos, como James Watt e sua máquina a vapor, para fazer História. A aplicação desses inventos nas fábricas e nos transportes revolucionou o modo de vida de toda a humanidade.

b) Por outro lado, o uso indiscriminado e sem controle do carvão e do ferro pela indústria trouxe a poluição ambiental para o campo e para as cidades. Os dejetos lançados nos canais, os esgotos a céu aberto, a fuligem escura das chaminés das fábricas, o *smog* londrino, uma mistura de névoa com poluição, problema inicialmente inglês, tornaram-se um fenômeno mundial crônico e estão na base dos problemas climáticos contemporâneos.

c) O uso de mulheres e de crianças nas oficinas têxteis, as extensas jornadas de trabalho de 16 e até de 18 horas, as condições de permanente vigilância a que os operários eram submetidos e uma vida quase que toda ela dedicada ao trabalho fabril fizeram com que, do ponto de vista dos trabalhadores, houvesse enormes prejuízos humanos.

Motivos da primazia industrial inglesa

Como se viu, durante o século XVIII houve um desenvolvimento sem precedentes de novas tecnologias, postas a serviço do aumento da produção e da velocidade da circulação e da distribuição tanto de passageiros quanto de mercadorias, inclusive com o aparecimento de figuras singulares: o inventor empreendedor e o capitalista financiador de inventores. E aqui devemos fazer uma pausa para um questionamento. Ao contrário do que havia observado Fernand Braudel (1985) nos séculos anteriores do início da expansão capitalista mercantil, nesse século XVIII, o papel central desempenhado pelo antigo Estado absolutista que governava em benefício de negociantes, mercadores e financistas diminuiu.

Desde o fim do século XVII e durante todo o século XVIII, novos atores, sem a tutela do antigo Estado monárquico, investiram em pesquisas inovadoras e na abertura de plantas industriais capazes de permitir um grande aumento do capital em circulação. Uma profunda transformação na forma de pensar a organização social e política, principalmente no Estado inglês, permitiu a difusão da “livre iniciativa”.

Adam Smith, em seu clássico de 1785 sobre a economia política do capitalismo, *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, faz a defesa do liberalismo como um sistema gerador de riquezas para as nações, pois permitiria o livre desenvolvimento das forças produtivas. Para ele, a busca de enriquecimento por parte de indivíduos empreendedores é sempre positiva, pois levaria à riqueza de toda a sociedade. Mas, para realizar essa empresa, Smith fala-nos em *previous accumulation*, ou seja, na necessidade de um acúmulo prévio em forma de propriedades, antes de estas se tornarem capital. E por propriedade entende-se desde o próprio corpo e sua extensão imediata, as ferramentas de trabalho, até enormes extensões de terra ou outros bens transformáveis em capital, que nada mais é do que “dinheiro destinado para investimento com o objetivo de produzir mais dinheiro”. Contudo, ele não nos explica claramente a origem desse primeiro capital que, particularmente na Inglaterra, permitiu o desenvolvimento de um capitalismo industrial, resultado não da ação primordial do Estado ou de uns poucos indivíduos isolados, mas de uma parcela significativa da sociedade britânica.

É Karl Marx que nos apresentou uma análise mais bem estruturada no capítulo XXIV – “A Assim Chamada Acumulação Primitiva” – do primeiro livro de *O capital* (indicamos o link que disponibiliza este capítulo nas Leituras recomendadas ao final da aula). Para este pensador de meados do século XIX, trata-se

de *acumulação primitiva* e é sempre um produto, ao final das contas, gerado através da exploração do trabalho de outros seres humanos. Seja um acúmulo realizado através da servidão feudal para quem havia sido antigo senhor de terras e seus descendentes; seja o produto da exploração de escravos realizada nas *plantations* das colônias; seja a exploração de operários aprendizes nas corporações de ofícios dos antigos burgueses. Por trás da formação de capital, sempre há uma exploração prévia de trabalho humano (direta ou indireta) que gera uma fonte de lucro chamada por Marx de *mais-valia* (a teoria marxista será mais discutida nas aulas seguintes). O debate sobre as origens dessa acumulação primitiva na literatura marxista rendeu muitas páginas, centralizado sobre duas teses distintas: uma defendendo a acumulação como proveniente principalmente da exploração interna da mão de obra existente dentro do próprio sistema feudal, na medida em que as propriedades rurais iam se transformando em empresas agrícolas; a outra defendendo o papel fundamental da exploração comercial ultramarina que ampliou a possibilidade de acúmulo em escala mundial. Esse debate que trata da transição do feudalismo para o capitalismo foi levado adiante principalmente por Maurice Dobb e Paul Swezzy. (Indicamos a resenha de um dos últimos livros publicados no Brasil sobre essa polêmica nas Leituras Recomendadas ao final desta aula). Por ora, interessa-nos entender melhor o papel peculiar da Inglaterra, uma vez que vimos que é neste país que nasceu e se projetou a Primeira Revolução Industrial. Diferentemente da França, com sua revolução burguesa e anticlerical de 1789, na Inglaterra a derrocada das antigas estruturas econômicas feudais já vinha ocorrendo de modo continuado, como resultado de um longo processo político com forte influência do pensamento religioso, passando pelas revoluções inglesas (de 1640 e 1688).



O individualismo possessivo

No *contratualismo* inglês, a questão política da burguesia liberal para a redução do poder monárquico absoluto passou pelo controle do soberano pela sociedade civil, através de um parlamento de senhores, os lordes, e outro de burgueses, os comuns. O liberalismo inglês fundamentou-se nas teorias individualistas do pensamento político puritano que surgiram na segunda metade do século XVII (principalmente no filósofo John Locke). Denominadas por Crawford Macpherson (1979) de “*individualismo possessivo*”, do ponto de vista político, essas teorias defendiam a ação do Estado, dando garantia de segurança à propriedade privada, e do ponto de vista religioso aceitavam a busca do acúmulo de riqueza individual (direito de aquisição) como um fenômeno promotor da riqueza de toda a sociedade e, portanto, estariam de acordo com o direito natural (a lei de Deus), ao contrário do que pregava a religião católica, com sua rejeição ao lucro.

Durante o fim do século XVI e o XVII, assim como outros países, a Inglaterra também se lançou na aventura ultramarina. As empresas mercantis eram companhias oficiais lideradas por capitães e suas equipes (que vulgarmente chamamos de piratas), muitos deles de origem não nobre. Ao retornarem enriquecidos para sua terra de origem, foram constituindo uma nova classe social, nem nobre nem servil. Originária da antiga burguesia mercantil inglesa, a *gentry* tornou-se uma classe de capitalistas agrários, eventualmente enobrecidos, uma peculiaridade inglesa, “uma classe de burgueses dispersa no campo e residindo em suas terras” (THOMPSON, 2002, p. 214). Dona de metade das terras do país, a *gentry* ocupava os

postos de poder local, como os juizes de paz e os chefes de milícias. Houve um concerto de interesses distintos nessa Inglaterra do século XVIII em torno daquilo que se convencionou chamar de sociedade civil, na qual a velha aristocracia, os novos capitalistas, as igrejas protestantes e o poder do Estado puderam apoiar uns aos outros na exploração de uma crescente mão de obra sem terra e sem trabalho que migrou para as cidades. Edward Palmer Thompson explica-nos de forma mais clara essa peculiaridade inglesa em relação aos outros povos e que permitiu sua antecipação no capitalismo industrial:

Em torno da *gentry*, associaram-se “grupos afins”, não apenas o capitalismo mercantil propriamente, mas também a (largamente dispersa) indústria manufatureira, ainda em busca do abrigo protetor do Estado. O capitalismo agrário ascendente acarretou não apenas melhorias nas formas de arrendamentos e cercamentos, mas também mudanças de largo alcance nos negócios, moagem, transporte, comércio de exportação e importação. Enquanto isso, a *gentry* foi capaz de empregar uma classe profissional de serviços recrutada do baixo clero, advogados do interior, cirurgiões, agrimensores, professores etc. (THOMPSON, 2002, p. 90).

Não à toa, o primeiro nome que aparece na nossa lista inicial de inventores ingleses é o de um pequeno agricultor, Jethro Tull, que era também professor e pesquisador a serviço da *gentry*. Parece estranho um processo de industrialização iniciar-se no campo e não na cidade, com a demanda pela invenção de novas máquinas de semear e colher para aumentar a produtividade, mas, se pensarmos que a indústria inglesa do século XVIII era basicamente de manufaturas têxteis, então, percebemos o entrelaçamento de interesses entre os proprietários rurais de empresas agrícolas e os proprietários fabris, primeiro das malharias de lã e depois dos cotonifícios, usando o algodão importado das colônias norte-americanas. Nessa passagem do capitalismo agrário inglês para o industrial, os cercamentos tiveram um papel fundamental. As leis de cercamento obrigaram a aristocracia a vender ou investir em seus

antigos domínios senhoriais, intensificando a criação de ovelhas e a produção de lã para uma manufatura que produzia em escala cada vez maior e, ao reduzir a oferta de terras públicas, expulsou do campo uma parcela significativa da população (o proletariado) que para sobreviver foi obrigada a vender-se nas cidades por um preço baixo, dando início, assim, às relações de trabalho assalariadas.



Enclosure Acts

The Bill of Inclosure Acts (atualmente escreve-se Enclosure) foi uma série de Atos do Parlamento do Reino Unido que cercaram áreas abertas e terras comunais no campo. Isto fez com que o antigo direito consuetudinário da população de criar animais em conjunto nessas áreas, assim como o uso comum dos recursos naturais (madeira, água etc.), lhes fosse negado. As leis de *cercamento* em áreas pequenas vinham sendo esporadicamente decretadas desde o século XII. São conhecidas as leis de Henrique VIII contra a vagabundagem, devido ao elevado número de andarilhos que não tinham mais terras comuns para poderem se sustentar, mas a maioria dos atos de cercamento foi decretada entre 1750 e 1860, o que, coincidentemente, corresponde ao período da Revolução Industrial inglesa.

Em Northamptonshire e Lincolnshire, cercaram as terras comuns na mais ampla escala e a maior parte das novas propriedades daí surgidas está transformada em pastagens; por isso, muitos senhorios não têm 50 acres arados, onde existiam 1.500... ruínas de casas, celeiros, estábulos etc.

são os únicos vestígios dos antigos habitantes. Em muitos lugares, centenas de casas e famílias foram reduzidas a 8 ou 10 na maior parte das regiões atingidas pelo cercamento, há 15 ou 20 anos, os proprietários de terras são hoje em número bem menor em relação ao que existia antes. Não é raro ver 4 ou 5 ricos criadores que recentemente usurparam e cercaram terras que se encontravam em mãos de 20 a 30 lavradores arrendatários e outros tantos pequenos proprietários e colonos. Estes lavradores e suas famílias foram enxotados dos bens que possuíam, juntamente com muitas outras famílias que empregavam e mantinham (MARX, 2008, p. 349-50).

Essa passagem foi transcrita por Marx do texto “Pesquisa sobre as razões contrárias ou favoráveis ao cercamento de campos abertos”, publicado em 1772 pelo reverendo Addington. Por uma questão de modelo teórico – para Marx a burguesia estava ligada às atividades urbanas e os nobres à terra –, o economista alemão chamava os proprietários de terra de *landlords* (lordes latifundiários) e não percebia seu caráter burguês e capitalista. A *gentry* anexou não somente a terra inculta, mas também aquela cultivada em comum ou mediante arrendamento à comunidade, sob o pretexto de aumentar a produtividade da terra e, assim, pela lógica do liberalismo, aumentar a riqueza da nação. Mas, se seguirmos aquela análise do reverendo metodista, a prática legal do cercamento gerou muito mais concentração de propriedade nas mãos de poucos (aliás, uma das características do capitalismo) e o aumento da pobreza para os excluídos da terra, um fenômeno que, se teve início na Inglaterra de duzentos e cinquenta anos atrás, acabou por repetir-se no resto do mundo, inclusive no Brasil, aqui mais intensamente, a partir de meados do século XX.

O mapa mostra nas cores em cinza as principais áreas alvo dos cercamentos, onde se desenvolveu o capitalismo agrário. Em cinza-escuro, as áreas cercadas representavam de 30 a 50% das terras cultiváveis. No início do século XIX, Londres, com aproximadamente

um milhão de habitantes, tinha mais que o dobro que qualquer outra aglomeração urbana do mundo. No norte da Inglaterra (Newcastle) e na Escócia (Glasgow e Edimburgo) encontravam-se as grandes jazidas carboníferas. A indústria metalúrgica ocupou a região central, as Midlands (Birmingham), e o Yorkshire (Leeds). A indústria têxtil permaneceu em Lancashire (Manchester) e em Derbyshire, centro da Inglaterra.

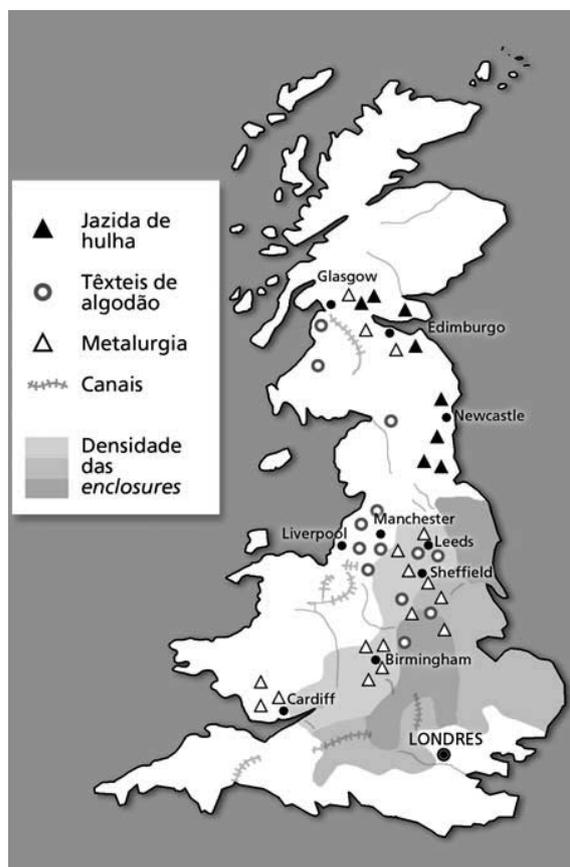


Figura 3.4: Áreas dos cercamentos ingleses.

Fonte: http://1.bp.blogspot.com/_9k8RCJEOHm8/SfTUW8tz0fl/AAAAAAAAABQM/sXue5Dk3Zxs/s320/Revol+Inglaterra+2a.jpg



Atende ao Objetivo 2

2. O relatório do reverendo Addington, do qual lemos um breve trecho na aula, intitulava-se “Pesquisa sobre as razões contrárias ou favoráveis ao cercamento de campos abertos”. Aponte a seguir as razões que você considera positivas e aquelas negativas (explicando o porquê) para os cercamentos que ocorreram na Inglaterra.

Resposta Comentada

Podemos considerar como razões positivas a intenção de obrigar a produção em terras ociosas sob domínio de nobres, o estabelecimento de propriedades privadas cujo sistema de trabalho agrícola estava empenhado no aumento da produtividade e no desenvolvimento de técnicas e sistemas mecanizados mais modernos, o surgimento da primazia industrial que gerou riqueza para a Inglaterra. A parte negativa ficou por conta da exclusão dos trabalhadores agrícolas sem propriedades que perderam a possibilidade de continuar vivendo no campo, o consequente aumento da pobreza e a migração forçada para a cidade, e o surgimento de condições precárias de moradia e de vida em áreas industriais que criaram ambientes muito poluídos e insalubres.

De artesãos a proletários

Agora vamos passar às páginas daqueles que não foram os protagonistas da Revolução Industrial, pelo menos não foram seus vencedores; nesta seção, veremos uma história na perspectiva dos trabalhadores, os vencidos. A passagem de uma sociedade agrária e de trabalhadores artesanais para uma sociedade urbana, industrial e operária durante o século XVIII e início do XIX não foi, de modo algum, um processo de fácil aceitação por parte da população diretamente envolvida nela: os camponeses e artesãos. Este é um dos capítulos da história social inglesa e aquele que inaugura a história mundial da classe operária. Muitos historiadores importantes da Inglaterra, como Perry Anderson e Eric Hobsbawm, este só num primeiro momento, somente aceitam a existência de uma classe operária inglesa a partir da metade da década de 1830, com o surgimento do movimento pelo cartismo e sua luta pela adoção da Carta do Trabalho, o que coincide com a criação das primeiras organizações sindicais, as *unions*. Edward Thompson, ao contrário, não escreveu sobre a classe operária em si, sua organização política e sindical. Ele nos fala dos bastidores da classe operária inglesa, exatamente nesses anos de desenvolvimento da Primeira Revolução Industrial de que nós tratamos aqui. Antes de tudo, vamos deixar claro o que Thompson entende por “classe”:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 2004, p. 10).

Thompson mostrou ao mundo a constituição dessa consciência de classe, em seu fazer-se, nas experiências de luta pela defesa das formas tradicionais de trabalho, na resistência à proletarização, na luta pela manutenção de uma antiga cultura artesanal. Em seu livro *A formação da classe operária inglesa*, que foi publicado originalmente em 1963, Thompson deu uma nova perspectiva à história social, inusitada para a época, ao mostrar a formação da classe como um produto dessa cultura. As experiências comuns, herdadas ou partilhadas remontam à luta pela igualdade política desde as revoluções inglesas do século XVII, o que no final das contas se resumiu à “liberdade para comerciar e adquirir propriedades”. Mais do que esses, as dissidências religiosas puritanas em relação à Igreja inglesa, principalmente o metodismo, com sua disciplina e organização e que teve intensa penetração entre os setores mais pobres da população inglesa no século XVIII, auxiliando-os na adaptação aos novos horários de trabalho em ambientes fechados. Nas últimas décadas desse século, a imprensa inglesa também passou a desempenhar uma forma de pressão independente, particularmente nas mãos de William Cobbett, jornalista provindo dessa cultura popular que em trinta anos de atividade transformou a cobertura jornalística dos eventos. O radicalismo – na sua crítica ao constitucionalismo elitista, formado no acordo entre o rei, os lordes e os comuns na Revolução de 1688 – surgiu como a tendência política igualitária do nascente operariado urbano. Os textos de Thomas Spence, mestre de ofício e organizador de cooperativas, e de Thomas Paine, autodidata dono de uma retórica invejável que ao falar em suas *Cartas endereçadas* “quando o rico espolia o pobre dos seus direitos, torna-se um exemplo para que o pobre espolie o rico de suas propriedades” (THOMPSON, 2004(a), p. 100), introduzem a questão social no discurso político parlamentar inglês.

A Revolução Francesa exportou o jacobinismo para a Inglaterra, que tomará a forma republicana do radicalismo popular, penetrando naqueles círculos operários de ingleses e de imigrantes estabelecidos nos portos de Bristol e Liverpool, mas também nas zonas

industriais carboníferas de Sheffield e Nottingham. O jacobinismo impulsionará, ainda, a luta dos irlandeses pela separação do jugo do Reino Unido e será por isso fortemente combatido pelo governo monárquico. As Leis de Associação, decretadas no Reino Unido na década de 1790, limitando o direito à livre associação das pessoas, tiveram como objetivo imediato perseguir o republicanismo jacobino, mas, ao final, dirigiram-se a combater todo o radicalismo popular, cercear a liberdade de imprensa e controlar qualquer tipo de parlamentarismo mais radical.

Thompson fala-nos também de uma reserva de “economia moral” na tradição popular inglesa. No meio da transformação econômica provocada pelos cercamentos e voltada para a economia de mercado, talvez fosse melhor falar em uma moral econômica impregnada em boa parte da população inglesa na defesa intransigente de antigos direitos costumeiros para, por exemplo, impedir o aumento do preço dos alimentos, praticado através da especulação e da intermediação no comércio. O povo inglês era conhecido por sua turbulência e organizava-se rapidamente, e de forma espontânea, sobretudo insurgindo-se contra injustiças pontuais e particulares. Dezenas de motins e tumultos ocorreram na segunda metade do século XVIII e início do XIX. Alguns tumultos beiravam o cômico, como o Grande Motim do Queijo de 1764, em que grandes fôrmas de queijo rolavam pelas ruas de Nottingham, ou ainda os motins pela cerveja (em muitas cidades industriais, como a água já não era mais potável, barris de cerveja saciavam a sede dos trabalhadores). Todo esse histórico presenciado por viajantes estrangeiros desde muito tempo constituiu a fama de arruaceiros que os ingleses das classes mais populares hoje em dia ainda detêm.

Na medida em que o governo foi endurecendo a legislação contra “revolucionários” de toda espécie na última década dos Setecentos, a reação popular às Leis de Associação deu-se através do fortalecimento de diversas sociedades de tradição libertária, no sentido de serem abertas ao ingresso e de permitirem o livre pensamento. Algumas bastante visíveis, como a Sociedade Londrina de Correspondência,

até ter seu fechamento decretado, e outras, clandestinas, sociedades secretas, desde as mais antigas, como os Ingleses Unidos, até as organizações de “justiceiros” do novo século, como, por exemplo, a Lâmpada Negra. Foram algumas dessas associações secretas, já contando com uma relativa organização prévia, que fizeram irromper diversos motins por alimentos em toda a Inglaterra, no início do século XIX, como os tumultos ocorridos nos mercados de cereais em Londres, que parecem ter sido instigados pelos spenceanos, pregadores ambulantes da revolta popular, sem sede fixa, seguidores do radicalismo popular de Thomas Spence. Em alguns movimentos, como foi o caso do luddismo em Lancashire, as ações diretas tiveram a característica de insurreições altamente organizadas, contando com o apoio e a proteção das comunidades locais. Foi nesses movimentos, tidos pelos primeiros historiadores sociais ingleses como rebeliões primitivas, porque não organizados, espontaneístas, que Thompson encontrou o início da formação da consciência de classe operária inglesa.

Em seu texto sobre “Os Destruidores de Máquinas”, Eric Hobsbawm (2010) fala-nos de uma longa tradição de resistência espontânea, remontando ao início do século XVIII, lideradas por corajosos trabalhadores manuais analfabetos com baixíssimo nível de organização, como o capitão Swing, mas que, por isso mesmo, estavam inevitavelmente fadados ao fracasso. Thompson discorda em parte dessa colocação ao anunciar o luddismo como um movimento com alto nível de organização interna e forte conteúdo político, pois queria a manutenção do emprego, o aumento salarial e, principalmente, o controle sobre o processo produtivo. Por isso, combatia somente a entrada do maquinário que obrigava a divisão do trabalho e acabava com as profissões especializadas. Esse movimento, iniciado em 1811 em Nottingham, durou até o ano de 1817, esparramando-se sucessivamente por diversos condados do centro e do norte da Inglaterra (Nottinghamshire, depois Leicestershire e Derbyshire, e enfim em Lancashire e Yorkshire), e influenciou decisivamente a luta sindical de ação direta que viria a ser desenvolvida no final do século XIX.

Seguiam um tal general Ludd, uma figura imaginária e lendária, quando presos e indagados sobre ele, todos respondiam: “Eu sou Ned Ludd!” E, assim, o repetiam. Andavam em grupos armados de mascarados, organizavam-se em sociedades secretas sob juramento de morte e comunicavam-se através de senhas. Os ludditas (ou luddistas, como grafam alguns autores) impuseram terror aos donos de fábricas que investiam seu capital em novos maquinários. Através do medo, enviando cartas ameaçadoras, conseguiam manter o emprego dos companheiros e até obter aumentos salariais. Em caso contrário, partiam para a ação direta, desde a sabotagem durante o trabalho até as investidas noturnas nas fábricas para destruir as novas máquinas instaladas. Cantavam heroicos hinos de guerra:

Não cantem mais seus velhos versos sobre Robin Hood,
 Suas façanhas pouco admiro.
 Vou cantar as Realizações do General Ludd,
 Agora o herói de Nottinghamshire... (THOMPSON, 2004,
 p. 118).

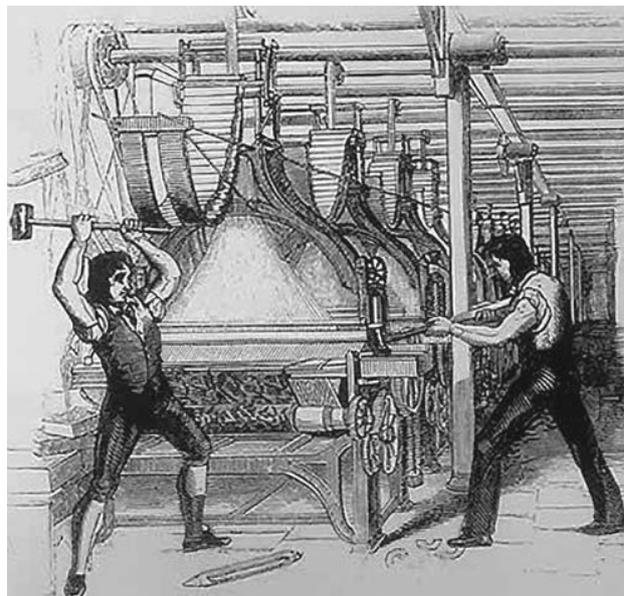
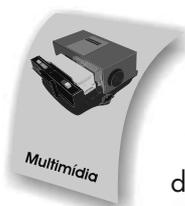


Figura 3.5: Ludditas em ação.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6e/FrameBreaking-1812.jpg>

O aumento das investidas ludditas e a sua difusão por quase toda a área industrial inglesa geraram um clima de insurreição generalizada na Inglaterra, principalmente entre 1811 e 1813. Por conta disto, foram duramente perseguidos, inicialmente através de milícias mercenárias organizadas por industriais e em seguida pelo Exército britânico, que ocupou as Midlands no ano de 1813. O luddismo tornou-se um crime de “associação de malfeitores”, termo que posteriormente seria muito comum na incriminação de anarquistas e socialistas em toda a Europa. O operário, preso sob a acusação de destruição de máquinas, seria condenado à forca. Oficialmente, o luddismo desapareceu no ano de 1817, mas a prática comum de destruir máquinas continuaria na Inglaterra pelo menos até a década de 1860, porém já sem os mesmo níveis de organização e consciência política de seus criadores.



Primitivismo

O ensino de História não deve permanecer dirigido somente ao passado. Sem fazer anacronismo, podemos estabelecer comparações com o presente; o luddismo ultrapassou o momento histórico de sua existência e transformou-se num conceito aplicado a todos que se opõem ao avanço da tecnologia, pois entendem que ela seja desastrosa para a humanidade. Na atualidade, o filósofo anarquista norte-americano John Zerzan é um dos expoentes dessa teoria, o primitivismo. Você pode acessar o site indicado e ler a entrevista dada por Zerzan ao Midia Independente: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/03/347447.shtml>

Existem inúmeras maneiras de se trabalhar o tema do luddismo e dos ludditas em sala de aula, usando, inclusive, recursos disponíveis na mídia. Acesse o *site* e veja, por exemplo, a criatividade desse desenho

animado, usando lego em *stop-motion* e que foi montado por dois estudantes de uma classe de Estudos Sociais na Nova Zelândia. Vídeo *The luddites*: <http://www.youtube.com/watch?v=UUIcdArrD7s&feature=related>



Atende ao Objetivo 3

3. Leia o texto a seguir e responda às perguntas a seguir:

A força sempre foi um castigo desonroso. A ela somente tinham acesso as baixas camadas sociais delinquentes ou dissidentes: aos que não dobrassem os joelhos se exigiria que baixassem a cabeça. (...) poucos lembram do nome de James Towle, que foi, em 1816, o último “destruidor de máquinas” enforcado. Caiu pelo poço da força gritando um hino luddita até que suas cordas vocais se fecharam num só nó. Um cortejo fúnebre de três mil pessoas cantou a *capella*, ao final do hino. Três anos antes em quatorze cadafalsos alinhados tinham sido enforcados outros tantos acusados de praticar o ‘luddismo’, alcunha de um novo crime recentemente legalizado (FERRER, 1998).

a) Qual foi esse crime de luddismo de que fala o texto?

b) Reflita e responda: hoje em dia, o que poderia ser considerado uma forma contemporânea de luddismo?

Resposta Comentada

a) O luddismo foi o nome como ficou conhecida a prática de organizar grupos secretos de “justiceiros”, entre 1811 e 1817, para atacar estabelecimentos fabris e destruir o maquinário mais moderno cuja entrada trazia o fim de atividades de trabalho artesanais, ainda existentes nas fábricas inglesas. O luddismo vem de Ned Ludd, a figura imaginária e lendária sem rosto cujo nome os trabalhadores adotavam.

b) Qualquer ato de resistência de trabalhadores contra inovações tecnológicas que lhes cause desemprego pode ser considerado um tipo atual de luddismo. Todos aqueles que pregam um retorno a valores mais humanos e criticam o uso indiscriminado das novas tecnologias como formas de dominação dos indivíduos podem ser considerados neoludditas. Porém, a apologia à tecnologia, o enfraquecimento das organizações dos trabalhadores e o exacerbado individualismo contemporâneo tendem a confinar esse tipo de resistência ao campo da luta corporativa e, portanto, algo com conotação bastante negativa.

CONCLUSÃO

Do ponto de vista dos trabalhadores, os coadjuvantes da Primeira Revolução Industrial, sua história encerrou-se quando novas formas de organização operária, as *unions*, sindicatos unificando diversas categorias profissionais, organizados na luta pela ampliação dos direitos constitucionais, entraram vigorosamente em cena a partir da década de 1850. Nós vamos encerrar o estudo de nossa aula por aqui, antes de entrarmos nesse novo tempo, o do trabalhador industrial inglês e o da classe operária já constituída. Concluimos com as palavras de Thompson, o historiador que recolocou na História os derradeiros trabalhadores artesanais ingleses donos de si mesmos e de seu ofício:

Enriquecidos pela experiência do século 17, trazendo pelo século 18 as tradições intelectuais e libertárias, formando suas próprias tradições de mutualismo na sociedade de amigos e no grêmio profissional, esses homens não passaram numa única geração, do campesinato para a nova vila industrial. Sofreram a experiência da Revolução Industrial como ingleses livres de nascimento com ideias articuladas. (...) Foi, talvez, a cultura popular mais destacada que a Inglaterra conheceu. Abrangia a maciça diversidade de especialidades, com os trabalhadores em metal, madeira, têxteis e cerâmica, e sem seus 'mistérios' herdados e magnífica engenhosidade com instrumentos primitivos, as invenções da Revolução Industrial, dificilmente conseguiriam ter saído da prancheta. Dessa cultura do artesão e do autodidata, vieram séries de inventores, organizadores, jornalistas e teóricos políticos de qualidade impressionante. É bastante fácil dizer que essa cultura era retrógrada ou conservadora. Bastante verdadeiro é dizer que um rumo das grandes agitações dos artesãos e trabalhadores por encomenda, mantido por cinquenta anos, era o de *resistir* a ser convertido em proletariado (THOMPSON, 2004, p. 438-9).

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

A Primeira Revolução Industrial foi um processo histórico que alterou profundamente o panorama do campo, das cidades e as relações de trabalho, criando um novo tipo de contradição social no século XIX, antes inexistente entre os ingleses. Responda a seguir:

a) Quem era e qual foi o papel desempenhado pela *gentry* nesse processo?

b) Quem eram os ingleses que resistiram a serem convertidos em proletariado e de que forma o fizeram?

Resposta Comentada

A *gentry* era uma classe peculiarmente inglesa, pois era constituída de burgueses habitantes no campo, capitalistas agrários cujo capital, em grande medida, foi originado através das atividades mercantis. Dona de metade das terras do país, a *gentry* ocupava os postos de poder local, como os de juizes de paz e chefes de milícias. Esta classe investiu na modernização tecnológica da agricultura, aumentando sua produtividade e criando a oferta para o surgimento das atividades têxteis industriais, nas quais ela mesma investiu.

O proletariado inglês surgiu na medida em que um conjunto de fatores – cercamentos, mecanização agrícola, acentuado processo de industrialização – obrigou os trabalhadores envolvidos na antiga cultura camponesa e artesanal a migrarem para as grandes cidades para sobreviverem. Esta passagem gerou diferentes formas de resistência a esta transformação, desde motins espontâneos contra a especulação no preço dos alimentos, passando pelo início da atividade político-parlamentar radical, até a formação de sociedades secretas que se organizaram e resistiram de modo mais violento.



RESUMO

Nesta aula, tivemos um panorama da Primeira Revolução Industrial, visto por diferentes ângulos. Inicialmente, buscamos entender como se deu o início do processo de industrialização na Inglaterra a partir das transformações tecnológicas e inovações científicas que se desenvolveram durante o século XVIII.

Vimos como essa série de invenções permitiu a transformação de uma economia de base agrária para uma economia de base industrial. Por conta disso, assistimos à transformação das cidades, com seu adensamento populacional e a mudança da paisagem urbana pela construção de milhares de fábricas e o início de graves problemas ambientais que dominaram a Inglaterra.

Em seguida, procuramos entender a proveniência do capital necessário para os investimentos que foram feitos em tecnologia e compreendemos que, na Inglaterra, os donos da terra, ao contrário, por exemplo, da França, não eram nobres, vivendo à custa do rei, mas burgueses enriquecidos com o capitalismo mercantil e que investiram na transformação da produtividade agrícola. Daí para o investimento na industrialização da atividade fabril foi um passo. Um passo para o qual as leis de cercamentos, privatizando áreas do campo de domínio comum e promovendo a contínua proletarização do trabalhador camponês e artesanal inglês, desempenharam papel fundamental.

Na perspectiva desses trabalhadores, vimos que o processo de proletarização não ocorreu de forma passiva, mas teve inúmeros e diversos focos de resistência, tanto de ordem político-parlamentar como, principalmente, nas ruas, a multidão inglesa levantou-se constantemente contra o agravamento de sua situação econômica.

Em seguida, vimos aquela que talvez seja a forma mais conhecida de resistência popular contra a inovação tecnológica que reduz o emprego e as oportunidades de trabalho e que ficou conhecida como luddismo.

Por último, procuramos estabelecer a ligação entre o ocorrido na Inglaterra da Revolução Industrial com questões mais gerais do mundo contemporâneo, como os graves problemas ambientais causados pela poluição e a discussão sobre o papel desempenhado pelas novas tecnologias junto à vida humana, tanto nos ganhos e benefícios trazidos para a sociedade como nos seus possíveis prejuízos.

Informação sobre a próxima aula

Na aula seguinte, estudaremos o papel desempenhado pelos burgueses, os principais protagonistas desta nova época: a era do capital.

Leituras Recomendadas

Neste link, o capítulo em que Marx discute a acumulação primitiva em sua obra *O capital*: <http://www.scribd.com/doc/6899659/Karl-Marx-A-assim-chamada-Acumulacao-Primitiva>

No link abaixo, a resenha publicada por Adriana Lazagna na revista *Crítica Marxista* do livro de Eduardo Barros Mariutti, *Balanço do debate. A transição do feudalismo ao capitalismo*: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica20-R-lazagna.pdf>

Para ler mais sobre as novas formas de luddismo, indicamos o site sobre Neil Postman (educador crítico da tecnologia) e o de John Zerzan (teórico do anarco-primitivismo): <http://www.preservenet.com/theory/Postman.html>; <http://www.johnzerzan.net/>



Aula 4

Os protagonistas da nova época: burguesia e capital

Massimo Sciarretta

Meta da aula

Apresentar o protagonista absoluto da época contemporânea, o burguês, e sua relação com o capital.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer as interpretações – históricas e sociológicas – ligadas aos conceitos de classe, de capital e de burguesia;
2. identificar o universo burguês através da análise das várias tipologias deste protagonista da Idade Contemporânea;
3. comparar os diferentes papéis desempenhados pela burguesia na formação de cinco Estados nacionais: Inglaterra, França, EUA, Alemanha e Itália.

INTRODUÇÃO

Como vimos nas três aulas precedentes, a “dupla Revolução” Francesa e Industrial havia mudado a face do mundo no tocante à vertente político-ideológica (a primeira) e aos aspectos socioeconômicos (a segunda). Como direito corolário desta situação, no âmbito institucional, registrava-se a progressiva formação do modelo internacional de um *Estado-nação* definido territorialmente, com uma Constituição garantindo os direitos civis e a propriedade, assembleias representativas e governos eleitos responsáveis por elas.

Neste pano de fundo, a *sociedade* europeia sofreu grandes transformações que perduraram durante todo o século XIX. Graças às inovações tecnológicas, um número sempre maior de recursos favorecia o aumento exponencial dos seres humanos, desarmando a chamada “armadilha malthusiana”.



A “armadilha malthusiana”

Deve seu nome ao demógrafo inglês Thomas Malthus, que foi o primeiro a constatar que, nas épocas precedentes à Revolução Industrial, o potencial de crescimento da população encontrava um obstáculo insuperável na quantidade de alimentos disponíveis. Para Malthus, no mecanismo demográfico do Antigo Regime, o aumento da população ocorria em progressão geométrica (2-4-8-16-32 etc.), enquanto a produção alimentícia só conseguia crescer em progressão aritmética (1-2-3-4-5-6 etc.), o que proporcionava carestias cíclicas, com uma taxa de mortalidade muito alta que reequilibrava a relação entre homens e recursos.

Para muitos historiadores, o fim da “armadilha malthusiana” e o aumento constante da população do planeta representaram o dado mais significativo da História Contemporânea.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e6/Thomas_Malthus.jpg

A população começava, então, a viver mais e em condições materiais melhores do que antes. Alimentava-se mais, morava em lugares mais confortáveis e em melhores condições sanitárias, começava a viajar, saindo dos limites sufocantes do vilarejo, no qual as gerações precedentes haviam nascido e vivido até concluir sua própria existência.

A nova sociedade rompia, portanto, com os horizontes materiais, mas não apenas com estes, modificando também suas maneiras de pensar, seus valores e comportamentos.

Governos, empresários e políticos instruem a população, cada um para o seu próprio interesse, com modalidades e em lugares próprios: escolas públicas, fábricas e partidos. Alfabetização, formação cultural, urbanização e organização tornam-se os aspectos mais significativos da tamanha transformação social que

ocorre na passagem da Idade Moderna para a Contemporânea, proporcionado o emergir de novas figuras sociais, novas profissões e novos hábitos. Fala a tal respeito o historiador Paolo Macry:

O que havia sido durante séculos um arquipélago de proprietários de terra e de camponeses, torna-se uma sociedade complexa, pautada na diversidade e na estratificação, e na qual mais fácil é a mobilidade social, isto é, a passagem de pessoas, famílias, grupos, de uma condição social para outra (MACRY, 1998, p. 110-11).

À antiga divisão entre nobreza, clero e povo, substitui-se, então, uma sociedade mais dinâmica e, pelo menos do ponto de vista formal, mais igualitária.

Da industrialização emergia o consumo de massa e as figuras sociais dos empresários e dos operários de fábrica. A progressiva privatização do campo acarretava a expulsão em massa dos camponeses da terra, engrossando as fileiras do "exército urbano". Pelo efeito combinado destes dois fatores, a cidade tornava-se o fulcro da sociedade contemporânea, hospedando grandes fábricas, os centros do poder institucional e uma população sempre mais numerosa, morando em bairros bem diversificados, conforme as diferentes possibilidades econômicas. Sim, porque, embora a modernização libertasse o homem da velha divisão pré-constituída entre ordens, não proporcionou o surgimento, por si só, de um "mundo de iguais".

Com efeito, o reconhecimento dos direitos individuais não cancelava inevitáveis divisões sociais, criando, assim, novas entidades coletivas: as *classes*.



Manifesto do Partido Comunista

Os primeiros a falar em classe foram Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, o panfleto que, em 1848, divulgava os princípios do comunismo, que logo no começo denuncia:

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das classes em luta. (...) A nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se, entretanto, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade inteira vai-se dividindo cada vez mais em dois campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas: burguesia e proletariado (MARX; ENGELS, 2000, p. 66-67).

Leia o texto integral do *Manifesto do Partido Comunista*:
http://www.portalabel.org.br/attachments/116_MANIFESTO_COMUNISTA_Marx_Engels.pdf



Figura 4.1: O jovem Karl Marx.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2f/Marx2.jpg>

Na visão dos pais do comunismo, então, as classes haviam sempre existido. Entretanto, uma vez que a velha sociedade feudal havia conhecido o crepúsculo, a divisão no meio da sociedade havia se tornado mais evidente, porque havia sido privada de outras distinções a não ser uma, a mais importante e significativa: a propriedade dos meios de produção. O mundo das classes, então, tornava-se para eles dicotômico (isto é, dividido em dois campos), haja vista que a propriedade dos meios para produzir identificava a *burguesia*, enquanto a falta desta posse e a consequente necessidade de vender a própria força-trabalho caracterizava o *proletariado*, assim chamado porque sua única riqueza eram os seus filhos, a prole.

Nesta aula, cabe-nos analisar de perto o perfil da classe (a burguesia) que detinha os meios com os quais se produzia a riqueza (o capital), protagonista desta grande transformação na economia do mundo, o que não deixou de ter consequências marcantes nos demais âmbitos, social, político, cultural etc.

Sem dúvida, a chamada "economia de mercado" capitalista havia transformado o mundo. Mesmo *A grande transformação* é

o título escolhido pelo antropólogo Karl Polanyi, em 1944, para analisar (mas também criticar) esta nova economia propiciadora do progresso e da modernização capitalista.

A ideia de que no homem exista uma propensão natural ao comércio e ao lucro – conjetura Polanyi em seu ensaio – é uma invenção do liberalismo. A imagem, que vem de Adam Smith, do ser humano como *Homo economicus* (homem econômico), isto é, da natureza humana como inevitavelmente predisposta para a acumulação e o proveito, seria uma falsidade histórica.

Estudando sociedades primitivas, Polanyi demonstra existir nelas um sistema de divisão do trabalho e de aproveitamento dos recursos que não era individual, mas coletivo; um sistema econômico, baseado no autoconsumo e na lógica de comunidade, não pautado na troca ou no comércio, mas no dom. Entretanto, a força desta mudança radical na maneira de se entender a economia – denuncia o autor – acabou acarretando uma transformação que era também antropológica e que levava consigo mudanças profundas e irreversíveis nos hábitos sociais, culturais e políticos.

Se o homem contemporâneo sofreu uma mutação antropológica, tendo no lucro e na acumulação de riquezas algo natural à sua própria essência, sem dúvida o protótipo deste "homem novo" é o burguês, o protagonista desta nova época histórica, o emblema de uma sociedade que acreditava "que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive trabalho) e vender no mais caro" (HOBSBAWM, 2010, p. 21).

Entretanto, é tudo isto suficiente para explicar quem é o "burguês"? Aliás, é certo falar em "burguês", ou não seria melhor falar em "burgueses"? E ainda: de onde ele vem? Qual a sua ligação com o sistema capitalista? De que forma os acontecimentos históricos do século XIX foram determinados pela chegada ao poder da classe burguesa? Qual o juízo dos historiadores sobre o papel por ela desempenhado?

Tentaremos, daqui em diante, dar respostas a tais perguntas.

Classe, burguesia e capital, interpretados por historiadores e sociólogos

Em seu estudo sobre a França do século XVI, o historiador francês Lucien Febvre, analisava as origens da burguesia, já enxergando a alvorada de seu futuro triunfo:

A nobreza feudal estava em declínio. Enquanto ela, sem sequer confessá-lo a si, via perder os cargos, os privilégios e as riquezas, um povo de homens novos, dedicado nas suas atividades, duro e sagaz na ganância, emergia aos poucos, chegando ao poder graças ao dinheiro (FEBVRE, 1966, p. 235).

Resumir um trajeto longo, de séculos, em poucas linhas é uma tarefa muito árdua.

Em grandes linhas, generalizando um discurso que evidentemente apresenta várias facetas e interpretações, podemos afirmar que, no fim da Idade Média (séculos XII e XIII), a burguesia surge de uma camada da população que vivia à margem da unidade feudal, em *pequenas cidades* protegidas por muros chamadas de “burgos” (daí a sua denominação), e cujas principais ocupações eram o comércio de mercadorias (roupas, especiarias, joias etc.), o artesanato e as atividades financeiras (empréstimo de dinheiro com juros).

O burguês é o cidadão cujo ambiente natural não é o castelo ou o campo, mas o armazém ou a oficina de artesão, e que usa os cavalos não para caçar ou combater, mas para transportar mercadoria.

A historiografia mais contemporânea reluta em considerar as origens cidadãs da burguesia como um acontecimento que ocorreu por toda Europa de forma homogênea, conforme o que havia tentado demonstrar o historiador francês Henry Pirenne em seu *As cidades da Idade Média*. Com efeito, hoje se tenta distinguir entre Europa do Norte e do Sul, sendo apenas as primeiras caracterizadas por uma evidente divisão entre cidade (lugar protagonizado pelos burgueses) e campo

(em que predominavam relações nobres/camponeses). Em poucas palavras, conforme as mais recentes interpretações, nas cidades do Sul a nobreza teria mantido suas prerrogativas, embora se mudando do campo para a cidade, enquanto no Norte ela acabou se aburguesando, isto é, adotando um estilo de vida e de produção burgueses.

Enfim, o crescimento das atividades econômicas tipicamente urbanas, tais como: o comércio a longa distância, os bancos e as primeiras manufaturas, não proporcionou em toda parte o predomínio de um ator social (o burguês) radicalmente oposto ao aristocrata, acarretando muitas vezes a formação de um grupo social que era o produto da mistura destes dois.

Seja como for, a lógica tipicamente burguesa da busca constante pelo lucro e o fermento que acompanhava sua atividade, contribuiu para o "Renascimento" comercial e urbano próprio do primeiro período da Idade Moderna. Aos poucos, o "povo de homens novos" do qual fala Febvre, recitou o papel de protagonista na implantação de um novo modelo econômico, destinado a caracterizar o Ocidente inteiro, pautado, em vez de na renda fundiária, na constante produção de capital.

Burgueses são os mercantes que abastecem as cidades de alimentos e de manufaturas e que, graças a um sistema corporativo oligárquico, impõem os preços de seus produtos aos habitantes e às autoridades públicas. Pertencem à burguesia os mediadores que organizam a rede do trabalho em domicílio, dotando as famílias camponesas das matérias-primas para a fiação e a tecedura (abrindo assim caminho para o fenômeno da chamada "proto-industrialização", que vimos na Aula 3). Ainda, são da classe burguesa os que se aproveitam da miséria dos camponeses para acordar com eles empréstimos com alta aplicação de juros e, depois, expulsá-los das terras por não terem quitado as dívidas.

Os burgueses, então, trabalham nas mais variadas atividades, embora – aparentemente – unidos pelo mesmo comportamento racional e utilitarista voltado à acumulação dos capitais: compram para revender, acumulam para reinvestir.

Por tal motivo, esta classe social tende a otimizar os tempos ("tempo é dinheiro..."), organiza seu cotidiano em modo ordenado, racionaliza sua existência. Regularidade e racionalidade combinam-se com um uso parcimonioso do dinheiro, que os torna pessoas que consomem, mas que não desperdiçam.

O divórcio gritante entre a sempre maior importância econômica e o escasso peso político, levou a classe burguesa a se rebelar contra o *status quo* (ordem vigente). Deste ponto de vista, a "Gloriosa Revolução" Inglesa de 1688, a Revolução Americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789 constituem outros tantos rasgos ao pano de fundo do "Regime" das ordens, por isto considerado em seguida "Antigo" pelos que o haviam subvertido.

Na esteira do exemplo francês de 1789, no século XIX os burgueses estão na linha de frente das ações de reivindicação de direitos que sacodem o continente. Pedem e obtêm a constituição de regimes políticos e de legislações que favoreçam seus interesses de classe: divisão entre os poderes executivo, legislativo e judiciário; forma de representação restrita (no tocante a este ponto, retomar o boxe de atenção sobre o liberalismo, na Aula 2); e um sistema de leis que reconheça como central a defesa do direito de propriedade privada e de iniciativa individual, por meio de códigos civis e do comércio, e também em grau de garantir o controle social das "classes perigosas", particularmente as reivindicações do movimento operário, que agitava a ameaça do comunismo.

Deste ponto de vista, o Código Civil Napoleônico (outorgado pelo Imperador da França em 1804) é o precursor de uma série de Códigos adotados, nesta época, por todas as legislações europeias, que aboliam as leis de "fideicomisso" e de "primogenitura", dois institutos jurídicos por meio dos quais as aristocracias evitavam a fragmentação de seu patrimônio hereditário, transmitindo-o inteiramente para o primogênito, em prejuízo dos outros filhos. A eliminação destas leis, substituídas pelo princípio de igualdade sucessória dos filhos, abriu caminho para uma vigorosa repartição

dos patrimônios, que evidentemente, favoreceu um fenômeno que podemos chamar de "burguesização" da sociedade, cujo emblema era a moderna família nuclear.



Família

Industrialização e modernização transformam também a tipologia clássica da *família*, cuja formação era agora em boa parte desvinculada de motivações de mero interesse econômico ou social, possibilitando a passagem da família alargada para a família nuclear, num cenário similar ao que existe hoje em dia.

Na sociedade pré-industrial, as exigências dos mais fracos seriam fortalecidas pela união do inteiro grupo familiar, tendendo à máxima segurança social do indivíduo, conforme uma lógica de clã. A sociedade meritocrática (isto é, pautada no mérito) e individualista burguesa, ao contrário, favoreciam a formação de núcleos familiares menores, os quais, todavia, caracterizavam-se pela maior ênfase dada ao elemento da afetividade.

De fato, se a família patriarcal alargada caracterizava-se pela convivência basicamente forçosa de seus membros com vistas à tutela de interesses comuns (o da concentração das riquezas e do poderio no caso das famílias aristocráticas; o da ajuda mútua na produção para a sobrevivência no tocante às famílias do povo), a família nuclear moderna estreitava os laços familiares, constituindo-se, no novo mundo da competi-

ção desenfreada, como abrigo seguro, ambiente fora da lógica concorrencial do capital, embora sendo o produto imediato daquelas dinâmicas.

Como frisa Eric Hobsbawm,

O lar era a quintessência do mundo burguês, pois nele, e apenas nele, podiam os problemas e as contradições daquela sociedade ser esquecidos ou artificialmente eliminados (...) a família pequeno-burguesa podia manter a ilusão de uma alegria harmoniosa e hierárquica, cercada pelos objetos materiais que a faziam possível (HOBSBAWM, 2010, p. 350).

Na introdução, vimos como, para Marx, o critério econômico da propriedade dos meios de produção era o elemento de distinção entre as duas classes dos exploradores (burgueses) e dos explorados (proletários). Isto é, a "estrutura" em volta da qual rodeavam os demais aspectos da vida social (política, cultura, religião etc.), por isto definidas "superestruturas".

Com efeito, para Marx, o fato de deter o poder econômico determinava o domínio também nas demais esferas da vida, que dependiam todas da economia.

A posse de um capital, por sua vez derivado da "acumulação primitiva" (termo que já analisamos na Aula 3) era, então, o elemento de individuação da classe burguesa, enquanto sua ausência caracterizava os proletários, conforme dinâmicas, ao ver dele, independentes da vontade de cada um. Com uma frase famosa, Marx dirá: "Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência" (MARX, 2000, p. 52).

Entretanto, a análise marxista – por outros aspectos pontual e arguciosa – resulta excessivamente rígida na caracterização do conceito de "classes", as quais parecem compostas por indivíduos de uma determinada camada social unida e compacta. Provavelmente, esta visão era devida ao fato do modelo de referência, utilizado por Marx, ter sido a Inglaterra, na qual não existiam, como em outros lugares da Europa, muitos elementos em grau de complicar o esquema de divisão entre os dois grandes grupos de burgueses e proletários.

É o próprio Marx a admitir que na Inglaterra não havia “aquele cortejo de padres, pedagogos, fidalgos rurais e burocratas” característico, por exemplo, da Alemanha.

No século XX, mesmo partindo do estudo da Alemanha, alguns autores começaram a questionar o modelo marxista de divisão das classes. O socialista reformista Eduard Bernstein, em 1905, escreve:

Na vida social real, o nível de renda, a posição social e o teor de vida a ele atrelado tornam-se a medida mais característica do se pertencer a uma classe (...) Isto particularmente porque o corpo social não se torna mais simples, mas sempre mais complexo (BERNSTEIN apud FETSCHER, 1970, p. 304).

Renda, posição social, teor de vida. Para identificar o pertencimento ou não à burguesia, Bernstein acha reduutivo, então, limitar-se somente à análise da propriedade dos meios de produção, já que, para ele, existem “trabalhadores assalariados que vivem como pequeno-burgueses” e “pequeno-burgueses, sentindo-se plenamente proletários”.

Parte da historiografia do século XX começa a questionar o conceito de classe em Marx, sublinhando os riscos de determinismo inseridos nesta interpretação. Consequentemente, assiste-se a um deslocamento do eixo temático dos elementos materiais e estruturais vinculados à condição econômica, para motivações de cunho subjetivo.

Em 1963, até o historiador marxista Edward Thompson, pegando o mesmo exemplo inglês analisado pelo pensador alemão mais de um século antes, intitulou significativamente seu livro *The Making of the English Working Class* (O se fazer da classe operária inglesa), querendo atribuir, já desde o título, um peso determinante à consciência subjetiva dos indivíduos, os quais aprendem a se considerar em termos de classe: “A classe” – explica Thompson – “não é coisa, mas um acontecimento”, isto é, algo em constante devir:

Este livro tem um título um tanto desajeitado, mas adequado ao seu propósito. *Fazer-se* porque é um estudo sobre um processo ativo que se deve tanto à ação humana como aos acontecimentos. A classe não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se (THOMPSON, 1997, p. 9).

Aqui a classe, então, não é um fato natural, nem sequer um produto espontâneo das transformações provocadas pela Revolução Industrial, mas sim um processo (*making*) que implica a deliberada construção de relações sociais e políticas entre indivíduos com experiências de vida semelhantes: “Não vejo a classe como ‘estrutura’, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente nas relações humanas” (THOMPSON, 1997, p. 9).

As análises, então, tornam-se “multifatoriais”, isto é, caracterizadas por uma abordagem de estudo que contempla vários fatores interligados para definir o pertencimento a um determinado grupo social.

Entre os mais famosos autores desta nova abordagem, uma posição de destaque merece o sociólogo alemão Max Weber, o qual, em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, ligou o capitalismo ao surgimento de uma nova ética dos comportamentos individuais, brotada com a Reforma protestante.

Na análise dele, o fato do protestantismo ser caracterizado pela visão de um Deus imperscrutável em seus planos divinos, que havia planejado e decidido a salvação desde a eternidade

só para alguns homens (a chamada "Teoria da Predestinação da Graça"), havia proporcionado aos fiéis desta religião um ativismo espasmódico, no anseio de conhecer seu próprio destino ultraterreno.

Daí, um comportamento caracterizado por abnegação, sobriedade e audácia empresarial, na convicção de que só um "sinal" poderia desvendar a decisão divina: o sucesso no trabalho, o único elemento realmente objetivo para entender quais seriam os abençoados por Deus. Atitude esta, que contrastava com a passividade e a resignação típicas do catolicismo, o qual, não por acaso, era (pelo menos em tese) cético para com as atividades econômicas e a riqueza.

Eis que, para Weber, o capitalismo nasceu mesmo naquela área (a Europa do Norte), onde esta religião protestante dominava, não portanto, graças à "acumulação primitiva", mas por causa de um impulso irracional de matriz religiosa ("estou ou não nas Graças de Deus?"), que acabou tendo consequências também em âmbito econômico e social, criando o "espírito burguês", pautado no lucro como vocação.



Figura 4.2: Weber.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/16/Max_Weber_1894.jpg

Aliás, em outra obra (*Economia e sociedade*), Weber aponta – além das classes – outras formas de hierarquização social, como os estamentos e os partidos.

Sem entrar muito em detalhes de uma teoria bastante complexa, no tocante ao nosso assunto, podemos afirmar que Weber não subestima o elemento econômico destacado por Marx. Todavia, o considera critério necessário, mas não suficiente para determinar o pertencer a uma determinada coletividade.

Para ele, se a situação de classe era determinada pela “propriedade” ou pela “falta de propriedade”, diferente acontecia com os estamentos, cuja hierarquização era pautada em valores, como as habilidades e os estilos de vida, que diziam respeito ao prestígio de um grupo ou de indivíduos (para citar um exemplo, um cavaleiro podia ter um *status* determinado por seu valor e sua coragem no campo de batalha que o colocava em uma posição social superior à determinada por suas riquezas). Enquanto os partidos determinavam a posição política, ou seja, a posição na rede de poder (a tal respeito, podemos dizer que um político como Lula, que pertencia à classe operária, consegue estar em uma posição social elevada porque está no poder).

O paradigma de Weber, portanto, multiplica o esquema marxiano de divisão em dois grupos sociais, acrescentando à posição de classe, a posição política e a posição de *status*.

Daqui em diante, então, a parte da historiografia e sociologia não fiel a Marx, adotará o termo “estratificação social” para descrever a sociedade como uma tábua de muitas tonalidades que, sem solução de continuidade, do preto (homens riquíssimos, muitos prestigiosos e poderosos) degrada até o branco (pessoas muito pobres, sem autoridade alguma).

A tal respeito, em 1970, a historiadora Adeline Daumard desenvolveu um imponente estudo sobre a burguesia parisiense do século XIX, utilizando como fonte de dados uma quantidade enorme de declarações sucessórias, isto é, o dinheiro como código de

interpretação, chegando à conclusão que, na Paris daquela época, existia uma vasta pluralidade de grupos sociais que possuíam as mesmas riquezas e estilos de vida.

Para outro estudioso, o economista austríaco Joseph Schumpeter, o elemento de divisão da sociedade era a família, através da qual cada indivíduo encontrava-se colocado em uma determinada classe desde seu nascer. Todavia, a família era, para ele, um elemento importante, mas não necessariamente decisivo.

Com efeito – reflete Schumpeter – na sociedade moderna os indivíduos adquirem uma colocação na sociedade conforme o patrimônio da sua família, a educação que eles recebem, a sua formação profissional. Entretanto, esta posição social depende também das capacidades que eles têm em se adaptar às regras e aos hábitos daquele contexto.

Segundo esta teoria, contrariamente ao que ocorria na Idade Feudal (em que o critério hierárquico era determinado por lei e o pertencer ou não a uma camada conforme nascimento era algo imutável), a sociedade que nascia com a Revolução Francesa se caracterizaria pela forte mobilidade social, possibilitando a passagem de várias pessoas de uma classe mais "alta" para outra e vice-versa. Por isto, de acordo com uma bela frase de Schumpeter, "as classes se parecem com um ônibus ou com um albergue, sempre ocupado, mas por pessoas sempre diferentes".

Estamos aqui na inversão do conceito marxista de relação entre indivíduos e classe, sendo, para Schumpeter, os primeiros a escolherem a classe à qual pertencer.

As sucessivas análises, tanto sociológicas como históricas, corroboraram esta dificuldade em reduzir a classe burguesa do século XIX a um ideal-tipo válido para todos, representando milhões de pessoas como membros de uma categoria monolítica, composta por um único patrimônio de valores, estilos de vida e mentalidades.

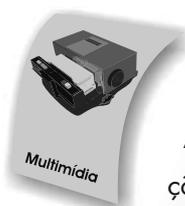
Cadê o nosso "burguês", então?

Como releva o historiador italiano Salvatore Lupo:

Esta camada intermédia encurralada entre clero e nobreza, por um lado, e "povo", por outro, possui uma coleção plurissecular de máscaras que fez com que sociólogos e historiadores frequentemente abrissem mão da tentativa de identificar traços comuns irrefutáveis (LUPO, 1998, p. 14).

O próprio termo "burguês" conhece valores e significados diferentes. Com efeito, se, no âmbito econômico, "ser burguês" quer dizer ser parte da classe que leva adiante o processo de modernização na época contemporânea, do grupo social que havia transformado o mundo rural, abrindo caminho para o progresso e a modernidade, do ponto de vista simbólico, "mentalidade burguesa" significa "conformismo", respeito hipócrita das convenções, cinismo daqueles que – no dizer do poeta inglês Oscar Wilde – “conhecem o preço de tudo e o valor de nada”.

Parece-nos, então, mais apropriado falar em "burgueses", com isto entendendo um mosaico de diferentes nuances de cor que acaba dando vida a um único afresco social.



A burguesia no cinema

As tantas "máscaras" do burguês, as contradições do sistema capitalista por ele impulsionado, o descompasso entre o bondoso 'pai de família' do lar e o "competidor cruel" da sociedade, fomentaram a imaginação e o espírito crítico de muitos diretores de cinema. Entre os muitos filmes que abordam o tema, assinalamos: *O discreto charme da burguesia*, de Luis Buñuel; *Adeus lar, doce lar*, de Otavio Josseliani; *Revolutionary Road*, de Sam Menders; *Senhoras e senhores*, de Pietro Germi; *A outra*, de Woody Allen.



Atende ao Objetivo 1

1. Baseado nas informações deste primeiro item, explique a diferença entre Karl Marx e Max Weber na individualização do conceito de classe e de burguesia.

Resposta Comentada

As análises do sentido de "classe" e de "burguesia" em Karl Marx e Max Weber representam, ainda hoje, duas pedras angulares para se entender estes dois conceitos tanto abstratos quanto importantes para decodificar a Idade Contemporânea. Com efeito, se no período do chamado Antigo Regime a divisão da sociedade era também jurídica, determinando a lei uma divisão em três grandes camadas (clero, nobreza e Terceiro Estado), depois da Revolução Francesa todos os Estados, aos poucos, decretaram a igualdade entre os homens, "todos nascidos iguais". Entretanto, na sociedade capitalista as diferenças continuavam... Karl Marx é o primeiro a colocar de forma clara a questão da divisão da sociedade em duas classes, divididas entre quem detém o capital, isto é, a propriedade dos meios de produção (a burguesia), e quem só tem sua força-trabalho para vender (o proletariado). Já Weber, embora reconhecendo a centralidade do fator econômico, apontada por Marx, coloca ênfase também em elementos subjetivos (estilo de vida, prestígio etc.) para individualizar o pertencer de um indivíduo a um determinado grupo social, adotando um método de investigação multifatorial.

O mundo burguês: um universo feito de muitas galáxias

Na seção anterior, vimos como uma leitura mais atenta do quadro sociológico burguês aponta para um arquipélago de situações diferentes no âmbito da própria classe em objeto, não necessariamente o "ser burguês" correspondendo ao "deter a propriedade dos meios de produção". Pelo contrário, apesar do crescimento da burguesia empresarial, a parte das outras atividades, definidas "burguesas", tende a permanecer preponderante.

Depois de tanta teoria, entramos, então, na análise das tipologias que emergem da observação empírica, iniciando pelo burguês que mais se encaixa na descrição de Marx: o *empresário capitalista*.



Claudio Jule

Figura 4.3: O empresário capitalista tem sua imagem associada a um comportamento voltado para obter o máximo de lucro.
Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1269975>

É ele o homem caracterizado por um comportamento racional e utilitarista, voltado a obter o máximo do lucro e a acumulação dos capitais, utilizando a riqueza para conquistar uma posição social. Nas mãos dele, as riquezas (dinheiro, terras) não ficam paradas, sendo utilizadas para que se multipliquem.

No Oitocentos, as camadas sociais mais dinâmicas encontram-se nesta burguesia capitalista, que lidera a transformação empresarial da economia, economiza, investe, constrói e produz, e que, todavia, até em seu interior, resulta variada, atuando em âmbitos diferentes (indústria, comércio, terra), e caracterizando-se por diferentes estilos de vida, assim como por interesses econômicos frequentemente em luta entre si.

Na Inglaterra do século XIX, por exemplo, o choque social mais agudo é no interior da própria burguesia empresarial, entre o capitalismo agrário e o capitalismo industrial, sendo o primeiro a favor do protecionismo, politicamente conservador e ligado às atividades do campo; e o segundo livre-cambista, politicamente liberal e ligado às atividades urbanas.

Longe de se esgotar com a figura do empresário, o universo da classe burguesa engloba uma variedade de outras galáxias, que crescem junto com o processo de modernização e transformação política e econômica.

A tal respeito, os *profissionais liberais* representam aquela parte da burguesia que mora prevalentemente nos centros urbanos, prestando serviços indispensáveis para o Estado contemporâneo, na escola, na justiça, na saúde, no setor da construção civil.

Embora normalmente alheios à propriedade dos meios de produção, desempenham um papel crucial no sistema social e nas relações entre grupos, representando o lugar de formação, aplicação e divulgação do conhecimento científico, da cultura escrita e das ideologias, por sua vez fruto de uma aprendizagem e de estudos longos, custosos e seletivos.

Fazem parte da categoria de profissionais liberais os médicos, os advogados, os engenheiros: pessoas que utilizam sua preparação e sua cultura para enriquecer. A sociedade burguesa era, portanto, “uma sociedade instruída, cuja força era representada por seu conhecimento” (FEBVRE, 1966, p. 306) e na qual, entretanto, a cultura não vinha a ser utilizada com fim de lazer, diversão, isto é, pelo puro prazer de aprender, mas como profissão, como meio

para adquirir poder social. Retomando Febvre: “o burguês é filho do livro. E a ciência é a fonte de seu ganho e de seu poder”. Neste contexto, a educação escolar é uma das grandes ferramentas para o futuro exercício do poder burguês.

No século XIX, o estudo na escola superior, para não falar da universidade, representa o termômetro de avaliação das condições sociais de cada família. Nestas instituições de Ensino Superior, quase não existem filhos de proletários. Nelas, longe de se aprender apenas os instrumentos cognitivos para exercer o comando, constroem-se as relações sociais "certas", em um ambiente exclusivo no qual se estreitam amizades úteis para exigências futuras: solidariedade social, ajuda econômica e apoio político.

Mais uma galáxia do universo burguês é a dos *funcionários públicos e das grandes empresas privadas*, que no Oitocentos crescem junto com o processo de modernização. Às novas dimensões dos Estados e das indústrias da época contemporânea corresponde um processo inevitável de burocratização que envolve o Ocidente inteiro. É o caso dos funcionários que trabalham na indústria, no comércio, no setor financeiro. E, ainda, dos que trabalham no setor público, de acordo com um crescimento da burocracia estatal sem precedentes no setor administrativo, judiciário, educacional.

Na Alemanha, só para dar um exemplo, no período que vai do final do século XIX até antes da Segunda Guerra Mundial, enquanto o número de trabalhadores manuais redobra, o de funcionários públicos multiplica-se por sete, passando dos 1,2 milhão de 1882 para os 7,7 milhões de 1939 (LEE, 1974, p. 592).

Esta categoria compartilha com os profissionais liberais o fato de não ser dona dos meios de produção. Entretanto, diferente dos advogados, médicos, notários, engenheiros, os funcionários públicos e privados não gozam de autonomia profissional, sendo dependentes do Estado ou das grandes empresas. Diversamente da classe operária, eles não praticam um trabalho manual; entretanto

– como eles –, são dependentes de um mercado de trabalho que não controlam. Eis que o verdadeiro diferencial em relação aos proletários expressa-se no tocante às aspirações e às ideologias.

Com efeito, se no aspecto econômico os funcionários públicos e os operários encontram-se basicamente no mesmo patamar, a procura por parte deles de um *status* burguês é contínua, atenta, ansiosa. Os funcionários do Estado ou das grandes empresas privadas imitam o modelo da alta burguesia, embora não seu estilo de vida, que para eles é muito oneroso. Os bairros onde eles moram representam uma cópia modesta dos ambientes residenciais da média e alta burguesia, lugares "decorosos" diferentes dos subúrbios operários. Os seus hábitos acompanham as tendências da burguesia mais elevada, sendo a procura do *status symbols* (relógios, vestiário, joias etc. muitas vezes conseguidos de segunda mão) um elemento ulterior de diferenciação do proletariado.

A ânsia de imitação das camadas da burguesia mais próximas ao proletariado será utilizada pelas classes dirigentes europeias para criar uma camada consistente de consenso popular às suas políticas, contra as reivindicações operárias, retribuindo a esta pequena burguesia dependente por meio de vantagens meramente simbólicas e, todavia, capazes de ir ao encontro dos seus anseios de distinção dos trabalhadores manuais, favorecendo o germinar de uma verdadeira e própria "identidade não manual" (MACRY, 1995).

É o caso, por exemplo, do sistema de seguro vigente para os funcionários públicos alemães, em 1911, formalmente separados do sistema de seguro dos trabalhadores manuais, embora na prática perfeitamente igual ao destes (KOCKA, 1975, p. 101).

Artesãos, comerciantes, pequenos proprietários de terra, finalmente, representam a categoria dos *trabalhadores autônomos*. São eles próximos da descrição marxista dos membros da classe burguesa, enquanto a cabo de uma atividade empresarial, frequentemente donos dos meios que produzem sua mercadoria e, às vezes, dotados até de força-trabalho nas suas dependências (embora

em número exíguo). Entretanto, este grupo numeroso e articulado, cuja origem remonta à história plurissecular das cidades europeias e do sistema das corporações medievais, é muito longe do padrão do capitalista burguês.

Trata-se, com efeito, de um grupo social que entra em contradição – quando não em choque – com o processo de modernização tão caro aos empresários da média e alta burguesia. Como o próprio Marx releva, seu modesto capital é inadequado a concorrer com o da grande concentração industrial, ao passo que a habilidade de seu trabalho é destinada a sucumbir diante da produção em massa, dos novos sistemas industriais.

Do ponto de vista político, também, o trabalhador autônomo é geralmente colocado em posições muito conservadoras, quando não reacionárias, contra a onipotência do capital que o esmaga pelo alto, e contra a classe operária que o pressiona por baixo. Por tal motivo, esta camada da burguesia mistura as instâncias de livre concorrência com as de retorno ao período dos privilégios corporativos, no desejo de se tornar rica como os burgueses da grande empresa sem correr os riscos conexos ao *laissez-faire*.

Apesar destes problemas econômicos, a pequena empresa dos artesãos, dos comerciantes, dos pequenos agricultores, permanece, todavia, viva e longe de sofrer uma "proletarização" (como opinava Marx), sobretudo no tocante à sua mentalidade, formando, junto com a categoria dos funcionários públicos e privados, um forte contraponto conservador à ascensão das classes operárias, na França, como na Itália e na Alemanha.

Resumindo:

Dentro da categoria "burguesia" se colocam habitualmente os grupos capitalistas que controlam o sistema produtivo e financeiro, bem como os grupos sem nenhum título de propriedade; grande e pequena empresa; trabalhadores autônomos e trabalhadores dependentes; setores possuindo certa autoridade e outros com

funções meramente executivas; áreas profissionais de diferente consistência e com diversa sorte; funcionários públicos e privados (MACRY, 1995, p. 235).

A coesão destas muitas constelações do universo burguês, portanto, parece ocorrer, mais do que no capital, nos denominadores comuns da liberdade e do dinheiro.

Com efeito, a forte conotação individualista do burguês traduz-se na sacralidade da palavra "liberdade", que é liberdade de dispor dos seus bens e das suas propriedades; liberdade de iniciativa privada; liberdade de decidir o seu próprio destino. O protagonista da mentalidade burguesa e capitalista é o indivíduo, "o homem livre", cuja autonomia é reconhecida juridicamente e premiada socialmente; e cuja filosofia se pauta no mérito e no sucesso.

O outro elemento aglutinador é o dinheiro porque – apesar de só algumas destas tantas facetas da classe burguesa terem um relacionamento estreito com o capital – todas elas se reconhecem na lógica capitalista, caracterizada pela ênfase dada à produção e ao consumo, pela preeminência reconhecida ao mérito dos mais capazes em detrimento das necessidades de todos, pela centralidade daquilo que o cientista político Toni Negri define como "a função do dinheiro como moeda, não como capital".

A tal respeito, o sociólogo Crawford Macpherson cunhou o termo "individualismo possessivo", com isto entendendo uma sociedade em que as relações entre os homens são estruturadas em virtude da posse das mercadorias e da habilidade com a qual utilizam, para sua própria vantagem, destas disponibilidades:

O trabalho, a terra e o capital, tanto quanto os produtos, tornam-se sujeitos a determinações do mercado, os preços de todos eles são fixados por meio da competição entre os vendedores e os compradores, de modo que o que é oferecido será comprado, e o que é procurado será oferecido (MACPHERSON, 1979, p. 65-66).



Atende ao Objetivo 2

2. À luz das descrições contidas neste segundo item, descreva os pontos em comum e as diferenças entre as várias galáxias do universo burguês.

Resposta Comentada

Na descrição do indivíduo que pertence à classe burguesa entram no mesmo título várias figuras sociais: o empresário capitalista, que não depende de ninguém e é dono dos meios de produção; o profissional liberal, alheio ao capital, que utiliza o conhecimento e a cultura como um meio para adquirir riqueza e uma boa posição social; o trabalhador autônomo, dono dos meios com os quais produz sua riqueza, embora de uma forma quantitativa e qualitativa bem aquém da do empresário; o funcionário público ou de grandes empresas, que não detém o capital, como também não goza de autonomia profissional.

Entretanto, no arquipélago fragmentado das "burguesias" do século XIX existem traços comuns, que encontram sua maior expressão no individualismo e na adesão aos valores da sociedade de mercado.

O papel da burguesia na construção dos regimes políticos: uma análise comparada entre Inglaterra, França, EUA, Alemanha e Itália

A história do século XIX não apenas aponta para uma "pluralidade de burguesias!", como também para um diferente peso e protagonismo que, nos vários países, esta classe compósita teve na construção dos modernos Estados nacionais industrializados.

O historiador norte-americano Barrington Moore Jr. foi pioneiro no estudo de várias realidades históricas tocadas pela modernização industrial. Em seu *As origens sociais da ditadura e da democracia*, ele tenta mostrar o diferente papel que as burguesias nacionais desempenharam no interior de cada país como elemento em grau de explicar a criação de regimes políticos democráticos ou autoritários.

Através de um trabalho de história comparada, Moore chega à conclusão de que nos países em que uma burguesia forte soube reestruturar o campo através de reformas agrárias, os regimes que nasceram foram de cunho liberal-democrático; enquanto onde isto não ocorreu, os regimes tomaram uma posição conservadora e autoritária.

Nós tentaremos seguir esta abordagem, mostrando a evolução econômica e política de alguns países, começando pela *Inglaterra*.

Como vimos na Aula 3, o processo de modernização inglês foi protagonizado pela *gentry*, uma classe de capitalistas agrários, muitas vezes enobrecidos, a qual, contrariando a visão do burguês como homem dos negócios da cidade, tinha sua fonte de lucro e sua residência no campo.

Mais de 50% das terras que o Estado havia requisitado à Igreja, quando da Reforma religiosa, foram vendidas a esta nova nobreza, por sua vez interessada em privatizar estas terras para a criação de ovelhas, cuja lã atendia às manufaturas.

Dessa forma, a *gentry* liderou o processo de modernização aglutinando em volta de si um bloco social composto pela velha aristocracia, pela burguesia mercantil, ligada à indústria, pela fração dos pequenos proprietários camponeses (os *yeomen*) e pelos profissionais serviços recrutados (agrimensores, advogados, professores), alicerçando o desenvolvimento econômico inglês no cercamento (*enclosure*) das terras antigamente comunais e na exploração da força-trabalho a baixo custo expulsa do campo.

Os “*enclosures*” marcam a passagem de uma economia rural comunitária para a empresa agrícola: mais de 3.500 decretos de cercamento redefiniram – entre 1760 e 1819 – o mapa geográfico da campanha inglesa. Com uma expressão famosa, o grande humanista Thomas More dirá que, nesta enorme reestruturação, “as ovelhas devoraram os camponeses”, isto significando a expulsão em massa dos camponeses da terra para dar lugar à produção de lã.

A transformação do senhor feudal em “homem de negócios” e a formação da fração de camponeses pequenos-proprietários (os chamados *yeomen*) favoreceram a destruição da ordem sem a necessidade de uma revolução, como, ao invés, ocorreu na França.

A “Gloriosa Revolução” do século XVII (ocorrida basicamente sem derramamento de sangue) nasceu, então, justamente do conflito entre a monarquia, que não queria abrir mão de seu poder centralizador, e este bloco social interessado em ter maior autonomia, gerando uma monarquia constitucional parlamentar, isto é, controlada pelo Congresso, do qual, sem autorização, o rei não podia decretar novos impostos (princípio conhecido como *no taxation without representation*), fechar o Parlamento, cassar a liberdade de um cidadão etc.

Na França, a situação aparece bem mais complexa, sendo caracterizada pela presença de vários corpos sociais em luta entre eles. Com efeito, se a aristocracia inglesa ingressou nas atividades industriais e comerciais, assumindo o espírito empresarial burguês, enriquecendo e mantendo-se, assim, politicamente forte, na França

a nobreza permaneceu bem menos ativa. Abandonou o campo sem se lançar nas atividades econômicas urbanas, ao contrário, fechando-se no ninho dourado da Corte de Versailles, justamente criada pelo rei Luís XIV, para controlar a nobreza e acentuar o poder absolutista do monarca.

Assim fazendo, a aristocracia francesa havia deixado de fato o poder político nas províncias a uma burguesia emergente que, através da aquisição de cargos públicos, havia se tornado nobre também (a chamada "nobreza de toga"), assumindo também funções de governo (administração local, segurança pública, justiça) que antigamente pertenciam à velha aristocracia.



Figura 4.4: A nobreza nos jardins de Versalhes.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/23/Versailles_-_Bosquet.jpg

Criava-se, assim, um processo inverso ao da Inglaterra, em que os burgueses aspiravam a se tornar nobres e a antiga aristocracia de corte, ao invés de se abrir à ascensão social desta nova classe emergente, fechava-se hermeticamente, impedindo qualquer tentativa de integração.

Na França, em suma, a velha aristocracia e a burguesia emergente, ao invés de se juntarem para limitar o poder da coroa, resultavam divididas, favorecendo a tentativa centralizadora da monarquia. Isto

tudo enquanto os antigos nobres, embora não detendo mais o poder político e administrativo, conservavam ainda fortes privilégios de natureza econômica, sobretudo sob forma de impostos cobrados às comunidades camponesas para serviços que não desempenhavam mais, criando o forte descontentamento da classe camponesa, que naquela época representava a grande maioria da população.

Este pano de fundo complexo explicaria – para autores como Aléxis de Tocqueville e Hippolyte Taine – a explosão revolucionária que, ao final, viu o triunfo da burguesia, embora ao preço de uma radicalização do choque, por meio da participação das classes populares camponesas e urbanas, que acarretou, como uma onda de refluxo, a criação de um Estado mais centralizador do que o inglês.

Ainda diferente dos modelos inglês e francês, seria o modelo germinado nos Estados Unidos da América, em que a colonização da mãe-pátria inglesa refletiu as mudanças em andamento na Inglaterra (no âmbito econômico e religioso), contudo não reproduzindo aquele sistema de relações sociais, mas abrindo caminho para um “mundo ao revés” (BONAZZI, 1977), se comparado ao contexto de origem, caracterizado pela ausência das relações feudais e a irrelevância da nobreza de nascimento, uma forte ênfase na moral do trabalho e a difusão de formas de democracia local.

A estas latitudes, portanto, o contraste não foi no interior de uma sociedade bem menos articulada do que a europeia, mas contra a própria mãe-pátria que, em seu conjunto, impedia a livre determinação do povo americano, proporcionando uma revolução que era também uma ação de descolonização.

Nesta nova sociedade americana, finalmente independente, houve sem dúvida relações sociais desiguais, aliás, extensas e profundas. Entretanto, tratou-se de um retorno à escravidão, de discriminações raciais, ou da criação de hierarquias étnicas, mas não de formas feudais de privilégio. O que possibilitou a formação da sociedade americana como lugar clássico do protagonismo “capitalista”.

Resumindo: nestes países (França, Inglaterra, EUA) teria existido uma classe capitalista (comerciante e industrial) forte que, variando em função da forma como se relacionava com a aristocracia agrária e os camponeses, conduzia a formação de regimes de democracia liberal: por meio de revoluções e guerras civis, quando a aristocracia conflitava com a burguesia (França/EUA), ou por meio de transformações graduais e relativamente pacíficas, quando a aristocracia aproximava-se gradativamente da burguesia, geralmente aburguesando-se (Inglaterra).

Não parece ter sido este o caminho seguido pela Alemanha, em que a área "burguesa" gravitava claramente de forma subalterna em volta das antigas camadas aristocráticas.

A este propósito, a historiografia alemã e internacional cunhou o termo *Sonderweg* (literalmente: "trajeto especial"), levantando a tese de uma "trajetória particular" trilhada pela Alemanha para desenvolver sua economia, na qual estaria a origem da Primeira Guerra Mundial e da sucessiva ascensão do nazismo.

O historiador alemão Hans Wehler foi o primeiro a utilizar o termo *Sonderweg* para definir esta via alternativa à modernidade que caracterizou a Alemanha recém-unificada e que, a seu ver, era o produto da fraqueza da burguesia nacional – de origem recente e sem poder econômico e político – e da correspondente predominância e do prestígio da nobreza fundiária e de espada (os "*Junker*"), que levou adiante o processo de modernização, juntando progresso econômico com autoritarismo político.

O processo de aproximação entre nobreza e burguesia, então, aqui teria ocorrido por meio de uma incorporação desta última no universo fundiário, levando ao que o historiador Hans Rosenberg chama de "feudalização" da burguesia alemã a qual, em posição evidentemente subordinada à aristocracia dos *Junker*, renunciou aos objetivos democráticos, proporcionando o surgimento de uma classe dirigente extremamente conservadora e reacionária.

Do ponto de vista socioeconômico, um processo de industrialização tão rápido quanto vigoroso aconteceria na esteira de substancial continuidade das estruturas da época pré-industrial. Enquanto isso, no tocante aos aspectos políticos, o protecionismo, o militarismo, a aliança entre poder agrário e industrial, ocasionaram a criação de um regime fortemente liberal em que o Parlamento (*Reichstag*) influía de maneira limitada nas decisões do chanceler, nomeado pelo imperador e cuja ação legislativa estava submetida à autorização da Câmara Alta (*Bundestrat*), composta por pessoas também nomeadas pelo imperador.



Figura 4.5: Otto Von Bismarck, chanceler alemão e membro da aristocracia dos *Junker*.

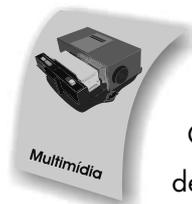
Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f0/Ottoengrave.jpg>

É este um discurso que pode caber também para a Itália, em que o processo de unificação nacional foi levado adiante por meio de uma ação de alto para baixo, liderada por um Estado monárquico do norte industrializado, o Reino da Sardenha-Piemonte.

Com efeito, mais do que uma aglomeração paritária entre as várias entidades territoriais em que era fragmentada a península italiana, a "Libertação" do domínio estrangeiro e a sucessiva unificação nacional resolveram-se com uma incorporação do resto do país a este reino do norte, conforme um modelo político-social monárquico e elitista. Um evento devido, segundo muitos historiadores, à fraqueza do projeto republicano e democrático que disputava a hegemonia com este plano monárquico, almejando o surgimento de um Estado-nação diferente.

A tal respeito, o líder comunista Antonio Gramsci, em seus *Cadernos do cárcere*, desenvolveu uma análise comparativa entre a Revolução Francesa e o movimento de Unificação nacional italiano (o chamado *Risorgimento*), mostrando como a constituição da França em regime burguês liberal fosse fruto do apoio das massas camponesas à revolução, obtido graças à profunda reforma agrária que ocorreu na França. Enquanto que o projeto italiano de unificação não foi capaz de envolver igualmente as massas camponesas (o povo) por causa da fraqueza estrutural e moral de sua classe burguesa e pela forte presença da Igreja Católica na realidade do campo, com uma função amansadora das consciências.

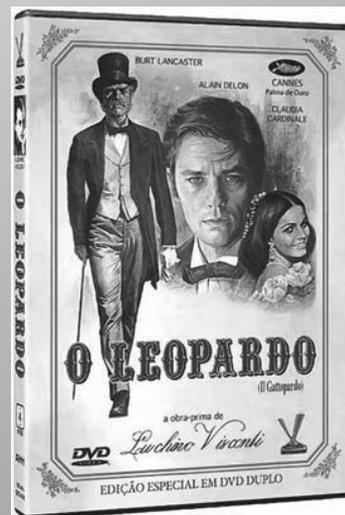
Esta ausência de mobilização popular proporcionou, então, uma "revolução passiva", isto é, uma revolução que se tornou uma restauração porque foi feita sem a participação das massas populares, através de um "acórdão" entre a classe capitalista do Norte e a latifundiária do Sul, fato que permitiu, décadas depois, o surgimento do fascismo.



O Leopardo

Como às vezes acontece, uma frase é capaz de descrever um contexto de mais de mil palavras e análises. É este o caso do romance de Tommasi di Lampedusa, *O leopardo*, que narra os acontecimentos da Unificação italiana através da história de uma família da aristocracia latifundiária do Sul. Quando alguém questiona a um dos personagens principais o motivo de sua adesão às lutas pela libertação e unificação em andamento e que podem acabar com os privilégios e as riquezas da camada aristocrática, ele responde dizendo: "Para que tudo permaneça igual, é necessário que tudo mude." Do romance, o diretor Luchino Visconti adaptou para o cinema o filme homônimo, uma de suas obras-primas.

Assista ao vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=yOhzjYcH7tI&p=EEE23E601E1A7A93&playnext=1&index=3>



Fonte: http://www.tudomercado.com.br/tm/aviso/img_aviso/Submarino_245180.jpg

Na Itália e na Alemanha, então, a existência de uma burguesia muito mais fraca que nos países conduzidos a democracias liberais, bem como sua coligação com as classes rurais aristocráticas contra os camponeses, gerou um desenvolvimento econômico associado a um regime autoritário e instável que conduziu ao fascismo.

Muitos analistas criticaram esta ligação – para eles extremamente determinista e mecanicista – entre industrialização, revolução burguesa e democracia liberal, opinando que as revoluções seriam processos complicados e multiformes, dificilmente compreensíveis por meio de um único fator.

Com efeito, pegando o exemplo da Alemanha e da Inglaterra, os historiadores norte-americanos Geoff Eley e David Blackbourn questionaram a ideia da primeira como "pátria do conservadorismo" e da Inglaterra como "país da burguesia", chamando atenção, por um lado, para o protagonismo significativo da aristocracia londrina na *City* de Londres (o centro dos negócios da capital inglesa), e, por outro lado, para o surgimento, na Alemanha, do primeiro e mais importante partido socialista do Ocidente, o SPD, um fato histórico dificilmente explicável à luz das teorias que o indicavam como país onde só havia forças reacionárias. Para eles, cada país teve sua *Sonderweg*, isto é, seu "trajeto próprio, particular", na formação dos Estados nacionais industrializados.

Por outro lado, é importante enfatizar que, também nos países em que, indubitavelmente, a burguesia havia desempenhado um papel de ruptura clara com a velha ordem, depois da irrupção na história das classes subalternas de 1848 (sobretudo da operária), ela deixou seu lugar de força revolucionária, optando pela manutenção do *status quo*. Como salienta Eric Hobsbawm:

Com a Revolução de 1848, a antiga simetria [entre Revolução Industrial e Revolução Francesa] quebrou-se, a forma se modificou. A revolução política recuou, a revolução industrial avançou. (...) As classes médias da Europa estavam assustadas e permaneceram assustadas

com o povo: a "democracia" ainda era vista como o prelúdio rápido e certo para o "socialismo" (...). Quando as barricadas foram erguidas em Paris, todos os liberais moderados eram conservadores potenciais (...) evidenciando que a confrontação decisiva não era entre os velhos regimes e "as forças do progresso" unidas, mas entre "ordem" e "revolução social" (HOBSBAWM, 2010, p. 22-23-42-43).



Atende ao Objetivo 3

3. A abordagem de história comparada feita neste terceiro item parece enfatizar a importância da atuação das burguesias nacionais, não apenas do ponto de vista econômico, mas também em termos de criação de determinados regimes políticos.

Tente colocar a diferença fundamental entre a atuação da burguesia na França, na Inglaterra e nos EUA, por um lado, e na Itália e na Alemanha, por outro, segundo esta vertente historiográfica.

Resposta Comentada

Para uma parte da historiografia, a presença em países, como França, Inglaterra, EUA, de uma classe burguesa bem estruturada possibilitou a formação de regimes de democracia liberal, a partir do momento em que a burguesia conseguiu agir de forma radical na estrutura do campo, onde vivia a grande maioria da população, o que possibilitou o apoio da classe camponesa (França) ou a cooptação dos camponeses na esfera da classe proprietária (Inglaterra, EUA). De forma diferente, em países como Itália e Alemanha, a existência de uma burguesia muito mais fraca que nos países conduzidos por democracias liberais, bem como sua coligação com as classes rurais aristocráticas contra os camponeses, gerou um desenvolvimento econômico, associado a um regime autoritário e instável que conduziu a várias formas de fascismo.

CONCLUSÃO

Nesta aula, vimos em resumo o percurso histórico que leva a classe burguesa a protagonizar o processo de revolução política e econômica que marca o início da Idade Contemporânea.

Alertamos também como “classe”, “burguesia”, “proletariado” são termos e categorias abstratas e aleatórias porque não são juridicamente definidas (como, ao contrário, ocorria para as camadas do Antigo Regime), sendo preciso ter cautela na sua individualização.

No que tange à burguesia, em particular, nos deparamos com uma classe compósita, multiforme, cuja definição resta ambígua: seja (na parte alta) pelo fato de ter se misturado com a velha classe dirigente aristocrática, através de práticas de “enobrecimento” da primeira e/ou de “aburguesamento” da segunda; seja (na parte baixa) pela exígua linha de fronteira que divide a pequena-burguesia e o proletariado; em parte (em seu interior) por ser caracterizada por um mosaico de diferentes tipologias.

Por tais motivos, opinamos que a ligação da burguesia mais do que ser com o capital, assim como a entendia Marx, seja com a lógica capitalista.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Em prefácio ao seu *A era do capital*, Eric Hobsbawm – historiador de formação marxista; portanto, não simpático à classe burguesa – tenta explicar o significado da palavra "desprezo", utilizada na introdução do mesmo livro com relação à classe burguesa:

Gostaria de eliminar um engano que parece existir, especialmente entre críticos cujas simpatias naturais estão do lado da sociedade burguesa (as minhas evidentemente não estão). Como é o dever do historiador deixar o leitor levar em conta suas inclinações, escrevi (veja a Introdução): "O autor deste livro não pode ocultar uma certa aversão, talvez um certo desprezo, pela era com a qual lida..." (Entretanto) gostaria de dizer claramente que (...) não apenas o triunfo burguês é o princípio organizador do presente volume, mas é a burguesia que recebe muito mais simpático tratamento no livro. Para o bem ou para o mal, foi a sua era... (HOBBSAWM, 2010, p. 17-18).

À luz das reflexões contidas nas primeiras quatro aulas deste curso, por que, a seu ver, o século XIX foi, "para o bem ou para o mal", a era da burguesia?

RESUMO

O objetivo desta aula foi apresentar o "burguês" como indiscutível protagonista da época contemporânea não apenas no tocante ao aspecto econômico, como também social, político e cultural. Também, tentou-se problematizar a composição deste grupo social, mostrando ele como algo multiforme, difícil de prender em uma definição abrangente. Por tal motivo, evidenciou-se ser a coligação do burguês, mais do que com o capital *stricto sensu*, com a lógica capitalista, pautada na exaltação do individualismo, do mérito e da riqueza.

Informação sobre a próxima aula

Na Aula 5, o professor Romani nos apresentará o outro grande protagonista do século XIX: a classe operária.

Aula 5

Os protagonistas
da nova época:
classe operária e
socialismos

Carlo Romani

Meta da aula

Apresentar o surgimento da classe operária como um dos resultados da Revolução Industrial, não somente na Inglaterra, mas em outros países da Europa e do mundo, os novos modos de luta pela questão social criados e o surgimento de uma nova forma de se pensar a política e a economia: o socialismo.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer os modos de constituição e organização dos trabalhadores manuais ao término da Primeira Revolução Industrial e a formação de uma nova classe: a operária;
2. identificar as propostas teóricas e práticas de modelos de organização social e econômica alternativos ao capitalismo, genericamente chamados de socialismo;
3. avaliar o processo de organização dos trabalhadores no âmbito da AIT, a Associação Internacional dos Trabalhadores, e seus desdobramentos futuros.

INTRODUÇÃO

O fazer-se da classe operária

Na aula sobre Revolução Industrial, vimos que as inovações tecnológicas ocorridas durante o século XVIII levaram à transformação nos costumes, no modo de vida e nas formas de realização do trabalho para grande parte da população inglesa. A mecanização contínua da produção nas fábricas implicou quase que o desaparecimento por completo do trabalhador especializado em sua profissão, com domínio sobre todo o processo produtivo, incapaz de competir através de sua atividade artesanal, com a produção em grande escala da indústria. Além disso, a mecanização da indústria envolve um volume significativo de capital, o que acentuou a divisão interna do trabalho, fragmentando as atividades do trabalhador fabril na realização de tarefas cada vez mais específicas, criando, com isso, a nova figura do operário de fábrica. Esse novo trabalhador encontra-se num ambiente, a linha de produção, no qual não somente não é mais o proprietário de seus instrumentos de trabalho, como realiza uma atividade que por si só, isolada, não gera nenhuma mercadoria ou produto final por inteiro. Por exemplo, o operário da fábrica de calçados cuja única função é a de cortar o couro nas medidas já estabelecidas por um determinado molde.

A essa separação do trabalhador, tanto da posse de seus instrumentos de trabalho como de seu domínio sobre o processo produtivo, Karl Marx denominou “trabalho alienado”. Um tipo de atividade produtiva que, na avaliação do autor de *O Capital*, seria opressiva e desumana, pois alienaria, ou seja, retiraria do ser humano aquilo que o relaciona positivamente com seu trabalho, transformando-o somente em parte da máquina, mais uma peça da grande engrenagem. Contra essa degradação moral da relação do humano com o seu trabalho, aqueles trabalhadores ingleses

resistiram de diversos modos – os primeiros a sentirem na pele essas mudanças – cujas lutas tornaram-se mais conhecidas e visíveis com o aparecimento do ludismo, a forma mais violenta da destruição de máquinas.

A reação das autoridades que levou à derrota final do ludismo – ocorreram algumas práticas parecidas posteriormente na França – assinalou de certo modo, como descreveu Thompson, um ponto de passagem, no qual as costumeiras formas de vida e organização dos trabalhadores estavam sendo e precisavam ser substituídas por outras. Os novos operários ingleses já se constituíam na maioria dos trabalhadores urbanos, possuíam características semelhantes entre si e começavam a perceber-se como um grupamento social dotado de certa homogeneidade, com interesses opostos ao de outros. Estava se formando na Inglaterra aquilo que viria a ser chamada de classe operária. Por isso, Thompson nos descreveu em seu livro o “fazer-se” dessa classe, durante a Revolução Industrial até um ponto no início da década de 1830 – por sinal que demarca o fim de seu trabalho – em que ela não seria mais uma abstração teórica, mas uma realidade empírica.

O início da organização social e política da classe trabalhadora

O operariado pôde ser percebido como uma classe, na medida em que os trabalhadores fabris passaram a organizar-se na defesa de seus interesses não somente em âmbito local – apesar de sua luta direta na fábrica e arredores contra o empregador capitalista continuar sendo importante – mas quando conseguiram criar meios para articular a reunião de seus grêmios de fábrica e de seus círculos sociais de convívio. Primeiro organizaram-se na forma de sindicatos de categorias profissionais, em seguida em uniões de categorias, depois, unindo diferentes categorias, em federações, regionais, nacionais e até internacionais.

As experiências locais de convivência, organização e luta dos grupos de trabalhadores ingleses constituídos em operários antes de outros puderam ser trocadas com aquelas dos novos trabalhadores em regiões de expansão industrial na Inglaterra. Depois, atravessando o Canal da Mancha, as experiências foram traçadas com os trabalhadores franceses, belgas, alemães, e assim por diante. Paralelamente à organização própria dos operários em associações e cooperativas de trabalhadores, houve a compreensão da parte de uma significativa parcela desses operários, da necessidade de terem de assumir um campo de luta trabalhista também dentro da política oficial, para obter vantagens constitucionais e ganhos como a institucionalização de direitos sociais.

A revolução francesa de julho de 1830, que derrubou a restauração borbônica e ao final conduziu a França a uma monarquia parlamentar com Luís Felipe, o chamado “rei burguês”, será lembrada postumamente pelas suas barricadas. Montadas nas ruas de Paris e de grandes cidades operárias como Lyon, atrás delas estavam os trabalhadores e estudantes reclamando pela igualdade social e pela democratização da política parlamentar. Na Inglaterra, o eco desse novo movimento revolucionário, carregando as primeiras bandeiras socialistas da igualdade, repercutiu bastante junto aos radicais republicanos e também junto aos novos reformadores operários. Um dos primeiros momentos da história em que a luta operária assumiu contornos institucionais nacionais, foi o movimento pela Carta do Povo na Inglaterra, nas décadas de 1830-40, a luta pela regulamentação dos primeiros direitos trabalhistas. O cartismo, como ficou conhecido, foi resultado de uma já avançada organização sindical do proletariado industrial inglês, associada a uma relativa representação parlamentar. O cartismo reuniu precocemente aqueles que se tornariam os dois campos de luta futuros do socialismo: o sindicato e a política parlamentar. A questão social – materializada na luta pela diminuição e regulamentação da jornada de trabalho e pelo fim da exploração infantil – não era apenas mais uma demanda do populoso proletariado inglês,

era tida como uma questão de necessidade premente, de sobrevivência. O operário nas fábricas das cidades inglesas, além de extenuantes jornadas, às vezes de até 16 horas de trabalho, era formado também por crianças exploradas desde a infância, onde se lhes inculcia o rigor da disciplina das fábricas.



O proletariado na literatura

A literatura inglesa e a francesa, nos romances sociais de Charles Dickens e de Victor Hugo, retrataram muito bem as duras condições de vida do proletariado, mostrando a contradição entre um mundo burguês rico e a pobreza nos bairros populares. Um proletariado vivendo em condições desumanas, explorado desde a tenra infância, submetido à contínua vigilância e perseguição das autoridades, foi o tema de Victor Hugo em *Os miseráveis*, romance que narra a trajetória de Valjean, condenado que acaba nas barricadas da insurreição de 1832, em Paris. Foi levado para as telas, em 1998, na versão de Bille August, disponível em DVD.



Figura 5.1: Retrato de "Cosette" na pousada Thénardier por Émile Bayard, da edição original de *Les Misérables* (1862).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ebcosette.jpg>

Os trabalhadores e a educação

Dentro da questão social, a educação, portanto, se apresentava também como um problema grave a ser resolvido pela parcela politicamente mais ativa do proletariado. Na França, durante a década de 1830, começou a ser discutida não somente a educação pública, mas surgiram também as primeiras teorias sobre qual tipo de educação seria mais conveniente ao operário, tendo em vista uma futura revolução transformadora do capitalismo em socialismo.

Anarquista declarado, ao divulgar publicamente seus princípios de organização política em 1843, Pierre-Joseph Proudhon sustentou a tese de que para uma revolução tornar-se fecunda, um novo tipo de instrução pública deveria ser realizado. Começava a ser posta em pauta pelas lideranças dos trabalhadores a discussão sobre a socialização da educação, pois a discriminação social seria o terreno de onde germinaria a desigualdade entre os indivíduos: “a desigualdade da capacidade depende da ignorância difundida, da ineficácia dos métodos, da falsidade das ações educativas” (PROUDHON apud CODELLO, 2007, p. 96-97).

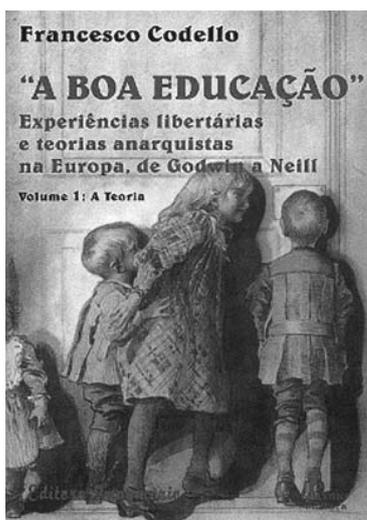


Figura 5.2: Capa do livro de Codello, "A Boa Educação".

Fonte: http://imaginario.lojapronta.net/config/loja_imaginario/imagens_conteudo/produtos/imagensGRD/GRD_54_Boa-Educao.jpg

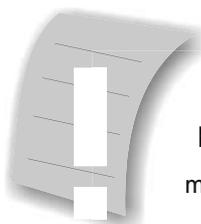
Devemos lembrar que na França, desde o Código Civil de Napoleão, o Estado instituiu a obrigatoriedade da instrução pública. Contudo, os métodos nela praticados reproduziam sistematicamente os valores presentes no universo do mundo burguês, valores distantes da realidade de vida do operário, geralmente inatingíveis e que reafirmavam os prejuízos discriminatórios a que se referiu Proudhon. A partir dessas constatações críticas em relação à escola oficial, irão posteriormente nascer propostas pedagógicas dedicadas especialmente aos filhos dos operários, principalmente entre os socialistas anárquicos, para quem a educação era tida como a base da construção da nova sociedade. Uma educação para um mundo socialista implicava uma metodologia voltada para a realidade social do proletariado, formando-o como sujeito livre, autônomo e pensador de si mesmo. O educador Paul Robin e o geógrafo Élisée Reclus na França, Kropotkin na Rússia, e Francisco Ferrer com a educação racionalista das “escolas modernas” na Espanha, se tornarão os principais nomes de uma pedagogia revolucionária, cujas premissas básicas (classes mistas, fim dos castigos, aulas práticas e avaliações mais flexíveis) serão futuramente incorporadas na educação oficial.

Os trabalhadores e o sistema prisional

Mas como fazer uma educação capaz de transformar a realidade social desse novo segmento de pessoas, proletários urbanos, vivendo em ambientes insalubres, promíscuos e permanentemente vigiados? Os operários das fábricas (aí incluídos mulheres e crianças) trabalhavam em condições de risco, sujeitos a sofrerem acidentes contínuos, cumpriam jornadas muito longas, o que aumentava a fadiga, sendo submetidos a uma severa vigilância, dentro e fora das fábricas.

O regime do panóptico, que vimos na Aula 3, percorria a sociedade em todas as suas instituições: a prisão, a fábrica, os asilos, a escola e também as moradias operárias. Quem buscava escapar

ao controle e às normas impostas pela nova sociedade burguesa era classificado como vagabundo, malfeitor, insociável, alguém que precisava ser excluído temporariamente de seu convívio. Durante o século XIX, assistimos a essa lenta e progressiva ampliação do sistema prisional. O encarceramento tornou-se uma forma de política social, cujo objetivo era o de quebrar a resistência da população mais pobre ao enquadramento dela como classe trabalhadora assalariada, produtora de riqueza para a sociedade. A questão social tornou-se nesse século, um caso de polícia. A historiadora Michele Perrot, em seu estudo sobre a delinquência e o sistema penitenciário francês, abraça a tese de Michel Foucault: ao instituir normas e regras rígidas de condutas, a sociedade moderna tornou-se, ao mesmo tempo, uma fábrica de delinquentes (PERROT, 2006, p. 235-273).

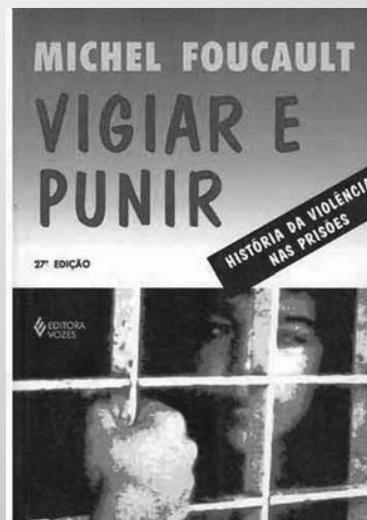


Vigiar e punir

Em seu livro *Vigiar e punir*, Michel Foucault mostrou o nascimento do sistema prisional moderno após a Revolução Francesa. No Antigo Regime, os cárceres funcionavam como depósito de presos, indivíduos que eram perseguidos por questões políticas ou morais, mas não havia uma política de encarceramento como pena de punição a ser cumprida, na expectativa de uma possível ressocialização futura do infrator, dentro de moldes previstos de comportamento. Na medida em que a população pobre tornou-se proletária, portanto, deixou de trabalhar e de ter um senhor no campo para viver na cidade, tornou-se potencialmente perigosa para a elite burguesa. A nova massa urbana passou a ser socialmente controlada e obrigada a empregar-se como classe trabalhadora para garantir seu sustento. Ou seja, a entrada no regime de trabalho alienado não se deu de modo espontâneo,

também foi o resultado de uma política social de controle sobre a população mais pobre, sob pena de encarceramento.

Um dado estatístico da dimensão do sistema prisional contemporâneo: atualmente, nos EUA, país com aproximadamente 300 milhões de habitantes, quase um por cento de sua população, ou seja, dois milhões e meio de pessoas, encontra-se encarcerada.



Fonte: <http://img.americanas.com.br/produtos/01/02/item/242/5/242595g1.jpg>

Os trabalhadores e suas moradias

Se na fábrica, o esforço físico do trabalhador era extenuante, em casa ele não encontraria o sossego para recompor as energias. As moradias francesas do século XIX também foram estudadas por Michele Perrot que as chamou de “infectos pardieiros”, onde as classes populares urbanas amontoadas desenvolvem de forma diferente sua intimidade, seriam “aos olhos das camadas dominantes o sinal de uma sexualidade primitiva e de uma selvageria, que os próprios militantes aceitam menos” (PERROT, 2003, p. 314).

Nesse ponto, industriais capitalistas e reformadores socialistas concordavam, apesar de que por motivos diferentes. Para os donos dos meios de produção, as habitações operárias não favoreciam o aumento da produtividade, pois induziam à desorganização familiar, à bebedeira e ao crime. Já, para os socialistas, esses mesmos prejuízos impediam a elevação do conteúdo moral do proletariado, para melhor organização da classe em sua luta contra os opressores. A questão da moradia operária, contudo, somente se tornou tema de política social nos países europeus quando, na segunda metade do século XIX, os problemas médicos derivados da insalubridade e da falta de higiene ultrapassaram as fronteiras dos bairros populares e passaram a incomodar toda a malha urbana. O editorial escrito, em 1869, no *Journal de la Société Vaudoise d'Utilité Publique* da cidade de Lausanne, na Suíça, recomendava que “uma sociedade será tanto mais moralista quanto menos miserável for” (HELLER, 1979, p. 11).

Antes disso, porém, já haviam surgido diversas propostas de reformulação urbana que foram classificadas como sendo utópicas. A mais famosa delas foi o falanstério de Charles Fourier. Projetado pelo engenheiro francês no fim da década de 1820, o palácio societário abrigaria mais ou menos 1.800 pessoas divididas em apartamentos para famílias mononucleares, acabando com a promiscuidade. A comunidade de moradores seria alimentada por um restaurante popular. A arquitetura do edifício previa corredores usados para a ventilação durante o verão e transformados em sistema de aquecimento durante o inverno. O projeto de Fourier, apesar de algumas tentativas, nunca saiu do papel. Contudo, sua ideia será o ponto de partida para as futuras vilas operárias. O industrial Jean-Baptiste Godin escreveu sobre o desejo de construir “ao lado de meu estabelecimento, uma vila operária em que um verdadeiro conforto seria proporcionado a meus operários”. Suas palavras tornaram-se realidade em 1860 com a construção de um “familistério”, que seria objeto de atração para jornalistas e estudiosos. Apesar de sua construção inusitada para a época, Godin nunca ultrapassou o objetivo social da maior parte dos industriais; ao mesmo tempo

em que ofereciam mais qualidade de vida, mantinham próximos a si seus operários, permitindo um maior controle sobre suas vidas (GUERRAND, 2003, p. 366-79).



Falanstérios

No lugar dos vastos centros que absorvem as populações, as aldeias, as casas, construídas ao azar no mapa, mal distribuídos, mal traçados seus limites, tão incoerentes em sua distribuição geral como em sua organização particular, a humanidade deve estar agrupada por comunidades, regulares pelo número de seus habitantes, por sua ordem interior e pelas condições de equilíbrio na relação com outras comunidades, todas obedecendo à lei análoga (Charles Fourier sobre as falanges).

(Fourierismo. *Diccionario Enciclopédico Hispano-Americano*. Tomo 8, p. 638-9. Barcelona: Montaner y Simón Editores, 1891, disponível na íntegra em <http://www.filosofia.org/enc/eha/e080638b.htm>)



Figura 5.3: Interior do familistério de Jean Baptiste Godin em fins do século XIX.

Fonte: Disponível em <http://meta.anarchopedia.org/images/thumb/b/be/Familist%C3%A8re-guise.jpg/300px-Familist%C3%A8re-guise.jpg>

Resumindo, a classe operária do XIX era uma população proletária, vivendo nas cidades, fortemente explorada, sob contínua opressão, e para a qual existiam poucas alternativas a não ser enquadrar-se nas novas normas de conduta ditadas pela burguesia. Foi assim que começaram a surgir propostas empíricas de reformulação do social, inicialmente chamadas utópicas – pois de realização quase impossível – até teorias baseadas em estudos científicos para a emancipação do proletariado, defendendo uma economia política socialista.



Atende ao Objetivo 1

1. Descreva as condições de vida da classe operária habitante das cidades industriais europeias na primeira metade do século XIX.

Resposta Comentada

A classe operária, que surgiu efetivamente para a história durante a primeira metade do século XIX, era constituída de proletários, trabalhadores industriais urbanos, inclusive mulheres e crianças. Trabalhavam arduamente em jornadas muito longas, sob condições adversas. Eram vigiados

de forma contínua, tanto na fábrica, como fora dela, pela polícia, na cidade e também nas vilas operárias. Geralmente, eles habitavam moradias precárias dividindo a habitação comum em várias famílias, o que gerava promiscuidade. Seus filhos também trabalhavam e quando podiam ir à escola pública encontravam-se deslocados, sendo objeto de discriminação social. O proletariado era considerado pela sociedade burguesa instituída como pouco civilizado, dono de hábitos primitivos que precisavam ser enquadrados nas normas de conduta moral, inclusive com o encarceramento caso fosse necessário.

As diferentes concepções de socialismo

Cooperativismo

Charles Fourier com sua idealizada sociedade igualitária, vivendo em comunidades autossuficientes, podia ser considerado a principal referência dos socialistas utópicos na França, sendo que o mesmo poderia ser dito do seu contemporâneo Robert Owen, na Inglaterra. O nome de *socialismo utópico* foi atribuído posteriormente a essas novas concepções de mundo alternativas à sociedade liberal industrial que, além de teorizarem sobre um vago e confuso modelo de socialismo, baseado em cooperativas, partiam para a prática através de novas experiências. Mais correto, então, seria chamar esses modelos de cooperativismo ou de experimentalismo. O owenismo, como ficou conhecido esse protótipo de cooperativismo industrial, teve um relativo sucesso entre os economistas do trabalho ingleses, que buscavam modelos diferentes da economia política, recebendo bastantes seguidores junto aos pequenos produtores – em 1832, haveria algo em torno de 500 cooperativas, cada qual com aproximadamente 20.000 membros (THOMPSON, 2002, p. 395). Inicialmente, foi malcompreendido pelos sindicalistas e por jornalistas do radicalismo, como Sherwin, para quem:

O objetivo do Sr. Owen parece-me ser o de recobrir a face do país com asilos de trabalho, de construir uma comunidade de escravos, e conseqüentemente converter a parcela trabalhadora do Povo em dependente absoluta dos homens de propriedade (THOMPSON, 2002, p. 384).

Robert Owen propunha a redistribuição da produção através da interligação de cooperativas de trabalhadores, na qual se garantiria aos produtores o preço justo. O owenismo pretendia, assim, ser um sistema de reunião dos pequenos produtores cooperados junto aos operários nos sindicatos, para construir uma nova forma de economia baseada em cooperativas, eliminando a dicotomia entre industrial e trabalhador.

Para Thompson, antes de ser o primeiro socialista, Robert Owen teria sido o último dos racionalistas do século XVIII, incapaz de perceber a mudança no regime de trabalho da era capitalista que se expandia, justamente, não pela confraternização, mas sim através da exploração da competição entre os operários. Na economia contemporânea, o legado owenista ainda é bastante presente na forma do cooperativismo. A questão é que as cooperativas, tanto podem ser administradas como sendo um exemplo de economia solidária entre trabalhadores sem patrões nem empregados, portanto de caráter socialista, ou somente como um agrupamento de produtores, que reproduz internamente o mesmo modelo de relações assalariadas do capitalismo, para maximizar resultados frente aos concorrentes maiores.

Anarquismo

A palavra anarquismo é de origem grega, *anarchos*, e significa sem governo. A anarquia é a forma de organização social que prescinde de um governante ou de um governo instituído, sendo o anarquista seu propagandista. Negativamente, têm a conotação política dada desde a Revolução Francesa, como sendo aqueles indivíduos que não se submetem à ordem e não respeitam

a autoridade constituída, ou seja, o governo. Com esse sentido negativo, a palavra foi usada contra os *enragés*, os militantes mais radicais daquela revolução ao serem acusados de anarquistas.

Atualmente, quando se pergunta sobre a anarquia, muitos respondem, baderna ou desordem. Contudo, o sentido grego original foi retomado na época moderna, pelos que se proclamaram anarquistas com a ideia de que o governante é desnecessário, pois as pessoas seriam capazes de se autogovernarem. Então, aqui está presente a noção de uma governabilidade feita com a participação de todos os indivíduos de uma sociedade, sem a existência de autoridades instituídas. Para a realização de um governo de si mesma, a sociedade necessariamente deveria ser igualitária. Não que todos sejam iguais, porque a anarquia compreende todas as individualidades, na diversidade de cada um. Mas aquilo que impediria a possibilidade de se fazer um governo sem governantes seria a desigualdade econômica entre os indivíduos, fato que permite aos mais poderosos, aqueles que detêm a maioria das propriedades, imporem sua força, suas leis, e, portanto, seu governo.

Na perspectiva anarquista, o governo, em qualquer forma de Estado que ele assumir – monarquia ou república, democracia ou aristocracia – funcionaria sempre como o legitimador da ordem constituída. Portanto, se tornaria sempre o governo dos mais poderosos, opressor daqueles que nada possuem. Por isto, o anarquismo combateu, simultaneamente, tanto o poder econômico estabelecido com a propriedade privada, como o exercício desse poder na forma do governo que ocupa o Estado.

O primeiro autor a se declarar anarquista foi Proudhon, quando em 1840 escreveu o livro *O que é a Propriedade?* Uma pergunta respondida por ele mesmo: "A propriedade é um roubo!" Com isto, Proudhon queria dizer que qualquer forma de propriedade privada, em última instância, é o resultado de um roubo histórico. A terra como conquista dos guerreiros mais fortes, a servidão, o resultado da submissão pela força do mais fraco derrotado, e o capital, o resultado da contínua pilhagem e saqueio dos bens e

recursos que deveriam ser do uso comum de todos. Parece que já lemos algo parecido na aula sobre Revolução Industrial, quando da teoria sobre a acumulação primitiva. Pois Proudhon foi o primeiro autor a sistematizar a ideia da forma de apropriação da propriedade privada na sociedade liberal. No lugar do direito à propriedade, Proudhon fala do direito à posse. Uma sociedade de produtores isolados, autônomos, com a posse transitória de seus bens e instrumentos, portanto, sem direito a transformá-los em capital.

Numa França onde a pequena propriedade agrícola era muito difundida, o pensamento de Proudhon, reafirmando a importância do camponês, teve bastante repercussão. Contudo, num mundo que rapidamente se industrializava, essas ideias também tiveram de ser readequadas à realidade urbana. Em Lyon, Proudhon encontrou junto aos operários organizados em cooperativas de apoio mútuo o modo de organização econômica para gerir grandes complexos fabris. Fim da propriedade privada, governo direto dos indivíduos e cooperação econômica entre os produtores são as bases dos futuros princípios anarquistas do federalismo político e da autogestão econômica. Proudhon realizou, como opina George Woodcock (2002, p. 11), a ponte histórica entre a igualdade e a liberdade dos críticos do liberalismo como William Godwin e Saint-Simon e as ideias de cooperativistas como Owen e Fourier, com as futuras posições anarquistas da segunda metade do XIX de Bakunin e Kropotkin.



Figura 5.4: "A minha causa é a causa de nada." *O único e a sua propriedade*, Max Stirner.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7f/Proudhon-children.jpg>

Contemporaneamente a Proudhon, surgiu o individualismo do alemão Max Stirner. Para Stirner, o sistema político e econômico liberal teria reduzido o ser humano a um indivíduo refém do Estado. No moderno mundo burguês, o Estado impessoal, resultado do contrato social, tornou-se o princípio e o fim da sociedade. Ao contrário do que pensavam os revolucionários franceses, ao submeterem-se voluntariamente às leis do Estado, os cidadãos deixaram de ser indivíduos livres, passando a fazer parte de uma instituição a quem devem obrigações: sociais, escolares, militares, produtivas etc. Portanto, para Stirner, na sociedade burguesa, estaríamos dentro de um regime de controle absoluto das individualidades, exercido através do Estado. A alternativa do comunismo, entendido por ele como o liberalismo elevado às suas últimas consequências – pois seria o exercício contínuo do controle social – longe de ser a libertação dos proletários do trabalho quase escravo na fábrica, seria sua definitiva escravização.

Stirner inicia seu livro, concluído em 1845, com a epígrafe, “a minha causa é a causa de nada”, lembrando um poema de Goethe. O seu pensamento, tido como radical e inconsequente, o fez ser taxado de louco pelos seus contemporâneos, tanto pelos liberais como pelos socialistas. Numa sociedade futura, na qual a vigilância e o controle sobre o indivíduo cada vez mais se tornarão a regra, Stirner irá influenciar pensadores do porte de Nietzsche, Camus e Foucault, podendo ser considerado o autor na gênese de ficções literárias, como o *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, e o *1984*, de George Orwell.

Comunismo e marxismo

Antes de Karl Marx lançar seu Manifesto Comunista, o comunismo já era uma palavra bastante usada para designar a forma econômica de sociedades, onde a propriedade era coletiva ou comum. Portanto, o comunismo seria a economia de quase todas as sociedades tribais, como os tupis no Brasil, mas também

seria o modelo econômico persistente em pequenas comunidades agrárias dispersas pela Europa e que sobreviveram, por exemplo, aos cercamentos na Inglaterra. No mundo moderno, eram tidas como comunistas todas as propostas de organização coletiva da economia, substituindo a propriedade privada pela posse coletiva e o trabalho assalariado ou servil pela produção cooperativa. Isso incluiria todos os socialistas chamados de utópicos, como Proudhon, e também o líder comunista das barricadas de 1848, Auguste Blanqui e seus adeptos. Por sinal, Proudhon declarou-se anarquista justamente com o objetivo de se diferenciar dos outros comunistas de sua época.

A polêmica sobre o caráter do comunismo e o que realmente seria a economia socialista, efetivamente, somente surgiu a partir da obra de Karl Marx e de sua posterior difusão. Perseguido na Alemanha, após as matérias por ele publicadas na *Gazeta Renana*, seguiu para a França, em 1843, onde rascunhou suas primeiras críticas à economia política, mas também foi expulso desse país, instalando-se em Bruxelas, em 1845. Na capital belga, conheceu o industrial Friedrich Engels, seu financiador até o fim da vida, com quem escreveu junto *A ideologia alemã* e outras diversas obras. Nesse texto de 1846-47, que somente será publicado no ano de 1932, já estavam presentes quase todas as suas premissas metodológicas, além das demolidoras críticas aos antigos colegas neo-hegelianos Bruno Bauer e Max Stirner.

É dessa época também seu rompimento com as posições de Proudhon, a quem Marx fora inicialmente devedor de sua construção comunista da história, ao escrever contra ele a *Miséria da Filosofia*. Literalmente decepando o terreno, Marx menosprezou todos os experimentos e teorias comunistas apresentadas antes do Manifesto do Partido Comunista, lançado em 1848. O Manifesto coroa uma crítica inicial à economia política liberal – Marx perceberá a necessidade do aprofundamento dessa crítica ao escrever *O Capital*, livro que levará mais de quinze anos para ser concluído – com o lançamento da plataforma política de um partido operário de caráter revolucionário. Um partido que funcionaria

como sendo a vanguarda, a linha de frente, de uma futura revolução socialista. Nesse mesmo Manifesto, são lançadas as bases políticas e econômicas para o futuro socialismo.

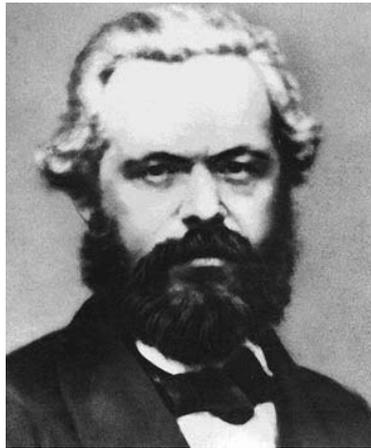


Figura 5.5: Marx em imagem de 1861.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/94/Marx3.jpg>

Mas com base em qual critério Marx se sente autorizado a desclassificar as manifestações anteriores de comunismo, chamando-as de comunismo primitivo e os experimentos contemporâneos de utopias? Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels escrevem sobre o materialismo histórico, um método de análise do social a partir de bases científicas fundadas no concreto, no real. A polêmica inicial marxista era com a filosofia dialética de Hegel e dos seus discípulos, os neo-hegelianos. Na dialética hegeliana, a observação dos fatos era conduzida a partir de uma construção prévia, idealizada.

Marx quer materializar a dialética e parte da categoria de análise que ele julga ser a mais elementar do ser humano: o trabalho. No trabalho, entendido como toda e qualquer atividade humana, ele encontra o que chama de concreto, na medida em que se materializam os produtos das relações humanas. Com isto, ele inaugurou os procedimentos para uma dialética materialista,

um método científico baseado na análise histórica dos modos de produção. Marx analisa o trabalho humano como sendo relações de produção entre pessoas, famílias, até as classes sociais. Deste modo, coloca a economia como força-motriz da história, ao que ele chama de infraestrutura da sociedade humana.

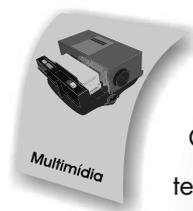
As ideias e a forma institucional que elas tomam – como Estado, Igreja, família ou Direito – seriam o resultado dessa base material, por ele denominada superestrutura. Ao revelar a sociedade como resultado de uma divisão do trabalho entre donos de meio de produção e quem trabalha para eles, Marx inaugurou um método de análise social que ganhou contornos de ciência. Com ele, nasceram os conceitos de luta de classe (sempre há duas classes antagônicas em disputa) e de mais-valia (o ganho que o capitalista obtém sobre o trabalho do empregado).

Desse modo estariam prontos os fundamentos para se propor uma nova forma de organização social, com base num modelo de economia política que impedisse a exploração do trabalho nas relações de produção. Esta nova economia seria o socialismo em sua versão marxista. O socialismo marxista implicaria a socialização de todos os meios de produção, inicialmente subordinados a uma ditadura do proletariado, a forma que o Estado tomaria após a revolução social conduzida pelos trabalhadores.

A revolução faz-se necessária, pois a classe burguesa não entregaria o poder sem luta. Por isto, Marx escreveu que a história de toda sociedade é a história da luta de classes (no capitalismo industrial entre burgueses e proletários). E a ditadura proletária, controlando o Estado após a revolução, também seria necessária para organizar o novo modelo de produção e a nova forma da sociedade, uma sociedade de produtores, este sim o verdadeiro comunismo.

O que diferencia o marxismo das formas pretéritas de comunismo é que ele se apresenta ao mundo como sendo uma ciência, como sendo a verdade histórica. Por isto, quando você procurar o tema do socialismo nos livros didáticos o encontrará dentro de um processo evolutivo: primeiro vêm os pré-comunistas,

depois os socialistas utópicos ou anarquistas, e, enfim, o marxismo ou socialismo científico. A ciência criada por Marx também foi um produto de seu tempo, dialogando com as teorias evolucionistas e deterministas (no caso a evolução histórica das sociedades levaria ao socialismo).



Para saber mais!

Caso você queira saber mais sobre os fundamentos teóricos do marxismo, anote o link a seguir e visite a aula-resenha sobre *A ideologia alemã*.

<http://www.slideshare.net/caromani/aula-marx>



Hegel

Hegel foi o principal filósofo alemão do início do século XIX. A Filosofia hegeliana era dialética, ou seja, partia da compreensão do mundo como resultado (síntese) de enunciados ideais antagônicos, chamados de tese e antítese. Karl Marx doutorou-se em Filosofia e, na década de 1840, começou a romper com a dialética hegeliana ao procurar explicações no concreto da história. Assim, sua compreensão da Filosofia tornou-se materialista e ele transformou o método de análise do social.



Atende ao Objetivo 2

2. Por que o marxismo diferenciou-se das formas anteriores de socialismo e passou a ser confundido com o próprio socialismo, até os dias de hoje?

Resposta Comentada

O objetivo de Marx e de Engels era delimitar um campo preciso para a análise da sociedade, expurgando-o de toda e qualquer manifestação idealizada ou abstrata da história. Eles inauguraram uma filosofia materialista para poder ter uma base real, concreta, de análise do social. A teoria marxista proclamou-se ciência e, portanto, sua concepção de socialismo seria a mais bem acabada, por ser desenvolvida em bases científicas. Como sua compreensão de ciência destinava-se a uma luta política revolucionária do proletariado, para ganhar terreno junto a ele, o marxismo precisou combater as outras propostas socialistas, para se instituir como o verdadeiro caminho para o socialismo. O resultado foi obtido com a crítica materialista ao capitalismo e o desenvolvimento de um modelo de economia socialista, baseado na propriedade coletiva dos meios de produção, o comunismo marxista.

A organização internacional dos trabalhadores

A decisão para a criação de uma Associação Internacional de Trabalhadores ocorreu em 28 de setembro de 1864, no encontro realizado em Londres, no Saint Martin's Hall. Nesta assembleia, com a presença de delegações operárias de vários lugares da Europa, foi eleito um comitê que incumbiu Karl Marx de redigir a mensagem inaugural em inglês, *o Address and provisional rules of the International Working Men's Association*, cujos estatutos onde se explicitavam os objetivos da organização foram posteriormente aprovados:

Considerando: Que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores; que os esforços dos trabalhadores para conquistar sua emancipação não devem tender a constituir novos privilégios, mas a estabelecer para todos, direitos e deveres iguais, e a aniquilar a dominação de toda classe; Que a sujeição econômica dos trabalhadores aos detentores dos meios de produção, quer dizer, das fontes da vida, é a primeira causa de sua servidão política; moral, material; Que a emancipação econômica dos trabalhadores é consequentemente o grande objetivo ao qual todo movimento político deve estar subordinado como meio; Que todos os esforços feitos até aqui fracassaram por falta de solidariedade entre os operários das diversas profissões de cada país, e de uma união fraternal entre os trabalhadores dos diversos países; Que a emancipação do trabalho, não sendo um problema, nem local nem nacional, mas social, abrange todos os países nos quais a vida moderna existe e necessita, para a sua solução, seus concursos teórico e prático; Que o movimento que reaparece entre os operários dos países mais industrializados da Europa, fazendo nascer novas esperanças, faz uma solene advertência para não recair nos velhos erros e leva-os a combinar imediatamente seus esforços ainda isolados (GUILLAUME, 2009, p. 62-64).

Seguindo a trajetória iniciada pelos sindicalistas ingleses, o objetivo desse encontro era o de organizar uma associação para federar, internacionalmente, o maior número possível de agrupamentos e organizações operárias voltadas para um fim comum. Em Londres, contudo, reunidos sob diferentes bandeiras, os delegados desses “agrupamentos multicolores”, nome ganho por eles em face da sua heterogeneidade, expressavam ainda uma pluralidade de modos de organização da classe operária em sociedades de resistência, de propaganda, de socorro mútuo, sindicatos, uniões de ofício, associações de cultura etc. (ENCKELL, 2003).

O papel fundamental de Marx

Vamos retroceder um pouco no tempo para entender a redação desse texto de inauguração. Em agosto de 1849, pouco após a onda de insurreições que abalou o solo da Europa continental, Marx estabeleceu-se em Londres. Reconhecia na Inglaterra a existência de uma classe operária organizada num estágio mais avançado que as demais e, portanto, em sua opinião, mais propícia a aceitar as ideias de organização comunista de classe. Nesta mesma época, Marx já conseguira influenciar a criação da Liga Comunista, uma associação de revolucionários (em sua maioria de origem alemã) sucessora da antiga Liga dos Justos. Com a divulgação em 1848 do Manifesto Comunista (praticamente o programa desta Liga), Marx e Engels assumiram uma posição intelectual de destaque, trazendo a teoria marxista para dentro de uma organização de trabalhadores. A posição fixa de Marx era a de organizar um partido proletário como instrumento para a centralização da luta revolucionária. Marx entendia que as insurreições ocorridas não alcançaram o fim socialista desejado, por carecerem de uma teoria, de organização e de um comando centralizado, contudo a tentativa de Marx e de Engels não foi bem recebida pelos associados. Muitos deles, sobreviventes das barricadas na Alemanha e herdeiros das formas de ação direta dos trabalhadores ingleses, eram resistentes

à burocratização das organizações, tida como reacionária. Sem um acordo entre seus dirigentes e pressionada pela repressão estatal, desencadeada em toda a Europa, a Liga dos Comunistas desapareceu pouco tempo depois.

Com o refluxo do movimento, durante a década de 1850, Marx dedicou-se ao estudo aprofundado da economia política, resultando na publicação de *O Capital*. Na década seguinte, então, os adeptos de Marx já tinham uma teoria consistente para defender uma economia socialista, baseada em pressupostos científicos, e uma prática política cujo agente revolucionário deveria ser o trabalhador no estágio mais avançado da economia: o operário da indústria. Assim, em 1864, quando da criação de uma organização internacional de trabalhadores na Inglaterra, apareceu essa oportunidade histórica para a propaganda marxista. Já sendo uma assumida autoridade econômica ao lado dos trabalhadores, Marx ocupará uma posição de liderança não visível na condução da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores). Se a Liga Comunista não conseguiu ser o desejado embrião de um partido comunista mundial, na estratégia marxista, a AIT poderia cumprir esta missão. Na teoria marxista, uma sociedade complexa moderna não poderia mais ser administrada de forma dispersa, pois, sem uma direção unificada, no momento da eclosão da luta revolucionária, se perderia a possibilidade da condução dela até a vitória.

As diferentes tendências operárias

O primeiro Congresso da AIT, realizado em setembro de 1866, em Genebra, referendou os estatutos inaugurais. Neste congresso, já ficavam bem evidentes as dificuldades para se alcançar um consenso, não em relação ao objetivo de uma revolução social como forma de emancipação dos trabalhadores, mas em como conduzi-la. Algumas mudanças efetivadas, como a criação de um Conselho Geral com sede em Londres, não foram bem recebidas pelos delegados das

seções francesas, pois representariam um passo na direção de um modelo de centralização decisória. Essa assembleia geral da AIT reuniu tendências diferentes.

- a) *mutualistas proudhonianos*. Os trabalhadores franceses, a maior parte formada por seguidores de Proudhon, defendiam a proposta mutualista, baseada numa federação de pequenos produtores em cooperativas, tendência que perderia espaço em 1868, no Congresso de Bruxelas.
- b) *social-democratas e reformistas*. Os comunistas alemães defendiam a manutenção da propriedade individual e a política parlamentar como meio para organizar a luta dos trabalhadores. Os sindicalistas ingleses adotavam posições cada vez mais reformistas.
- c) *comunistas e coletivistas*. Reuniam inicialmente os marxistas e os blanquistas (comunistas franceses) que eram pela supressão da propriedade privada e pela revolução social armada. Diferiam na estratégia: marxistas adotavam o partido como meio para isso; os blanquistas praticavam a ação direta nas ruas.

A Internacional, nome pelo qual a AIT passou a ser conhecida, para decepção de Marx, conseguiu obter somente uma pequena penetração junto aos delegados dos trabalhadores ingleses, cujo sindicalismo, mais pragmático, desenvolvido a partir do movimento cartista, preferia a luta pela reforma e ampliação dos direitos sociais. Neste quadro, a AIT caminhava para ser o palco de organização da luta sindical dos trabalhadores na Europa continental. A entrada como delegado do anarquista Mikhail Bakunin no Congresso de Basileia, em 1869, balançou a posição consolidada dos membros mais antigos. Sua defesa do coletivismo o fez dividir espaço com os comunistas e trouxe para seu lado a maioria dos delegados dos países latinos e eslavos. Começava a surgir uma cisão dentro da Internacional.

O coletivismo de Bakunin

“Liberdade sem socialismo é privilégio, injustiça. Socialismo sem liberdade é escravidão, brutalidade.” Com esta frase, dita pouco antes de sua morte, em 1876 – e que se tornará realidade em menos de cinco décadas – o revolucionário russo entraria para a história. Filho de um nobre decadente, com seu tamanho descomunal, Bakunin era uma figura lendária desde sua presença atrás das barricadas na cidade alemã de Dresden, em 1849. Perseguido primeiro na Prússia, depois na Rússia, deportado para a Sibéria, conseguiu escapar ao confinamento praticamente dando um giro ao redor do mundo. Fugiu para o Japão de onde atravessou o Oceano Pacífico em direção aos EUA, cruzou o continente americano e depois o Atlântico até chegar a Londres. Dono de uma retórica muito envolvente, tratou logo de aglutinar socialistas revolucionários na Alemanha, nos países eslavos e na Itália, onde montaria a “Fraternidade Internacional”, uma organização revolucionária secreta. Sua passagem por Nápoles influenciará decisivamente a formação do jovem Errico Malatesta, que no futuro se tornará o maior nome do anarquismo italiano (MASINI, 1972, p. 27). Em 1864, ainda na Itália, fixou residência em Florença, pois entendia que neste país ainda não havia uma camada operária “privilegiada por altos salários e impregnada das ideias, das aspirações e da vaidade burguesa”, como já começava a ocorrer nos países da Europa do Norte (BAKUNIN, 2003, p. 29).



Figura 5.6: Mikhail Bakunin.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c9/Bakunin.jpg>

Sua chegada na AIT, no ano de 1868 e os contatos mais estreitos estabelecidos com os trabalhadores franco-suíços da Federação do Jura (região de fronteira entre a França, a Suíça e a Alemanha), permitiram que seus ideais ocupassem o vazio deixado pelo declínio político de Proudhon. A estratégia de Bakunin para a revolução social diferia da posição de Marx e dos comunistas em uma série de pontos: o partido operário, condutor da luta, não somente é desnecessário como serviria de freio a uma revolução social; a AIT deveria servir somente como um instrumento de propaganda para a difusão das ideias socialistas pela Europa; as ações diretas praticadas de modo violento por organizações secretas e a sabotagem (industrial e agrária) deveriam ser o principal instrumento revolucionário. Além disto, na medida em que o sindicalismo trazia ganhos para o operariado, ele se aburguesava, a exemplo da Inglaterra. Para Bakunin, o movimento revolucionário seria sustentado pelo camponês sem terra e pelos despossuídos de toda espécie:

(...) é esse proletariado esfarrapado, dos quais os Srs. Marx e Engels, em seguida, toda a Escola da social-democracia alemã, falam com o mais profundo desprezo, e bem injustamente, pois é nele, e apenas nele, e não na camada aburguesada da massa operária, que reside, na totalidade, o espírito e a força da futura revolução social (BAKUNIN, 2003, p. 30).

Anunciavam-se, assim, duas fortes e diferentes tendências dentro da AIT que praticamente a dividiria em duas: uma ala comunista querendo organizar o operário de fábrica em torno de um partido comunista revolucionário, em direção a um modelo planejado de socialismo; outra ala, anarquista, apostando nos sindicatos como instrumento de luta e nos trabalhadores desorganizados, como condutores de um processo de luta para a derrubada do Estado e da propriedade privada. Os comunistas marxistas serão chamados de autoritários, centralizadores, deterministas. Os anarquistas serão chamados de loucos, primitivos, pré-políticos.

A AIT fragmentara-se em Haia, no ano de 1872, com a expulsão de Bakunin pelo Conselho Geral e, em seguida, a retirada das federações amigas ao anarquista russo. Uma parte seguiu fiel a Marx, transferindo o Conselho Geral para Nova Iorque. A outra sobreviveu ainda por alguns anos com James Guillaume, Benoît Malan e Eugène Varlin em torno da Federação do Jura, embrião do futuro sindicalismo revolucionário francês. O movimento internacional dos trabalhadores sofreria, ao longo de toda esta década, a perseguição implacável dos governos europeus como retaliação ao levante revolucionário da Comuna de Paris em 1871 (mais detalhes sobre a Comuna nas próximas aulas).



A mulher e o socialismo

Talvez vocês já tenham reparado no nome em inglês da AIT, *Working Men's*, no qual a exclusão da mulher trabalhadora fica bem evidente.

A relação do sindicalismo com o trabalho feminino sempre foi muito difícil. Apesar dos esforços de Marx em seu texto no Manifesto Comunista em diferenciar a mulher burguesa da futura mulher comunista, “o burguês vê na própria esposa um simples instrumento de produção” e “se trata precisamente de abolir a posição das mulheres como simples instrumento de produção” (MARX, 1988, p. 83-84), e de Bakunin declarar-se pela união livre entre homens e mulheres, a presença de uma mulher trabalhadora politicamente ativa era algo muito raro nas organizações trabalhistas. Neste aspecto moral, os trabalhadores aproximavam-se bastante do modelo burguês. Dentro da AIT, a posição conservadora do operariado foi dominante, como relatou James Guillaume:

(...) tinha-se dito que a Associação Internacional pregava a pretensa emancipação da mulher, a abolição da família. Ora, eis as conclusões da dissertação sobre o papel da mulher na sociedade por um delegado de Paris: a família é o fundamento da sociedade; o lugar da mulher é no lar; não somente não queremos que ela o abandone para tomar assento numa assembleia política ou discursar num clube, como também não desejaríamos, se fosse possível, que ela o deixasse para se ocupar de um trabalho industrial (GUILLAUME, 2009, p. 54).

Malgrado os esforços para limitar a participação política da mulher na luta pelo socialismo, ela ocorreu de modo significativo na Comuna de Paris, em 1871 (através das mulheres incendiárias, *les pétroleuses*) e nas revoluções socialistas seguintes. O exemplo inicial liderado por Louise Michel durante a Comuna será seguido nos EUA pela feminista anarquista Emma Goldman, na luta em defesa das mulheres trabalhadoras no final do século XIX e começo do XX, e pela comunista Alexandra Kollontai durante a Revolução Russa de outubro de 1917. Para conhecer melhor o ponto de vista de Emma Goldman leia o artigo a seguir: <http://www.slideshare.net/caromani/apresentao-a-obra-de-emma-goldman>



A classe trabalhadora no cinema, na literatura, na música...

O quadro a seguir, intitulado *Il quarto stato* (óleo sobre tela de 1901, na Galleria d'Arte Moderna de Milão), obra de Giuseppe Pelizza da Volpedo, chamava-se originalmente *O caminho dos trabalhadores*. Ficou conhecido como um dos símbolos da classe operária, assim como *A Internacional*, o hino dos trabalhadores que será cantado mundo afora, em todos os momentos da história em que as bandeiras socialistas e da revolução forem levantadas. Esta classe explorada, iniciando-se na luta sindical, foi o tema tratado por Émile Zola em 1881 no romance *Germinal*, em que ele narra a luta de classe de uma comunidade de mineiros da zona carbonífera de Pais-de-Calais, na fronteira franco-belga. O livro foi levado para as telas do cinema por Claude Berri em 1993 (também em DVD), estrelado por Gerard Depardieu em uma de suas melhores atuações na tela. *Germinal* passa-se durante o período de construção da AIT no norte da França. Leia o livro, assista ao filme, interpretando-o com as informações aqui estudadas como exercício profissional. É um modo de trabalhar a História usando os recursos da literatura e do cinema. A seguir, o link para a letra e a música do hino da Internacional:



<http://www.marxists.org/portugues/tematica/musica/international.htm>

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/29/Quarto_Stato.jpg

Resposta Comentada

Engels e Marx acreditavam que o socialismo marxista era científico, pois baseava-se num método histórico de observação da mudança dos modos de produção e da divisão da sociedade em classes. Na economia capitalista, a burguesia é a classe dominante, pois é a dona dos meios de produção (a infraestrutura) através de seu capital. A forma do Estado burguês seria somente o reflexo das posições políticas dessa burguesia. Portanto quando a classe dominada, os trabalhadores, fizesse a revolução social, coletivizando os meios de produção, acabariam as classes sociais e o Estado não teria mais função, desapareceria. Já Bakunin entendia o Estado como sendo o produtor inicial da riqueza apropriada, tanto por aristocratas proprietários de terras (a nobreza amiga da realeza) como por negociantes e industriais capitalistas (com os privilégios e as concessões republicanas). Bakunin entendia que, com a tomada do Estado e de suas instituições coercitivas (a polícia e o Exército), portanto, com o fim de todo e qualquer poder soberano, as riquezas deixariam de estar concentradas nas mãos de poucos e a população coletivizaria os bens.

CONCLUSÃO

Após o fim da AIT, a classe operária somente voltará a se organizar como um movimento sindical amplo e forte, no decorrer da década de 1890. O bakunismo sobreviverá na forma de um movimento anarquista e sindicalista que, unindo forças, se constituirá na tendência do sindicalismo revolucionário. Estes novos sindicatos organizados em torno de federações nacionais ou regionais adotarão o mesmo modelo apartidário e internacionalista da Primeira Internacional (COLOMBO, 2003). O sindicalismo revolucionário – cujo símbolo era o gato negro numa referência à ação direta e à sabotagem nas fábricas – surgiu primeiro na França, em setembro de 1895, com a fundação da Confédération Générale du Travail, a CGT. Depois, na Argentina em 1902, com a Fora, Federación

Obrera de la Republica Argentina. Nos EUA, no ano de 1905, onde o IWW, Industrial Workers of World será muito atuante, com o lema *one big union*. Em seguida, na Espanha, em Portugal (SAMIS, 2009) e até em outros lugares distantes da Europa, como o Japão (1912), e inclusive no Brasil (TOLEDO, 2004, p. 27-63) com os operários paulistas reunidos desde 1905 na Fosp, a Federação Operária de São Paulo. Em todo o mundo, esse sindicalismo constituiu-se na linha de frente da luta dos trabalhadores, defendendo a bandeira da greve geral como instrumento de luta revolucionária. O texto fundamental do sindicalismo revolucionário é a breve carta de Amiens, lançada em 1906, no 9º Congresso da CGT, e reproduzida no boletim a seguir: <http://www.ainfos.ca/06/apr/ainfos00385.html>

Aquele outro conjunto de trabalhadores que permaneceram fiéis à ideia marxista de fazer do partido operário a vanguarda do movimento darão a luz, na mesma década de 1890, a uma Segunda Internacional Socialista, esta a dos partidos políticos: o Socialista e o Social-Democrata. Neste segmento operário, as organizações trabalhistas funcionarão como um braço sindical do partido político. Será o caso, por exemplo, do sindicalismo alemão ligado ao Partido Social-Democrata e da CGIL, a maior central sindical italiana, ligada ao Partido Socialista. Além desses, o sindicalismo de resultados terá muita força, menos preocupado com discussões ideológicas e mais empenhado no aumento das conquistas sociais dos trabalhadores. É a tendência geral do sindicalismo inglês e das maiores *unions* norte-americanas.

Não podemos nos esquecer também, como nos alertou Edward Thompson, ao definir a classe operária, que ela não é uma entidade abstrata existente *a priori*, ela somente existe na medida em que pessoas percebem que têm interesses sociais, culturais, econômicos em comum, e que estes interesses movem a luta contra interesses antagonistas. Neste caso, o dos operários contra os donos de indústria, o que muitas vezes a fez identificar-se com as diferentes propostas socialistas. Mas isso não é uma relação obrigatória e direta. Devemos lembrar que grande parte dos operários em todo

o mundo seguiu fiel aos seus princípios religiosos, constituindo, por exemplo, dentro do catolicismo, uniões católicas de operários, bastante ativas em países como a Itália, a Espanha e o Brasil.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

Com a divisão interna na AIT, consumada em 1872, de que forma o movimento sindical ressurgirá posteriormente, durante a década de 1890?

Resposta Comentada

O movimento sindical herdeiro da AIT se reorganizará na década de 1890 em duas vertentes distintas. Aqueles seguidores de Bakunin e outros sindicalistas vão construir o sindicalismo revolucionário, uma forma de sindicalismo de ação direta, iniciado na França, mas que rumou para outros países como EUA, Argentina e Brasil. Por outro lado, a maior parte dos seguidores do marxismo vai organizar a Segunda Internacional, herdeira da Primeira, mas diferindo-se dessa por ser uma reunião de partidos políticos socialistas. O sindicalismo nesta corrente não se torna forma de luta principal dos trabalhadores, já que suas centrais sindicais permanecem atreladas às decisões do comando dos partidos políticos socialistas.

RESUMO

Estudamos nesta aula a contínua transformação do modo de vida dos trabalhadores na Europa durante o século XIX – o surgimento de um proletariado urbano e fabril e a crescente incorporação dele à economia capitalista. Estudamos também a resistência da classe operária a essa subordinação forçada e as estratégias de luta por ela desenvolvidas, seja no campo da política, seja nas organizações sindicais que foram criadas. Como resultado dessa luta da classe operária, acompanhamos o surgimento de diferentes formas de economia alternativa, genericamente denominadas socialismo.

Informação sobre a próxima aula

Na aula a seguir, estudaremos o período relativo à Segunda Revolução Industrial, com a grande transformação urbana e social, ocorrida na Europa e em outros lugares do mundo, durante a segunda metade do século XIX.



Aula 6

A Segunda Revolução Industrial e a *Belle Époque*

Carlo Romani

Meta da aula

Apresentar as inovações técnicas ocorridas durante o período da Segunda Revolução Industrial (entre 1850/70 e 1914), a formação da moderna sociedade burguesa e o surgimento de novos padrões de consumo que atingiram o apogeu durante a *Belle Époque* europeia (fim do XIX – início do XX).

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. descrever as inovações técnicas no decurso da Segunda Revolução Industrial e comparar com o que foi estudado na Primeira Revolução Industrial;
2. apresentar o período de ouro da vida burguesa na Europa, conhecido como *Belle Époque*;
3. avaliar as transformações geopolíticas no mundo, ocorridas na segunda metade do século XIX, e reconhecer o surgimento de novas potências econômicas mundiais.

INTRODUÇÃO

Nas cinco primeiras aulas, foram apresentados novos conceitos (Estado-nação, cidadania, capitalismo, socialismo) e novas categorias de análise (trabalho, classe – burguesia e proletariado) que são os elementos constitutivos da História Contemporânea. Daí a necessidade de eles serem bem assimilados.

A aula de hoje trata da segunda metade do século XIX, período em que se desenrola a Segunda Revolução Industrial e quando surge a *Belle Époque*, a época de ouro da burguesia. Na Primeira Revolução Industrial, estudamos a passagem do predomínio das atividades produtivas do campo para a indústria, como resultado de uma mecanização inicial através de sistemas de energia gerados por máquinas movidas a vapor. A siderurgia ainda engatinhava e os processos químicos usados na indústria estavam apenas começando a se desenvolver. A Segunda Revolução Industrial, como ficou conhecida, transformou a matriz energética da máquina a vapor e da tração animal para a da máquina movida a energia elétrica gerada pela queima de carvão mineral (aquele extraído pelos mineiros no romance *Germinal*) e acabará na descoberta do uso de derivados de petróleo nos motores a combustão. Na indústria, as inovações trazidas por novos processos químicos foram capazes de transformar as matérias-primas e desenvolver uma siderurgia do aço mais leve e ao mesmo tempo mais resistente.

Para iniciarmos esta aula, proponho fazer uma reflexão sobre duas fotografias tiradas a uma distância de cinquenta anos uma da outra. Para quem não conhece, a fotografia é o resultado de um sistema muito simples que consiste na exposição à luz de uma superfície coberta por produtos químicos que tem a função de imprimir e fixar nela a imagem. A primeira das imagens é um daguerreótipo de 1839 e foi tirada por Louis Jacques Daguerre no Boulevard du Temple, em Paris.

O daguerreótipo foi o nome dado à imagem gerada pela invenção desse fotógrafo que utilizava como suporte uma fina chapa de cobre coberta com iodeto de prata. Após ser exposta à luz, essa chapa recebe a imagem impressa nela, revelada por um processo químico, usando mercúrio. Esse processo demorado que fornece um único exemplar por foto foi utilizado até o início da década de 1860. A segunda imagem foi feita por volta de 1890 por um autor desconhecido no bairro do Cosme Velho, no Rio de Janeiro. Nessa época já eram utilizadas técnicas à base de emulsão de nitrato de prata sobre um filme fotossensível. Se vocês observarem ambas as imagens notarão uma diferença em relação ao movimento. Na segunda, a rua está cheia de passantes e alguns se voltam para observar o que ocorre, enquanto na primeira a rua está completamente vazia, à exceção do cavalheiro e do engraxate. Qual será o motivo? Agucem sua curiosidade e façam uma breve pesquisa sobre a fotografia e suas técnicas antigas, que mais tarde voltaremos ao assunto.



Figura 6.1: Daguerreótipo, Paris, 1839.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Daguerre_2.jpg



Figura 6.2: Cosme Velho, em 1890.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rio_de_Janeiro_Cosme_Velho_secXIX.jpg

A Segunda Revolução Industrial

Antes de tudo, vamos estabelecer uma distinção entre a Primeira e a Segunda Revolução Industrial. Convencionou-se delimitar o período da Primeira entre meados do século XVIII até mais ou menos 1830. Já na Segunda, os autores variam entre 1850 e 1870 como marcos iniciais e 1914 como seu término. O término do período é dado pela Primeira Guerra Mundial, quando a maior parte das transformações energéticas e produtivas já estava consolidada. Essa imprecisão quanto ao início reflete as diferentes temporalidades da industrialização em cada nação europeia e, se pensarmos no resto do mundo, nós deveremos estender ainda mais seu começo, pelo menos até a década de 1930.

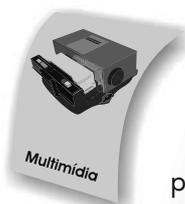
A Inglaterra, como já estudamos, foi o país protagonista da Primeira Revolução Industrial e somente quando ela estava praticamente concluída na terra da rainha, é que a maior parte da Europa continental foi iniciar a sua. Na década de 1830, havia uma quantidade tão grande de trabalhadores industriais ingleses, que

eles já eram uma força representativa no Parlamento. Na mesma década, a França (e apenas o norte dela) e a Bélgica recebiam com atraso as novas tecnologias da indústria siderúrgica e, mesmo assim, já se encontravam muito à frente da Alemanha, que nessa época não havia ainda constituído uma unidade territorial. Mas, em um curto espaço de tempo, a situação modificou-se completamente.

Eric Hobsbawm, ao tratar do grande *boom* econômico europeu do século XIX, fala da formidável expansão alemã em questão de duas décadas, pois em:

1850, a Federação Alemã tinha tantos habitantes quanto à França, mas sua capacidade industrial era incomparavelmente menor. Em 1871, o império alemão unido já era mais populoso que a França e muito mais poderoso economicamente (HOBSBAWM, 2002, p. 69).

Durante esses vinte anos, o desenvolvimento de dínamos mais eficientes permitiu o uso em larga escala da energia elétrica. Foram construídas as primeiras usinas elétricas (termelétricas) movidas a carvão como fonte primária. Por outro lado, as inovações tecnológicas nos processos industriais (os processos Bessemer e Siemens-Martin), permitiram um enorme progresso da siderurgia (na laminação do aço, com chapas mais finas) que permitiu a fabricação de máquinas e de estruturas de ferro cada vez mais complexas, maleáveis e resistentes. Difundido a partir do centro siderúrgico da Inglaterra, em Sheffield, o processo patenteado em 1855, por Henry Bessemer, permitiu a produção de aço em larga escala, barateando seu custo de produção, trazendo o rápido desenvolvimento da indústria siderúrgica para o resto do continente.



Conversores Bessemer

Os conversores Bessemer que resistiram ao tempo tornaram-se objetos de arqueologia industrial e podem ser visitados no museu de Kelham Island, em Sheffield. Você pode acessar a página do museu através do endereço: <http://www.simt.co.uk/kelham-island-museum/about>

O outro processo inovador foi o forno para produção de aço, desenvolvido por Carl Siemens na Alemanha, que começou a ser usado em larga escala por volta de 1870, alimentado com óleos e derivados de petróleo. A descoberta do processo químico Siemens colocou a Alemanha como país de ponta na tecnologia siderúrgica mundial ao final do século XIX. Alfred Krupp, de Essen, a região industrial alemã no vale do Ruhr, foi o pioneiro na utilização do aço para a fabricação de armamentos, como canhões de longo alcance. A empresa metalúrgica da família Krupp ingressará no século XX como sendo o maior conglomerado metalúrgico europeu e o maior fabricante mundial de armamentos, inclusive o famoso submarino U-Boat, largamente usado pela Alemanha, na Primeira Guerra.

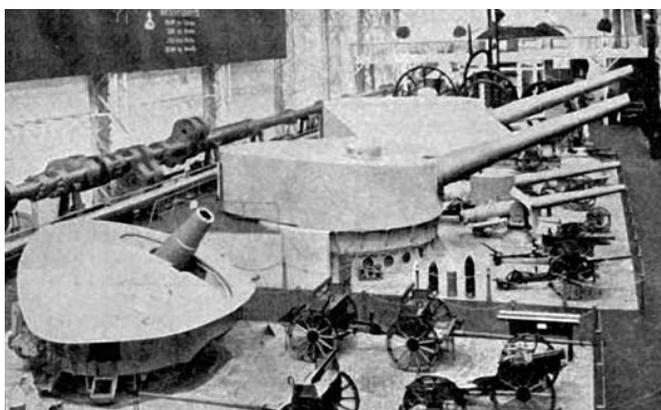


Figura 6.3: Armamento naval das fábricas Krupp (1905).

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Krupp_works.JPG

Também na Alemanha deu-se o grande salto na descoberta de motores de combustão interna, como o de Rudolf Diesel, e com as invenções dos primeiros automóveis movidos a gasolina, de Karl Benz e Gottlieb Daimler, o Mercedes-Benz. Porém, foi Henry Ford, nos EUA, quem popularizou o automóvel a partir de 1903, com a produção de veículos em série na sua empresa, a Ford Motors. Para isto, foi necessária uma nova forma de produção na indústria, baseada em uma metodologia serial e repetitiva, com o controle minucioso do tempo de cada atividade dos operários.

Essa teoria administrativa dos recursos humanos foi desenvolvida pelo engenheiro norte-americano Friedrich Taylor, por isto ficará conhecida como taylorismo. A imediata aplicação por Henry Ford em uma linha de montagem levou ao fordismo. Este sistema permitiu o aumento da escala de produção, barateando o custo dos automóveis. Em 1908, aconteceu o lançamento do primeiro sucesso de vendas, o Ford T, no Brasil conhecido como Ford Bigode. A tecnologia do fordismo-taylorismo será exportada para todo o mundo e dominará a atividade produtiva industrial, durante a primeira metade do século XX. O rápido desenvolvimento da indústria automobilística levou, também, à expansão da prospecção do petróleo (de onde saem os derivados, gasolina e óleo diesel, combustíveis dos automóveis) para diversas regiões do mundo. Inicialmente, restrita, nos EUA ao estado do Texas, e na Rússia às margens do mar Cáspio, a indústria petrolífera se estenderá principalmente sobre o Oriente Médio com a descoberta de enormes reservas.



Figura 6.4: O Ford T.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:TModel_launch_Geelong.jpg

A inovação na indústria química também foi resultado dessa transformação nos processos produtivos e na matriz energética usada. Se durante séculos os produtos químicos foram extraídos de substâncias vegetais (como os corantes naturais), começaram a ser obtidos de modo sintético, por meio de subprodutos do carvão, do petróleo, do nitrogênio e do fósforo, permitindo a criação de tintas, fertilizantes e até de novos medicamentos, transformando, definitivamente, o modo de vida do século XX na era da sociedade industrial.

Os avanços na química permitiram também sua utilização pela nascente indústria fotográfica. No final do século XIX, George Eastman, o criador da Kodak, popularizou a fotografia com a invenção em 1886 do filme portátil. Agora podemos retornar àquele exercício sobre a fotografia e entender que a tecnologia usada ao final do século XIX já permitia a reprodução em papel fotográfico de imagens, cujo tempo de exposição à luz era de apenas frações de segundo, conseguindo, assim, captar o movimento de pessoas e veículos. Já Daguerre, ao fazer o seu daguerreótipo, necessitava esperar até trinta minutos para que os produtos químicos por ele usados conseguissem imprimir a imagem na chapa de cobre, inviabilizando a fixação de pessoas ou objetos em movimento. Por isso, naquela fotografia, somente aparecem os indivíduos que permaneceram parados durante esses trinta minutos.

As exposições universais ou feiras mundiais ou ainda salões, realizadas em centros de convenção e exposição, tornaram-se os novos espaços de visibilidade dessas conquistas. Serviam de propaganda do modo de vida da burguesia, sendo os meios recorrentes, até os dias de hoje, para levar as novidades da indústria e as novas tendências de moda ao mercado (por exemplo, o Salão do Automóvel, a Feira de Informática, ou as Fashions Weeks). A primeira “expo” mundial de produtos manufaturados, como não poderia deixar de ser, aconteceu em Londres, no Palácio de Cristal, em 1851. A partir dessa data, em quase todos os anos, sucederam-se exposições mundiais até o presente. Entre as mais famosas,

figuram a de Filadelfia em 1876, no centenário da Revolução Norte-Americana, que colocou os EUA no circuito das grandes nações industriais, a de Paris em 1889, e a de Paris de 1900.



Torre Eiffel

Quem não ouviu falar da Torre Eiffel? O maior símbolo da França também foi um símbolo do poderio industrial francês. A torre de aço, com mais de 314 metros de altura, projetada pelo engenheiro Gustav Eiffel, foi inaugurada durante as comemorações do centenário da Revolução Francesa, em julho de 1889, coincidentemente no mesmo ano de nossa República, denotando a progressiva influência da cultura francesa no Brasil. A Torre Eiffel – vitrine de Paris – foi o grande marco da exposição universal de 1889, celebração da modernidade e do modo de vida da burguesia, símbolo da *Belle Époque* francesa. Para saber mais sobre a Torre Eiffel, indicamos o *link* para o *site* oficial e a página que fornece o histórico dela. Vale a pena fazer uma visita no endereço oficial da Torre Eiffel: http://www.tour-eiffel.fr/teiffel/fr/documentation/pdf/tout_savoir.pdf?id=4_11
Você pode aproveitar também e conhecer as exposições universais de Paris, acessando o endereço: <http://expositions.bnf.fr/universelles/index.htm>



Atende ao Objetivo 1

1. Cite algumas das inovações tecnológicas da Segunda Revolução Industrial e mostre as diferenças em relação à Primeira.

Resposta Comentada

O uso da energia elétrica para movimentar as máquinas no lugar da energia a vapor, o uso de fornos mais eficientes para a fundição do ferro e a produção de aço, a descoberta do motor a combustão para os veículos, substituindo a força motriz animal, o uso dos derivados de petróleo como combustível, os avanços nos processos químicos, permitindo a extração de elementos sintéticos em substituição aos naturais, são exemplos das inovações da Segunda Revolução Industrial em relação à Primeira.

A Belle Époque

A época mais charmosa da burguesia inicia-se na década de 1880, estendendo-se até a década de 1920 (com uma variação temporal, dependendo de cada país), exaltando o apogeu de seu modo de vida. A *Belle Époque* – nome pelo qual ficou conhecida – correspondeu ao momento de realização, por uma nascente sociedade de consumo, das inovações trazidas pela indústria.

Por isto, para festejar seu sucesso e fortuna, apesar de já termos estudado que seu modo de vida tendia para o ambiente privado e individualizado da família, a burguesia ingressou nos espaços públicos para projetar sua visibilidade. A começar pelos grandes eventos comemorativos que acabamos de ver, como o centenário da independência norte-americana, ou o da Revolução Francesa, símbolos da ascensão da burguesia à condição de classe dominante, e as exposições de mostra da produção industrial e da capacidade econômica das nações poderosas. Esses ambientes fixaram a imagem vitoriosa da burguesia e serviram como elemento de propaganda ideológica do sucesso de seu modelo de vida.

Isso também se evidenciou na circulação domingueira nos parques públicos, os passeios, o momento em que as famílias burguesas mostravam-se umas às outras e expondo às famílias mais pobres o sucesso material. Desde a circulação da família acompanhada de governantas e babás ou o trânsito em coches com *chauffeur*, passando pelas roupas compradas nos magazines (as novas lojas de departamento como a parisiense Samaritaine ou a norte-americana Sears). O lugar público de circulação e de compras dessa classe é bastante diferente daquele da vida camponesa ou proletária na feira dominical na praça do mercado. Quando, por exemplo, Santos Dumont fez seu giro no dirigível em torno da Torre Eiffel ou alçou voo com o 14 Bis, no Campo de Marte, era este público burguês que lhe assistia. O mesmo que frequentava os cafés e as confeitarias (como a Confeitaria Colombo no centro do Rio de Janeiro), espaços públicos, mas pagos, que circunscreviam em seu interior os membros de uma mesma classe. A vida pública da burguesia realizou-se nas novas partes das cidades, aquelas já urbanizadas e saneadas, livre dos costumes promíscuos das classes proletárias, que tanto chocavam e enojavam as famílias de “bem”, os médicos e os urbanistas. Paris deu o exemplo a ser seguido pelas outras cidades.

Durante o Segundo Império de Napoleão III, entre 1852 e 1870, a capital francesa sofreu uma profunda transformação urbana, levada adiante pelo Plano Haussmann, derrubando os bairros antigos às margens do rio Sena, construindo grandes artérias urbanas, como a Champs-Élysées, e grandes áreas verdes abertas para a convivência pública. Foi também uma forma de erradicar os becos e vielas que serviam de abrigo aos revolucionários atrás das barricadas. Acabar com os guetos e “limpar” a cidade, transferindo a pobreza urbana para áreas mais distantes, seria uma fórmula seguida pelas principais capitais mundiais, inclusive pelo Rio de Janeiro, no início do século XX. O mapa de Paris de 1771, superposto pelo projeto de remodelação de 1852, mostra algumas das mudanças propostas e realizadas por Haussmann na Île, a área mais central e histórica da cidade, com a implantação de grandes edifícios administrativos do Estado.

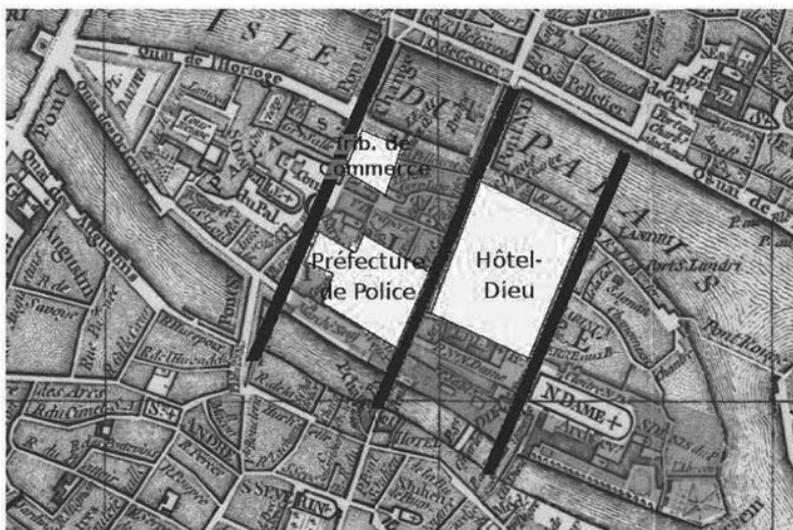


Figura 6.5 : A Île de la Cité (Mapa de Vaugondy de 1771) com as mudanças de Haussmann (1852).

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Paris-cite-haussmann.jpg>



Walter Benjamin e as *passagens* de Paris

Em *Passagens*, ao tratar do tema do romantismo e da construção da experiência individualista no mundo burguês, o filósofo alemão Walter Benjamin revelou uma Paris do século XIX, contida nos textos literários, nos artigos, nas imagens e na literatura, por exemplo, de Charles Baudelaire. Ao percorrer pessoalmente as passagens da cidade, suas ruas, as galerias e até os esgotos, Benjamin revisitou uma memória visual construída, descrevendo e refletindo sobre a vida urbana de um tempo que ele não viveu (BENJAMIN, 2006).

A burguesia na intimidade

O outro lado da vida burguesa, aquele que efetivamente a caracteriza e do qual Walter Benjamin buscou extrair a experiência individualista, é a intimidade do lar, o lugar da família. Não esqueçamos que na economia política capitalista, a riqueza do Estado constrói-se com a soma das riquezas privadas e, para que isto ocorra, faz-se necessária uma internalização, ou seja, uma assimilação consentida das novas regras sociais: o capitalismo deve produzir indivíduos que sejam produtivos. O Estado moderno burguês é a instituição impessoal que leva adiante as políticas públicas dirigidas a esse fim. Como nos mostrou Michel Foucault (1993), ao traçar a genealogia dos poderes, se no âmbito público houve, durante o século XIX, um aprofundamento do sistema de controle social na forma das escolas, dos hospitais, dos hospícios e da prisão, este princípio de internalização da regra e da conduta

normativa deveria começar desde a infância, no espaço privado da família. A função da família nesse século foi dada por essa lógica produtiva da economia capitalista:

A família, átomo da sociedade civil, é a responsável pelo gerenciamento dos 'interesses privados', cujo bom andamento é fundamental para o vigor dos Estados e progresso da humanidade. Cabelhe um sem número de funções. Elemento essencial da produção, ela assegura o funcionamento econômico e a transmissão do patrimônio. Como célula reprodutora, ela produz as crianças e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização. Garantia da espécie, ela zela por sua pureza e saúde. Cadinho da consciência nacional, ela transmite os valores simbólicos e a memória fundadora. É a criadora da cidadania e da civilidade (PERROT, 2003, p. 106).

Michele Perrot organizou o volume da *História da vida privada* sobre o período que vai da Revolução Francesa à Primeira Guerra, justamente os marcos cronológicos desta disciplina de História Contemporânea I. Para a historiadora francesa, a família era o pilar da sociedade burguesa. O sucesso do matrimônio, uma união de interesses em busca do aumento do patrimônio familiar, residia na prática de uma conduta regrada entre os cônjuges, na separação de funções, na boa administração doméstica pela mulher e numa maior introspecção e rigidez masculina, exemplo a ser seguido pelos filhos. Isso levou a um contínuo encerramento na vida privada, exposto ao público somente naqueles lugares permitidos, com o objetivo de tornar visível o progresso material. Comparado ao mundo da corte do século precedente, exaltado em ritual público, o novo modo de vida da elite burguesa tornou-se bastante contido e intimista, o que, de certa forma, denuncia a derrota política das ideias mais radicais da Revolução Francesa, que almejavam uma cidadania construída na mais ampla transparência pública. Comparando os séculos XVIII e XIX, Richard Sennet atribuiu ao mundo burguês o declínio do homem público (SENNET, 2000).

Fechada no ambiente doméstico, a família burguesa enchia-se de *pudor* e de *vergonha* ao mostrar-se em público. Segundo Alain Corbain, “por trás destes termos oculta-se o duplo sentimento: de um lado, o medo de ver o Outro – o corpo – exprimir-se, de permitir que o animal ponha as manguinhas de fora; de outro, o temor de que o segredo íntimo seja violado pela indiscrição” (CORBAIN, 2003: 450). Somente ao final do século XIX, instruída por um conjunto de normas médicas e disciplinares para manter o corpo saudável, não um corpo lascivo, voltado aos prazeres, mas um corpo entendido como a primeira propriedade de cada um, portanto um corpo que deve ser produtivo, a burguesia voltou-se para as atividades físicas, para os esportes, os passeios e os banhos de mar em veraneio.



Os banhos de mar

A moda dos banhos de mar proliferou-se durante a *Belle Époque*. A ida ao mar já era uma prática aristocrática desde o início do século, mas ela somente se transformou em ideal burguês com a introdução da ideia de um necessário período de férias de verão em alternância ao tempo do trabalho. Isso ocorreu em parte, porque com a expansão das comunicações ferroviárias, a população dos grandes centros urbanos pôde se deslocar com mais rapidez aos balneários marítimos ou às termas nas montanhas, e em parte, como resultado de uma nova prática de vida, de valorização do corpo, em que beleza e saúde passaram a andar juntas. Tudo isso pode ser visto no *site* de uma agência de turismo que reproduz várias imagens sobre a moda dos banhos em Royan, balneário clássico da costa atlântica francesa. Ver *link* a seguir: http://www.bernezac.com/Royan_belle_epoque.htm

Mesmo assim, como se observa pelos trajes, as partes consideradas íntimas – quase todo o corpo – continuavam cobertas. A sexualidade contida em público precisou ser circunscrita desde cedo para que não viesse publicamente à tona: “O burguês começa a sofrer com a sua moral.” A partir da década de 1860, “a miragem de uma sexualidade popular, bestial e livre aviva a tentação da fuga social; a prostituição passa a ter novos atrativos” (CORBAIN, 2003: 544). Uma literatura erótica libertina surgiu nessa segunda metade do século, dando vazão aos desejos contidos de um grupo social moralmente reprimido. Além de nomes mais malditos, como o do irlandês Oscar Wilde, por ser homossexual, e de Pierre Louÿs, considerado demasiadamente pornográfico, grandes nomes da literatura como Gustave Flaubert e Émile Zola, com sua prostituta *Naná*, escandalizaram a moral conservadora. Flaubert foi processado pela imoralidade de sua *Madame Bovary* em 1857, assim como Baudelaire por *Flores do Mal*. Na passagem do XIX para o XX, o erotismo passou a ser tema visto com frequência na literatura:

Foi assim que me aconteceu, pela primeira vez, ver minha irmã em despuorada nudez. Na verdade eu já a vira nua, pois muitas vezes nos haviam banhado juntos nos anos anteriores. Mas só vira seu corpo por trás ou, no máximo, de lado, porque minha mãe, assim como minha tia instalava-nos de tal modo que nossas bundinhas de crianças ficassem uma de frente para a outra enquanto nos lavavam. As duas senhoras cuidavam para que eu não lançasse nenhum olhar proibido e, ao nos vestirem as camisas, recomendavam-nos que colocássemos escrupolosamente as mãos à nossa frente (APOLLINAIRE, 1997, p. 10).

Outro autor maldito do início do novo século, Guillaume Apollinaire, foi o responsável pela reedição das obras libertinas do Marquês de Sade. Em sua versão do *Don Juan*, ele descreveu as aventuras amorosas de Roger, um jovem burguês iniciando-se na vida sexual com a descoberta da nudez feminina na puberdade. No texto, fica nítido o choque entre o desejo latente do jovem e

o pudor da família, durante sua infância. Este tema da repressão se tornará recorrente nos estudos sobre a sexualidade, realizados durante o século XX.

A hipótese da repressão sexual como necessária para a sociedade burguesa estabelecer seu modo de dominação disciplinar foi revista por Foucault em seu primeiro volume da *História da sexualidade* – aquele dedicado à época burguesa. Foucault vem nos dizer que não seria bem assim. Não é que a sociedade burguesa tenha inaugurado as práticas de controle sobre a sexualidade humana, pois isto de alguma forma já existia, por exemplo, por meio da confissão dos pecados. O problema é que ela o faz de uma forma diferente, que se pressupõe racionalmente verdadeira, pois baseada num saber científico. É o que ele chama de a *Vontade de saber*, por sinal, o subtítulo de sua obra. O pudor moderno do século XIX é o resultado de “novas regras de decência” que criaram regiões “de tato e discrição: entre pais e filhos, por exemplo, ou educadores e alunos, patrões e serviçais”. E o filósofo-historiador ainda ajunta que, em compensação, “sobre o sexo, os discursos, não cessaram de proliferar: uma fermentação discursiva que se acelerou a partir do século XVIII” (FOUCAULT, 2007, p. 24-24).

É verdade que os discursos produzidos sobre o sexo conferiram a ele toda uma patologia, definindo suas inúmeras variações (a masturbação infantil, os métodos contraceptivos, as práticas consideradas pervertidas da sodomia, do homossexualismo, a histeria, e assim por diante) e, ao mesmo tempo, definiram manuais de conduta sexual correta. Uma literatura médica adequada ao padrão da moral burguesa que, se por um lado teve como objetivo o enquadramento e o confinamento das práticas sexuais tidas como desviantes, por outro estimulou a curiosidade ao classificar e definir toda uma tipologia sexual. Fora do padrão da “normalidade” proliferaram os desvios.

Os estudos iniciais de Sigmund Freud sobre a sexualidade humana levaram ao desenvolvimento da teoria da psicanálise (FREUD, 1996). Inicialmente usada apenas como um novo método

de tratamento das pacientes histéricas, a interpretação dos sonhos tornou-se o pilar da análise clínica desenvolvida por Freud. Partindo do princípio de que o social, a civilização, cria repressões aos desejos sexuais dos indivíduos desde sua tenra infância, a mente humana consciente recalca, ou seja, impede o vir à tona desses desejos e armazena-os no inconsciente. O estudo dos sonhos humanos, então, seria a forma pela qual se poderia entrar em contato com o inconsciente reprimido do paciente. A teoria de Freud, fortemente calcada no esquema desejo-repressão, não buscava “libertar” o paciente de seus desejos sexuais reprimidos, mas sim, digamos, fazê-lo compreender as causas do sofrimento de sua mente, para permitir uma melhor adequação dele às necessidades do social. Em *Os três ensaios sobre a sexualidade*, de 1905, Freud transforma o olhar médico da época sobre o comportamento sexual humano. Acesse o texto pelo *link*: http://www.4shared.com/get/lykkxfCt/FREUD_Sigmund_7_Um_caso_de_His.html

O sexo já não era mais tratado como um assunto reservado aos moralistas ou especialistas médicos preocupados com comportamentos inadequados. Com Freud, a sexualidade foi elevada à categoria de pilar fundamental da existência humana; portanto, intrínseca a ela. Percebida a impossibilidade de se reprimir o desejo sexual, passa-se então a aceitá-lo e administrá-lo nas áreas, nos lugares, nos discursos, em que ele pode e deve estar presente.

A partir da segunda metade do século XIX, procurou-se confinar a prostituição a determinadas zonas da cidade, aos novos locais reservados à realização do desejo reprimido: os bordéis e cabarés. Começaram a circular as primeiras fotografias pornográficas que depois, com a descoberta do cinema, se transformariam nos primeiros filmes pornográficos. A literatura mundial seria invadida pelos temas do adultério, do excesso e da ausência de desejo, na mesma medida em que proliferaria uma literatura marcadamente erótica. O desejo como a água, mesmo barrado, buscou o caminho para chegar ao mar.



Atende ao Objetivo 2

2. Em relação à sociedade burguesa, descreva:

a. as formas de exibição pública da *Belle Époque*

b. a conduta moral doméstica da família burguesa

Resposta Comentada

a. Na *Belle Époque*, aparecem as exposições universais onde os produtos industriais e as novas invenções são mostradas ao público; os parques urbanizados, os passeios públicos, os cafés tornam-se os espaços de visibilidade das famílias e os magazines, seus locais de compra; as férias de verão ganham importância junto ao culto do corpo saudável nas estações balneárias de veraneio.

b. No âmbito doméstico, a família burguesa é marcada por uma conduta moral rígida; um casamento voltado para a acumulação dos bens materiais; uma educação controladora sobre os filhos; um excessivo pudor em relação à exposição do corpo; uma prática sexual reprimida.

As novas potências mundiais

A partir da década de 1860, além do mais, essas tendências se intensificariam. O volume de comércio mundial e, o que é mais importante ainda, o crescimento da produção manufatureira aumentaram rapidamente. A industrialização, antes limitada à Grã-Bretanha e partes da Europa continental e América do Norte, começava a transformar outras regiões. Estava, em particular, fortalecendo as posições da Alemanha que em 1870 já tinha 13% da produção *industrial* do mundo, e dos Estados Unidos, que então já tinham 23% do total. Assim, as principais características do sistema internacional que surgiriam em fins do século XIX já eram perceptíveis (KENNEDY, 1989, p. 188-89).

Em seu extenso estudo sobre a ascensão e queda das grandes potências, Paul Kennedy mostra a afirmação dos EUA e da Alemanha como potências econômicas, industriais e militares após a Guerra da Secessão e a Guerra Franco-Prussiana, respectivamente. A guerra civil norte-americana, travada durante os anos de 1861 a 1865 entre os estados do norte e do sul do país, vencida pelos primeiros, assinalou a unificação política dos EUA subordinada ao modelo econômico hegemônico da industrialização. A vitória dos *Yankees* (nome dados aos habitantes da parte nordeste do país) marcaria a contínua ascensão dos Estados Unidos à condição futura de maior potência do planeta. Já no caso alemão, como estudamos nas Aulas 2 e 4, a luta pela unificação dos estados germânicos, arquitetada e liderada por Bismarck da Prússia, o maior deles, levou à construção de uma nação economicamente forte e populosa, que ultrapassaria em importância geopolítica a posição anteriormente ocupada pela Áustria-Hungria, potência europeia decadente e em acelerado processo de fragmentação.

A transformação da Alemanha em estado dominante na Europa central reorganizou a política internacional da Europa, uma vez que ela se projetou economicamente sobre os países do

leste, as nações eslavas, impondo-se com seu poderio militar até os limites com a Rússia. Na direção oeste, o poder alemão acuou a nação francesa, derrotada e humilhada na Guerra Franco-Prussiana. A ocupação do território francês e o cerco sobre Paris no inverno de 1870, com a deposição do imperador-ditador Napoleão III, foi a causa da eclosão da Comuna de Paris, a insurreição popular ocorrida em março de 1871 e vista na Aula 5. A vitória alemã sobre a França redimensionou para baixo o poderio francês, relegada desde então à condição de terceira potência europeia, inclusive no aspecto militar. A tabela a seguir, com dados demográficos e da capacidade energética, índice fundamental para medir o potencial industrial, mostra a mudança de posições entre Alemanha e França, no breve período de trinta anos.

Tabela 6.1: A Europa e os Estados Unidos – países e recursos

País	1850 População (milhões)	Energia (milHP)	Nº cidades (+ de 50 mil hab.)	1880 População (milhões)	Energia (milHP)	Nº cidades (+ de 50 mil hab.)
Reino Unido	27	1.290	32	32,7	7.600	48
França	34,1	370	14	36,9	3.070	30
Alemanha	25 (federação)	92 (só Prússia)	17	42,7 (unificada)	5.120	29
Rússia	66	70	8	85,7	1.740	s/d
Áustria- Hungria	37,0	100	13	37,1	1.560	12
Itália	16,9 (os reinos)	s/d	9	27,8 (unificada)	500	13
Espanha	12,3	20	8	16,6	470	7
EUA	23,2	1.680	7	50,2	9.110	48

Fonte: Tabela reduzida e adaptada de (HOBSBAWM, 2002:425-26).

O potencial energético, instalado em 1880, na Alemanha, que em 1850 ainda não existia como nação unificada, havia ultrapassado o da França e já começava a aproximar-se do da Inglaterra. A população alemã já era a maior da Europa, à exceção da Rússia, país cuja potência energética ultrapassava a da Áustria-

Hungria. O Império russo, com sua enorme extensão territorial siberiana, mesmo já dando sinais de crescente industrialização em algumas regiões (no Donetsk e em Moscou), ainda era o exemplo clássico da permanência do Antigo Regime, aquilo que Arno Mayer chama de força das tradições, na forma da autoridade da nobreza, do predomínio do latifúndio e de um trabalho entre o comunitário e o servil (MAYER, 1990).

Fechando o quadro europeu, a Itália, unificada em 1861, ocupava uma modesta posição próxima da Espanha. As guerras de unificação contra a Áustria permitiram a retomada de territórios históricos venezianos, voltando sua política externa em direção ao mar Adriático, onde os Bálcãs, sob o enfraquecido domínio austríaco, apresentavam-se como as áreas de influência futura. Internamente, porém, a Itália viu acentuarem-se as diferenças regionais entre o Norte cada vez mais industrializado e o Sul, o *Mezzogiorno*, ainda dominado pelos grandes poderes no campo. A menos populosa e urbanizada das grandes nações europeias, a Espanha, permaneceu agrária e fechada em si mesma. A futura tentativa de modernização empreendida pela região da Catalunha, o centro industrial espanhol, levaria à Guerra Civil de 1936.

A tese apresentada por Arno Mayer desmonta qualquer possibilidade de ter havido uma linearidade histórica na transformação econômica da Europa, tanto entre cada uma das diferentes nações, como internamente a elas. Para ele, a permanência de costumes herdados do feudalismo seria o principal motivo para as motivações xenofóbicas que surgem recorrentemente nos países europeus, principalmente no Leste, e para a manutenção das tradições conservadoras ligadas à Igreja Católica e à Ortodoxa, nos países mediterrâneos e na Rússia.

Fora da Europa, fechando o ciclo da transformação geopolítica, os Estados Unidos começam sua trajetória ascendente, projetando-se para o mundo como a terra da liberdade e da oportunidade. A recepção contínua de um proletariado imigrante europeu durante o século XIX, dirigindo-se ao novo mundo para obter na América

o que seus países de origem lhes negavam, transformou a nação norte-americana na mais industrializada e numa das mais populosas do mundo. Os Estados Unidos saltam de 23 milhões de habitantes em 1850 para cem milhões em 1915. Apesar de um longo período sem conflitos entre 1871 e 1914, desenhava-se um novo quadro geopolítico, tenso, entre nações em ascensão e nações em queda, cuja disputa pela hegemonia europeia e pelas cada vez mais reduzidas possibilidades de expansão territorial dentro desse continente levaria à Primeira Guerra Mundial.



Atende ao Objetivo 3

3. Por que podemos considerar a Alemanha como o país europeu protagonista da Segunda Revolução Industrial?

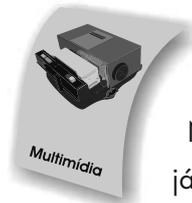
Resposta Comentada

A unificação alemã, liderada pela Prússia com a vitória na guerra contra a França em 1871, colocou o novo Estado germânico como segunda potência europeia, ultrapassando a própria França. Os dados estatísticos que comparam os anos de 1850 a 1880 mostram uma acelerada expansão populacional e energética da Alemanha, em detrimento de seus principais rivais. A

indústria de base alemã (siderurgia e energia elétrica) alavancou o crescimento econômico da nação. Nas vésperas da Primeira Guerra, em 1914, a Alemanha já era a maior potência industrial da Europa, tendo ultrapassado o Reino Unido, e no mundo ficando atrás somente dos EUA. Todos estes fatores mostram que, se a Inglaterra foi a protagonista da Primeira Revolução Industrial, a Alemanha pode ser considerada a da Segunda.

CONCLUSÃO

Durante o período da Segunda Revolução Industrial na Europa e nos EUA, foram lançadas as bases da moderna sociedade industrial, que permitirá a expansão do capitalismo mundo afora. Os resultados das transformações econômicas daquela época são visíveis até o presente. O modo de vida burguês, cada vez alcança mais outros setores da sociedade, transformando parte do proletariado em classe média e rompendo os laços comunitários tradicionais. A chegada da Alemanha à condição de potência mundial junto ao Reino Unido e aos Estados Unidos levaria ao primeiro conflito bélico em escala global. Para visualizar melhor os temas desta aula, sugerimos assistir ao filme indicado no box multimídia.



Tempos modernos

No ano de 1936, quando o novo modo de vida já estava consolidado nos países onde a industrialização encontrava-se em estágio avançado, o cineasta Charles Chaplin dirigiu *Tempos modernos*. Este filme, encenado nos EUA, uma obra-prima do cinema e documento de sua época, contém em si quase todos os elementos que estudamos nesta aula. Na perspectiva das transformações técnicas e econômicas, a indústria mecanizada, a vida robotizada do operário fabril, o controle dos tempos e movimentos implantado pelo taylorismo, a produção em série que caracteriza o fordismo. Na perspectiva da emergente classe média da sociedade burguesa, a aspiração de consumo nas lojas de departamento, o ideal de vida na família mononuclear, a busca por um modelo seguro de felicidade material, a contradição entre estes belos ideais e a difícil condição de vida do proletariado. Na perspectiva da política, o modelo disciplinar de controle do Estado, por meio das instituições da prisão, do hospital, do hospício, enquanto o conflito social estabelece-se na luta de classe travada nas ruas. A obra de Chaplin permanece viva no presente como o melhor documento produzido pelo cinema sobre a modernidade industrial. A versão em português do DVD é distribuída pela Continental Home Video. A famosa cena de abertura, com Carlitos sendo devorado pelas engrenagens da máquina gigante, pode ser vista através do *link* <http://www.youtube.com/watch?v=z5kdMwvBg88>

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Descreva os elementos fundamentais da teoria administrativa do taylorismo-fordismo.

Resposta Comentada

O método administrativo, desenvolvido por Taylor, consistia no controle sobre as atividades de trabalho dos operários de fábrica, visando extrair deles o máximo de rendimentos produtivo. Por isto, o controle dos tempos de movimento, necessários para a realização de cada tarefa. Esta metodologia, considerada científica na época, pois cronometrava as funções, servia também para estimular a competição entre os operários. Sua aplicação na indústria automotiva, o fordismo, permitiu a produção em larga escala.

RESUMO

Nesta aula, nós tivemos duas diferentes abordagens sobre a segunda metade do século XIX. Inicialmente, estudamos as inovações técnicas que transformaram a produtividade industrial e permitiram as invenções de bens materiais, que satisfizeram os desejos da nascente sociedade de consumo burguesa. Pudemos também ver as manifestações públicas desse novo modo de vida urbano, controlado pelas instituições do Estado, e o pudor dominante no ambiente

doméstico, submetido a uma rígida moral de conduta regrada. Nesse cenário, a burguesia afirmou-se como classe dominante e disseminou seu modo de vida. Uma nova sociedade industrial voltada para a produção e o consumo de bens materiais onde, além das conhecidas França e Inglaterra, duas novas nações ascenderam à condição de potências mundiais: a Alemanha e os Estados Unidos da América.

Informação sobre a próxima aula

Na aula a seguir, estudaremos a expansão econômica e territorial das potências europeias sobre o resto do mundo, fenômeno denominado imperialismo.

Aula **7**

O imperialismo
e seus
desdobramentos

Carlo Romani

Meta da aula

Apresentar as formas de imperialismo europeu, surgidas no final do século XIX e seus desdobramentos históricos na primeira metade do século XX.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar os países europeus protagonistas do imperialismo e a divisão das áreas de colonização no mundo, durante o período de expansão do final do século XIX;
2. avaliar as relações de poder existentes entre a burguesia e seu desejo de expansão comercial e a política territorial dos estados nacionais;
3. analisar os desdobramentos da política imperialista na forma das representações criadas sobre o Oriente e nas alianças nacionais que levaram ao conflito da Primeira Guerra Mundial.

INTRODUÇÃO

Volta ao mundo em oitenta dias

No dia 2 de outubro de 1872, Sir Phileas Fogg deixou o Reform Club de Londres para cumprir uma aposta: fazer a travessia do mundo em 80 dias. Em 21 de dezembro do mesmo ano, ele reingressou na capital inglesa e ganhou as 20.000 libras esterlinas apostadas. O que hoje em dia pode ser feito em menos de 24 horas com um caça supersônico, naquela ocasião ainda era tido como uma louca aventura, nem tanto pela baixa velocidade dos transportes, mas, principalmente, pelas poucas rotas terrestres disponíveis. O cavalheiro inglês saiu de Londres e atravessou o continente europeu em ferrovias, algumas recém-inauguradas, como aquela que o levou até Brindisi, o porto italiano mais ao sul. De lá, com um pacote, em 13 dias alcançou Bombaim (atual Mumbai) na Índia, atravessando o canal de Suez, inaugurado em 1869. A construção do canal – obra de engenharia francesa com capitais britânicos e mão de obra egípcia – foi considerada um dos maiores feitos do século XIX e permitiu que as trocas comerciais entre a Europa e a Ásia decuplicassem na década seguinte. De Bombaim a Calcutá, Fogg tentou atravessar a Índia de trem em uma linha administrada por uma companhia inglesa, mas cuja construção ainda não havia sido concluída. O Império Britânico já havia fincado seus pés no continente asiático desde a ocupação do início do século anterior, mas nesta fase imperialista os negócios se consolidariam com a efetiva administração britânica dos territórios dominados. Dai por diante, a viagem seguiu de navio por Hong Kong (o futuro domínio britânico na China), passando pelo Japão (já em fase de integração à economia capitalista mundial com a restauração Meiji, em 1868) até a parada em São Francisco, na costa oeste dos EUA. O transporte seguinte foi terrestre até Nova York, fato que não seria mais necessário em 1914 com a abertura da ligação entre o Pacífico e o Atlântico pelo canal do Panamá. Curiosamente, a data de abertura dos dois canais praticamente confunde-se com

as datas-marco definidas por Eric Hobsbawm (1875-1914) para a era dos impérios (HOBSBAWM, 2006, p. 87-124). Com a travessia direta entre os dois oceanos se delineava a completa circulação de passageiros e mercadorias que permitiu ao capitalismo tornar-se um fenômeno global.

Resta-nos agora dizer que Phileas Fogg é apenas um personagem do livro de ficção *A volta ao mundo em oitenta dias*, de Julio Verne, o romancista francês que antecipou muitas das conquistas humanas de seu tempo e nos mostrou como os viajantes e exploradores ocidentais percebiam sua civilização em contraste com a dos povos habitantes das terras ocupadas. Além da leitura do livro, a curiosidade sobre o tema pode ser aplacada assistindo-se à primeira versão da obra transposta para o cinema pelo norte-americano Michael Todd em 1956, mergulhada ainda na visão **eurocêntrica** do mundo dominante nos séculos XIX e XX.

Eurocentrismo

O nome que se dá à visão de mundo construída a partir do olhar da civilização europeia, particularmente da anglo-francesa, sobre os povos e as culturas dos outros continentes.

As representações imagéticas criadas pelos países imperialistas sobre as populações coloniais, impressas, por exemplo, nos mapas-múndi, tendem a reafirmar esse modelo eurocêntrico, difusor de uma civilização pretensamente mais avançada, em contraponto às sociedades nativas identificadas como pertencentes a um mundo antigo, ainda selvagem e em um estágio pré-político de organização social.



Figura 7.1: Mapa-múndi do Império Britânico (Walter Crane, 1886). Boston Public Library.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Imperial_Federation,_Map_of_the_World_Showing_the_Extent_of_the_British_Empire_in_1886_%28levelled%29.jpg

As nações protagonistas do imperialismo

O mapa estilizado do Império Britânico mostrava no ano de 1886, além da Índia, somente uma pequena penetração na África. Desde 1884, o Império Britânico concebeu-se como uma grande federação de nações, a *Commonwealth*, ou comunidade, com livre comércio entre suas colônias, com as mais antigas, como a Austrália, gozando de muita autonomia. O Reino Unido aumentou sua expansão territorial nesse final de século e no ano de 1897 já se havia projetado sobre grande parte da África (meridional, ocidental e oriental) e estendido sua dominação no sudeste asiático. Além

disto, a região de travessia do canal de Suez já fora subtraída do domínio otomano em que se encontrava e administrada a partir do governo anglo-egípcio estabelecido no Cairo com o apoio de bases britânicas nas costas arábicas.

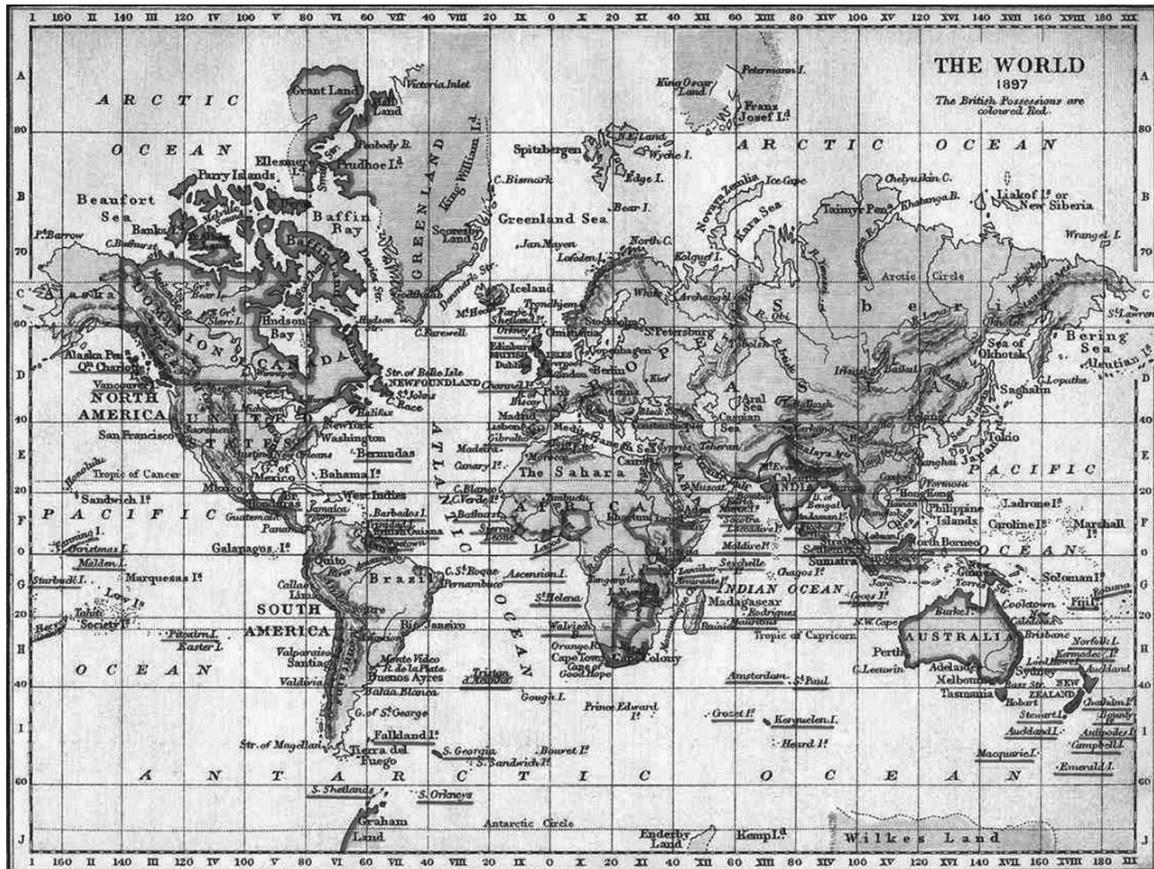
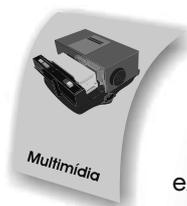


Figura 7.2: O mundo em 1897. As possessões britânicas. Fonte: Cambridge University Library.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:British_Empire_1897.jpg



Expansão britânica em mapas!

Assistam on line à animação feita com mapas da expansão britânica entre 1820 e 1939: <http://www.the-map-as-history.com/demos/tome05/index.php>

Os britânicos exerceram um tipo de domínio colonial através de mandatos, tanto nas regiões que dispunham de autonomia política como em seus protetorados, e procuraram, assim, “criar o império abandonando os povos conquistados aos mecanismos de sua própria cultura, religião e lei” (ARENDR, 2006, p. 160). De fato, o que o Reino Unido fazia com sua comunidade ampliada de nações era apenas salvaguardar os interesses econômicos das companhias britânicas diretamente envolvidas, enquanto relegava aos potentados locais a função de governar sua própria população. A partir das bases na África do Sul, por exemplo, o negociante de diamantes Cecil Rhodes, com sua companhia De Beers Mining Company, levou a autoridade imperial britânica a se impor militarmente sobre a região dos atuais Botswana, Zimbábue, Zâmbia, e Malawi. Para isto, o Reino Unido montou um aparato administrativo com funcionários ingleses de carreira, vivendo num ambiente colonial separado das populações nativas, não somente no caso das populações tribais africanas, mas também em regiões de civilizações bem mais complexas, como a Índia e o Egito. Enquanto não sobressaíram conflitos nacionalistas e independentistas, essa política foi relativamente eficiente. Na medida em que, adentrando o século XX, o contato entre britânicos e as elites locais foi sendo ampliado, com o surgimento de uma classe média nos países colonizados, esta hipotética separação entre domínio econômico e político começou a naufragar.

A França foi a outra nação imperialista com quem o Reino Unido manteve uma amigável relação de “partilha” dos territórios coloniais. As novas conquistas coloniais remontam ao ano de 1830, quando o exército francês desembarcou na Argélia, estimulando a colonização de toda a região costeira do norte da África, conhecida como Magreb, área onde os turcos otomanos não conseguiram mais manter sua antiga dominação. Trinta anos depois, a colonização agrícola já alcançava o interior e “a população europeia da Argélia era de quase 200 mil pessoas, entre uma população muçulmana de cerca de 2,5 milhões”. A partir de então e até a guerra de independência na década de 1950, a vida econômica foi determinada por uma “aliança de interesses entre autoridades, os proprietários de terra com capital [...] e negociantes que controlavam as trocas entre a Argélia e a França”. Do ponto de vista político, a administração francesa era exercida através do controle do “governo local na mão da população imigrante, e os notáveis nativos [...] foram reduzidos à posição de funcionários subalternos” (HOURANI, 2007, p. 357). Esse procedimento repetiu-se, em maior ou menor grau, em todos os territórios coloniais franceses: no resto do mundo árabe, na chamada África negra e nas áreas ocupadas da Indochina. Ao contrário da Inglaterra, a dominação francesa quis constituir nas colônias um efetivo império francês, formando novos súditos e, com base em seu passado revolucionário, acreditando estar disseminando os benefícios da civilização francesa.

No auge do imperialismo francês, em 1923, o presidente Poincaré, afirmava que “a França não é um país de 40 milhões (sua população na Europa); é um país de 100 milhões (contando a população das colônias)” (ARENDE, 2006, p. 159). Na prática, com isto, o governo da França conseguiu ampliar seu número de soldados, contando com uma força militar de “franceses negros”, como foi o caso das forças senegalesas que atuaram durante a Segunda Guerra. A situação criada pelo imperialismo francês tornou-se mais complexa do que a inglesa, o que na fase posterior da descolonização iria provocar guerras sangrentas de independência, como as da Argélia e do Vietnã. Com isto, a França produziu situações híbridas,

como, por exemplo, no caso argelino, a do cidadão culturalmente árabe e nominalmente francês, vivendo em território juridicamente francês (elevado à categoria de Departamento, como qualquer outro dentro da França). Portanto, tornou-se um habitante árabe e cidadão francês de direito, mas não de fato. Isto será uma das causas da atual dificuldade de integração da população de origem colonial na condição da plena cidadania francesa.

Esses dois países foram os principais protagonistas do imperialismo. Se na Ásia a ocupação foi basicamente anglo-francesa com o domínio holandês mantido somente na Indonésia, a partilha africana beneficiou os países europeus que chegaram atrasados na corrida neocolonial. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, Portugal manteve suas antigas possessões coloniais em Angola e Moçambique, a Bélgica dominou o Congo, a Alemanha ocupou posições na atual Namíbia, na Tanzânia e em Camarões, enquanto que a Itália, derrotada na guerra contra a Etiópia em 1896, contentou-se com o domínio sobre a Líbia, a Eritreia e a Somália. A dominação europeia no norte da África e no Oriente Médio coincidiu com o desmoronamento do Império Otomano que no início do século XX somente controlava áreas contíguas à Turquia, que seriam perdidas, ao fim da Primeira Guerra. Ao contrário das outras potências europeias, a Rússia exerceu um tipo de imperialismo territorial, estendendo suas fronteiras sobre regiões habitadas por povos asiáticos na Sibéria até alcançar o Oceano Pacífico e invadir áreas de domínio chinês como a Manchúria. Os Estados Unidos, que, ao final do século XIX, já surgiam no cenário internacional como nova potência econômica e militar, também tiveram sua aventura imperialista distante de sua área de influência no Caribe, ampliando sucessivamente sua presença no Pacífico, desde o Havaí até as Filipinas, em 1898. Neste caso, o arquipélago asiático sob antigo domínio espanhol entrou como espólio da guerra hispano-americana travada com o pretexto de promover a independência de Cuba, última colônia ibérica na América. Contra o imperialismo de qualquer bandeira, mas particularmente fazendo a autocrítica norte-americana, levantou-se a voz do escritor Mark Twain:

Apresento aos senhores esta majestosa senhora chamada CRISTANDADE – que volta encharcada, enlameada e desonrada dos ataques piratas a Kiao Chow, Manchúria, África do Sul e Filipinas; tem a lama cheia de maldade, o bolso carregado de espólios e a boca cheia de pia hipocrisia. Dez., 31, 1900. Deem-lhe o espelho; talvez ela negue a mentira. Ao se ver como os outros a veem (TWAINE, 2003, p. 47).

Para o criador de *Tom Sawyer*, profundo conhecedor dos interiores e de sua gente, a corrida imperialista ao final do século XIX soava como um colonialismo fora de época, movido pela avidez do lucro e que, os EUA, como país colonizado que fora, em hipótese alguma deveria participar.



Atende ao Objetivo 1

1. Que diferenças podemos identificar na forma de governo e administração colonial, exercida pelo Reino Unido e pela França em seus domínios?

Reino Unido

França

Resposta Comentada

a) Reino Unido: A forma de administração dos territórios dominados pelos britânicos era a de mandatos, nos quais os potentados locais exerciam o governo sobre a população nativa, conservando as leis e a cultura, enquanto os funcionários britânicos cuidavam da parte burocrática, administrando o país nas questões relativas à infraestrutura e à economia, mantendo a ordem militarmente.

b) França: No caso francês as ocupações coloniais trouxeram consigo a ideia de formação de império com a imposição jurídica da lei francesa e a manutenção das culturas nativas. Os nascidos nas colônias gozavam juridicamente do mesmo estatuto de cidadão dos franceses, apesar de que, na prática, eram considerados diferentes.

A burguesia, o poder e o Estado-nação

As motivações para o início da escalada das novas conquistas coloniais variam conforme cada autor que trabalha o tema. Hobsbawm considera o período que vai de 1875 a 1914 como o apogeu da modernidade europeia, coincidindo com a época de formação dos novos impérios coloniais. O autor marxista, apesar de fazer ressalvas, acompanha o que enfatizou Lenin em seu texto original de 1917, *Imperialismo, último estágio do capitalismo*: a expansão da economia capitalista levou inevitavelmente ao imperialismo (HOBSBAWM, 200, p. 93-95). Ao final da década de 1860, o capitalismo industrial europeu havia alcançado sua primeira grande expansão financeira e a capacidade produtiva instalada era maior que o potencial de compra da maior parte da população. A classe média ainda era incipiente e o proletariado muito malremunerado. Seguiu-se uma crise econômica de grandes proporções no continente

Monopólio

Considera-se monopólio quando somente uma companhia tem a produção ou distribuição de um determinado produto.

Truste

É a formação de monopólios através da compra das empresas concorrentes.

Cartel

É a associação realizada entre companhias monopolistas para impor sua política de preços e produção ao mercado, geralmente praticando o *dumping*, que é a exportação de produtos abaixo do preço de custo para quebrar a concorrência.

européu, durante a década de 1870, que gerou a concentração de capitais nas mãos de alguns conglomerados empresariais com a formação de **monopólios, trustes e cartéis**.

Isso diminuiu a capacidade de concorrência das empresas menores, levando muitas à falência. Na interpretação marxista, quando o capital não encontra remuneração suficiente em seu local de origem, ele busca novos territórios para se expandir e para isto precisa do apoio político do estado burguês. Com isto, teríamos a relação direta entre o capitalismo e o imperialismo.

Discordando da análise marxista, o economista Joseph Schumpeter analisou o avanço do imperialismo como resultado da quebra do modelo liberal que caracterizava o primeiro capitalismo industrial e sua passagem para uma era monopolista. A constituição de monopólios tende a ser facilitada em nações onde há forte protecionismo econômico e a ligação entre banqueiros e grandes empreendedores. Esta é a prática dos países eminentemente exportadores cujas empresas conseguem colocar seus produtos a baixo custo nos mercados externos, por exemplo, a China contemporânea. Ao final do século XIX, o estado norte-americano mantinha uma política pouco protecionista, era um dos maiores exportadores mundiais e, paradoxalmente, o menos imperialista entre as grandes nações. O exemplo norte-americano levou Schumpeter a sustentar a hipótese de ser “uma falácia básica considerar o imperialismo como uma fase necessária do capitalismo”, numa crítica direta à análise marxista-leninista (SCHUMPETER, 1961, p. 115). Segundo ele, os EUA foram pouco imperialistas justamente por serem muito capitalistas, ou seja, terem pouco resquício dos antigos modelos econômicos fortemente vinculados ao Estado. Com isto, Schumpeter associa a política imperialista a estados nacionais fortes e não ao liberalismo burguês.

Hanna Arendt também discorda de Lenin ao afirmar que o imperialismo, longe de ser o último estágio do capitalismo, foi apenas o primeiro grande passo da burguesia rumo à constituição de um poder político-econômico global. Estas seriam as bases daquilo que

começou a se configurar somente no final do século XX, a formação de um Império global. Ela seguiu as hipóteses do economista inglês John Hobson, desenvolvidas em sua obra *Imperialismo*, de 1905. Ao considerar o ano de 1884, data do início da Conferência de Berlim que definiu as fronteiras da ocupação territorial europeia no continente africano como o momento em que a expansão comercial tornou-se uma política de estado, a autora demarcou em *As origens do totalitarismo* o início da emancipação política da burguesia:

O principal evento intraeuropeu do período imperialista foi a emancipação política da burguesia, a primeira classe na história a ganhar a proeminência econômica, sem aspirar ao domínio político. A burguesia havia crescido dentro e junto do Estado-nação, que quase por definição governava uma sociedade dividida em classes, colocando-se acima e além delas. Mesmo quando a burguesia já havia se estabelecido como classe dominante, delegara ao Estado todas as decisões políticas. Só quando ficou patente que o Estado-nação não se prestava como estrutura para maior crescimento da economia capitalista, a luta latente entre o estado e a burguesia transformou-se em luta aberta pelo poder (ARENDET, 2006, p. 153-154). http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_arendt_origens_totalitarismo.pdf

Antes de tudo precisamos definir a diferença estabelecida pela autora entre império e imperialismo. A formação de um império é o objetivo seguido por um estado que tem a pretensão de conquista territorial e a integração dos povos conquistados com a imposição de uma lei comum. O tipo clássico de império foi o romano, cuja conquista territorial era seguida pela imposição do direito romano. Na época que estamos estudando, este foi o procedimento, por exemplo, da Rússia em sua conquista asiática. Mas também foi o mesmo procedimento expansionista adotado pelo Brasil sobre as terras indígenas amazônicas, durante o Império (MORAES,

2002). Este tipo de expansão geralmente ocorre nos estados de tipo monárquico, mas eventualmente pode ocorrer em repúblicas, como se deu com a expansão territorial norte-americana no século XIX sobre as terras indígenas do oeste.

Já o imperialismo não tem como agente promotor o estado nacional. Este fenômeno do século XIX surgiu motivado pela necessidade de expansão comercial da burguesia, pressuposto da acumulação ilimitada do capitalismo. Enquanto a expansão econômica pôde ser realizada dentro do próprio estado nacional, os empreendedores não sentiram necessidade de se arriscarem sozinhos em territórios desconhecidos. A expansão da economia capitalista dentro do estado nacional promove o acirramento da luta de classe, impelindo o proletariado a querer aumentar sua participação na renda interna. Isto gera um conflito distributivo para a divisão da renda que não é aceito pela burguesia: “para dividir é preciso fazer crescer o bolo”. Como o bolo não podia crescer mais internamente, a burguesia nacional, para não diminuir sua parte, aventurou-se na acumulação externa. A economista polaca Rosa Luxemburgo, líder revolucionária marxista na Alemanha, já em 1913 escreveu sobre esta necessidade atávica do capitalismo de se expandir continuamente em áreas ainda fora da lógica do mercado no livro que inspirou Lenin (LUXEMBURGO, 1988). O texto integral (LUXEMBURGO, 1988) está disponível on line em: <http://www.scribd.com/doc/37928538/A-Acumulacao-do-Capital-ROSA-LUXEMBURGO>.

Contudo, uma coisa é explorar economicamente os recursos materiais e humanos dentro de um território submetido à disciplina e à legislação de um estado de direito burguês, como eram as principais nações europeias, e outra coisa é realizar esta mesma empresa em áreas dominadas política e culturalmente por concepções de mundo completamente diferentes. Para assegurar a realização dos negócios, o estabelecimento de plantas de exploração mineral ou industrial, como, por exemplo, as minas de ouro e diamantes na África do Sul, o empreendedor capitalista necessita de um aparato militar de

coerção para o cumprimento dos contratos e salvaguarda de seus interesses. Neste momento, para poder realizar sua aventura, a burguesia viu-se obrigada a contar com o apoio do Estado-nação, o detentor do monopólio da violência, da força militar. Mas, como observou Schumpeter, para o capitalista é “indiferente o fato de ter sido a construção de uma ferrovia atribuída a este ou àquele país, de ser esta mina ou aquela colônia de propriedade de uma ou outra nação” (SCHUMPETER, 1961:106). A burguesia é uma classe economicamente internacionalista, ela somente necessita do estado nacional – na verdade de seus mecanismos de polícia e controle – para ter garantias de seu negócio. Portanto, para ela, desde que o estado lhe dê essas garantias, tanto faz qual o país que exerça o poder. É neste ponto que começaram a surgir os problemas, pois a política nacionalista do estado – movida por interesses conservadores ligados ao território e sustentada na crença patriótica da população – agiu no sentido de ampliar seus domínios territoriais e formar impérios.

A burguesia aspira acumular riquezas que tenham fácil mobilidade para se converter em capital. A trajetória de acumulação do capitalista o faz abandonar o acúmulo mais difícil gerado pela produção para se dedicar ao acúmulo gerado na especulação. Assim, formam-se os ciclos de acumulação capitalista e o capital financeiro passa a ser emprestado ou exportado, em larga escala, favorecendo novos empreendedores interessados em ingressar em um novo processo de acumulação. Após a crise iniciada na década de 1870, houve a concentração de capitais nas mãos de poucos banqueiros, em sua maior parte da área financeira de Londres, a City, que financiaram a expansão imperialista das décadas seguintes (ARRIGHI, 2005, p. 170-171). Quando as empresas ocorrem em ambientes mais distantes das nações reguladas por uma estrutura jurídico-policia normativa, tendem a sofrer mais acentuadamente com os mecanismos de fraude e corrupção (passiva e ativa). Apesar de os riscos envolvidos nos negócios acompanharem o tamanho do retorno de seu investimento (temos o exemplo atual do tráfico de entorpecentes: alto risco, altos

lucros), para a maioria dos capitalistas “logo se tornou claro que a exportação de dinheiro teria de ser seguida pela exportação da força de governo” (ARENDETT, 2006, p. 165).

Nacionalismo, ciência e racismo

Quando o estado nacional assumiu a tarefa da proteção física para sua burguesia, formou-se uma situação contraditória. A burguesia precisou ocupar politicamente o Estado para fazer valer seu interesse e precisou, em certa medida, transformar seu caráter de classe internacionalista e tornar-se patriota, nacionalista, o fermento que incita as populações à guerra. É neste momento que o estado nacional, impelido pelas contradições internas entre as classes sociais, encontrou como válvula de escape a expansão territorial. A propaganda nacionalista foi feita no sentido de ocupar terras que estariam hipoteticamente disponíveis, porque habitadas por povos tidos como bárbaros ou selvagens, ou em regiões que se apresentavam como sendo um novo Eldorado. O engrandecimento do estado e o fortalecimento da economia, gerando mais oportunidades a todos, são os meios retóricos de persuasão patriótica no ambiente interno.

Algumas guerras coloniais foram exemplos de situações movidas pela mistura de diferentes e ambíguos interesses de exploração econômica, expansão territorial e patriotismo. A resistência dos povos e Estados africanos ocorreu em quase todas as tentativas de ocupação, mas foram raros os casos de vitória contra as nações europeias com incontestável supremacia militar. A segunda guerra dos boeres, de 1899 a 1902, entre os afrikaners, descendentes dos colonizadores holandeses, e os ingleses, culminou com o controle do Reino Unido sobre as riquezas minerais da África do Sul. Mas, em 1879, no início da primeira guerra de ocupação, uma força britânica de 1.700 homens foi esmagada pelos zulus na Batalha de Isandhiwana. A guerra empreendida pela Itália contra a Abissínia, antigo nome da Etiópia (1896) acabou com a vitória dos etíopes na batalha de Adwa, reduzindo os italianos à sua antiga

posição na Eritreia (no mar Vermelho). Foi um dos poucos casos de derrota imperialista no século XIX e serviu para mostrar a fragilidade militar da Itália em comparação aos outros países colonialistas e garantir o respeito dos europeus em relação à Etiópia (HERNANDEZ, 2005, p. 28-31).



Joshua Sherurcij

Figura 7.3: Tapeçaria etíope, retratando a Batalha de Adwa.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Battle_of_Adwa_Tapestry_Closeup.png

Portanto, para que as empresas comerciais e industriais se realizassem fora do território de um dado país europeu, houve a necessidade, também, da exportação da violência por parte do estado nacional, seja na forma da efetiva ocupação militar do território, seja na forma coercitiva da intimidação com uma força de retaguarda. Por mais fúteis que sejam os motivos para a realização das guerras, no mundo moderno elas necessitam de uma legitimação jurídica, mesmo que ela seja obviamente falsa. O exemplo mais

recente disto foi a intervenção norte-americana no Iraque, em 2003, cujo motivo evidente era o controle sobre as reservas petrolíferas, mas cujo discurso científico legitimador foi a existência de armas químicas de destruição em massa. Durante o século XIX, paulatinamente com o aumento da influência da burguesia na política, desenvolveu-se uma forma de exercício de governo em que o poder deixou de ser exercido como vontade exclusiva do soberano na forma do rei ou imperador e ele passa a ser submetido a novas regras de regulação jurídica. Com seu amplo conjunto de pesquisas, Michel Foucault mostrou-nos que na modernidade se estabeleceu uma relação direta entre o poder e o saber. Esta relação produziu um discurso da verdade, porque seria feito em bases científicas, que serve de legitimação para as ações dos governantes em suas empreitadas de violência.

Pode-se compreender o vínculo que imediatamente se estabeleceu entre a teoria biológica do século XIX e o discurso do poder. No fundo, o evolucionismo, entendido num sentido lato – ou seja, não tanto a própria teoria de Darwin quanto o conjunto, o pacote de suas noções (como hierarquia das espécies sobre a árvore comum da evolução, luta pela vida entre as espécies, seleção que elimina os menos adaptados) –, tornou-se, com toda a naturalidade, em alguns anos do século XIX, não simplesmente uma maneira de ocultar um discurso político sob uma vestimenta científica, mas realmente uma maneira de pensar as relações da colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história das sociedades com as suas diferentes classes etc. (FOUCAULT, 2000, p. 306-307).

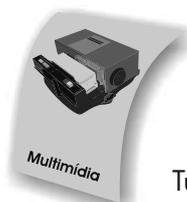


Charles Darwin e o evolucionismo

A teoria evolucionista é o resultado das pesquisas iniciadas pelo cientista inglês Charles Darwin em 1859 com a publicação de *A origem das espécies*. Darwin fez um estudo comparativo entre espécies que viviam em diferentes regiões e percebeu, também, semelhanças entre animais vivos e extintos. Darwin concluiu que as características biológicas dos seres vivos sofrem modificações de ordem natural com o tempo, que os organismos vivos estão em constante competição natural e que somente os seres mais bem adaptados ao ambiente sobrevivem. As teses de Darwin foram trazidas para a Sociologia pelo filósofo Herbert Spencer com as premissas para a futura formulação do evolucionismo social, segundo o qual as sociedades humanas teriam se iniciado num estado mais primitivo, próximo do comportamento animal, e, com o passar do tempo, se tornado mais civilizadas até alcançar o estágio da civilização europeia do século XIX. Era a justificativa necessária ao imperialismo. O darwinismo foi duramente criticado pelos religiosos defensores do criacionismo, a ideia de que a evolução humana deu-se a partir da criação divina de ancestrais como Adão e Eva. No campo científico, a maior crítica ao darwinismo proveio de Piotr Kropotkin. A partir de suas pesquisas na Sibéria, em 1902, publicou a obra *O apoio mútuo*, na qual defendeu a tese de que é muito mais a solidariedade entre integrantes da mesma espécie do que a competição que lhes garante a sobrevivência.

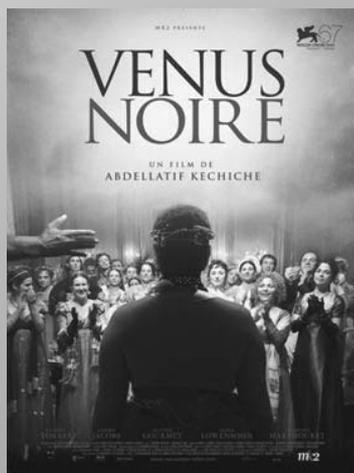
A produção de teorias antropológicas e biológicas de caráter racista, pelas quais foi construída uma hierarquia das civilizações permitiu que a colonização de populações não europeias no final do século XIX não fosse mais motivada pelo discurso religioso, mas sim pelo discurso científico, apropriado politicamente. Assim, as populações europeias que participaram da colonização e povoamento de regiões tidas como habitadas por povos culturalmente inferiores, o fizeram, em grande medida, acreditando estarem contribuindo para lhes levar a “civilização”, além, evidentemente, do mero enriquecimento pessoal. No Brasil, isto também ocorreu – não na perspectiva imperialista – mas na forma da política de estímulo à imigração europeia adotada desde o fim do Império e que teve no médico baiano Nina Rodrigues um dos principais legitimadores científicos (SCHWARTZ, 1993).

O encontro de formas de cultura e organização sociais diferentes numa economia de competição, como a capitalista, levou fatalmente ao domínio dos mais “avançados” sobre os mais “atrasados”, um mundo de impérios (HOBSBAWM, 2006, p. 87). Somente com o uso da violência física efetiva-se a colonização, ocupação e manutenção de novos domínios, o que implicou a realização da guerra, entendida aqui como toda manifestação de coerção por parte do Estado. Ao contrário dos antigos exércitos mercenários usados nas guerras de conquista, os exércitos das nações modernas são montados com o alistamento obrigatório da população, que precisa acreditar no sentido patriótico dessa tarefa, uma função que “só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo” (FOUCAULT, 2000:306-7). Por isto, em seu curso no Colégio de France, o filósofo francês alertou ser preciso defender a sociedade de três instituições que são dominantes no nosso mundo contemporâneo: a guerra continuada contra o “diferente”; a ciência a serviço do poder; o caráter racista do povo/nação.



Venus Noire

O filme realizado pelo francês (nascido na Tunísia) Abdellatif Kechiche conta uma história mórbida. Na Europa do século 19, Saartjie (Yahima Torres) era exibida como curiosidade de feira, a mulher-gorila da etnia sul-africana *hotentote*. Passou por Londres e fez sucesso nos salões parisienses, saindo de uma jaula, com uma corrente presa ao pescoço, dançando e, no fim, sendo tocada pelos espectadores. Quando morreu, os despojos de Saartjie foram parar no Museu do Homem, em Paris. Os cientistas dissecaram seu corpo, conservaram o esqueleto e os órgãos, e construíram uma réplica em gesso, a Vênus Hotentote. Em 2002, o governo da África do Sul recuperou seus restos mortais num símbolo da luta contra o racismo. Exibido na Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, em novembro de 2010, o *trailer* deste filme pode ser assistido em: <http://www.viddler.com/explore/jadorelecinema/videos/1199/>



Fonte: http://4.bp.blogspot.com/_lqYUoV5BEyQ/TMiVGdOXqhl/AAAAAAAAAZI/ubQ5fXHO0_0/s1600/Venus-Noire-Abdellatif-Kechiche-001-743x1000.jpg



Atende ao Objetivo 2

2. Explique por que, na visão de Hanna Arendt, o imperialismo seria o resultado do entrelaçamento dos interesses contraditórios da burguesia e do Estado-nação.

Resposta Comentada

A burguesia é movida pelo desejo de acumulação ilimitado. O estado nacional, constituído pelo conjunto da população educada para o amor à pátria, tem como objetivo a superioridade sobre seus concorrentes. Quando a burguesia expandiu suas empresas para áreas fora de domínio de seu estado nacional, percebeu que precisava deste para o estabelecimento de sistemas de coerção física que garantisse os contratos, as atividades comerciais lucrativas. O Estado-nação, ao se instalar em novos territórios, leva até eles o domínio imperial com a ampliação de suas conquistas. O imperialismo, segundo a autora, é a forma pela qual se deu a expansão das atividades empresariais da burguesia (por definição não nacionalista) necessitando da intervenção do Estado em outros territórios para sua realização.

O mundo oriental na visão imperialista do Ocidente

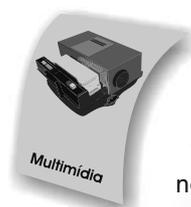
Alguns ingleses acreditavam que uma rebelião dos árabes contra os turcos tornaria a Inglaterra capaz de, combatendo a Alemanha, derrotar simultaneamente sua aliada Turquia. [...] Mas ainda assim, a rebelião do xerife de Meca surgiu aos olhos da maioria como uma surpresa, e encontrou os aliados despreparados (SAID, 2007, p. 321).

Lawrence serviu como tenente do serviço secreto britânico na campanha inglesa da Primeira Guerra Mundial no Oriente Médio. O estado maior britânico no Egito, sediado no Cairo, então capital de uma nação que apesar de oficialmente independente encontrava-se sob ocupação desde o ano de 1882, o enviou à Arábia com a missão de encontrar e contatar o rei Husayn, escondido da dominação turca em Meca, para estabelecer uma aliança estratégica com ele. Segundo o seu próprio relato, naquele ano de 1916, Lawrence, não somente obteve o apoio do xerife como organizou junto ao filho deste, Faysal, uma companhia de cavaleiros beduínos. O ataque contra a possessão otomana em Ácaba bloqueou o acesso do exército turco ao Mar Vermelho. Por extensão, abriram-se dois diferentes flancos de ataque para o exército britânico alcançar e tomar Jerusalém da dominação turca. A derrota dos aliados germânicos na Palestina não somente garantiu o futuro predomínio inglês sobre o Oriente Médio até o fim da II Guerra, bem como enfraqueceu significativamente o estratégico papel defensivo de retaguarda exercido pelo Império Otomano para o equilíbrio de forças entre as potências centrais e a Tríplice Entente. Evidentemente, não queremos aqui superestimar a importância da campanha inglesa na Palestina para a vitória definitiva dos aliados, mas o fato é que ela contou com a participação de um grupo de beduínos nômades tidos quase como incapazes.

O sucesso daquela missão não comoveu as autoridades britânicas que desprezavam aquilo que consideravam ainda instintos animais, sentimentos desumanos e uma irracionalidade indisciplinada, incapaz de constituir-se enquanto civilização, características que seriam essenciais e intrínsecas ao povo e à cultura árabe. Lawrence discordava desta avaliação. Segundo ele, era resultado da incompreensão da qualidade da alma do povo árabe, que ele, amante daquela raça, admirava. Admirava-lhe justamente a vitalidade, a virilidade e a resistência à subordinação e submissão, esta sim característica “efeminada” do Ocidente moderno. Impossível não observar a influência de Nietzsche em seu pensamento, na admiração da qualidade do homem guerreiro, da altivez do cavaleiro ariano que agora se encontrava prisioneiro de si mesmo, enquadrado na disciplina da civilização. Mas Lawrence, por mais que os admirasse, não era um árabe, era um “orientalista”. Como analisou o crítico literário palestino Edward Said, desde o final do século XVIII, mais precisamente desde a ocupação do Egito por Napoleão Bonaparte, em 1797, o orientalismo é um produto de saberes que no Ocidente se tornou “a instituição autorizada a lidar com o Oriente – fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o” (SAID, 2007:29). Lawrence talvez tenha sido um dos mais bem-acabados protótipos do orientalismo, no sentido de que ele realmente envolveu-se com o espírito do homem árabe. O que o tenente inglês desejava e acreditava era na possibilidade de moldar essa população, ainda em estado de pura vitalidade, ao critério de racionalidade ocidental. Convencê-los, liderá-los e levá-los a esse fim, o fim de poderem governar a si mesmos, mas um tipo de governo que fosse o espelho do Ocidente.

Os interesses econômicos em jogo no início do século XX que dependiam de uma força militar de coerção para serem realizados encontravam-se em territórios distantes da velha Europa. Nestas areias, do Saara ao Oriente Médio, nas águas do golfo Pérsico ou nas minas sul-africanas do Transvaal. Ao contrário do ocorrido no

século anterior, para as potências europeias a disputa pelo domínio territorial já não se dava mais em seu continente. Elas precisavam de governantes nativos que pensassem como ocidentais para a manutenção de seus impérios. Mas, ao mesmo tempo em que pensavam terem trazido até eles a civilização – subentendida como a civilização europeia –, despertaram nas elites político-culturais locais o sentimento de independência na forma de resistências nacionalistas que iriam surgir, principalmente, a partir da década de 1930.



Lawrence da Arábia

A história do tenente do serviço secreto britânico no Oriente Médio foi levada às telas em 1961 por David Lean, dirigindo um filme que é um dos marcos da história do cinema mundial. Vejam o *trailer* do filme *Lawrence da Arábia*, em: <http://www.youtube.com/watch?v=oGjENEksvYU&NR=1> e depois assistam ao filme em DVD. O filme dramático conseguiu captar a atmosfera do deserto e da vida das populações nômades de beduínos, sob a ótica do especialista orientalista. Representações mais populares do estereótipo do ocidental aventureiro, considerado como intelectualmente superior, podem ser vistas na série de filmes sobre as aventuras do professor de arqueologia Indiana Jones, realizada a partir da década de 1980.



Atende ao Objetivo 3

3. Defina o que seria uma visão orientalista sobre o Oriente.

Resposta Comentada

Orientalismo é a expressão usada para designar o conjunto de estudiosos, dos especialistas e dos estudos desenvolvidos sobre o Oriente (entendido como todo o mundo não pertencente à civilização judaico-cristã e europeia) a partir da interpretação feita pelo Ocidente. Trata-se, portanto, de uma visão, de um olhar, criado pelos ocidentais sobre os orientais, a partir de seu referencial etnocêntrico, e que construiu conceitos predefinidos sobre o outro, sobre aquele que lhe é diferente.

CONCLUSÃO

Desdobramentos

O resultado final da corrida imperialista foi a Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914. A historiografia dedicou sua reflexão na relação imperialismo-guerra e veremos isto na aula específica sobre a Primeira Guerra. Paul Kennedy (1989, p. 194-198), historiador especialista em política internacional, faz uma incursão nos aspectos econômicos entre os dois principais rivais da segunda metade do século XIX, Inglaterra e Alemanha, fatos que, segundo ele, levaram à Grande Guerra. Já, para a maior parte dos marxistas, o caráter imperialista do capitalismo levaria a uma luta autofágica entre as nações que eram econômica e militarmente mais fortes. Eric Hobsbawm (2006, p. 417-451) incita os historiadores a procurar a emergência do conflito no estudo das políticas externas dos principais contendores e busca no antagonismo anglo-germânico, mesma tese de Kennedy, a chave para o entendimento das causas. As alianças nacionais estabelecidas (a Entente entre Inglaterra, França e Rússia de um lado e as potências centrais da Alemanha, Áustria-Hungria e Turquia de outro) reforçam a tese da polarização entre prussianos e ingleses, que se tornaria mundial. Por isto, apesar de sua localização periférica, o controle sobre os recursos energéticos existentes no Oriente Médio tornou-se crucial. O Império Britânico, consolidado em diversas partes do mundo com seu modelo de administração através de mandatos, escondia uma decadência contínua de sua economia mantida, em grande parte, pelos gastos das elites colonizadas em Londres e, também, à custa de sua burocracia nacionalista expatriada. A Alemanha recém-unificada sob a euforia pan-germanista, transformada no novo poder continental europeu, via-se limitada a leste pelo império dos czares. Espremida na Europa entre a Rússia e a França, atrasada na corrida imperialista, o que fazer para despendar o capital financeiro e produtivo acumulado?

Hanna Arendt reinterpreto a tradicional explicação marxista da causa imperialista, colocando nela um fator de incompatibilidade entre poderes. No mundo moderno, desde a ascensão do estado nação e o fim dos exércitos mercenários, o poder político e militar está baseado numa lógica de controle territorial na qual o apelo à mãe protetora e provedora de todos os filhos cumpre um papel simbólico central. Ao contrário, o mundo capitalista visa a uma expansão ilimitada do capital e Arendt ilustra este fenômeno com a célebre frase de Cecil Rhodes "se eu pudesse anexaria as estrelas". Independente da nação, do estado, ou de qualquer forma de administração pública que haja por detrás, a leitura feita por Rosa Luxemburgo mostrou-nos que o capital necessita de novas áreas (territoriais ou virtuais, como ocorre no presente) para continuar exercitando seu desejo incessante de expansão. Não existe equilíbrio na "ordem capitalista", ele precisa criar ordem e desordem continuamente para manter sua dinâmica. Para o capitalista, o Estado, com suas rendas tributárias, é o instrumento que o financia no início da empresa, mas de quem logo após ele quer se desvencilhar e o reclama novamente ao seu lado quando, no caso dos empreendimentos em territórios fora de sua jurisdição legal, necessita do seu poder de coerção física para a garantia do cumprimento dos contratos, geralmente vantajosos, lá estabelecidos.

No começo do século XX, ao contrário da atualidade, o capitalismo dos países europeus em sua versão imperialista, reduzido por Hobsbawm para efeito de facilidade de análise, ao conflito anglo-germânico, precisou agarrar-se e nutrir-se do aparato estatal, político e militar, para conseguir a máxima expansão, fermento imediato para a guerra e futuro para o totalitarismo, segundo a interpretação de Arendt. Naquela ocasião, os estados nacionais em competição entre si entraram em um conflito que seguramente nenhum general ou diplomata imaginou durar tanto tempo e causar tantos estragos.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

Por que é possível fazer uma ligação direta entre o imperialismo das potências europeias e o início da Primeira Guerra Mundial?

Resposta Comentada

A ascensão econômica e militar da Alemanha, entre 1870 e 1914, não encontrou correspondência na corrida imperialista aos territórios africanos que foi protagonizada pelo Reino Unido e pela França. Atrasada nesta corrida, a Alemanha e a Itália ocuparam poucos territórios africanos. Além disso, com a administração do canal de Suez, feita por um consórcio anglo-francês, a área estratégica do Oriente Médio, rica em reservas petrolíferas, ficou fora da possibilidade de domínio alemão que, para se manter na região, aliou-se ao decadente Império Otomano. A expansão econômica alemã impulsionada por um estado nacional militarmente forte acabou se confrontando com os países que fizeram anteriormente suas conquistas territoriais fora da Europa, uma das causas da eclosão da Primeira Guerra Mundial.

RESUMO

Nesta aula, estudamos a expansão comercial e territorial do capitalismo, no final do século XIX, sobre as áreas que se encontravam fora da influência do mundo burguês e da civilização europeia, na África e na Ásia. Esta expansão da burguesia internacional, denominada imperialismo, inicialmente apenas interessada em seus próprios negócios, somente pôde ser realizada com o estreitamento das relações políticas da classe burguesa com seus estados nacionais de origem, fato necessário para garantir o aparato administrativo e militar desta aventura. Reino Unido e França foram os dois estados que lideraram a era imperialista, organizando de forma diferente os governos em suas possessões. Os britânicos com o regime de mandatos procuraram se manter distantes das formas culturais e jurídicas dos povos nativos. Os franceses buscaram incluir os habitantes das colônias à dimensão maior da cidadania, incorporando os novos territórios à nação. Em todas as situações imperialistas encontradas, fica evidente a percepção de superioridade biológica e cultural, emanada pela civilização europeia, um dos fatores do surgimento de políticas de estado racistas no século XX. O conflito intraeuropeu pelo domínio dos recursos naturais existentes nos territórios coloniais também foi uma das causas da deflagração da Primeira Guerra Mundial. A era imperialista no mundo entrará em acentuado declínio, após 1945, com o término da Segunda Guerra Mundial e o início das guerras de independência e descolonização das antigas colônias europeias. Mesmo assim, os antigos impérios coloniais persistiram até o ano de 1975, quando da independência de Angola e Moçambique em relação a Portugal.

Informação sobre a próxima aula

A seguir, estudaremos como se encontrava o resto do mundo, para além da dominação europeia.

Aula 8

O mundo não europeu durante a expansão europeia: lutas, trocas e interações no século XIX

Carlo Romani

Meta da aula

Apresentar as culturas não europeias no século XIX e as resistências, trocas e interações (comerciais e culturais) estabelecidas durante a expansão da civilização europeia, nesse mesmo período.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar o fluxo das grandes migrações internacionais europeias e não europeias, e as consequências desses fenômenos, nas áreas de recebimento das novas populações;
2. analisar a civilização do Islã e os povos que a seguem, e identificar as diferentes áreas de contato e luta com o Ocidente, após o declínio do Império otomano;
3. apresentar as maiores civilizações orientais (Índia, China e Japão) e identificar os impactos causados pelo poder do Império britânico sobre essas populações.

INTRODUÇÃO

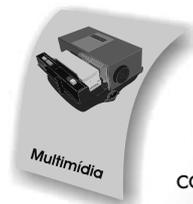
O mundo fora do eixo hegemônico

Uma concepção de história, tratando-a como uma *Filosofia da História Universal*, título da obra de Hegel, foi construída a partir do século XIX, através do olhar hegemônico da civilização europeia. As disciplinas de História Contemporânea, Moderna, Medieval e Antiga foram criadas para um currículo de História no qual a visão eurocêntrica do mundo era preponderante. Para diversificar essa visão histórica sobre o mundo, atualmente temos no currículo disciplinas, como: América, África, Oriente, mas, como pode ser observado, não temos Europa. Portanto, quando se fala na disciplina de História Contemporânea, fala-se predominantemente em Europa, do lugar da civilização europeia e das críticas que podem ser feitas a ela. As aulas até agora estudadas mostraram elementos que podem ser considerados como positivos, numa perspectiva universalista da história, como a luta pela conquista dos direitos políticos e pela ampliação da cidadania e das liberdades individuais, desencadeada desde a Revolução Francesa e que promoveram tanto a emancipação da burguesia quanto a emergência de uma classe trabalhadora politicamente atuante. Mostraram, também, por outro lado, a face velada do racismo e da guerra que se deslocou de solo europeu para outros continentes através do imperialismo. De todo modo, mostramos, nessa série de aulas, a existência de forças políticas e culturais muito dinâmicas, envolvidas no fenômeno de contínua mundialização que a sociedade capitalista, para o bem e para mal, proporcionou até o presente. Por isto, nesta aula, daremos ênfase ao jogo das trocas, parafraseando o célebre trabalho de Fernand Braudel, que se estabeleceu entre as diferentes civilizações em contato. Um fenômeno que está na raiz da construção do contemporâneo, o mundo da atualidade, marcado, como afirma o autor jamaicano Stuart Hall, por um hibridismo cultural que torna a identidade um resultado de múltiplas determinações e um dado em constante mutação (HALL, 2001).

As grandes migrações europeias e seu impacto nas Américas

Que coisa entendeis por uma nação, Senhor Ministro? é a massa dos infelizes? Plantamos e ceifamos o trigo, mas nunca provamos pão branco. Cultivamos a videira, mas não bebemos o vinho. Criamos animais, mas não comemos a carne. Apesar disso, vós nos aconselhais a não abandonarmos a nossa pátria? Mas é uma pátria a terra em que não se consegue viver do próprio trabalho? (trabalhador italiano anônimo, final do século XIX).

Entre os anos de 1850 e 1920, houve um grande movimento migratório intercontinental, protagonizado por um proletariado europeu explorado e excluído de oportunidades de trabalho em seus países de origem e, ao mesmo tempo, induzido por uma rede de aliciadores a emigrar em busca de trabalho e riquezas naquilo que, na época, chamava-se “fazer a América”.



Mérica

Especificamente no caso brasileiro, o maior contingente migratório proveio da Itália, que gerou ao redor de 30 milhões de descendentes. Partiam cantando uma música de incertezas: “Mérica, Mérica, Mérica, que coisa será esta Mérica?” Ouça a regravação da música de Angelo Giusti, datada de 1875, sobre a emigração italiana, vinda da região veneta: <http://italiasempre.com/verpor/merica-merica2.htm>

As gerações que se sucederam foram promovendo contínua mistura étnica e interações culturais que, em muitos casos, refletem a multiculturalidade presente nos países americanos e, em outros casos, a permanência das antigas tradições. *Mérica* é um documentário

italiano de 2007 que, em dias de movimento migratório inverso para a Europa, discute a questão da identidade ou das múltiplas identidades. Mais do que isso, discute o preconceito, o imigrante que perdeu sua terra de origem e também não ganhou a de chegada. Assista ao trailer em: <http://www.filmdb.it/merica-documentary-film-trailer-italy-brazil-2007/>

Os dados estatísticos existentes sobre o fenômeno das grandes migrações internacionais dos séculos XIX e XX (aliás, como todos os quadros estatísticos sobre migrações populacionais) variam muito de fonte para fonte, em face da grande dificuldade de se quantificar as entradas e saídas de migrantes nos portos dos países envolvidos nesse trânsito. Apresentamos um quadro geral das migrações europeias para outros continentes, adaptado de Eric Hobsbawm (2006, p. 473) com base em fontes publicadas no ano de 1936. Apesar de o próprio autor falar da discrepância entre os dados e de sua pouca precisão, eles são importantes para que se tenha um grau de grandeza da dimensão das migrações dessa época.

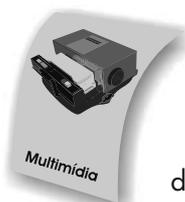
Tabela 8.1: Informações extraídas de Alexander Carr-Saunders, *World Population*, Oxford, 1936

Emigração: Países europeus de envio de população em milhões de pessoas (1871-1911)					
Anos	Total	Grã-Bretanha/ Irlanda	Espanha / Portugal	Alemanha / Áustria	Outros: Rússia, Escandinávia,
1871-1880	3,1	1,85	0,15	0,75	0,35
1881-1890	7,0	3,25	0,75	1,8	1,2
1891-1900	6,2	2,15	1,0	1,25	1,8
1901-1911	11,3	3,15	1,4	2,6	4,15
	27,6	10,4	3,3	6,4	7,5

Imigração: Países de recebimento do povoamento europeu em milhões de pessoas (1871-1911)

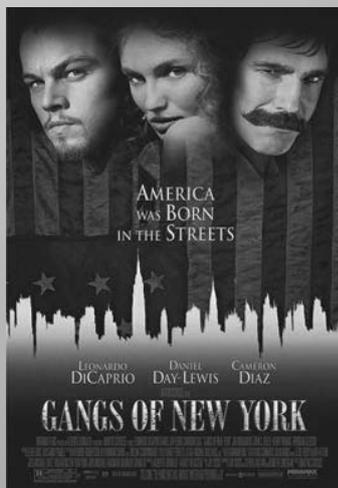
Anos	Total	EUA	Canadá	Argentina/ Brasil	Austrália/ N. Zelândia	Outros países
1871-1880	4,0	2,8	0,2	0,5	0,2	0,3
1881-1890	7,5	5,2	0,4	1,4	0,3	0,2
1891-1900	6,4	3,7	0,2	1,8	0,45	0,25
1901-1911	14,9	8,8	1,1	2,45	1,6	0,95
	32,8	20,5	1,9	6,15	2,5	1,7

Além desses dados, temos de acrescentar para esse mesmo período, uma significativa emigração de italianos (5 milhões) para os EUA e o cone sul da América. Para se ter uma ideia do impacto da imigração de origem europeia nesses países, em sua dimensão demográfica e cultural, é preciso conhecer o percentual de imigrantes em relação ao total da população de cada país e o perfil étnico dela. Em 1880, os Estados Unidos ultrapassavam a marca de 52 milhões de habitantes (na maioria de ascendência europeia com baixa miscigenação); no ano de 1890, a população aproximada do Brasil era de 14 milhões de habitantes (na maioria, mestiços descendentes de índios, africanos e europeus); em 1900, a da Argentina era de 4,6 milhões (em maioria de ascendência europeia, somada a índios e mestiços). De acordo com esses números absolutos, proporcionalmente, o impacto da imigração europeia contribuiu “com 58% do crescimento populacional da Argentina, 44% dos Estados Unidos, 22% do Canadá e 15% do Brasil” (FAUSTO; DEVOTO, 2004:172-4). Guardadas as diferenças em cada país, houve, ao final do século XIX, uma significativa transformação no perfil populacional dos povos americanos com a chegada de um proletariado europeu que iria se ocupar, principalmente, das atividades industriais, surgidas no século seguinte, em várias regiões das Américas.



Gangues de Nova York

Inspirado no livro *Gangs of New York* (1928), de Herbert Asbury, o filme dirigido em 2002 por Martin Scorsese, um norte-americano de origem italiana, trata da difícil vida dos irlandeses recém-chegados na América, em 1860, pouco antes da Guerra Civil. Como em qualquer trajetória imigrante, o preconceito na chegada leva-os a se agruparem em guetos. Pejorativamente chamados de “comedores de batata” pelos nativistas, os descendentes dos primeiros colonizadores ingleses, a comunidade irlandesa formada por um proletariado católico foi a primeira a chegar maciçamente aos EUA, no século XIX, fugindo das péssimas condições de trabalho, decorrentes da Revolução Industrial na Inglaterra. Primeiro os trabalhadores pobres irlandeses e ingleses, depois os escandinavos e os alemães, e por último os italianos, russos e eslavos (estes em grande parte de origem judaica) formaram as grandes levas de imigrantes desse século. Vejam o *link* oficial do filme: <http://video.movies.go.com/gangsofnewyork/>



Fonte: http://1.bp.blogspot.com/_rReOwJgph8s/TEHbXY1Qxfl/AAAAAAAAAGPE/h2Pjr_4a-is/s1600/gangues-de-ny_2002_poster.jpg

Após os movimentos de independência que, desde 1776, nos EUA, entrando pelo século seguinte nos demais países americanos, libertaram seus territórios do domínio dos antigos impérios coloniais, ainda houve uma significativa expansão territorial de algumas nações em detrimento de outras e, principalmente, das populações ameríndias. Na América do Sul, o Império do Brasil, após o término da guerra da independência na Bahia, em 1824, conseguiu manter a unidade territorial, a despeito dos diversos focos posteriores de rebeliões separatistas. Além disso, expandiu seu território sobre países limítrofes, como: Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela, e submeteu áreas internas ainda sob domínio dos povos *tupis* e outros indígenas. No caso argentino, comparativamente, o incremento territorial foi ainda maior, já que “dominava pouco mais de um terço de seu futuro território” no ano da independência, em 1810 (FAUSTO; DEVOTO, 2004: 32-6). A expansão argentina ocorreu sobre o Paraguai e sobre as populações de índios *mapuche* na Patagônia, em um conflito que contou também com uma disputa com o Chile. Do ponto de vista econômico, a influência britânica nos investimentos e comércio das nações sul-americanas era gritante. Na prática, o que o Reino Unido fez foi desvencilhar-se do papel de intermediário, que vinha sendo desempenhado pelas monarquias ibéricas, desde o século anterior. Nessa perspectiva, o ciclo de migrações europeias, iniciado na segunda metade do século XIX, restabeleceu um novo tipo de colonização, muito mais problemático daquele do período colonial, pois, na prática, o imigrante tornou-se um colono em um país já independente. Ele enfrentou inicialmente tanto a dificuldade de integração étnica e cultural com o proletariado nativo, quanto sofreu o preconceito por parte da elite aristocrática. Esse seria um fenômeno comum a todas as nações americanas que somente se modificaria com a urbanização e modernização do início do século XX.

No caso da América do Norte, o processo de contínua expansão territorial seguiu um modelo de imperialismo que estabeleceu uma dominação econômica sobre as populações indígenas dos territórios a oeste do Mississippi, marcado por um reduzidíssimo nível de interação cultural (FOHLEN, 1981, p. 75). Inicialmente o Sul, depois o Meio-Oeste, as áreas tomadas ao México, a Costa Oeste, até a derradeira ocupação das planícies setentrionais, com a derrota dos índios *Sioux* (o filme *Dança com Lobos*, de 1992, de Kevin Costner, mostra a quase impossível troca entre as duas culturas). Empreendido o controle territorial, os EUA estabeleceriam sua dominação econômica sobre a América Central e o Caribe, freando o poderio britânico nessa região. O grande motor da expansão norte-americana foi o ingresso maciço de imigrantes numa proporção muito maior do que o número da população ameríndia, o que “tornou o país mais populoso, mudou a natureza da sociedade e o caráter da nação”. Os EUA chegaram ao final do século XIX com a norte-americanização de milhões de imigrantes que resultou numa, “temporária diluição do caráter nacional” (LUKACS, 2006, p. 129). Essa característica diferenciou a nação norte-americana, apesar da preponderância cultural da civilização europeia, de suas irmãs do outro lado do Atlântico. Por isso, no imaginário europeu, a América tornou-se a terra na qual qualquer indivíduo economicamente pobre do mundo teria a oportunidade de obter o sucesso material. Esse ambíguo caráter multinacional da identidade nacional, longe de ser sua fraqueza, tornou-se, na primeira metade do século seguinte, a força que legitimaria os EUA como a nação hegemônica no planeta.

A diáspora africana e suas consequências: culturas afro-americanas e pan-africanismo

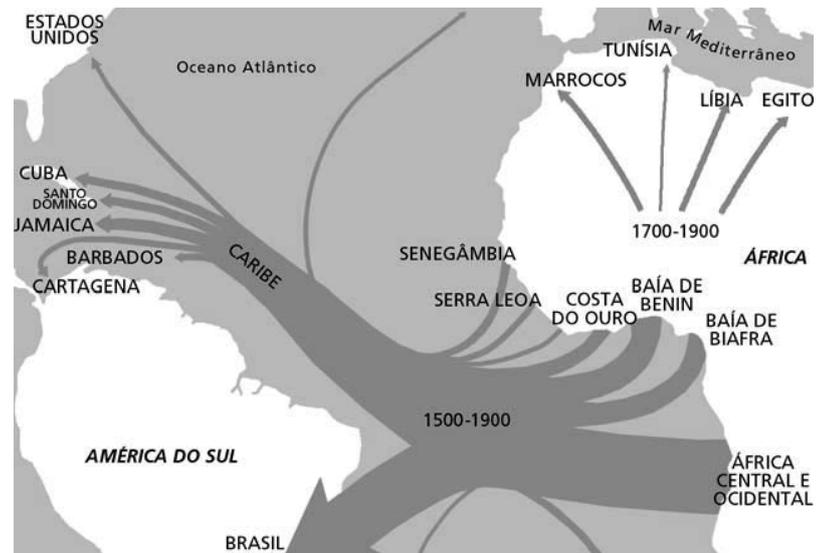


Figura 8.1: O comércio de escravos no Atlântico entre 1500 e 1900 (Eltis e Richardson, 2010).

Fonte: <http://www.neh.gov/whoweare/divisions/PreservationAccess/Featured.html>

A migração intercontinental forçada foi promovida desde duas áreas de deportação na África Ocidental (diversos portos do Golfo da Guiné e mais ao sul entre o Congo e Angola). Em sua maioria, foi dirigida para algumas regiões prioritárias das Américas, como o sul dos Estados Unidos, o Caribe e grande parte do Brasil. Conforme o banco de dados, coordenado pelo Professor David Eltis, mais de 12 milhões e meio de escravos africanos foram embarcados para as Américas, entre os séculos XVI e XIX.

A maioria veio para a América portuguesa, 38% do total, seguida do Caribe, 18%, e das colônias espanholas, 17%. Em valores absolutos, atualmente o Brasil tem ao redor de 85 milhões de afrodescendentes, os EUA 40 milhões e a Colômbia 10 milhões. O Haiti, independente da França em 1804, foi “a primeira nação livre de homens livres que surgiu dentro da constelação emergente do império europeu ocidental – e

como resistência a ela” (CHOMSKY, 1993: 285); junto à Jamaica e às Pequenas Antilhas são as regiões mais africanizadas das Américas, com mais de 95% do total de descendentes. Um artigo sobre as trocas e interações culturais (música e dança), a circulação de pessoas, na maioria de afro-descendentes, entre o Caribe e a Amazônia na segunda metade do século XIX encontra-se em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/3296/4906>

Por conta da diáspora, o continente africano manteve sua população praticamente estagnada em torno de 100 milhões de habitantes, durante o século XIX, somente retomando o crescimento no século posterior, conforme os cálculos demográficos apresentados pela ONU e extraídos do relatório disponível em <http://www.un.org/esa/population/publications/sixbillion/sixbilpart1.pdf>. Evidentemente que se trata de uma estimativa, mesmo porque o mapa da África de 1828 mostra-nos uma imensa região interior, desconhecida pelos viajantes e exploradores europeus; portanto, praticamente privada de registros escritos. Acompanhando esse mapa no sentido horário, observamos na costa da África mediterrânea uma ocupação de populações islâmicas, árabes e berberes. Depois a Abissínia e a Somália, na região chamada de “chifre da África”, que estabeleceram troca contínua com o mundo árabe e islâmico. Descendo a costa do Índico, temos algumas feitorias comerciais com os indianos: ingleses em Zanzibar e franceses em Madagascar, até a costa do Moçambique de colonização portuguesa. No extremo sul, antes da febre do ouro e dos diamantes que levou os holandeses e ingleses a disputar a posse do território, o que hoje se chama África do Sul era uma vasta porção territorial, habitada pelos povos *hotentotes*. Seguindo a costa atlântica, as já mencionadas regiões de comércio de escravos, com feitorias portuguesas e inglesas. “Até 1880, o controle político direto era muito reduzido, limitando-se a pequenos enclaves, meras plataformas comerciais” (HERNANDEZ, 2005: 51) e sobreviviam vários reinos na região da bacia do rio Congo, com cujos chefes, os exploradores ingleses, franceses, belgas e portugueses tiveram de negociar diplomaticamente a futura penetração no território.



Figura 8.2: Mapa histórico-genealógico-geográfico, *Atlas von Le Sage Graf Las Cases*, 1828.

Fonte: <http://www.mapsorama.com/map-of-africa-19th-century/>

No início do século XIX, a *jihād* (propagar a fé), promovida por populações *Peuhl* (dos povos *Fulani*), desde os domínios interiores do Golfo da Guiné, avançou até a costa, combatendo povos não islâmicos, como os *lorubá* de *Ọyọ*, lutas que se refletiram no apresamento e tráfico de escravos e também na contenção da

entrada de europeus na região subsaariana. O Islã constituiu-se em “vigorosa força política na África Ocidental” onde estavam “diversos reinos ou Estados *haussás*” no vale do Níger, reunidos em 1809, sob o comando do Califado de Sokoto (REIS, 2004, p. 158-214). No ano de 1835, à época do levante dos malês, essas lutas refletiram-se, indiretamente, também na Bahia.

Virando a página para a discussão sobre a circulação de pessoas e ideias, Peter Linebaugh desenvolveu um trabalho histórico em que apresentou os “eventos profundos e hemisféricos que se originam abaixo da superfície das coisas e que não estão confinados a qualquer nação em particular, surgindo sim de todos os quatro cantos do Atlântico – América do Norte e do Sul, Europa e África” (LINEBAUGH, 1983:7). Estudioso da história social inglesa, ele percebeu o envolvimento de escravos negros e de seus descendentes na história do radicalismo político inglês e nos movimentos da classe trabalhadora do início do século XIX. Linebaugh foi criticado pela historiografia marxista por querer exagerar a influência da diáspora africana, na construção do trabalhismo inglês, esquecendo-se de que os envolvidos diferenciavam-se dos demais africanos justamente por terem tido contato desde crianças com uma realidade cultural diferente daquela existente, tanto na África, como nos locais de trabalho forçado. O sociólogo inglês Paul Gilroy veio em sua defesa ao considerar que “ao final do século XVIII um quarto da marinha britânica era composto de africanos para os quais a experiência da escravidão fora uma poderosa orientação rumo às experiências de liberdade e justiça” (GILROY, 2001, p. 53). Número nada desprezível que mostra a provável articulação em Londres de uma cultura popular a uma cultura marítima de piratas e outros trabalhadores braçais. Temos alguns exemplos: Oluadah Equiano envolveu-se nas primeiras formas de política da classe trabalhadora. Originado do povo *Ibo* (na atual Nigéria), escravizado ainda menino, aprendeu o idioma inglês e escreveu sua autobiografia em 1789; Robert Wedderburn, anarquista, jacobino, ultraradical herege metodista, filho de traficantes de escravos e de uma escrava,

criado num centro de culto ao vodu em Kingston, migrou para Londres e defendeu publicamente no início do século XIX o direito legítimo do escravo caribenho assassinar seu senhor; William Davidson, filho do promotor geral da Jamaica, foi enforcado pela participação na conspiração de Cato Street, para explodir o gabinete britânico, no ano de 1819. Todos haviam sido marinheiros e trabalhado em navios britânicos, por onde viveram diversas experiências mundo afora.

A trajetória intelectual de William Edward Dubois, primeiro afrodescendente norte-americano a obter o Ph.D. em Harvard, em 1895, encontra-se diretamente ligada à valorização social do descendente de africanos na América do Norte. Sua obra *Black Reconstruction* celebra o papel fundamental exercido pelos soldados negros no exército *yankee* (unionista, do Norte) durante a Guerra Civil e o esforço dos ex-escravos na reconstrução do país. A busca pelo entendimento do significado de ser negro, expresso na obra *The Souls of Black Folk* (As almas do povo negro), de 1903, tornou-o pioneiro na construção intelectual da valorização da raça negra num momento em que dominavam as ideias de superioridade racial branca, como legitimadoras do imperialismo. Junto a Martin Delany, natural da Virgínia (EUA), ao antilhano Edward Blyden e ao liberiano de adoção Alexandr Crummel, os escritos de Du Bois sustentam “as bases intelectuais e práticas do **pan-africanismo**” (HERNANDEZ, 2005, p. 143).

Pan-africanismo

Representa o legado histórico, cultural, religioso, artístico, científico e filosófico dos africanos, desde o passado até a atualidade.

Todos os escritores mencionados viajaram ou viveram nas maiores cidades da costa do Golfo da Guiné e entraram em contato com as elites locais, de Lagos e Acra, na segunda metade desse século. Na prática, a Associação Africana, fundada em 1897, por Henry William, precursora do pan-africanismo, ajudava a construção de uma identidade africana a partir da aglutinação de uma elite intelectual, muitos deles de afro-americanos e antilhanos, instalados nas colônias de ex-escravos. Libreville, no Gabão, fundada em 1849, por escravos franceses libertos; Freetown, na Serra Leoa em 1787; a Libéria foi uma terra comprada pelo governo dos EUA, em 1821, para o estabelecimento de colonos negros livres, provindos desse

país como resultado do preconceito e discriminação da sociedade norte-americana. Se a circulação de afrodescendentes, vindos das Américas nessa área do continente, contribuiu positivamente para a formulação de uma futura política racial africana, a passagem desses intelectuais mostrou também a impossibilidade de retorno a um tipo de cultura ancestral que eles já haviam perdido. Os escritos de Martin Delany sobre a Libéria, publicados em 1860, mostram sua indignação com a falta de civilidade na nudez aparente da população que circulava por Monróvia (GILROY, 2001:75). A identidade híbrida, resultado de diferentes apropriações, ao que tudo indica, já era fato desde então. Um importante instrumento de pesquisa sobre o tema da diáspora africana é o W. E. B. Dubois Institut, com acesso on-line, disponível por <http://dubois.fas.harvard.edu/>



O canto do blues e a África

A ampla influência dos ritmos africanos nas expressões atuais da música americana pode ser evidenciada, por exemplo, pelo samba brasileiro, *reggae* jamaicano e pelo *blues* norte-americano. No caso do *blues* (CHARTERS, 1982), é provável que tenha sido influenciado pela tradição dos *jali*, conhecidos por *griot*, em francês, uma casta de contadores de história, trovadores e animadores de cerimônias presentes, principalmente, na área cultural Bambara, vizinha à região denominada no passado de Senegâmbia (BARRY, 2000). O “*blues* africano”, tocado no Essakane Desert Festival, em Niafunké (Mali/2003) pelo já falecido Ali Farka Touré, é um exemplo recente, mostrando essa circulação musical mundial. Assistam ao vídeo em: http://www.youtube.com/watch?v=bA_bM7abhg
Para saber mais sobre a complexa diversidade africana: <http://www.sociolingo.com/#axzz16tv79anw>



Atende ao Objetivo 1

1. A experiência da imigração/emigração produz geralmente um resultado de desenraizamento e recriação. Reflita sobre a experiência de europeus e africanos emigrantes nas Américas.

Resposta Comentada

Na maior parte dos casos, a experiência migratória ocorre em situações de falta de oportunidade de trabalho no país de origem ou, como no caso africano, em dramáticas diásporas. Invariavelmente, o migrante em sua chegada ocupa as posições sociais subalternas e tende a sofrer o preconceito de todas as classes sociais no novo país. No caso da diáspora africana, em países predominantemente brancos, isso veio acompanhado de um forte racismo. A maneira de resistir, além obviamente da integração cultural, é a de refazer ou reconstruir sua identidade cultural, muitas vezes reinventando uma realidade já inexistente no antigo lugar de origem. Assim, o migrante permanece numa difícil posição sem raízes.

O mundo do Islã e a desagregação do Império otomano

*O Ocidente, desgostoso com sua fraca e fria espiritualidade,
busca o calor do seio do Oriente.*

(Muhammad Iqbāl)

Islã significa “se entregar à vontade de Deus” e a pessoa que se entrega a essa vontade é um *muslim*, muçulmano (SCHIMMEL, 2002:42). O livro sagrado dos muçulmanos é o *Alcorão*, cuja palavra em árabe, *Qur’ān*, significa a recitação. As revelações feitas a Muhammad (Maomé), a partir do ano 610, somente foram transcritas na época do terceiro califa ‘Othman ibn ‘Affān, entre os anos 644 e 656, em 114 capítulos, a *Sura*. O califa – *khalīfa* em árabe significa o sucessor no mundo islâmico seria a autoridade religiosa, política e militar, descendente diretamente de Maomé. No início do século X, a sucessão fragmentou-se em três diferentes califados, com sedes em Córdoba (Espanha), no Cairo (Egito) e o principal deles transferiu a capital de Damasco para Bagdá. O Islã governava um território que se estendia de Portugal até a fronteira com a atual Índia. O fim da unidade islâmica ocorreu com a invasão de Bagdá pelos exércitos de mongóis e turcos (povos de dinastias não muçulmanas, provindos da Ásia central), em janeiro de 1258, executando o último califa dos abássidas.

No século seguinte, os turcos seguidores do islamismo expandiram-se para oeste, na Anatólia (atual Turquia), sob o comando de Othman (em turco se escreve Osman), que fundou uma nova dinastia (por isso, chamados otomanos). Os turcos eram governados por um sultão que, em língua turca, significa aquele que detém o poder. Após a vitória sobre os ortodoxos bizantinos, com a conquista de Constantinopla, sua mudança do nome para Istambul e o controle do acesso ao mar Negro, os otomanos expandiram seu poder pelo Leste Europeu, dominando grande parte dos Bálcãs. Atualmente, existem diversas comunidades islâmicas enraizadas nessa região, entre bósnios, albaneses, macedônios e búlgaros, palco contínuo de choques étnico-culturais, movidos por interesses nacionalistas diversos.

No século XIX, contudo, os turcos ingressariam num contínuo movimento de perdas territoriais que em 1924 iria limitar seu território somente à atual Turquia. Praticamente toda a Europa balcânica libertou-se do domínio turco: Grécia (1830); Bósnia, Montenegro, Sérvia, Romênia, Bulgária (1878), permanecendo ainda a Albânia e a Macedônia até pouco antes da Primeira Guerra. Mas foi com a perda do poder sobre os domínios no norte da África que se alterou significativamente a geopolítica, envolvendo os povos de fala árabe. A invasão do Egito por Napoleão Bonaparte, em 1798, foi barrada pela esquadra inglesa. A presença britânica na região facilitou a ascensão de um poder reformador mais autônomo em relação aos otomanos, sob o governo do turco Muhamad Ali. O Egito ampliou progressivamente sua independência até ser ocupado pelo Reino Unido, em 1881, que estabeleceu no Cairo um centro estratégico de poder sobre o canal de Suez e a rota de comércio para o Oriente. A região do Magreb também foi perdida pelos turcos com a conquista da Argélia pelos franceses, desde 1830, e da Tunísia, em 1881.

A fragmentação do poder turco foi inicialmente bem recebida pelas elites árabes do Egito e da Península Arábica, pelo menos até o término da Primeira Guerra, quando caiu por terra a crença numa possível independência definitiva, fato que iria estimular o futuro nacionalismo árabe. O caso da administração francesa no Magreb levou a uma situação ainda mais complexa: a tentativa de conjugar costumes e leis locais às novas demandas trazidas pela crescente migração de franceses. A questão da terra, pertencente ao Estado islâmico, com a posse concedida para uso do povo, foi completamente modificada com a contínua entrada do regime de propriedade privada do capitalismo, o que favoreceu a emergência de uma nova classe local de pequenos proprietários agrícolas (árabes, judeus e franceses), envolvidos nas atividades de comércio com a Europa. Segundo Hourani, apesar da fragilidade das estatísticas, a elite berbere e árabe atravessou um período de reforma e transformação cultural, favorecido por instituições laicas, fundadas nas administrações dos governos franceses e ingleses:

Surgiu uma nova geração, acostumada à leitura. Muitos deles liam em línguas estrangeiras. Em meados do século XIX, o francês substituíra o italiano como *língua franca* do comércio e nas cidades; o conhecimento do inglês mal existia no Magreb e era menos disseminado que o do francês mais para leste. Era comum o bilinguismo, e em algumas famílias, sobretudo no Cairo, Alexandria e Beirute, o francês ou o inglês substituíra o árabe na família. Para os que tinham sido educados num alto nível em árabe, produzia-se uma nova literatura. A imprensa em árabe mal existia antes do século XIX, mas espalhou-se durante o século, sobretudo no Cairo e em Beirute, que iriam continuar sendo os principais centros editoriais (HOURANI, 2007, p. 398).

O Islã distingue as religiões que têm um livro revelado (sagrado) daquelas que não têm escritura santa. Os seus seguidores são respeitados e tratados de forma distinta. A *jihād* nunca se abateu sobre eles, ela está reservada aos infiéis, os pagãos, ou àqueles que, mesmo pertencendo a uma religião sagrada, não seguem seus preceitos. Por conta disso, judeus e cristãos foram considerados *dimmis*, ou os que viviam sob proteção dos muçulmanos, e deviam pagar certas taxas. Isso levou, durante o domínio otomano, a uma grande concentração de judeus **sefarditas** em todo o norte da África, fugitivos da perseguição cristã após a Reconquista. As cidades de Tanger, Alger, Oran e Tunis, no Magreb, mantinham comunidades judaicas de comerciantes que, na época da ocupação francesa na Argélia, tornaram-se também interlocutores especiais junto ao novo governo colonial e receberam imediatamente a cidadania francesa. Os judeus estiveram representados em quase todas as áreas de domínio muçulmano até a Pérsia, onde havia sólidas comunidades judaicas de funcionários e de comerciantes. Os cristãos **maronitas** permaneceram com forte presença na região do Líbano e da Palestina, que veria, ainda, o estímulo a uma migração judaica de regresso à Terra Prometida ao final do século XIX.

As tensões políticas e religiosas entre as populações representadas das três religiões sagradas somente se acirrariam após o término da Primeira Guerra Mundial, com a perda definitiva dos territórios

Sefardita

Do hebraico *sefardi*, derivado da denominação hebraica *Sefarad* para a Península Ibérica. É o termo usado para se referir aos descendentes de judeus, provindos de Portugal e da Espanha, fugitivos da Inquisição.

Maronita

São os seguidores da Igreja Maronita, uma variante oriental da Igreja Católica, fundada por São Maron, no século V, e que reconhece o papa como seu Sumo Pontífice, mas cujo rito litúrgico é celebrado em aramaico e siríaco e não em latim.

ocupados pelos turcos e o estabelecimento de condomínios administrativos anglo-franceses no Oriente Médio. O século XIX marcou o fim do controle político de mais de cinco séculos do Islã, na Ásia: fragmentação do Império Otomano a oeste e domínio britânico sobre a Pérsia (Irã), ao centro, e o Paquistão, a leste.



Atende ao Objetivo 2

2. Comente sobre o tratamento dado aos crentes de outras religiões que viviam em territórios sobre controle do Islã, no século XIX.

Resposta Comentada

A religião islâmica era tolerante em relação aos crentes católicos e judeus, chamados de povos do livro. A *jihād*, ou seja, a luta para a conversão, estava reservada aos infiéis, pagãos que não seguiam nenhuma escritura sagrada. Isso permitiu a convivência pacífica durante séculos de comunidades de judeus e de cristãos nas áreas sob domínio otomano.

O Oriente, a dominação britânica e as trocas comerciais e culturais

A ideia de Índia no mundo ocidental moderno ultrapassava os limites fronteiriços atuais desse país. Compreendia uma extensa região, desde o Paquistão até a Birmânia, limitada ao norte pelo Himalaia. Nessa vasta área, conviviam diferentes povos e culturas, seguidores de filosofias religiosas milenares, como o hinduísmo, em sua maioria, e o budismo, uma pequena parte, e novos seguidores convertidos ao Islã entre os hindus. Desde o início do século XIX, a Companhia Britânica das Índias Orientais estava solidamente estabelecida no subcontinente indiano e controlava toda a extensa costa oriental, desde o Ceilão até Bengala, locais com significativa presença de muçulmanos. Na metade desse século, o domínio britânico expandiu-se também sobre outras áreas de maioria muçulmana no Centro-Norte e Oeste, como o Punjab. Em algumas áreas centrais da península indiana, o Rajastão, profundamente enraizadas no hinduísmo, houve forte resistência às tentativas de domínio que resultaram nas grandes rebeliões de 1857 e 1858. A partir dessa época, a Coroa assumiu diretamente para si a administração dos territórios, permitindo aos marajás manter o poder político e religioso nos diferentes estados indianos, desde que ele não se contrapusesse aos interesses comerciais britânicos. Essa nova política, de certa forma, favoreceu a retomada da economia indiana (agrícola e industrial) após um longo período de decadência, integrando-a ao comércio internacional, em fase de acentuada expansão. Uma pequena elite econômica e dirigente, interlocutora privilegiada do Reino Unido, adotou e difundiu o uso da língua inglesa como idioma oficial, um modo de unificar uma sociedade plural, em que se falavam mais de 1.600 dialetos. Posteriormente, quando da independência em relação ao domínio britânico, as diferenças internas levaram à criação de dois estados nacionais, a Índia (de maioria hinduísta) e o Paquistão (de maioria muçulmana).

O Paquistão, além do mais, foi dividido em dois setores: o ocidental (correspondente ao atual), com disputa sobre o controle da Região Norte, o Kashemir; e o oriental (atual Bangladesh), eventos que estão na raiz dos atuais conflitos entre hindus e paquistaneses.

“Globalmente falando, a Índia” era o cerne da estratégia imperialista britânica no século XIX (HOBSBAWM, 2007, p. 103). Mas isso somente foi possível graças à reestruturação radical da geografia do comércio mundial, protagonizada pela Grã-Bretanha, que passou a ser a intermediária entre as áreas de consumo e produção do Ocidente e do Oriente (ARRIGHI, 1996:49). Pelos portos de Colombo, Calcutá, Cingapura e Hong Kong passavam a maior parte das trocas comerciais intercontinentais entre a Ásia, a Europa e os EUA. Além do comércio transoceânico, o comércio regional, envolvendo principalmente o sul e o leste da China, garantiu aos britânicos a hegemonia econômica nesse século. Não podemos esquecer que, apesar de falhas, as estimativas feitas para a população chinesa em 1880 davam conta de uma população de 420 milhões de habitantes, enquanto que toda a Europa (incluída a Turquia) não ultrapassava os 358 milhões na mesma época (HOBSBAWM, 2007:471). A abertura e manutenção dos portos de acesso ao mercado chinês, portanto, era fundamental para a indústria inglesa e a de seus aliados. A China encontrava-se sob comando da dinastia manchú dos Qing (Ching), cuja política externa impunha severas restrições ao comércio exterior, prática histórica chinesa. Boa parte do comércio britânico no sul da China ainda dependia da compra do chá e da venda de **ópio**, um narcótico cujo uso estava enraizado na cultura chinesa e que provinha das plantações em Bengala e na Birmânia.

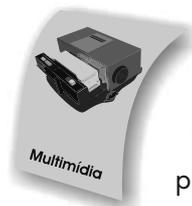
Ópio

Suco que se extrai do fruto da papoula. O uso do ópio, mascado ou fumado, provoca euforia, seguida de um profundo relaxamento; o uso repetido conduz à dependência química. A morfina, um de seus compostos alcaloides, é usada na Medicina como anestésico para alívio de dores.

Os chineses não descobriram o ópio, mas refinaram seu uso recreativo com uma arte e uma fabricação de uma sofisticação inigualável. (...) Antes da proibição do ópio, como relaxante legal e socialmente aceito, a arte chinesa de fumar ópio avançou muito além das fronteiras da China e tornou-se

profundamente arraigada na cultura e produção social do Sudeste asiático e da Índia, ao mesmo tempo em que atraiu um devotado culto de seguidores na Europa, particularmente França, assim como na América (LEE, 2006, p. 1-2).

No início do século XIX, o consumo do ópio havia efetivamente se tornado um problema endêmico na sociedade chinesa, atravessando todas as classes, desde o mais humilde puxador de jinquirixá (carrinho para transporte de pessoa, comum na Ásia) até a corte dos eunucos, em Pequim, passando por toda a casta de mandarins, os funcionários de estado que comandavam arbitrariamente a população. Em grande parte, o hábito fora introduzido pela própria nobreza. Para enfrentar esse problema, o monarca Daoguang decretou, em 1839, a proibição da entrada de ópio nos portos chineses. O fato foi interpretado pela Coroa britânica como uma intromissão nos direitos dos cidadãos britânicos residentes na China. Usando esse argumento como pretexto, a armada inglesa, com imensa superioridade naval e militar, atacou Cantão e outros portos, vencendo a guerra em menos de três anos. A derrota para a Inglaterra forçou a assinatura do Tratado de Nanquim, de 1842, pelo qual a China cedia permanentemente Hong Kong e aceitava o livre comércio em cinco de seus principais portos: Cantão, Fuzhou, Xiamen, Ningbo e Xangai. Em 1856, os britânicos aliados aos franceses forçaram uma nova ampliação do comércio na China, que levou a outra guerra, concluída em 1860. Dessa vez, Pequim foi ocupada e o imperador Xianfeng obrigado a aceitar a instalação de representações diplomáticas, além de liberar a circulação de missionários e comerciantes estrangeiros em seu território. O Império chinês entraria em acentuada decadência nas décadas seguintes, vindo a ser invadido por russos e japoneses, justamente na região de origem dos Ching, a Manchúria.



Guerra do ópio

Este breve vídeo mexicano trata da venda de ópio, praticada pela Grã-Bretanha, durante séculos na China. Com isso, ele procura mostrar que o tráfico internacional de drogas é muito mais antigo do que se pensa e que neste caso além de ser realizado pela maior potência do planeta levou a duas guerras:

<http://www.youtube.com/watch?v=FY3ckOFCluc>

Para obter uma visão mais completa sobre o assunto, recomendamos o filme educativo chinês *Opium War*, de 1998, produzido pela Emei Film Studio e disponível *on-line* com versão dublada em espanhol. No ano de 1997, foram exibidos dezenas de mapas históricos da coleção especial da Biblioteca da Universidade de Ciência e Tecnologia de Hong Kong. Eles estão disponíveis para visualização *on-line* em <http://library.ust.hk/info/exhibit/maps-9706/maps-eng.html>. Dentre os mapas, indicamos dois, desenhados por James Wyld, geógrafo da rainha britânica, usados respectivamente para o levantamento da costa chinesa na guerra de 1842 e para o ataque naval anglo-francês contra Cantão em 1857:

<http://library.ust.hk/res/lib-db/MAPS/disk1/PDF/IMG0064.pdf>

<http://library.ust.hk/res/lib-db/MAPS/disk1/PDF/IMG0063.pdf>

Sobre a febre do ópio que invadiu a elite europeia ao final do século XIX, Fernando Pessoa escreveu o poema *Opiário*. Muito mais do que o ópio, o que Álvaro de Campos (um dos heterônimos de Pessoa) nos versa é a percepção da pequenez deste grande

mundo, presente nos europeus desde essa época, em busca do calor do Oriente, como escreveu Iqbāl, algo que lhes escorria entre os dedos da civilização:

É antes do ópio que a minh'alma é doente.

Sentir a vida convalesce e estiola

E eu vou buscar ao ópio que consola

Um Oriente ao oriente do Oriente

Leia-o na íntegra em <http://www.astormentas.com/din/poema.asp?key=168&titulo=OPI%C1RIO>



O diferencial do Japão

No Extremo Oriente, o Japão foi o único estado que conseguiu manter sua integridade territorial e até expandir-se sobre a China e a Coreia sem sofrer pressão pela abertura de seu mercado. Isso se deveu, em parte, à modernização política e econômica, empreendida a partir de 1868, pelo imperador Meiji. A chamada restauração Meiji acabou com o feudalismo, aboliu o privilégio dos samurais, criou estruturas políticas independentes (Parlamento e Executivo), implantou o ensino universal e fortaleceu a Marinha, entre outras medidas. Do ponto de vista econômico, o estado japonês estimulou o avanço do capitalismo, com facilidade para o crédito e promovendo a industrialização. Aceitando e participando do livre comércio imposto pelo Império britânico, o Japão conseguiu ganhar respeito e temor junto ao Ocidente, principalmente após a vitória na guerra com a Rússia em 1905. Desde então, o Japão ingressou no rol das nações modernas, na visão dos europeus. *O último samurai*, filme dirigido por

Edward Zwick, de 2003, celebra o contato entre um oficial do exército norte-americano e a cultura em extinção dos velhos samurais.



Fonte: http://3.bp.blogspot.com/_RaTlrj6AtI8/TIFG5laB38I/AAAAAAAAABb0/DsiqGEzOqiQ/s1600/ultimosamurai2.jpg



Atende ao Objetivo 3

3. Usando o ópio como exemplo, discuta as trocas comerciais e culturais produzidas entre Oriente e Ocidente no século XIX.

Resposta Comentada

O ópio, extraído da papoula, foi uma substância entorpecente largamente usada na China e em outras áreas de influência da cultura chinesa. Plantado em diferentes regiões da Índia, comercializado pelos britânicos, motivo de guerras, o aumento considerável da circulação de produtos e pessoas pelo mundo no século XIX fez com que o ópio fosse difundido também no Ocidente, mostrando que as questões que envolvem o uso e o comércio de drogas não se constituem em problema apenas na atualidade.

CONCLUSÃO

O que quisemos mostrar nesta aula é a enorme diversidade cultural existente no planeta, que, a partir do século XIX, foi atravessado pela expansão do modo de vida da civilização europeia. Apesar das trocas e interações culturais produzidas, o fato é que sua supremacia militar e econômica, explicitada numa nova forma de administração da política, disseminou-se sobre territórios e culturas não europeias. Após o término da Segunda Guerra Mundial, como veremos na disciplina de História Contemporânea II, houve um percurso migratório inverso, de desde as áreas colonizadas para dentro, novamente, da Europa. Vimos, também, o desejo de construção de uma identidade étnica ou nacional da parte daquelas populações que, por motivos de conquista, diáspora ou de imigração foram alijadas dela ou da possibilidade de construção/manutenção dessa identidade. A própria dinâmica do capitalismo promove profundas alterações nos valores tradicionais, às vezes irrecuperáveis. O que propomos discutir é se uma construção identitária necessariamente deva se produzir como afirmação de um em oposição a outro, nos casos aqui apontados um outro que oprimiu ou que ainda oprime. Geralmente, o resultado dessa construção identitária segue a mesma lógica do conquistador/

opressor, operando por oposição e diferença, portanto, adquirindo as características de modernidade, fundadas nas categorias raça/povo/nação, pilares da civilização europeia, como mostra a forma de luta pelos *civil rights* dos afro-americanos. Para além do fenômeno da identidade étnica ou nacional nos países ocidentais, surgiu no resto do mundo o fenômeno da conversão, a entrega a Deus, ao Islã, que é a religião que mais cresce em número de adeptos no planeta. Cresce, justamente, entre aqueles que são materialmente mais pobres, na Ásia Central, no oeste da China, no Sul e Sudeste asiático, na África Oriental e na África abaixo do Saara; crescem os muçulmanos entre os afro-americanos e observa-se a presença cada vez maior de muçulmanos em todos os países europeus, ou nas capitais da hegemonia ocidental: Nova York, Londres, Paris. Qualquer paralelo com o declínio do Império romano será só mera coincidência?

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

A liderança do homem ocidental no mundo humano está chegando ao fim, não porque a civilização ocidental esteja em bancarrota material ou tenha perdido sua força econômica ou militar, mas porque a ordem ocidental já cumpriu sua parte, e não possui mais aquele acervo de 'valores' que lhe deu predominância (HOURANI, 2007, p. 580).

Será possível discutir uma nova forma de percepção da existência que supere o legado eurocêntrico e não retorne ao discurso religioso? Apresente sua opinião a esse respeito.

Resposta Comentada

O que se tem observado na atualidade é que, apesar de haver uma grande crítica ao eurocentrismo, inclusive entre aqueles que são descendentes diretos dessa civilização, as formas pelas quais tem sido construído o discurso de resistência a ele são baseadas em categorias de análise eurocêntricas. Ou com ênfase na identidade nacional, o que leva ao nacionalismo e à guerra, ou com ênfase na identidade étnica, o que mesmo não levando diretamente ao racismo, cria tipos de sociedades multiétnicas e multiculturais classificatórias, em que os diferentes grupamentos raciais não se misturam. A categoria religiosa, como indicador de identidade, no caso da civilização europeia, perdeu muito de sua força, na medida em que o cristianismo cedeu espaço ao mundo do capitalismo, dominado pela lógica do mercado e do consumo, persistindo apenas nos novos movimentos cristãos protestantes e neopentecostais. Na ausência de uma identidade religiosa, ocorre a atual expansão mundial da fé islâmica.

RESUMO

Nesta aula, estudamos as diversas culturas e civilizações existentes no mundo no momento da história em que houve a máxima expansão da civilização europeia. Tentamos mostrar um mundo para além da construção hegemônica, tanto econômica quanto cultural, do mundo europeu, sem esquecer, contudo, as profundas trocas e interações, produzidas no contato entre diferentes povos e culturas nesse século em que, podemos dizer, iniciou-se de modo mais intenso o fenômeno chamado de globalização.

Informação sobre a próxima aula

A seguir, estudaremos o século XX, período que assinala o apogeu e a crise da modernidade europeia.

História Contemporânea I

Referências

Aula 1

A MARSELHESA. A França no Brasil: Embaixada da França no Brasil. Disponível em: <http://www.ambafrance-br.org/france_brasil/spip.php?article422>. Acesso em: 7 fev. 2011.

AGULHON, Maurice. *Marianne au combat: l'imagerie et la symbolique républicaines de 1789 à 1880*. Paris: Flammarion, 1979.

ARENDT, Hanna. *Da revolução*. Brasília: Editora da UNB, 1988.

COBBAN, Alfred. *A interpretação social da revolução francesa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

DARTON, Robert. *Boêmia literária e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FURET, François. *Marx e a revolução francesa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

_____. *Pensando a revolução francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____; OZOUF, Mona. *Dicionário crítico da revolução francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na revolução francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUNTINGTON, Samuel. *Ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1979.

MICHELET, Jules. *História da revolução francesa: da queda da Bastilha à festa da federação*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MIREILLE Mathieu sings la marseillaise. You Tube. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=w_8dafLxLcl&NR=1>. Acesso em: 7 fev. 2011.

MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOUSNIER, Roland; LABROUSSE, Ernest. *O século XVIII perante a revolução: história geral das civilizações*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. v. 12.

RENAN, Ernest. O que é uma nação. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2011.

ROMANI, Carlo. *O fim do terror e a emergência da França burguesa do século XIX*. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/caromani/aulasoboul>>. Acesso em: 7 fev. 2011.

- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores, 1).
- RUDÉ, Georges. *A Europa revolucionária 1789-1815*. Lisboa: Presença, 1988.
- SADE, Donatien-Alphonse-François de. *Aline e Valcour*. Roma: Newton, 1993.
- SKOCPOL, Theda. *Estados e revoluções sociais*. Lisboa: Presença, 1979.
- SOBOUL, Albert. *A revolução francesa*. São Paulo: DIFEL, 1985.
- _____. *La rivoluzione francese*. Roma: Newton, 1991.
- STAROBINSKI, Jean. *1789, os emblemas da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Igualdade social e liberdade política*. São Paulo: Nerman, 1989.
- _____. *O Antigo regime e a revolução*. Brasília: UNB, 1989.
- VOVELLE, Michel. A revolução francesa e seu eco. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 6, maio/ago. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000200003&lng=pt&nrm=isoa>. Acesso em: 7 fev. 2011.
- _____. *Jacobinos e jacobinismo*. Bauru: EDUSC, 2000.

Aula 2

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BANTI, Alberto Mario. *Le questioni dell'età contemporanea*. Roma-Bari: Laterza, 2010.
- BLOK, Maurice. *Nationalities principle of*. In: LALOR, John (Org.), *Cyclopædia of Political Science, Political Economy, and the Political History of the United States*, vol. II, 1899.
- CHABOD, Federico. *L'idea di Nazione*. Roma-Bari: Laterza, 1998, 10^o Ed.
- DE AMICIS, Edmondo. *Coração*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1953.
- GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism*. New York: Cornell University Press, 1983.
- GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, 2Vs.
- GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o Estado Nacional e o Nacionalismo no Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1997.

HERMET, Guy. *História das Nações e dos Nacionalismos na Europa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

HOBBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010, 25ª Ed.

_____. *Nações e Nacionalismo*. Desde 1870. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, 7ª Ed.

_____. e RANGER, Terence (Orgs). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HROCH, Miroslaw. *Social Preconditions of National Revival in Europe*. New York: Columbia University Press, 2000.

KOHN, Hans. *The Idea of Nationalism: a Study in its Origins and Background*. New York: The Macmillan Company, 1945.

MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. Da queda da Bastilha à Festa da Federação. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MOSSE, George L. *The Nationalization of the Masses*. New York: Howard Fertig, 1975.

RENNER, Karl. *Staat und Nation*. Viena: Josef Dietl, 1899.

SMITH, Anthony D. *The Ethnic Origins of Nations*. Oxford: Blackwell, 1986.

VEYNE, Paul. *O Inventário das Diferencias*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

WEBER, Eugen. França. *Fin de Siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Aula 3

BECK, Ulrich. *Risk societ: towards a new modernity*. Londres: Sage, 1992.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: o jogo das trocas*. Lisboa: Cosmos, 1985.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

FERRER, Christian. Os destruidores de máquinas. *Libertárias*, São Paulo, n. 4, dez. 1998.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1998.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *Os trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

HOBBSBAWM, Eric J.; RUDÉ, Georges. *Capitão Swing*. São Paulo: Francisco Alves, 1982.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

MACPHERSON, Crawford B. *A teoria política do individualismo possessivo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MANTOUX, Paul. *A revolução industrial no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

MÓNICA, Maria Filomena. *Artesãos e operários*. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986.

PERROT, Michele. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SELVAFOLTA, Ornella. Lo spazio del lavoro 1750-1910. In: CASTELLANO, Aldo (Org.). *La macchina arrugginita*. Milão: Feltrinelli, 1982.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Madras, 2009.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa III: a força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. *A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

Aula 4

BONAZZI, Tiziano (Org.). *La rivoluzione americana*. Bologna: Il Mulino, 1977.

DAUMARD, Adeline. *Les bourgeois et la bourgeoisie en France depuis 1815*. Saint Armand: Paris: Aubier-Montagne, 1987.

ELEY, Geoff; BLACKBOURN, David. *The peculiarities of german history*. Oxford: Oxford University Press, 1984.

FEBVRE, Luciene. *Studi su riforma e rinascimento e altri scritti su problemi di metodo e di geografia storica*. Torino: Einaudi, 1966.

FETSCHER, Iring. *Il marxismo: storia documentaria*. Milano: Feltrinelli, 1970, v. 2.

FURET, François. *Pensando a revolução francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 4 v.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital*. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- KOCKA, Jurgen. *Borghesia e società borghese nel XIX secolo*. In: _____. (Org.). *Borghesie europee dell'Ottocento*. Venezia: Marsilio, 1989.
- LEE, John. *La forza del lavoro e l'industrializzazione tedesca*. In: POSTAN, Michael; MATHIAS, Paul. *Storia econômica Cambridge*. Torino: Einaudi, 1974-1978, v. 7.
- LUPO, Salvatore. *Modernità e Progresso*. In: FUMIAN, Carlo et al., *Storia contemporanea*. Roma: Donzelli, 1998.
- MACPHERSON, Crawford. *A teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes a Locke*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MACRY, Paolo. *La società contemporanea: una Introdução storica*. Bologna: Il Mulino, 1995.
- _____. *La società e le classi*. In: FUMIAN, Carlo et al. *Storia contemporanea*. Roma: Donzelli, 1998.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- _____, ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MERIGGI, Marco. *La Borghesia Italiana*. In: KOCKA, Jurgen (Org.), *Borghesie europee dell'ottocento*. Marsilio: Venezia 1989.
- MOORE JUNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- NEGRI, Antonio. *Manifattura e Ideologia*. In: SCHIERA, Pierangelo (Org.). *Manifattura: società borghese, ideologia*. Roma: Savelli, 1978.
- PIRENNE, Henry. *Les villes au moyen-âge: essai d'histoire économique et sociale*. Bruxelas: Lamertin, 1927.
- POLANY, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus Ltda, 1980.
- ROSENBERG, Hans. *Große depression und bismarckzeit*. Berlin: 1967.
- SCHUMPETER, Joseph. *Sociologia degli imperialismi e teoria delle Classi Sociali*. Verona: Ombre Corte, 2009.
- SOMBART, Werner. *El burgués*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.
- TAINÉ, Hippolyte. *Les origines de la France contemporaine*. Paris: Hachette, 1902.
- THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v. 1.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *O antigo regime e a revolução*. Brasília: UNB, 1989.

WEBER, Max. Classe, Status e Partido. In: VELHO, Otávio (Org.). *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEHLER, Hans Hulrich. *Das deutsche kaiserreich 1871-1918*. 7. ed. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1994.

Aula 5

ALBERT, Michel et al. *Autogestão hoje*. São Paulo: Faísca, 2004.

ANTONIOLI, Maurizio; GANAPINI, Maurizio. *I sindacati occidentali dall'800 ad oggi*. Pisa: BFS, 2003.

ARMAND, Émile et al. *Max stirner e o anarquismo individualista*. São Paul: Imaginário, 2003.

BAKUNIN, Mikhail. *Estatismo e anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2003.

CODELLO, Francesco. *A boa educação*. São Paulo: Imaginário, 2007.

COLOMBO, Eduardo (org.). *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

ENCKELL, Marianne. A aprendizagem do sindicalismo e da política, in: Colombo, Eduardo (Org.) *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOLDMAN, Emma. *O indivíduo, a sociedade e o estado, e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007.

_____. Sobre individualismo e revolução social. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/caromani/apresentao-a-obra-de-emma-goldman>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

GUERRAND, Roger-H. Espaços privados, in: Michele Perrot (Org.) *História da vida privada 4. Da revolução francesa à primeira guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GUILLAUME, James. *A Internacional: documentos e recordações I*. São Paulo: Imaginário, 2009.

HAIMSON, Leopold; TILLY, Charles. *Strikes, wars and revolution in an international perspective*. Cambridge: Cambridge U. P., 1989.

HELLER, Geneviève. *Propre en ordre*. Lausanne: Editions d'En-Bas, 1979.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

- _____. *Os trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- _____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. *Acerca del anarquismo y del anarcosindicalismo*. Moscou: Editorial Progreso, 1976.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *O Capital*. Livro I. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural Coleção Os Economistas, 1996.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *Manifesto do partido comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. *A ideologia alemã*. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/biblioteca/marx_ideologia.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2011.
- MASINI, Pier Carlo. *Storia degli anarchici italiani*. Milão: BUR, 1974.
- NORTE, Sérgio Augusto. *Bakunin; sangue, suor e barricadas*. Campinas: Papirus, 1988.
- PERROT, Michele. Maneiras de morar, in: Michele Perrot (Org.) *História da vida privada* 4. da revolução francesa à primeira guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- PROUDHON, Pierre J. *O que é a propriedade?* Porto Alegre: L&PM Editores, 1983.
- _____. *Sistema de las contradicciones económicas, o filosofía de la miseria*. Madri: Biblioteca Jucar, 1974. 2. v.
- SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro*. Lisboa: Letra Livre, 2009.
- SOUZA, José C. *A questão da individualidade*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- STIRNER, Max. *O único e a sua propriedade*. Lisboa: Antígona, 2005.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa III: a força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2002. 2. v.

Aula 6

- APOLLINAIRE, Guillaume. *As façanhas de um jovem Don Juan*. São Paulo: Imaginário, 1997.
- BAINS de mer de royan. Bernezac. com Disponível em: <http://www.bernezac.com/Royan_belle_epoque.htm>. Acesso em: 26 jan. 2010.

- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
- BIENVENUE sur le site officiel de la Tour Eiffel. Disponível em: <http://www.tour-eiffel.fr/teiffel/fr/documentation/pdf/tout_savoir.pdf?id=4_11>. Acesso em: 26 jan. 2011.
- BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CAROCCHI, Giampiero. *Storia dell'Italia moderna*. Roma: Tascabili Economici Newton, 1995.
- CASTELLANO, Aldo (Org.). *La macchina arruginata*. Milão: Feltrinelli, 1982.
- CORBAIN, Alain. Bastidores. In: PERROT, Michele (Org.) *História da vida privada 4: da revolução francesa à primeira guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DESJARDINS, Émile. *Minhas etapas amorosas*. São Paulo: Imaginário, 1995.
- ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 2. v.
- FOHLEN, Claude. *América anglo-saxônica de 1815 à atualidade*. São Paulo: Pioneira: Edusp, 1981.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2007. v. 1.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FREUD, Sigmund. 7. Um caso de histeria, três ensaios sobre a sexualidade e outros trabalhos (1901-1905). Free file sharing. v. 7. Disponível em: <http://www.4shared.com/document/lykxft/FREUD_Sigmund_7_Um_caso_de_His.html>. Acesso em: 26 jan. 2011.
- FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, in: _____. *Obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 7.
- GOLDMAN, Emma. *O indivíduo, a sociedade e o estado, e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007.
- HELLER, Geneviève. *Propre en ordre*. Lausanne: Editions d'En-Bas, 1979.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- KELHAM-ISLAND-museum. Disponível em: <<http://www.simt.co.uk/kelham-island-museum>>. Acesso em: 26 jan. 2010.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- LA HAYE, Jacques Lesage de. *A morte do manicômio*. São Paulo: Imaginário, 2007.
- LES EXPOSITIONS universelles à PARIS 1867-1900. Disponível em: <<http://expositions.bnf.fr/universelles/index.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2011.

- MAYER, Arno J. *A força da tradição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- PAUVERT, Jean-Jacques, PAUVERT, Mathias. *Anthologie historique des lectures érotiques*. De Sade à Victoria 1791-1904. Paris: Stock/Spengler, 1995.
- PERROT, Michele (Org.). *História da vida privada 4: da revolução Francesa à primeira guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- PERROT, Michele Funções da família, in: _____. (Org.). *História da vida privada 4: da revolução francesa à primeira guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- PERROT, Michele. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- SCHNERB, Robert. O apogeu da civilização européia, in: _____. *História geral das civilizações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. v. 13.
- SENNET, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TEMPOS modernos, leg. em português parte 1. You tube. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=z5kdMwvBg88>>. Acesso em: 26 jan. 2011.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1982.

Aula 7

- ARENDT, Hanna. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia. das Letras, 2006.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. 1979. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_arendt_origens_totalitarismo.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2011.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *História do século XX*. São Paulo: IUPERJ/Nacional, 2009. v. 1.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá*. Brasília: Ed. UNB, 2000.
- FERRO, Marc. *História das colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- HERNANDEZ, Leila. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos Impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era do capital*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia. das Letras, 2007.

- KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.
- KROPOTKIN, Piotr. *El apoyo mutuo. Móstoles*. [S.l.]: Madre Tierra, 1989.
- LAWRENCE of Arabia Traile. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=oGjENEksvYU&NR=1>>. Acesso em: 26 jan. 2011.
- LITVIN, Daniel. *Os impérios do lucro*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/37928538/A-Acumulacao-do-Capital-ROSA-LUXEMBURGO>>. Acesso em: 26 jan. 2011.
- MORAES, Antonio Carlos R. de. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SCHUMPETER, Joseph. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1961.
- SCHWARTZ, Lila M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- TWAIN, Mark. *Patriotas e traidores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

Aula 8

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARRY, Boubacar. *Senegâmbia: o desafio da história regional*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2000.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, cultura e capitalismo: o jogo das trocas*. Lisboa: Cosmos, 1985.
- CHARTERS, Samuel. *The roots of the blues: an African search*. Londres: Quarter Books, 1982.
- CHOMSKY, Noam. *Ano 501: a conquista continua*. São Paulo: Scritta, 1993.
- ELTIS, David; RICHARDSON, David. *Atlas of the transatlantic slave trade*. [S.l.]: Yale University Press, 2010.
- FERRO, Marc. *História das colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- FOHLEN, Claude. *América anglo-saxônica de 1815 à atualidade*. São Paulo: EDUSP, 1991.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro*. São Paulo: Editora 34, 2001.

- FAIRBANK, John K.; GOLDMAN, Merle. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HERNANDEZ, Leila. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- IQBĀL, Muhammad. *Le message de l'orient*. Paris: Les Belles Letters, 1957.
- KULKE, Hermann; ROTHERMUND, Dietmar. *A history of India*. Londres: Routledge, 2004.
- LEE, Peter. *Opium culture: the art and ritual of chinese tradition*. Rochester (VE): Park Street Press, 2006.
- LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremeceram. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, p: 7-46, 1983-1984.
- RAMOS, Artur. *As culturas negras no Novo Mundo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002.
- RUSHDIE, Salman. *Oriente, ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia. das Letras, 2007.
- SCHIMMEL, Annemarie. *O Islã e sua unidade*. In: Marco Lucchesi (Org.). *Caminhos do Islã*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Instituto Italiano de Cultura, 1989.